

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA POLÍTICA

**OS MILITARES E O CONCEITO DE NACIONALISMO: DISPUTAS RETÓRICAS  
NA DÉCADA DE 1950 E INÍCIO DOS ANOS 1960**

JOSÉ PEDRO KUNHAVALIK

FLORIANÓPOLIS, 2009

## FICHA CATALOGRÁFICA

KUNHAVALIK, José Pedro

Os Militares e o Conceito de Nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960 / José Pedro Kunhavalik; orientado por Dr. Ricardo Silva – Florianópolis, 2009. 279 p.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

1. Militares brasileiros 2. Nacionalismo-Patriotismo 3. Disputas Retóricas 4. Clube Militar-ESG-1950-1960.

JOSÉ PEDRO KUNHAVALIK

**OS MILITARES E O CONCEITO DE NACIONALISMO: DISPUTAS RETÓRICAS  
NA DÉCADA DE 1950 E INÍCIO DOS ANOS 1960**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Silva

FLORIANÓPOLIS, 2009



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

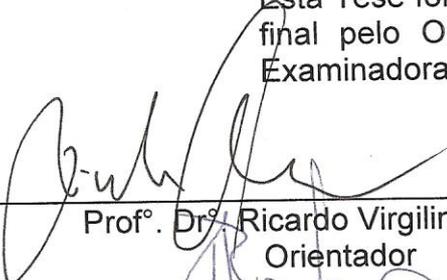
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

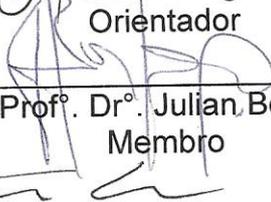
---

**“OS MILITARES E O CONCEITO DE NACIONALISMO: DISPUTAS RETÓRICAS  
NA DÉCADA DE 1950 E O INÍCIO DOS ANOS 1960”.**

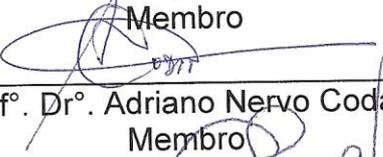
**JOSÉ PEDRO KUNHAVALIK**

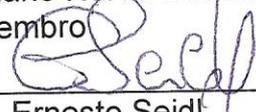
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador, e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

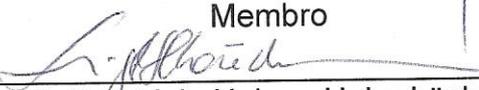
  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Ricardo Virgilino da Silva  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Julian Borba  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Tiago Bahia Losso  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Adriano Nervo Codato  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Ernesto Seidl  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Lígia Helena Hahn Lüchmann  
Membro

---

FLORIANÓPOLIS, (SC), AGOSTO DE 2009.

Aos meus pais, com estima e gratidão.

Ingeborg e  
Emílio (*in memoriam*)

As colinas perderam sua solidez. Luzes errantes impeliam uma cunha emplumada através de invisíveis estradas submersas, mas luz alguma se abria entre as asas dobradas das colinas, e não se ouvia som, exceto o grito de algum pássaro em busca de uma árvore mais isolada. Na beira do rochedo, havia um monótono rumor de ar varrido através de florestas, de água resfriada nas mil cavidades vítreas do alto-mar.

Virginia Woolf

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e, particularmente, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política que, através de seus funcionários e professores, propiciaram condições estruturais e acadêmicas para a realização do curso de doutorado.

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Ricardo Silva que, nos debates ocorridos no NEPP, contribuiu para a minha experiência acadêmica, especialmente no tema do pensamento político. Agradeço-lhe também pela orientação desta tese.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos do Pensamento Político - NEPP, que têm possibilitado muitos debates e estudos enriquecedores.

Aos meus colegas de turma: pelos diálogos acadêmicos e por compartilharmos momentos agradáveis.

Agradeço ao Clube Militar, especialmente à bibliotecária Sra. Miriam, e também à Sra. Janaína que, no decorrer das pesquisas naquela biblioteca, sempre me atenderam com presteza e gentileza.

Meus agradecimentos à ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ESG, instituição na qual fiz pesquisas e fui muito bem atendido pelos funcionários da biblioteca.

Agradeço à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, de cuja biblioteca fiz uso e recebi excelente atendimento.

Sou grato à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e aos meus colegas de departamento, que permitiram o meu afastamento das atividades docentes para a realização do curso de doutorado. Também agradeço a CAPES pela bolsa de estudos que me foi concedida.

## RESUMO

Esta tese analisa o debate entre militares nacionalistas e militares antinacionalistas em torno do conceito de nacionalismo no período entre a década de 1950 e o início dos anos 1960. A análise centrou-se nos textos publicados pelos militares na revista do Clube Militar no contexto histórico especificado, bem como nos textos produzidos pelos militares que foram membros permanentes da Escola Superior de Guerra. Observa-se que a designação de militares antinacionalistas refere-se a uma descrição relativa da posição desses militares que organizavam suas idéias políticas em oposição ao pensamento dos militares autodenominados nacionalistas. Neste trabalho, fez-se uso das contribuições teórico-metodológicas da Escola de Cambridge, particularmente das contribuições feitas por Quentin Skinner, assim como das contribuições de Mark Bevir para a abordagem da história do pensamento político. Esta abordagem foi importante para a compreensão do debate e da luta política entre militares nacionalistas e antinacionalistas pela definição do significado de nacionalismo. Os militares tinham pleno entendimento da relevância das disputas retóricas na qual estavam envolvidos, tendo em vista o intuito de cada grupo militar fazer prevalecer a sua própria concepção de nacionalismo. Como mostra Skinner, o significado político dos conceitos pode servir como instrumento estratégico para ações políticas. A luta retórica entre os militares buscava moldar o horizonte político, que naquele contexto significava definir as características do desenvolvimento nacional de acordo com os interesses e as crenças de cada grupo em disputa. Skinner vincula questões de ordem conceitual com disputas políticas e intelectuais contingenciais. Desta forma, Skinner considera que o estudioso deve centrar-se nos usos que os agentes fazem dos conceitos em argumentos. Os agentes, quando envolvidos em disputas políticas e/ou intelectuais, visam legitimar, junto a leitores/ouvintes, o uso que fazem de determinados conceitos. O estudo analisou os militares nacionalistas que estiveram à frente do Clube Militar e da revista do Clube nos anos 1950/52; os antinacionalistas que controlaram o Clube entre 1952 e meados de 1956 e a partir daí os militares nacionalistas/legalistas. A análise mostrou que o conceito de nacionalismo é contestado (polissêmico) no âmbito da corporação militar no Brasil na década de 1950 e início dos anos 1960.

Palavras-chave: Militares brasileiros, Nacionalismo-Patriotismo, Disputas Retóricas, Clube Militar-ESG-1950-1960.

## ABSTRACT

This thesis analyses the debate over the concept of nationalism between nationalist and anti-nationalist military that took place between the 1950s and the beginning of the 1960s. The analysis focuses on texts published by military in Clube Militar's magazine in that particular historical context as well as on texts produced by military who were permanent members of Escola Superior de Guerra. It is observed that the designation "anti-nationalists" (militares antinacionalistas) refers to a description related to the stances of those military authors who organized their political ideas in opposition to the thought of military authors who called themselves "nationalists". In this work, the theoretical and methodological contributions of the Cambridge School were used, particularly Quentin Skinner's and Mark Bevir's contributions to the study of the history of political thought. This was important to comprehend the political debate and the political struggle between nationalist and anti-nationalist military over the definition and meaning of the concept of "nationalism". Military had a full understanding of the importance of the rhetorical disputes in which they were involved in view of each group's intent to make its own conception of nationalism prevail. As Skinner shows, the political meaning of concepts can serve as a strategic tool to political action. The rhetorical battle between the military aimed at shaping the political horizon, which, in that context, meant to define the characteristics of national development according to the interests and beliefs of either group. Skinner binds conceptual issues to political disputes and intellectual contingencies. In this manner, Skinner considers that the researcher must focus on the usages of concepts in arguments by agents. When involved in political and/or intellectual disputes, agents aim at legitimizing the usage of certain concepts to an audience. This study analysed the nationalist military that were in charge of Clube Militar and its magazine in 1950/52; the anti-nationalists, who controlled "Clube" between 1952 and the middle of 1956; the nationalist/legalist military, in charge from 1956 on. The analysis has shown that the concept of nationalism was a contested one (polysemic) within the military ranks in Brazil in the 50s and the beginning of the 60s.

Palavras-chave: Brazilian military, Nationalism-Patriotism, Rhetorical Disputes, Clube Militar-ESG-1950-1960.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 Tema e problemática .....	12
1.2 História do pensamento político: metodologia de análise .....	24
1.3 Retórica e Pensamento Político .....	33
<b>2 NAÇÃO, NACIONALISMO E PATRIOTISMO</b> .....	50
2.1 Nação e nacionalismo.....	50
2.2 Nacionalismo e patriotismo .....	63
<b>3 OS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO</b> .....	73
3.1 A constituição da República e o contexto da República Velha. ....	73
3.2 A Escola Militar .....	79
3.3 Os militares e a política no contexto dos anos 1930 a 1945. ....	82
3.4 Os militares brasileiros e a influência militar norte-americana.....	88
<b>4 OS MILITARES NO CONTEXTO DOS ANOS 1950: A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O CLUBE MILITAR</b> .....	96
4.1 A Escola Superior de Guerra: contextualização e participação dos militares como membros permanentes da instituição .....	96
4.2 Clube Militar: contextualização e o embate entre militares nacionalistas e antinacionalistas pelo controle da instituição.....	109
<b>5 MILITARES NACIONALISTAS</b> .....	136
5.1 Nacionalismo no Brasil nos anos 1950 e início dos anos 1960 .....	136
5.2 Nacionalismo e patriotismo no pensamento militar (1950-1952) .....	150
5.3 Nacionalismo e patriotismo no pensamento militar: os nacionalistas/legalistas.....	192
<b>6 MILITARES “ANTINACIONALISTAS”</b> .....	218
6.1 A retórica militar antinacionalista .....	218

<b>6.2 O pensamento político dos militares da ESG</b> -----	<b>231</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	<b>261</b>
<b>8 FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> -----	<b>269</b>
<b>8.1 Arquivos</b> -----	<b>269</b>
<b>8.2 Revistas</b> -----	<b>269</b>
<b>8.3 Documentos</b> -----	<b>269</b>
<b>8.4 Entrevistas</b> -----	<b>269</b>
<b>8.5 Memórias, depoimentos e biografias</b> -----	<b>270</b>
<b>8.6 Obras Gerais</b> -----	<b>271</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema e problemática

Esta tese pretende contribuir para a compreensão do pensamento político brasileiro e, mais particularmente, para a compreensão do pensamento político dos militares brasileiros. O objetivo é o de compreender o conceito de nacionalismo produzido pelos militares nacionalistas e pelos militares antinacionalistas no período entre a década de 1950 e o início dos anos 1960. A análise centrou-se nos textos publicados pelos militares na revista do Clube Militar no contexto histórico referido, assim como nos textos produzidos pelos militares que foram membros permanentes da ESG. O foco da análise centrou-se nas disputas retóricas entre os militares nacionalistas e antinacionalistas em torno do conceito de nacionalismo.

Embora o propósito inicial fosse elaborar um estudo sobre as concepções de República produzidas pelos militares nos anos 1950 e início dos anos 1960, preferimos mudar o foco da análise, tendo em vista que a leitura de textos e conferências escritos pelos militares nos remeteu a uma acirrada disputa em torno do nacionalismo. Afinal, a luta retórica em torno do significado do nacionalismo, bem como os conflitos políticos que envolveram a questão do nacionalismo, foi relevante naquela conjuntura histórica.

Feita esta primeira observação, e antes de entrarmos de forma mais substantiva no tema de nosso trabalho, entendemos ser importante apontar brevemente aspectos de alguns estudos que abordaram a questão militar na vida política nacional. Existe um número considerável de trabalhos que abordaram o tema dos militares na política brasileira. A maioria dos trabalhos versa sobre a questão da intervenção dos militares na política nacional.

Uma importante interpretação do processo político brasileiro pós-1930, de acordo com Martins Filho<sup>1</sup>, considera que os militares teriam aceitado um papel secundário na vida política nacional. Nessa linha interpretativa, destaca-se a obra de Alfred Stepan, particularmente em seu livro “Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira”. Para Stepan, o modelo de relações entre civis e militares na América Latina, especificamente no Brasil, é diferente do modelo liberal no qual as Forças Armadas teriam um papel apolítico. No Brasil, os políticos demandam continuamente uma intervenção dos

---

<sup>1</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

militares no processo político. Mas o papel dos militares sempre se restringe a depor o presidente da República e em seguida transferir o poder político a outro grupo civil. Martins Filho entende que o modelo elaborado por Stepan, assinala que as elites políticas civis legitimam a participação dos militares na política, desde que se limitem ao papel que lhes é atribuído por tais elites. Até 1964, as Forças Armadas exerceriam, na visão de Stepan, um poder moderador, visto que seu papel seria o de resolver os conflitos entre as elites políticas, incapazes de solucionar suas próprias divergências. Para Stepan, após 1964 as Forças Armadas no Brasil passaram a desempenhar um papel dirigente na política. Martins Filho entende que essa noção de um papel moderador exercido pelas Forças Armadas no período anterior a 1964 é um mito, pois não leva em conta que “as Forças Armadas constituíam parte integrante e indissociável do poder político desde 1930 e, principalmente, depois de 1937<sup>2</sup>”. Martins Filho assinala que as idéias de uma timidez militar e de uma auto-imagem de inferioridade por parte dos militares são um mito. Para o autor, as intervenções dos militares nos anos 50 e 60 devem ser entendidas a partir das condições objetivas das relações de forças. A noção de que os militares teriam um papel secundário em relação às elites políticas civis não se sustenta no que se refere à “evolução de suas idéias”, e nem quanto à “sua participação política<sup>3</sup>”.

José Murilo de Carvalho analisa a relação entre as Forças Armadas e a política a partir da perspectiva da sociologia das organizações. Em um texto escrito ainda nos anos 70, intitulado “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador” e em outro texto<sup>4</sup> apresentado em um seminário na FGV no começo dos anos 80, José Murilo de Carvalho adota esta perspectiva organizacional. Esta abordagem é próxima da adotada por Edmundo Campos Coelho. José Murilo de Carvalho, ao comentar em entrevista a sua abordagem no texto “As Forças Armadas na Primeira República...”, afirma que “a explicação do comportamento militar na Primeira República foi buscada na dinâmica organizacional e não na origem de classe ou no pertencimento ao aparato (lembra-se da palavra?) estatal<sup>5</sup>”. As características organizacionais que Carvalho procura analisar no texto a respeito das Forças Armadas na Primeira República são: “o processo de recrutamento; o treinamento do

---

<sup>2</sup> Idem, p. 103.

<sup>3</sup> Idem, p. 121.

<sup>4</sup> O texto do seminário denomina-se “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. Os dois textos foram publicados num livro que reúne uma coletânea de trabalhos do autor a respeito das Forças Armadas e da política no Brasil. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>5</sup> MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: 34, 2002, p. 172.

corpo de oficiais; a estrutura interna; o tamanho e a localização geográfica dos efetivos militares; a ideologia organizacional<sup>6</sup>.

Edmundo Campos Coelho publica seu livro “Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira” em 1976. O autor analisa o Exército brasileiro como uma organização, criticando a perspectiva analítica que ele denomina de concepção instrumental, a qual entende que as Forças Armadas seriam um instrumental a serviço de determinada classe social. Para Edmundo C. Coelho a concepção instrumental tem diferentes versões. A oligárquica, que adota a perspectiva de que os setores oligárquicos dominantes controlariam o Exército e fariam uso desta instituição quando ocorresse alguma crise no sistema de dominação. A segunda versão é aquela dos setores médios, que entendia ser o Exército um agente político das classes médias. Por último, a versão denominada de moderadora, que considerava que o Exército teria a função de árbitro dos conflitos, mas que o conteúdo e o sentido do julgamento deveriam ser realizados fora da organização militar. Edmundo C. Coelho considera que, para estas perspectivas de análise, é suficiente investigar o jogo de interesses das classes sociais, desconsiderando desta forma a análise da organização militar como objeto específico de estudo<sup>7</sup>. Os trabalhos de José Murilo de Carvalho e de Edmundo C. Coelho influenciam a elaboração de outras análises que buscam compreender a estrutura organizacional das Forças Armadas.

Alain Rouquié<sup>8</sup> critica as interpretações instrumentalistas a respeito das intervenções das Forças Armadas na política, pois as mesmas não analisam a dinâmica e o fenômeno do poder da instituição militar. As Forças Armadas deveriam ser entendidas como forças políticas. Rouquié usa o termo “partido militar” para pensar a especificidade da instituição militar. As Forças Armadas seriam forças políticas que realizariam as funções de um partido político. No interior das instituições militares existiriam “processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais<sup>9</sup>”. Para Rouquié, o sistema civil brasileiro entre 1930 e 1964 é fortemente marcado pelo aspecto militar. Entende que, particularmente a partir de 1945, as diferentes tendências em disputa no Clube Militar se organizam como verdadeiros partidos políticos.

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005, p. 14.

<sup>7</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

<sup>8</sup> ROUQUIÉ, Alain. “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>9</sup> Idem, p. 12.

Os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada<sup>10</sup>.

Rouquié entende que os militares estariam sujeitos às pressões de grupos civis e que as tendências internas refletiriam diferentes visões a respeito dos problemas nacionais. No entanto, as diferentes percepções das questões nacionais seriam processadas de acordo com interesses próprios da corporação e seriam reformuladas de acordo com os interesses militares.

Oliveiros Ferreira, ao analisar a relação entre as Forças Armadas e a política, trabalha com a noção de Partido Fardado. As elites militares se manifestariam no cenário político nacional, levando assim a uma interferência do Exército na política, caracterizando desta forma o que Ferreira denomina de Partido Fardado. Mas este partido, que não teria o mesmo sentido de partido político, se constituiria em momentos de crise no interior da própria corporação ou de crise entre os militares e o governo. Nos momentos de crise, o Partido Fardado (um centro aglutinador, que pode até mesmo ser constituído por um único militar) procuraria realizar determinadas mudanças, seja no âmbito da corporação, seja no âmbito da política. A noção de Partido Fardado se refere ao comportamento político dos militares, como eles agiriam nos momentos de crise. Em seu livro “Vida e Morte do Partido Fardado”, Oliveiros Ferreira mostra que as Forças Armadas brasileiras transitariam entre momentos históricos nos quais foram instrumentos a serviço de classes sociais e em outros nos quais foram protagonistas dos acontecimentos políticos. Para Oliveiros Ferreira, as Forças Armadas teriam dois aspectos em sua constituição que seriam fundamentais: a hierarquia e a disciplina. Oliveiros Ferreira entende que haveria uma idéia básica na estrutura da instituição militar: a idéia da honra. Esta daria fundamento à ação individual dos militares. A partir da compreensão do que seria a honra para os militares, seria possível entender o perfil comportamental dos mesmos e, por conseguinte, entender o caráter das intervenções dos militares na política. A explicação para as intervenções dos militares na política deve ser buscada, segundo Oliveiros Ferreira, particularmente na forma como os militares encarariam seus deveres de honra e seus deveres perante a Pátria<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Idem, p. 13.

<sup>11</sup> FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: SENAC, 2000.  
SUANO, Marcelo José Ferraz. *A Doutrina Góes Monteiro e o Pensamento Político Brasileiro nos anos 30 (O intelectual do Partido Fardado e a dinâmica das intervenções militares)*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.

Alguns trabalhos que abordam a relação entre militares e a política nacional procuram tratar da questão da formação da mentalidade dos militares, através da formação que tiveram nas escolas militares e nos quartéis. Dentre estes trabalhos podem ser apontados os estudos de Leonardo Trevisan<sup>12</sup>, Celso Castro e Miriam de Oliveira Santos<sup>13</sup>.

Em seus trabalhos, Celso Castro analisa as Forças Armadas a partir de uma perspectiva institucional, fazendo uma combinação entre antropologia e história. Em seu livro “O Espírito Militar: um antropólogo na caserna”, Castro faz um estudo sobre a Academia Militar das Agulhas Negras - Aman. Neste trabalho, não está interessado em compreender os conteúdos formais dos cursos, mas sim em compreender o processo de socialização dos cadetes no interior da instituição. Foca seu estudo na experiência subjetiva dos cadetes, na interação cotidiana entre os cadetes e entre os cadetes e os oficiais. O livro trata “do processo de construção da identidade social do militar, do espírito militar<sup>14</sup>”. Num outro livro, “A Invenção do Exército Brasileiro”, Castro aborda três tradições do Exército: o culto a Caxias, as comemorações relativas à vitória da Intentona Comunista de 1935 e o dia do Exército. O livro trata da invenção e da institucionalização destas três tradições. Segundo Castro, sua perspectiva de análise se apóia parcialmente na noção de “invenção das tradições” elaborada por Eric Hobsbawm. No entanto, ao contrário de Hobsbawm, não considera a oposição entre “tradições inventadas” a outras tradições que seriam “tradicionalistas” ou “genuínas”. Afirma que o uso que faz da noção de invenção procura “ênfaticamente o caráter de *permanente* invenção da cultura humana<sup>15</sup>”. Considera que seria mais correto se falar em “tradição da invenção, pois esses elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos<sup>16</sup>”.

O trabalho de Eduardo Svartman<sup>17</sup> investiga a atuação política de um grupo de generais que estiveram envolvidos nas conspirações político-militares que levaram à derrubada do governo de João Goulart. O autor analisa as trajetórias desses militares (que ele denomina de generais de 1964) tanto na esfera militar quanto na política, procurando

---

<sup>12</sup> TREVISAN, Leonardo N. *As Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP.

<sup>13</sup> SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004.

<sup>14</sup> CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 15.

<sup>15</sup> CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 11.

<sup>16</sup> Idem, p. 11.

<sup>17</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

estabelecer uma relação entre formação profissional, formação política e ação política extra-militar. Para analisar as referidas trajetórias, o autor faz uso da denominada sócio-história do político, particularmente da reflexão epistemológica feita por Yves Déloye. Procura apreender as lógicas sociais da ação política em sua historicidade, analisar a ação dos indivíduos de forma não reificada. “Investigar as trajetórias percorridas por esses oficiais a partir de suas carreiras militares e políticas permite compreender a formação profissional e o engajamento político desses indivíduos numa dimensão temporal<sup>18</sup>”.

Os trabalhos de Walter Birkner e de Marcelo Suano focam o pensamento político de dois militares brasileiros: Golbery e Góes Monteiro. Birkner<sup>19</sup> procurou mostrar a constituição do pensamento político de Golbery, argumentando que as idéias do general visaram justificar e legitimar o movimento que levou à intervenção militar de 1964. O trabalho de Marcelo Suano<sup>20</sup> analisa a doutrina de desenvolvimento elaborada pelo general Góes Monteiro. Para o autor, a doutrina Góes Monteiro, devido à sua fundamentação teórica, pode ser entendida como uma expressão do pensamento militar brasileiro; assim como expressão de uma vertente autoritária do pensamento político brasileiro. Essa doutrina teria tido influência na política nacional nos anos 1930. Para Suano, Góes Monteiro teria se tornado um intelectual dos militares, “dando ao pensamento militar o caráter de pensamento político que poderia orientar ideologicamente a condução da política brasileira pelo Exército...<sup>21</sup>”. Suano, que trabalha com os pressupostos analíticos elaborados por Oliveiros Ferreira, particularmente com a noção de “partido fardado”, afirma que Góes Monteiro foi um intelectual do partido fardado, que não só fez um diagnóstico da realidade brasileira, mas que também elaborou uma doutrina de desenvolvimento e de segurança.

Em seu trabalho, Guita Debert<sup>22</sup> faz uma análise e comparação dos discursos políticos da ESG e do ISEB. O estudo feito por Guita Debert foca-se no ano de 1963. No que se refere particularmente à análise da ESG, a autora investiga especialmente os trabalhos feitos pelos estagiários naquele ano de 1963. A autora considerou que naquela conjuntura, o ISEB e a ESG, embora se colocando em oposição política e ideológica, usaram os mesmos termos, tais

---

<sup>18</sup> Idem, p. 51.

<sup>19</sup> BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. *O Realismo de Golbery: segurança nacional e desenvolvimento global no pensamento de Golbery do Couto e Silva*. Itajaí: Univali, 2002.

<sup>20</sup> SUANO, Marcelo José Ferraz. *A Doutrina Góes Monteiro e o Pensamento Político Brasileiro nos anos 30 (O intelectual do Partido Fardado e a dinâmica das intervenções militares)*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.

<sup>21</sup> Idem, p. 156.

<sup>22</sup> DEBERT, Guita Grin. *A Política do Significado no Início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986.

como povo, nação, liberdade, democracia e progresso, para pensar sobre o desenvolvimento nacional. Mas estas instituições davam diferentes significados aos termos usados. Para a autora, “o discurso político (...) é sempre uma forma de articulação/desarticulação de outros discursos políticos que se supõe presentes numa determinada conjuntura<sup>23</sup>”. Guita Debert considera que naquela conjuntura (1963) havia cinco modelos discursivos dos quais tanto o ISEB quanto a ESG procuraram se distanciar. Segundo a autora, os modelos discursivos que estavam no centro da luta político-ideológica eram: discurso liberal, discurso autoritário, discurso dos privilegiados, discurso desenvolvimentista e, por fim, a revolução pela violência.

É importante assinalarmos uma referência a dois autores que analisaram o Clube Militar, Kátia Barreto e Antonio Carlos Peixoto. O trabalho de Kátia Barreto<sup>24</sup> aborda especificamente o Clube Militar no período entre 1950 e 1956. A autora faz uso de conceitos gramscianos, como hegemonia, sociedade civil e sociedade política para analisar “a luta pela hegemonia travada no interior das Forças Armadas pelas correntes ideológicas militares<sup>25</sup>” daquele período. A autora também analisa aspectos concernentes à questão organizacional do Clube Militar e sua relação com a situação política do referido contexto. Antonio Carlos Peixoto<sup>26</sup> analisou a questão das cisões e do consenso militar no período entre 1945 e 1964. Para o autor, as Forças Armadas estavam impregnadas das questões que estavam presentes no centro do debate político nacional. Mas as cisões e consensos presentes no interior das Forças Armadas são frutos de mecanismos especificamente militares. Para Peixoto, é na “interação entre o processo político global e o processo político no âmbito das Forças Armadas que é preciso buscar as causas da formação de grupos e subgrupos militares, de suas opções ideológicas ou políticas<sup>27</sup>”. Ao analisar os confrontos entre os militares no contexto de 1945-1964, o autor foca sua análise no Clube Militar.

Após este breve apontamento em relação aos trabalhos mencionados, passaremos a abordar o tema de nosso trabalho, bem como assinalar a sua problemática. Desde o fim do Estado Novo, o Brasil passou a viver uma efervescência política, econômica, social e cultural. Isso após ter passado por um período de ditadura e de censura política. O país passou a viver um ambiente democrático, apesar dos limites daquela experiência democrática. Movimentos políticos, sociais e culturais passaram a se organizar e a participar do cenário sócio-político

---

<sup>23</sup> Idem, p. 431.

<sup>24</sup> BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1988.

<sup>25</sup> Idem, p. xi.

<sup>26</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>27</sup> Idem, p. 73.

nacional. Atores sociais, antes contidos pela ditadura, passaram a atuar na cena política. As instituições democráticas retomaram seu funcionamento, como foi o caso da Câmara Federal e do Senado Federal, bem como o país voltou a ter um processo eleitoral para a escolha de seus representantes políticos. O regime democrático se restabelecia. Desta forma, os atores sociais passaram a organizar partidos políticos, organizações sindicais, dentre outras organizações para a defesa de idéias e projetos políticos e culturais.

Na década de 1950 e início dos anos 1960, contexto histórico de nosso estudo, o cenário político nacional esteve marcado por intensos debates e por uma série de crises político-institucionais. Questões relativas ao desenvolvimento econômico, à política internacional, à soberania nacional; questões de ordem social, de legalidade e legitimidade política, bem como a participação/intervenção política dos militares nortearam o debate político no Brasil e estavam no cerne das crises político-institucionais. A questão do nacionalismo impregnou profundamente todo o período analisado. Nesse período os setores nacionalistas, que adotaram diferentes perspectivas, defenderam idéias e propostas que tinham pontos em comum, mas também diferenças. Em geral, defenderam o desenvolvimento econômico do país direcionado e controlado pelo Estado, bem como propugnaram que o desenvolvimento da economia fosse acompanhado de reformas sociais. Alguns setores postulavam que o Estado fizesse investimentos diretos em setores estratégicos, além de serem contrários ao investimento de empresas estrangeiras no Brasil. Outros, dentre eles alguns setores nacionalistas, defenderam a participação de empresas estrangeiras no desenvolvimento industrial do país. Quanto à política externa, os setores nacionalistas defenderam uma posição não subalterna do país aos Estados Unidos. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL exerceu importante influência nos setores nacionalistas. Esta instituição teve uma postura de defesa do desenvolvimentismo nacionalista<sup>28</sup>. No contexto referido, a CEPAL entendia que o problema da pobreza no Brasil só podia ser solucionado a partir da redistribuição da renda e da reorientação do estilo de desenvolvimento econômico. Outra instituição que teve uma postura nacionalista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. Embora vinculado ao aparelho de Estado, o ISEB manteve uma independência intelectual e produziu uma reflexão sobre a sociedade brasileira sem constrangimentos do aparelho de Estado. No referido contexto, os militares nacionalistas também tiveram uma destacada participação no cenário político nacional.

---

<sup>28</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

De uma maneira geral, os setores antinacionalistas posicionaram-se contrários a uma intervenção direta do Estado no processo industrial, no estilo adotado por Vargas. Política adotada desde o Estado Novo e, mais tarde, na gestão de Vargas nos anos 1950. Os antinacionalistas defenderam a abertura do país ao capital estrangeiro objetivando o processo de industrialização, bem como eram favoráveis ao desenvolvimento econômico nacional associado aos Estados Unidos. Também eram contrários à participação dos trabalhadores nas decisões políticas e tinham uma postura política radicalmente contrária ao getulismo e àqueles que eram considerados seus herdeiros políticos.

As Forças Armadas têm desempenhado um papel de destaque na vida política brasileira desde a implantação da República. No período entre a redemocratização de 1945 e o golpe de Estado de 1964 os militares brasileiros tiveram uma importante participação nos debates e nas lutas políticas. Militares com posturas nacionalistas, outros antinacionalistas; militares com propósitos golpistas e outros com posições legalistas. De uma maneira geral, observa-se no contexto político-militar dos anos 1950 e início dos anos 1960, a existência de grupos militares nacionalistas e de grupos militares antinacionalistas.

Este trabalho tem por objetivo, como assinalamos, compreender o debate entre militares nacionalistas e militares antinacionalistas em torno do conceito de nacionalismo no período entre a década de 1950 e o início dos anos 1960. Além dessa periodização específica, o estudo foca-se particularmente no pensamento político produzido pelos militares no interior de duas instituições, o Clube Militar e a Escola Superior de Guerra - ESG. Desde o fim do Estado Novo, até a intervenção militar de 1964, o Clube Militar foi um destacado espaço de debate e de disputa política entre diferentes grupos de militares. Desta forma, neste trabalho procura-se centrar na análise dos textos publicados na revista do Clube Militar - textos escritos para a revista ou publicações de conferências, palestras e depoimentos. Tais textos estavam impregnados dos debates políticos entre os militares no contexto analisado. Sendo assim, o período de análise – década de 1950 e início dos anos 1960 - se justifica especialmente devido à questão do estudo aqui empreendido estar focado na análise das matérias publicadas na revista do Clube Militar. Durante a década de 1950, a publicação da revista foi feita de modo bastante regular, tendo uma pequena interrupção no começo dos anos 1950<sup>29</sup>. Em maio de 1960 houve uma nova eleição no Clube Militar, vencida pelos nacionalistas/legalistas. Esses militares publicaram a revista até o início de 1961, momento

---

<sup>29</sup> Em julho de 1950, foi publicada uma matéria intitulada “Considerações Sobre a Guerra na Coréia”, que gerou um grande conflito entre os militares. Por isso, a revista sofreu uma interrupção, sendo publicada até outubro de 1950 e depois só voltou a ser publicada em março de 1951.

em que a hierarquia militar antinacionalista, com o apoio do presidente Jânio Quadros, fez uma intervenção no Clube e na revista. Essa intervenção praticamente encerrou as matérias de debate político publicadas na revista.

A análise do pensamento político elaborado na ESG fez-se necessária, pois os militares da ESG pertenciam ao grupo de militares que aqui denominamos de antinacionalistas. Além disso, os militares da ESG participaram ativamente das disputas pelo controle do Clube Militar, formando inclusive a chamada Cruzada Democrática, com o intuito de organizar a luta dos militares antinacionalistas para as eleições no Clube Militar. Mas na análise do pensamento político dos militares da ESG, procurou-se centrar nos textos produzidos pelos militares que eram membros permanentes daquela escola, bem como produzidos no contexto analisado.

Antes de seguirmos na delimitação de nosso tema de pesquisa, faz-se necessário uma observação; uma justificativa do emprego, neste trabalho, da expressão “militares antinacionalistas”. A designação de militares antinacionalistas refere-se a uma descrição relativa da posição desses militares que organizavam suas idéias políticas em oposição ao pensamento dos militares autodenominados nacionalistas.

A análise desenvolvida neste trabalho norteou-se por uma teorização política historicamente orientada. O estudo fez uso das contribuições teórico-metodológicas da Escola de Cambridge, particularmente das contribuições feitas por Quentin Skinner, bem como das contribuições de Mark Bevir para a abordagem da história do pensamento político. Skinner procura compreender o significado de um texto a partir do contexto lingüístico e histórico no qual o mesmo foi produzido. Skinner se pergunta pela atividade na qual o autor do texto estava envolvido quando escreveu determinado texto. Este deve ser entendido como um ato deliberado de comunicação. Portanto, o texto não pode ser analisado como se tivesse autonomia, mas deve ser considerado em seu contexto lingüístico e histórico. Um aspecto importante da contribuição de Skinner de que se faz uso nesta análise se refere à questão da retórica. Para Skinner, o pensamento político deve ser analisado não só em seu contexto lingüístico e histórico, mas também devem ser consideradas as disputas retóricas nas quais os autores ou atores políticos estavam envolvidos. Mark Bevir vincula-se a uma perspectiva analítica anglo-saxônica e elabora uma abordagem interpretativa para o estudo da política. Em sua abordagem, Mark Bevir confere um papel importante à agência humana e considera que as pessoas agem em consonância com suas crenças e preferências. Para o autor, as tradições influenciam as idéias e as ações individuais, embora não as determine. Mais adiante, nesta

introdução, discutiremos mais demoradamente as questões teórico-metodológicas que orientam a análise deste trabalho.

Visa-se, portanto, analisar os enunciados produzidos pelos militares no contexto histórico em que foram proferidos ou escritos. O objetivo do trabalho é o de compreender as disputas retóricas entre os militares nacionalistas e antinacionalistas em torno do conceito de nacionalismo, com foco no Clube Militar e na ESG. Visa-se compreender, em meio às disputas retóricas, quais são as concepções de nacionalismo e de patriotismo que os militares nacionalistas e antinacionalistas elaboraram no contexto político-institucional dos anos 1950 e início dos anos 1960. Procuramos analisar de que forma os militares nacionalistas e os militares antinacionalistas argumentaram em favor de suas idéias e tentaram legitimá-las como idéias plausíveis e verdadeiras. Ao mesmo tempo, procuramos analisar como aqueles militares tentaram desqualificar moralmente seus oponentes, bem como tentaram desqualificar as suas idéias. Neste estudo procuramos compreender qual o significado que os referidos grupos de militares deram à questão do desenvolvimento nacional e da independência econômica; e qual o significado que deram à questão da soberania nacional e às questões de liberdade e de democracia. Para eles, naquele contexto, o que significava ser patriota?

Tendo em vista a problemática geral que norteia a análise, esta tese está organizada da seguinte forma. Ainda nesta introdução, procuramos tratar da abordagem teórico-metodológica da história do pensamento político, que orienta a elaboração deste trabalho. Na introdução também fazemos uma discussão sobre retórica e pensamento político, baseada principalmente nas contribuições de Skinner sobre redescrição retórica e mudança conceitual. Skinner foca a análise nos usos que os agentes fazem dos conceitos em argumentos. Os conceitos podem ser usados como instrumentos políticos de ação, como instrumentos estratégicos para ações políticas. Os agentes procuram legitimar o uso que fazem de determinados conceitos, procurando convencer os ouvintes/leitores de que o emprego que fazem de certos conceitos é plausível e aceito como legítimo. Ao mesmo tempo os agentes, em suas redescrições retóricas a respeito de determinada situação, procuram deslegitimar o significado que seus oponentes dão a determinados conceitos ou situações. A análise de Skinner sobre retórica contribui significativamente para se compreender as disputas retóricas entre os militares nacionalistas e antinacionalistas em torno da questão do nacionalismo e do patriotismo.

No capítulo dois fazemos uma discussão em torno dos conceitos de nação e de nacionalismo, apontando diferentes abordagens sobre a questão da nação. Assinala-se também

a importante contribuição teórica que Maurizio Viroli faz para o debate sobre a questão do nacionalismo e do patriotismo, termos que para o autor tem um caráter retórico. Viroli entende ser relevante estabelecer uma distinção entre os dois conceitos, e propõe o conceito de patriotismo republicano em contraposição ao nacionalismo. A contribuição de Viroli para o entendimento do nacionalismo e do patriotismo é relevante para o nosso estudo, pois nos ajuda a compreender as idéias produzidas pelos militares em torno dos referidos conceitos. Procura-se analisar brevemente se o conceito de nacionalismo produzido pelos militares nacionalistas e pelos militares antinacionalistas tinha alguma correspondência com os conceitos de nacionalismo e de patriotismo republicano elaborados por Maurizio Viroli.

No capítulo três procuramos fazer um breve histórico da participação dos militares na vida política do país, particularmente a partir da constituição da República até o período da Segunda Guerra, com a influência militar norte-americana nas Forças Armadas Brasileiras. Este histórico político-militar nos ajuda a compreender como os militares brasileiros se organizaram institucionalmente e como atuaram politicamente na vida nacional. Esta reconstituição histórica contribui para situar o contexto histórico analisado, numa perspectiva histórica da vida militar nacional.

No capítulo quatro fazemos uma contextualização histórica do período analisado, particularmente em seu aspecto político-militar. Procura-se compreender quais são os grupos de militares em disputa, e delimitar os principais militares pertencentes aos setores nacionalistas e antinacionalistas. Procura-se ainda contextualizar a formação da ESG, bem como verificar quais são os principais membros permanentes vinculados à instituição. Finalmente, procura-se abordar o Clube Militar, e assinalar as lutas políticas entre os militares nacionalistas e antinacionalistas pelo controle do Clube Militar e, conseqüentemente, pelo controle da revista do Clube Militar, importante instrumento para a defesa das idéias dos dois grupos.

No capítulo cinco procuramos mostrar como que a questão do nacionalismo era uma das questões relevantes no cenário político nacional na década de 1950 e início dos anos 1960. O termo nacionalismo foi amplamente usado por diferentes grupos civis e militares no referido contexto. Era, portanto, um importante tema de debate. No mesmo capítulo analisamos o pensamento político dos militares nacionalistas em torno do conceito de nacionalismo. A análise dos militares nacionalistas foi feita em duas conjunturas históricas, sendo que a primeira se refere aos militares nacionalistas que comandaram o Clube e a revista no período entre 1950 e 1952. A segunda ocorre numa conjuntura que vai de meados de 1956 até o início dos anos 1960. Neste período os militares nacionalistas estabeleceram uma aliança

com os militares denominados de legalistas, dentre eles o general Lott e o general Odylio Denys. A noção de nacionalismo empregada pelos nacionalistas/legalistas não corresponde integralmente à noção de nacionalismo empregada pelos militares do período 1950/1952.

No capítulo seis a análise centra-se no conceito de nacionalismo empregado pelos militares antinacionalistas. Ainda neste capítulo final, analisa-se o pensamento político produzido pelos militares da ESG, relevante para se pensar a retórica antinacionalista de forma mais ampla. Cabe observar que ambos os grupos de militares, ao conceituarem o nacionalismo, o fazem em meio às disputas políticas com seus oponentes.

## **1.2 História do pensamento político: metodologia de análise**

O debate em torno da história do pensamento político tem sido bastante profícuo desde os anos 1960. Autores como R. G. Collingwood, John Pocock, John Dunn, Quentin Skinner, James Tully, Richard Tuck, Terence Ball, Melvin Richter, Reinhart Koselleck, Pierre Rosanvallon e Mark Bevir, dentre outros, têm uma importante contribuição para esse debate. Nesta seção, pretende-se reconstituir brevemente algumas contribuições teórico-metodológicas de Quentin Skinner e de Mark Bevir.

Dentre as abordagens da história do pensamento político está o contextualismo lingüístico, ligado à Escola de Cambridge. Nesta abordagem, destacam-se Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn. Esses autores, particularmente Skinner, incorporam, em suas abordagens teórico-metodológicas, importantes contribuições da filosofia da história de R. Collingwood. Skinner tece várias críticas às tradições da história do pensamento político, particularmente àquela tradição por ele denominada de textualista, na qual ele incluía Arthur Lovejoy. Essa tradição da história das idéias, ao procurar compreender o significado de um texto, trata-o como se o mesmo tivesse autonomia em relação ao contexto lingüístico e social no qual foi produzido. Esse procedimento incorre numa série de equívocos, que Skinner denomina de “mitologias”. Dentre estes equívocos estariam a “mitologia da coerência” e a “mitologia do paroquialismo”. A primeira pressupõe que determinado autor teria produzido um sistema intelectual fechado, coerente, como se todos os enunciados produzidos pelo autor mantivesse uma relação de coerência, sem contradições. A segunda, o historiador das idéias, inadequadamente, produziria uma familiaridade entre seu universo cultural e o universo cultural do autor da obra; uma familiaridade cultural inexistente. Esses equívocos, dentre

outros, levam o historiador das idéias a produzir interpretações anacrônicas, por atribuírem a autores e obras intenções e significados inexistentes ao se considerar o contexto histórico e lingüístico no qual os autores produziram seus textos. Não se deve, portanto, fazer a leitura de obras do passado como se elas existissem de forma independente do contexto em que foram produzidas. Skinner critica uma postura de análise do pensamento político que se preocupa exclusivamente com a lógica interna das idéias. Além disso, critica uma abordagem da história das idéias que privilegia o contexto social na compreensão do significado dos textos<sup>30</sup>.

O autor retoma a tradição intencionalista presente na filosofia da história, particularmente nas contribuições de Collingwood, que entende que uma ação historicamente significativa deve ser compreendida levando-se em conta o pensamento do agente responsável por aquela ação. “É o historicismo collingwoodiano que está subjacente à convicção de Skinner de que a história do pensamento político deve ater-se ao contexto imediato da produção dos textos cujos significados o historiador pretende compreender<sup>31</sup>”. Partindo da teoria elaborada por John Austin<sup>32</sup>, Skinner considera que o texto elaborado deve ser interpretado como um *ato de fala*, como uma ação, uma atividade. Em sua abordagem, o autor enfatiza a dimensão ilocucionária apontada por Austin em sua teoria dos atos de fala. Para Skinner, deve-se dar ênfase ao contexto das convenções lingüísticas da época em que o texto foi produzido. O significado de uma obra deve estar vinculado à intencionalidade do autor ao proferir ou escrever seus enunciados. Skinner procura compreender os enunciados de pensadores e teóricos da política como atos lingüísticos contextualizados. “Minha teoria da interpretação (...) dá grande ênfase ao que chamo de atos lingüísticos. Trata-se, neste caso, de saber o que o autor queria com o texto, o que significa também lidar com as intenções do

---

<sup>30</sup> SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002.

<sup>31</sup> SILVA, Ricardo. *Convenções, Intenções e Ação Lingüística na História da Teoria Política: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo*. 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006.

<sup>32</sup> Teoria dos Atos de Fala, que aborda a questão dos diferentes usos da linguagem. John Austin aponta três dimensões dos atos de fala, que são a dimensão locucionária, a ilocucionária e a perlocucionária. A dimensão ilocucionária do ato de fala refere-se ao seguinte: quando uma pessoa diz algo ela também está fazendo algo. Desta forma, faz-se necessário saber de que forma o ato ilocucionário é usado. Se visa informar, questionar, ameaçar, fazer um julgamento, etc. É na dimensão ilocucionária de um ato de fala que se encontra a intenção do autor ao dizer ou escrever um enunciado. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

autor<sup>33</sup>”. Intenções do autor no sentido de “descobrir o que o autor pretendeu fazer com o que disse. Nesse caso o que nos interessa é o que chamo de atos lingüísticos. O que quero dizer é que um discurso, além de ter um significado, é também uma ação<sup>34</sup>”.

Compreender o significado de um enunciado proferido no passado demanda do historiador político perguntar-se sobre o que o autor do enunciado estava fazendo, ou seja, em qual atividade ele estava engajado quando fez determinado proferimento. “A compreensão dos textos pressupõe a apreensão do que pretendiam significar<sup>35</sup>”. O texto deve ser apreendido como um ato deliberado de comunicação.

Há muitas coisas importantes sobre os textos que precisam ser estudadas, além dos próprios textos, se se quiser efetivamente compreendê-los. Caso contrário não seria possível compreender quais haviam sido suas motivações, ao que eles se referiam e se estavam, por exemplo, satirizando, repudiando, ridicularizando ou aceitando outras idéias e argumentações<sup>36</sup>.

Para Skinner, a tarefa do historiador das idéias é a do anjo registrador, pois seu objetivo deve ser o de recapturar o passado nos seus próprios termos. Skinner entende que os valores devem influenciar o historiador na escolha dos temas a serem investigados, mas, a partir daí, o historiador deve recuperar o passado com a máxima imparcialidade. Ao falar sobre documentos históricos, afirma: “Considero que eles nos constroem num alto grau: há neles silêncios e proposições, e estes não são suscetíveis de qualquer interpretação<sup>37</sup>”.

Influenciado pela escola de Cambridge da história do pensamento político, Mark Bevir tece importantes contribuições a esse debate teórico-metodológico. No livro “A Lógica da História das Idéias”, Bevir elabora certos pressupostos histórico-filosóficos, os quais lhe permite desenvolver uma abordagem interpretativa para o estudo da política. Na tradição filosófica, Bevir vincula-se à perspectiva analítica anglo-saxônica. Frequentemente a filosofia analítica é reconhecida como filosofia da linguagem, pois o objeto, o âmbito de indagação dessa perspectiva filosófica é a linguagem. Desde o princípio dessa tradição filosófica, que passa primeiro pela produção dos autores neopositivistas, depois por Wittgenstein, Quine, Davidson, Ryle, e John Austin, dentre outros, a linguagem ocupa um papel central na

---

<sup>33</sup> SKINNER, Quentin; PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *O anjo e a historia*: entrevista concedida a Maria Lucia Pallares-Burke. Publicada na Folha de São Paulo, Caderno Mais, em 16/08/98. 1998, p. 7. Disponível em:

<http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=celsosfurtado#MARIAL%DACIAPALLARESBURKE>.

<sup>34</sup> Idem, p. 12.

<sup>35</sup> SKINNER, Quentin. “Significado y Comprensión en la Historia de las ideas”. Buenos Aires: *Prismas, Revista de Historia Intelectual*, nº 4, 2000, p. 187.

<sup>36</sup> Skinner, 1998, p. 4.

<sup>37</sup> Skinner, 1998, p. 11.

resolução das questões filosóficas. No entanto, há uma diversidade de perspectivas no interior da filosofia analítica. Dois aspectos aproximam as diferentes perspectivas deste movimento filosófico, quais sejam, o objeto e o método da filosofia. O objeto da filosofia analítica é a linguagem e o método é a análise lingüística, embora existam diferentes modos de conceber a análise lingüística no interior dessa tradição. Mais recentemente, autores dessa tradição têm dado prioridade aos processos cognitivos ou à natureza da mente, por exemplo. Todavia, questões relativas à linguagem mantêm relevância na análise. A filosofia analítica critica a noção de que a linguagem teria por função descrever a realidade. Nesta perspectiva, considera-se que a filosofia não pode ser metafísica, ela tem que se voltar para a questão da linguagem, visto que é no âmbito da linguagem que as questões filosóficas devem ser formuladas e resolvidas. Os pressupostos filosóficos do denominado “segundo” Wittgenstein exercem importante influência no pensamento de Mark Bevir. Wittgenstein não trafega no âmbito da teoria do conhecimento, como fazia Kant, por exemplo. Em sua obra intitulada “Investigações Filosóficas”, Wittgenstein defende a idéia da linguagem como ação; entende que os problemas filosóficos dizem respeito ao uso da linguagem. O significado de uma palavra se refere ao seu uso. Com a linguagem se faz mais do que denominar as coisas; faz-se dela um uso variado. A linguagem é entendida como um conjunto de jogos com regras, como dar ordens, agradecer, solicitar, inventar histórias, etc., jogos de linguagem que ocorrem em situações específicas. “A linguagem é comparável a uma vasta caixa de ferramentas, cujo domínio adquirimos progressivamente. Para cada palavra, como para cada ferramenta, podemos dizer que conhecemos a sua *significação* quando conhecemos o seu uso<sup>38</sup>”. E a regra, para Wittgenstein, deve sempre ser contextualizada social e culturalmente, pois não há regra privada, concebida por um indivíduo. O significado de uma palavra refere-se ao uso que se faz dela no contexto de um determinado enunciado, o qual está referenciado num jogo de linguagem particular. O uso de uma palavra é passível de ser observado num contexto de um enunciado e de um jogo de linguagem. Esta não é constituída de uma essência que a análise deva revelar. Nesta perspectiva, o papel do filósofo é o de descrever o funcionamento da linguagem. Em Wittgenstein há um primado do uso da linguagem sobre a questão ontológica e sobre a verdade. A filosofia não deve se preocupar com a correspondência ou não das proposições em relação aos estados de coisas reais; não deve pensar a relação entre enunciados e mundo fenomênico.

---

<sup>38</sup> DELACAMPAGNE, Christian. *História da Filosofia no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 64.

Tomando como ponto de partida a contribuição filosófica de Wittgenstein, Bevir desenvolve uma abordagem interpretativa para a Ciência Política. Critica uma epistemologia de caráter positivista que pressupõe fatos dados separados de contextos teóricos como suporte para o conhecimento. Para Bevir, não existe uma razão pura ou uma experiência pura. As experiências estão invariavelmente impregnadas de teoria. Todos os “fatos” percebidos ocorrem a partir de um conjunto de crenças, de pressupostos teóricos. Bevir destaca a natureza construída das afirmações relativas ao conhecimento. A abordagem de Bevir se baseia numa epistemologia pós-fundacional. Observa-se aqui uma importante influência de R. Collingwood no pensamento de Bevir. Para Collingwood o conhecimento não é algo dado, não é descoberto, mas sim criado, constituído. Os “fatos” são, em parte, constituídos pelos historiadores, nunca são “fatos” puros. Há uma seleção e uma interpretação dos “fatos” pelos historiadores. As interpretações têm um caráter provisório, são incompletas e devem estar abertas à crítica. Collingwood, que adota uma perspectiva idealista, entende que toda a história é a história do pensamento. Bevir considera que para o pós-fundacionalismo, - perspectiva na qual Bevir se insere - todas as experiências são parcialmente construídas por uma teoria prévia. Em decorrência, as crenças também são construídas. Desta forma, as ações, as práticas e as instituições são todas informadas por idéias, crenças ou teorias. Para os pós-fundacionalistas, afirma Bevir, todo o mundo social parece estar impregnado por significados. Há, portanto, uma descrença numa distinção entre aspectos ideacionais e materiais do mundo social. Os realistas críticos, por sua vez, segundo Bevir, parecem associar os aspectos materiais do mundo social com a economia. Para o pós-fundacionalismo a economia é produto de ações que estão impregnadas por idéias, crenças ou teorias. Se os realistas críticos fazem uma associação entre os aspectos materiais do mundo social com a noção de interesses, os pós-fundacionalistas entendem que as pessoas produzem suas próprias compreensões de seus interesses a partir de suas idéias e de suas crenças. Bevir considera que para o pós-fundacionalismo os conceitos sociais não se referem a aspectos materiais do mundo social, como defendem os realistas críticos, mas são construções pragmáticas<sup>39</sup>.

O caráter interpretativo desta perspectiva da Ciência Política, de acordo com Bevir, afasta qualquer possibilidade desta ciência se constituir nos moldes das ciências naturais. A Ciência Política interpretativa constitui-se a partir de formas narrativas de explicação. O traço definidor das narrativas consiste no fato de que elas explicam as ações a partir das crenças e das preferências dos indivíduos. “Nós narramos ações, práticas e instituições, contando a

---

<sup>39</sup> BEVIR, Mark & Rhodes, Rod. “Disaggregating structures: An agenda for critical realism?” *British Politics*, vol. 1, n. 2, 2006.

história de como elas tornaram-se o que são e talvez também de como elas são preservadas<sup>40</sup>”. Bevir considera que só é possível compreender e explicar as práticas e as ações através das crenças e desejos dos atores relevantes. Bevir aponta duas premissas a partir das quais se realiza uma abordagem interpretativa. A primeira é a de que as pessoas agem em consonância com suas crenças e preferências. A segunda é que essas crenças e preferências não devem ser entendidas através de fatos objetivos relativos a elas, como classes sociais ou posição institucional.

A etnografia também tem uma importância na abordagem interpretativa de Bevir. Destaca, na Antropologia, a reflexão de Clifford Geertz, que entende que os homens vivem imersos em redes de significados, construídas pelos próprios homens. Para Bevir, os antropólogos fazem etnologia para que possam revelar os significados relevantes da vida social. A etnografia é interpretativa.

Embora Bevir considere importante o contexto das convenções lingüísticas da época em que o texto é escrito, entende que “os significados estudados pelos historiadores das idéias são produtos da criativa atividade dos indivíduos, e não de contextos lingüísticos ou convenções sociais<sup>41</sup>”. As palavras que os indivíduos empregam têm um sentido social, mas o modo como eles usam as palavras não é definido pelo sentido social. Os indivíduos usam a linguagem de forma criativa para expressar suas crenças. Bevir critica os autores que consideram que a linguagem prescreve o que o autor pode dizer. A linguagem não dá ao autor a intenção que ele pode ter ao produzir um enunciado. Os significados históricos não derivam de estruturas lingüísticas. Bevir entende que “quando as pessoas produzem um enunciado, elas expressam idéias e crenças, e são essas idéias ou crenças que constituem os objetos estudados pelos historiadores das idéias<sup>42</sup>”.

Bevir denomina a sua perspectiva analítica de um individualismo procedimental, pois toma o indivíduo como centro de investigação. Sua abordagem confere um papel chave à agência humana. Bevir concorda com Foucault no que se refere à crítica que o mesmo tece ao projeto moderno, o qual busca sustentar o conhecimento e a ética em fundações objetivas e essenciais. Mas Bevir não se mostra simpático à hostilidade de Foucault a dois conceitos da modernidade, quais sejam, sujeito e razão. A noção de episteme não admite a idéia de um sujeito que tenha capacidade de agência. As estruturas epistêmicas constituem e limitam o sujeito. O indivíduo é fruto de relações de poder. Em Foucault, diz Bevir, “o sujeito não tem

---

<sup>40</sup> BEVIR, Mark & Rhodes, Rod. “An interpretive agenda”. In: Bevir, Mark & Rhodes, Rod. *Interpreting British Governance*. London: Routledge, 2003, p. 20.

<sup>41</sup> BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999, p. 142.

<sup>42</sup> Idem, p. 142.

sua própria fundação ou experiências significativas, raciocínio, crenças e ações fora do contexto social<sup>43</sup>”. Para Bevir, a análise interpretativa de Foucault enfatiza o discurso social em detrimento das crenças dos indivíduos. O sujeito é um produto contingente de práticas discursivas, de técnicas de governo, de tecnologias do ser. “Os conceitos de episteme, linguagem e discurso tipicamente invocam as estruturas sociais que fixam as ações individuais e existem independentemente deles<sup>44</sup>”. Bevir pensa o contexto social não como epistemes, linguagens ou discursos, mas como tradições, as quais não determinam as crenças e as ações dos indivíduos. A abordagem interpretativa de Bevir enfatiza a noção de agência; a idéia de que o sujeito tem a capacidade de pensar e agir de acordo com a sua própria razão. Crenças e ações não devem estar referenciadas apenas ao contexto social. Os indivíduos podem agir de forma criativa por razões que faz sentido a eles. Os indivíduos têm diferentes crenças e agem de formas diferentes apesar de terem como base a mesma estrutura social. Os indivíduos podem pensar criativamente sem que estejam limitados pelos contextos sociais ou práticas discursivas. Mas não há uma autonomia completa do indivíduo, pois a tradição e as redes de crenças influenciam as idéias e as ações individuais.

Para Bevir, as tradições exercem influência sobre as idéias dos indivíduos, mas não as determinam. Uma tradição tem influência sobre as idéias dos indivíduos, mas estes enriquecem as suas idéias ao pensar criativamente a partir das bases de uma tradição. As idéias não são simplesmente manifestações de uma estrutura social, elas são fruto da criativa atuação da agência humana. A tradição não pode ser reificada. A tradição não pode ser tomada como definidora das ações e crenças dos indivíduos; a tradição não é uma influência necessária nas ações e crenças individuais. Caso contrário, o papel da agência seria muito limitado, restrito. A tradição exerce uma influência preliminar sobre o indivíduo, mas não determina suas idéias, suas crenças e ações. As tradições não têm uma essência, não são entidades fixas. As tradições não podem ser percebidas como entidades que personificam traços essenciais ao longo do tempo. As tradições não são dadas, não devem ser descobertas, e nem devem ser hipostasiadas. “Os portadores de uma tradição trazem-na à vida. Eles arranjam seus conteúdos e variações, desenvolvendo suas crenças e práticas, adaptando-as a novas circunstâncias, enquanto a passam para a nova geração<sup>45</sup>”. Uma tradição não existe de forma independente das crenças e ações dos indivíduos. Bevir parece pensar a tradição de forma pragmática. O cientista político deve definir uma tradição a partir dos eventos, crenças e ações

---

<sup>43</sup> Bevir, 2003, p. 24.

<sup>44</sup> Idem, p. 32.

<sup>45</sup> Idem, p. 33.

que deseja compreender. A tradição, que tem um caráter contingente, pode ser pensada como um conjunto de idéias, de crenças, as quais podem ser compartilhadas por grupos de indivíduos, mesmo que tais idéias ou crenças não sejam inteiramente compartilhadas por esses grupos de indivíduos.

Um aspecto importante na abordagem interpretativista de Bevir se refere à questão da mudança. Ou seja, como compreender as mudanças que ocorrem nas tradições? O que faz com que os indivíduos mudem as suas crenças e as suas ações? Para Bevir, quando uma nova experiência ou uma nova idéia entra em conflito com a rede de crenças de um indivíduo, este se encontra diante de um dilema. Face ao dilema, o indivíduo faz um questionamento à sua própria rede de crenças, faz um questionamento à tradição. Se a nova experiência ou a nova idéia leva o indivíduo a mudar a sua crença, esta deve ser incorporada à rede de crenças do referido indivíduo. Dependendo do choque que esta nova crença tem com a rede de crenças do indivíduo, este pode até mesmo reconsiderar toda a sua rede de crenças. Se a nova crença for suscetível de ser incorporada na rede de crenças existentes do indivíduo, a mudança da rede de crenças é apenas parcial. Na medida em que os indivíduos aceitam novas crenças, eles questionam as tradições e as levam a modificações. Para Bevir, nenhuma crença está livre de sofrer revisão. Portanto, os dilemas podem ocorrer em quaisquer crenças dos indivíduos, seja no âmbito da moral, da filosofia, da religião, da ciência, etc. Qualquer área da experiência humana pode levar o indivíduo a incorporar uma nova crença. Os cientistas políticos podem explicar as mudanças no interior das tradições, reportando-se aos dilemas relevantes. Bevir entende que o cientista político e o historiador das idéias não devem fazer uma conexão direta entre dilemas e prováveis pressões objetivas. “As pessoas modificam suas crenças ou ações em resposta a novas idéias que elas tomam como verdade”. Essas idéias não necessariamente precisam refletir pressões reais; elas podem ou não ser precisas. O relevante é que os indivíduos as tomam como verdade. O que interessa são as compreensões inter-subjetivas dos atores políticos.

Em sua abordagem interpretativa, Bevir considera que o historiador das idéias não deve se centrar nem no significado semântico, voltado para as condições de verdade de um determinado enunciado que independem das convenções, e nem no significado lingüístico. A centralidade da análise deve repousar sobre os significados hermenêuticos, ou seja, significados históricos que consistem de crenças expressas que comunicam o ponto de vista individual dos agentes. O significado hermenêutico está vinculado ao indivíduo e às suas redes de crenças, e é intencional e histórico. Os significados históricos se originam da visão que os indivíduos querem transmitir em seus enunciados, sendo que essa visão se refere às

crenças que tais indivíduos expressam. De acordo com Bevir, tais significados têm uma natureza holística, visto que as crenças individuais articulam-se entre si através de redes de significados. As redes de crenças podem ser entendidas como tradições, ou seja, um conjunto de idéias que foram produzidas por gerações. Para Bevir, a interpretação do passado é uma atividade flexível e holística. O historiador deve recuperar as relíquias deixadas pelos antepassados, ou seja, deve recuperar as suas crenças. O historiador das idéias deve interpretar e compreender o significado de crenças expressas por atores relevantes do passado. Para se compreender o significado de uma obra, é preciso antes explicar as razões que levam determinado autor a escrever a referida obra.

Bevir se aproxima dos pós-modernistas na crítica que esses fazem ao fundacionismo epistemológico. Considera que não existem fatos puros que sejam suporte para o conhecimento. Mas isso não implica em aceitar um relativismo irracionalista, como fazem os pós-modernistas. Estes, de acordo com Bevir, parecem dizer que nenhuma narrativa é melhor do que outra. Neste aspecto, Bevir se afasta, por exemplo, do filósofo pragmatista e pós-modernista Richard Rorty, pois este entende que a filosofia na atualidade é apenas uma cultura pós-filosófica. Rorty não estabelece uma distinção entre filosofia, ciência e literatura. Todas fazem parte de uma cultura pós-filosófica. Bevir se opõe ao objetivismo fundacionalista e ao relativismo irracionalista. Diz que é possível mudar o foco da epistemologia: de uma pesquisa para fatos puros, para uma defesa de uma prática humana.

Bevir constitui uma explicação do conhecimento objetivo tendo por base o critério da comparação. Ele denomina sua explicação de conceito antropológico de objetividade. Considera “as práticas e instituições políticas como produtos contingentes de numerosas ações inspiradas por narrativas competitivas<sup>46</sup>”. As práticas políticas não têm um núcleo essencial a partir do qual os cientistas políticos possam tomar como base para compreendê-las e explicá-las. No entanto, diz Bevir, é possível julgar os méritos das narrativas rivais que analisam os objetos políticos contingentes. A questão que se coloca, considera Bevir, se refere aos procedimentos que devem ser usados para tal comparação. Ou seja, como é possível julgar os méritos das narrativas rivais das práticas políticas. Os cientistas políticos não têm acesso aos fatos puros, a partir dos quais eles possam considerar as narrativas verdadeiras ou falsas. Apesar disso, os cientistas políticos podem pensar num “conceito de objetividade definido por fatos compartilhados – como opostos a fatos dados – e por regras normativas compartilhadas,

---

<sup>46</sup> Bevir, 2003, p. 77.

e práticas que estabelecem critérios para narrativas comparativas<sup>47</sup>”. Para Bevir, “A objetividade na história das idéias repousa sobre uma combinação de concordâncias a respeito de certos fatos, num amplo uso da crítica, e numa comparação das visões rivais a partir de critérios definidos de forma clara<sup>48</sup>”. É a partir dessas contribuições teórico-metodológicas desenvolvidas pela Escola de Cambridge e pela abordagem interpretativa de Mark Bevir, que se pretende compreender os conceitos de nacionalismo e de patriotismo produzidos pelos militares nacionalistas e pelos militares antinacionalistas no contexto dos anos 1950 e início dos anos 1960.

### **1.3 Retórica e Pensamento Político**

A questão da retórica tem sido recuperada por pensadores da filosofia e das ciências humanas contemporâneas, os quais buscam incorporar a dimensão retórica num saber que seja crítico aos pressupostos do cientificismo. Desde Descartes, a filosofia moderna se colocou a questão de como é possível conhecer, de que forma os homens chegam ao conhecimento da realidade. Deste modo, a filosofia moderna se dedicou fundamentalmente à teoria do conhecimento, à epistemologia. Desde Descartes, visou-se construir as bases filosóficas sustentadas em idéias seguras e verdadeiras; em idéias claras e evidentes. Os filósofos modernos, ao se perguntarem sobre como ocorre o conhecimento do real, criaram uma dicotomia entre a mente e o mundo real, entre sujeito e objeto. Entre o mundo real e o conhecimento está o sujeito. Desta forma, é a partir da subjetividade que se pode sustentar que o conhecimento seja uma crença verdadeira e justificada. É o sujeito que garante a certeza de que determinados enunciados são verdadeiros. Ou seja, a certeza é algo subjetivo, é um estado da mente, que pode analisar o objeto, o mundo real e construir um conhecimento verdadeiro do mesmo. A subjetividade pode representar a realidade de forma fidedigna. É possível assim uma adequação entre a realidade e a representação mental da mesma. Este pressuposto é próprio da filosofia do sujeito. O pensamento filosófico e científico moderno está marcado pela crença em uma racionalidade instrumental, que pressupõe uma razão humana capaz de conhecer objetivamente o mundo natural e social; de esquadrihar tal realidade e de ter um domínio sobre ela. O mundo natural e social é organizado, sistematizado, quantificado e

---

<sup>47</sup> Bevir, 2003, p. 38.

<sup>48</sup> BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999, p. 80.

matematizado pelo pensamento racionalista. Havia a crença de que a razão humana permitiria aos homens estabelecer um progresso científico e técnico indefinidos. De um modo geral, o saber filosófico e científico moderno propugnou um saber que estivesse fundamentado na certeza e em enunciados não contraditórios. A razão propugnada pelo conhecimento filosófico e científico moderno se referia a uma correspondência entre o saber e a realidade. Os modernos visavam constituir um conhecimento verdadeiro.

Vários autores, principalmente no século XX, passaram a criticar os pressupostos filosóficos e científicos dos pensadores modernos. Dentre eles estão Nietzsche, Thomas Kuhn, Paul Feyerabend, Karl Popper, Wittgenstein, Heidegger, Habermas e Gadamer. A filosofia do sujeito foi duramente criticada por pensadores das ciências e por filósofos, tanto analíticos quanto continentais. Os homens não são primordialmente expectadores do mundo em que vivem, mas são agentes dessa realidade. Desta forma, não é possível constituir um pensamento filosófico ou científico neutro, marcado por uma observação pura da realidade. Nem o sujeito e nem o conhecimento podem ser a-históricos, destituídos de sua historicidade. Embora Karl Popper tenha propugnado a noção de que o conhecimento não seja contraditório, fez contribuições importantes relativas ao conhecimento científico. Para o autor, o conhecimento deve estar relacionado a uma lógica do verossímil e não a uma lógica da verdade. “A teoria científica não é mais que uma simples hipótese humana e não pode ser tomada como evidente nem eternamente infalível<sup>49</sup>”. Desta forma, “a hipótese deve ser apoiada em boas razões, reconhecidas e aceitas como tais pelos membros de uma comunidade científica”. Segundo Rohden, Popper defendeu a importância de uma racionalidade prática, assim como reintroduziu a temporalidade no conceito de ciência<sup>50</sup>. Thomas Kuhn procura fazer uma contextualização sociológica da pesquisa científica, além de assinalar uma relativização da lógica racional no processo de conhecimento. A racionalidade não é mais pensada de forma a-histórica, mas sim vinculada ao pensamento e à ação dos agentes. De acordo com Rohden, Kuhn apontou a falibilidade do conhecimento científico, assim como entendeu que “a conversão de paradigmas envolve a persuasão, não provas lógico-objetivas<sup>51</sup>”.

Apontadas as contribuições anteriores para a crítica do pensamento filosófico e científico moderno, vejamos outros aspectos dessa crítica. O denominado giro lingüístico que ocorreu no saber filosófico e científico contemporâneo tem em Wittgenstein, filósofo

---

<sup>49</sup> ROHDEN, Luiz. *Hermenêutica Filosófica: entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem*. São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 42.

<sup>50</sup> Idem, 2002.

<sup>51</sup> Idem, 2002, p. 42.

analítico, um importante protagonista. Vimos anteriormente alguns pressupostos filosóficos elaborados por Wittgenstein; vimos como o autor considera que as questões de ordem filosófica devem ser formuladas e desenvolvidas no âmbito da linguagem. Para o autor, com a linguagem se faz mais do que denominar as coisas; com ela se faz mais do que comunicar um conhecimento realizado. A linguagem não tem apenas a função de descrição e de representação do mundo. A linguagem é entendida como atividade humana; como um conjunto de jogos com regras, jogos de linguagem que ocorrem em situações específicas. O giro lingüístico ocorreu tanto na filosofia analítica quanto na filosofia continental. Diferentes correntes filosóficas contemporâneas entendem que a linguagem é um tema fundamental ou mesmo central na filosofia. Na filosofia continental, vários filósofos, tais como Heidegger, Gadamer, e mesmo Habermas, cada um ao seu modo, colocam a questão da linguagem como um dos temas centrais em seus escritos filosóficos.

O que importa apontar aqui é que estes autores trabalham com um saber que é crítico ao saber produzido pela ciência e filosofia modernas, um saber marcado pelo racionalismo, pelo cientificismo. Gadamer e Habermas, por exemplo, apontam as reflexões de Vico como um exemplo de produção de saber que se contrapõe a um saber marcado pela cientificidade dos modernos. De acordo com Gadamer, Vico<sup>52</sup> defendeu a tradição do humanismo, se contrapondo à ciência moderna cartesiana. Vico teria recuperado da antigüidade a noção de *sensus communis*, assim como o ideal humanístico da *eloquentia*. Segundo o autor, Vico fez uso do conceito romano de *sensus communis* “que, em contraposição à formação grega, ancoram-se no valor e no sentido de suas próprias tradições da vida civil e social<sup>53</sup>”. Vico fez uso do referido conceito em sua batalha crítica contra os pressupostos da ciência moderna. O *sensus communis* permite alcançar o que é plausível, verossímil. *Sensus communis* não significa apenas “aquela capacidade universal que existe em todos os homens, mas, ao mesmo tempo, o senso que institui comunidade<sup>54</sup>”. Ainda abordando a noção de *sensus communis* em Vico, Gadamer afirma: “é um sentido para a justiça e o bem comum, que vive em todos os

---

<sup>52</sup> Giambattista Vico (1668-1744) foi crítico das correntes filosóficas e científicas predominantes em sua época, como o matematismo de Galileu e de Descartes e o experimentalismo de Bacon. Foi professor (cátedra de eloquência latina e retórica) na Universidade de Nápoles. Para Vico, o método cartesiano negaria o acesso à ampla gama do verossímil. Vico entendia que a poesia, a arte e a eloquência se inspiram muito mais no verossímil do que no verdadeiro e no falso. Vico entendia que era necessário pensar sobre o mundo civil (o mundo da história), mundo criado pelos homens, mas esta investigação deveria ser feita não pelo saber matemático ou geométrico, mas sim pelo saber filosófico e filológico, saberes que teriam uma interação. In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Do Romantismo ao Empiriocriticismo*. São Paulo: Paulus, v. 4, 2005.

<sup>53</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 1999, p. 65.

<sup>54</sup> Idem, p. 63.

homens, e até, mais do que isso, um sentido que é adquirido através da vida em comum, e determinado pelas ordenações e fins<sup>55</sup>”. A noção de *sensus communis* e o ideal humanístico da *eloquentia* (que não é apenas a arte de falar bem, mas argumentar de forma convincente) alicerçam os estudos filológico-históricos desenvolvidos por Vico. Para Gadamer, Vico faz parte de uma tradição humanística, tradição que inclui desde Platão, o saber moral aristotélico, os retóricos romanos, assim como os humanistas renascentistas. O autor entende que é necessário retomar a referida tradição, a qual foi negligenciada pelo moderno conceito de método usado pelas ciências do espírito. De acordo com Gadamer, foi particularmente Melanchton<sup>56</sup> que fez um uso singular da retórica de Aristóteles. Este usou o termo aristotélico *poietike philosophia* que inclui tanto a poética quanto a retórica. Nenhuma delas estaria vinculada a um saber técnico (*tekhne*), mas sim a uma faculdade universal dos seres humanos. Com a contribuição de Melanchton, a retórica “passou da arte de ‘fazer’ discursos para a arte de acompanhar um discurso, compreendendo-o, quer dizer, passou para a arte da hermenêutica<sup>57</sup>”. Melanchton teria defendido a arte retórica como uma arte da interpretação. Gadamer se pergunta como é que, diante da atrofia da tradição humanística, “a reivindicação de verdade do conhecimento das ciências do espírito chegou ao padrão do pensamento de método da ciência moderna, cuja natureza lhe é estranha<sup>58</sup>”. O autor entende que em Kant houve um estreitamento do significado que Vico atribuía à noção de *sensus communis*. “O sentido fundamental e moral desse conceito não encontra mais nele [Kant] nenhum lugar sistemático<sup>59</sup>”.

O autor considera que tanto a retórica quanto a hermenêutica<sup>60</sup> têm uma função essencial na vida social, ambas são universais. Em sua reflexão sobre a hermenêutica, Gadamer estabelece um entrelaçamento entre retórica e hermenêutica.

---

<sup>55</sup> Idem, p. 65.

<sup>56</sup> Filipe Melanchton, que viveu entre 1497 e 1560, foi um colaborador de Lutero e também um crítico de algumas posições do mesmo. Sua principal obra foi *Loci communes*. In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Do Humanismo a Descartes*. São Paulo: Paulus, v. 3, 2004.

<sup>57</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2ª edição, 2004, p. 358.

<sup>58</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 1999, p. 67.

<sup>59</sup> Idem, p. 79.

<sup>60</sup> Vejamos alguns aspectos da noção de hermenêutica em Gadamer. Ao falar em jogos de linguagem, Wittgenstein entende que o jogador é um observador prático que descreve como um jogo ocorre. “O interesse reside mais em apreender e averiguar a validade e o cumprimento das regras, independentemente da experiência que realiza o sujeito ao jogar” (ROHDEN, 2002, p. 62). Para Gadamer, o jogo é ontológico, visto que o autor entende que o jogador está envolvido no referido jogo, “é afetado ao jogar e a preocupação com a validade das regras permanece imbricada com seu modo de viver” (ROHDEN, 2002, p. 63). De acordo com Rohden, Heidegger e Gadamer entendem que a

Mas onde deveria se apoiar também a reflexão teórica sobre a compreensão, se não na retórica, a qual, desde a antiga tradição, representa o único advogado de uma pretensão de verdade que defende o verossível, o *eikos* (*verosimile*)? E o que se torna evidente pela razão comum contra a pretensão demonstrativa e de certeza da ciência? Persuadir e evidenciar sem lançar mão da demonstração é o objetivo e o parâmetro tanto da compreensão e da interpretação quanto da arte da persuasão e do discurso<sup>61</sup>.

A compreensão e a retórica são universais e fazem parte da estrutura da linguagem humana. Para o autor, a “universalidade da estrutura da linguagem humana mostra-se como um elemento ilimitado que sustenta tudo<sup>62</sup>”. E não apenas a cultura é transmitida pela linguagem, mas tudo mesmo, pois “tudo é assumido pela compreensibilidade na qual nos relacionamos uns com os outros<sup>63</sup>”. Gadamer entende que “os aspectos retórico e hermenêutico da estrutura da linguagem humana encontram-se perfeitamente penetrados<sup>64</sup>”. Não haveria retórica “se o entendimento e o consenso não sustentassem as relações humanas<sup>65</sup>”. Por outro lado, “não haveria nenhuma tarefa hermenêutica se não fosse rompido o consenso daqueles que ‘são um diálogo’ e não se precisasse buscar o entendimento<sup>66</sup>”.

Destacamos acima alguns aspectos que denotam os esforços de Gadamer em propugnar por um saber filosófico e científico contraposto à metodologia científica moderna. Em sua hermenêutica filosófica ou histórica, Gadamer coloca a retórica como um aspecto importante da hermenêutica. Quentin Skinner, um pensador vinculado à tradição analítica, retoma a questão da retórica e a usa como um instrumental relevante em sua abordagem da história do pensamento político. Em sua análise, Skinner estabelece uma relação entre

---

linguagem não se restringe aos seus diferentes usos. “Nela e com ela não apenas fazemos coisas – atos ilocucionários, perlocucionários – ou descrevemos *a posteriori*, mas desde sempre somos (ROHDEN, 2002, p. 63)”. A linguagem e a experiência histórica são aspectos fundamentais da hermenêutica filosófica ou histórica de Gadamer. O ser é linguagem e a própria experiência humana é estruturada linguisticamente. De acordo com Rohden, a experiência hermenêutica é constituída por alguns traços essenciais, dentre eles estão a finitude, a historicidade, a ambigüidade e a abertura (ROHDEN, 2002, p. 93). Se os textos, as artes, as instituições, etc. devem ser pensadas na sua historicidade, o mesmo deve ocorrer com os homens, pois estes também estão imersos em sua historicidade, em sua tradição.

<sup>61</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2ª edição, 2004, p. 275-276.

<sup>62</sup> Idem, p. 276.

<sup>63</sup> Idem, p. 276.

<sup>64</sup> Idem, p. 277.

<sup>65</sup> Idem, p. 277.

<sup>66</sup> Idem, p. 277.

retórica<sup>67</sup> e mudança conceitual. As contribuições feitas por Skinner sobre a questão da retórica são particularmente importantes na análise que aqui se empreende sobre o pensamento político dos militares brasileiros.

No item relativo à abordagem teórico-metodológico, assinalamos aspectos relevantes da abordagem skinneriana para a história do pensamento político. Vimos que Skinner enfatiza o contextualismo lingüístico em sua abordagem da história do pensamento político, entendendo que os textos produzidos no passado devem ser compreendidos no contexto histórico. O significado de um texto, de um proferimento, não pode ser interpretado fora do contexto histórico no qual foi produzido, visto que o autor, ao produzir um determinado enunciado ou discurso, estava também realizando uma ação, estava engajado em alguma atividade. Desta forma, para que se compreenda o significado de uma obra ou de um discurso feito no passado, o estudioso deve-se perguntar o que o autor estava fazendo ao proferir um discurso ou escrever um texto; em qual atividade ele estava engajado ao fazer determinado proferimento. O texto ou discurso deve ser compreendido como um ato deliberado de comunicação. Desta forma, Skinner propõe analisar o pensamento político no contexto histórico e lingüístico no qual foi produzido (escrito ou falado), levando-se em consideração as disputas retóricas nas quais os autores estavam envolvidos. De acordo com Kari Palonen, Skinner estaria dando importante atenção à questão da retórica no pensamento político moderno. Palonen entende que Skinner foi protagonista de uma “virada retórica” nas Ciências Humanas. Na metodologia skinneriana há uma prioridade da “experiência vivida” em relação às abstrações intelectuais, resultado da primazia que o autor confere à ação no universo da política<sup>68</sup>.

Para Skinner, mesmo os mais geniais pensadores políticos, autores dos tratados mais abstratos e sistemáticos, encontravam-se irremediavelmente envolvidos nas disputas políticas e intelectuais de sua própria época. Assim, somente quando os consideramos dentro de seus respectivos contextos de convenções lingüísticas e normativas podemos almejar a compreensão histórica de seus textos. O pensador político deve ser compreendido como um tipo específico de político, um político que age em contextos de disputas

---

<sup>67</sup> É oportuno observarmos aqui que José Murilo de Carvalho, ao refletir sobre a história intelectual no Brasil, aponta a relevância do uso da retórica como chave de leitura para a referida história intelectual. O autor afirma: “A recuperação da tradição retórica teve por finalidade explorar a possibilidade de usá-la como instrumento de trabalho na prática da história intelectual. Não é preciso lembrar que tal exercício tem diretamente a ver com a ‘virada lingüística’ na filosofia, depois transplantada para a crítica literária e para a história intelectual. A virada lingüística refere-se precisamente à recuperação da dimensão retórica do discurso. In: CARVALHO, José Murilo de. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, 2006, p. 136.

<sup>68</sup> SILVA, Ricardo. “Retórica e Contingência na Teoria Política”. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, nº 9, out. 2006, pp. 195-200.

retóricas em torno de conceitos mediante os quais não somente se compreendem, mas sobretudo justificam-se ou contestam-se instituições e comportamentos políticos<sup>69</sup>.

Os proferimentos de teóricos da política e da filosofia, de intelectuais em geral, assim como de atores políticos devem ser compreendidos no contexto lingüístico e social do qual estavam vivenciando, assim como nas disputas políticas ou intelectuais da qual estavam participando. Desta forma, Skinner destaca o papel da agência e das disputas retóricas em torno de conceitos nas quais os autores de textos ou de discursos estavam envolvidos. Palonen afirma que Skinner, ao adotar a abordagem retórica “levou de forma mais radical que antes o estudo do pensamento político em direção ao pensar dos agentes políticos e em direção às práticas que o regulam e inspiram<sup>70</sup>”. O estilo de teorização política empreendida por Skinner é historicizante, assim como marcada por uma radical temporalidade e pela contingência das ações e dos processos políticos<sup>71</sup>.

O autor entende que a linguagem normativa está carregada de juízos de valor. Além disso, considera que todo julgamento moral e cognitivo é mediado pelos conceitos, sendo que estes são construídos historicamente. Tanto Skinner quanto Koselleck<sup>72</sup> consideram que os conceitos possuem história. Mas a abordagem de Koselleck está focada na mudança conceitual de longo prazo, ao passo que Skinner está interessado na mudança conceitual mais “pontilhista”; mudança conceitual que ocorre em circunstâncias específicas, de tempo curto. Para Palonen, Skinner tem uma visão retórica a respeito da mudança conceitual, enquanto Koselleck aborda a questão em termos de teoria dos tempos históricos<sup>73</sup>. Skinner afirma que a forma de mudança conceitual na qual está interessado é a de caráter retórico. O autor relaciona questões de ordem conceitual com controvérsias e disputas políticas e intelectuais contingenciais. De acordo com Palonen, para Skinner o estudo das mudanças conceituais

---

<sup>69</sup> Idem, p. 198-199.

<sup>70</sup> JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (org.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 131.

<sup>71</sup> SILVA, Ricardo. “Retórica e Contingência na Teoria Política”. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, nº 9, out. 2006, pp. 195-200.

<sup>72</sup> Na área da história do pensamento político, o alemão Reinhart Koselleck desenvolveu a abordagem denominada de história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*). De acordo com Kari Palonen, “a principal diferença entre suas posições [Skinner e Koselleck], e que poderia talvez ser formulada em termos Skinnerianos, é que Koselleck partilha a posição hermenêutica tradicional interessada no sentido dos conceitos, enquanto Skinner está mais interessado na ação lingüística relacionada ao uso dos conceitos”. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (org.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006, p. 129.

<sup>73</sup> PALONEN, Kari. “Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck”. *Redescriptions. Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 3, 1999, p. 43.

“deve ser analisada em termos de ações linguísticas, abrangendo os vários e mutáveis usos dos conceitos<sup>74</sup>”. Deve-se focar nos usos que os agentes fazem dos conceitos em argumentos. Ao usar um conceito em um argumento o agente está realizando um ato ilocucionário, e essa ação denota um movimento do agente na defesa de uma idéia. “Os conceitos não são entidades estáveis, eles podem ser mudados em qualquer momento, e eles existem apenas em ‘movimento’. Isto é, quando eles são usados como movimento, como instrumentos políticos de ação<sup>75</sup>”. Em meio às controvérsias ou disputas políticas e intelectuais, os agentes procuram legitimar o uso que fazem de determinados conceitos. Para Palonen, Skinner procura explicitar o significado político dos conceitos. Estes “servem como instrumentos estratégicos para ações políticas. Eles moldam o horizonte das possibilidades políticas em determinada situação<sup>76</sup>”. Ainda de acordo com Palonen, “o princípio retórico de argumentação *in utramque partem*<sup>77</sup>, acentua a contestabilidade política dos conceitos<sup>78</sup>”.

O tipo de mudança conceitual preconizado por Skinner se origina quando uma ação ou uma situação é descrita por um termo valorativo, que normalmente não seria usado para descrever a referida ação ou situação. “O objetivo é persuadir uma audiência de que, apesar das aparências, o termo pode ser convenientemente empregado – em virtude de seu significado ordinário – ao caso em questão<sup>79</sup>”. O efeito que se espera ao persuadir alguém em aceitar tal julgamento é o de fazê-lo perceber a situação em questão sob um novo prisma moral. Desta forma, uma ação que anteriormente poderia ser percebida como louvável, passaria a ser vista como condenável. Por outro lado uma ação que antes seria vista como condenável, passaria a se tornar digna de louvor. Skinner avalia positivamente e incorpora vários pressupostos dos teóricos clássicos da eloquência que escreveram a respeito das técnicas de redescrição retórica. Dentre as idéias dos referidos teóricos o autor assinala a de que sempre haverá graus de vizinhanças entre termos avaliativos que aparentemente são conflitantes. Baseando-se nas idéias dos retóricos clássicos, Skinner afirma que “todas as tentativas de legislar sobre o uso ‘correto’ dos termos normativos, devem ser consideradas como igualmente tendo uma conotação ideológica<sup>80</sup>”. O autor aborda a técnica da redescrição

---

<sup>74</sup> Idem, p. 46.

<sup>75</sup> Idem, p. 46.

<sup>76</sup> Idem, p. 47.

<sup>77</sup> Argumentos plausíveis, mas com posições opostas.

<sup>78</sup> PALONEN, Kari. “Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck”. *Redescriptions. Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 3, 1999, p. 47-48.

<sup>79</sup> SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002, p. 182.

<sup>80</sup> Idem, p. 182.

retórica se referindo à discussão feita pelos retóricos clássicos, particularmente à contribuição de Quintiliano. Este, segundo Skinner, nomeia a redescrição retórica como a técnica da *paradiastole*. De acordo com o autor, Quintiliano levanta a seguinte questão: a de uma pessoa que está sendo julgada e que o advogado de acusação descreve os fatos de modo a influenciar os jurados a acreditarem na culpa daquela pessoa. Quintiliano diz que o acusado fica sem condições de negar o ocorrido e aí se pergunta como o mesmo deve proceder. Em seguida, o autor de *Institutio Oratoria* responde que o acusado deve redescrever os fatos de forma diferente daquela feita pelo advogado de acusação; deve apontar diferentes causas, diferentes estados de espírito e também diferentes motivos para o que ocorreu. Skinner afirma que, conforme a ênfase dada por Quintiliano, pode-se considerar “que a essência da técnica consiste em substituir uma dada descrição valorativa por um termo rival, que sirva para retratar a ação de modo não menos plausível, mas que sirva ao mesmo tempo para colocá-la em uma perspectiva moral contrastante<sup>81</sup>”. Desta forma, aquele que redescrive a ação visa persuadir a audiência a concordar com os novos argumentos, com a nova forma de descrever a ação. Em decorrência disso, espera-se que a audiência possa adotar uma nova atitude em relação à ação em questão. Skinner entende que, quanto mais as pessoas são persuadidas “de que um dado termo avaliativo se aplica em circunstâncias nas quais elas nunca poderiam ter pensado em aplicar<sup>82</sup>”, mais amplamente se deve persuadi-los a empregarem o dado termo na avaliação da vida social e política. Para Palonen, “a redescrição retórica oferece a Skinner uma perspectiva histórica para a interpretação de problemas normativos e legitimadores da mudança conceitual a partir da perspectiva da ação lingüística<sup>83</sup>”.

Passaremos agora a assinalar importantes aspectos consoantes às técnicas retóricas que Quentin Skinner trabalha em seu livro *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*<sup>84</sup>. No livro, Skinner afirma ter por objetivo “situar a teoria e a prática hobbesianas da ciência civil no contexto intelectual em que ela foi formada<sup>85</sup>”. As preocupações do autor se voltam para a compreensão das contribuições de Hobbes nos debates relativos às ciências morais no contexto da cultura renascentista. De acordo com Skinner, no desenvolvimento intelectual de Hobbes, visto a partir de seu envolvimento com o humanismo, pode-se considerar que

---

<sup>81</sup> Idem, p. 183.

<sup>82</sup> Idem, p. 186.

<sup>83</sup> PALONEN, Kari. “Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck”. *Redescriptions. Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 3, 1999, p. 48.

<sup>84</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999.

<sup>85</sup> Idem, p. 22.

Hobbes incorporou em seus primeiros trabalhos a cultura retórica do humanismo renascentista. “A partir dos primórdios de sua educação, Hobbes imbuiu-se de uma compreensão retórica da *scientia civilis*<sup>86</sup>”. Mas se afastou desta perspectiva em fins da década de 1630 ao trabalhar o tema da *scientia civilis*, criticando o ideal renascentista consoante a uma união entre a razão e a retórica, entre a ciência e a eloquência. Sua obra “Sobre o Cidadão”, produzida no começo dos anos 1640, tem um caráter anti-retórico. No entanto, a partir de 1651, quando escreveu o “Leviatã”, Hobbes, segundo Skinner, voltou a defender e inclusive a empregar em seus textos as idéias dos humanistas renascentistas relativas à relação entre razão e retórica. Essa mudança de postura de Hobbes foi ainda mais acentuada na versão que o autor fez do “Leviatã” em latim, em 1668. Hobbes passou a admitir que, “para que a razão prevaleça, precisamos complementar e implementar suas descobertas por meio das artes retóricas<sup>87</sup>”. No início de sua análise, Skinner explicita o uso que ele faz do termo retórica, considerando que o emprego que ele faz do termo é semelhante à aplicação que o próprio Hobbes faz no “Leviatã”. “Utilizo-a para descrever um conjunto característico de técnicas lingüísticas (...) derivadas das doutrinas retóricas da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio*, os três *elementa* principais das teorias clássicas e renascentistas sobre a eloquência escrita<sup>88</sup>”. Skinner analisa a questão da retórica a partir dos debates produzidos pelos humanistas renascentistas ingleses, particularmente os autores da era Tudor: Thomas Wilson, Roger Ascham, Henry Peacham, Richard Sherry, Petrus Ramus, Thomas Elyot, dentre outros. Em sua análise, demonstra como que esses autores se basearam na produção intelectual produzida pelos retóricos clássicos, particularmente Cícero e Quintiliano, e também no texto “*Rhetorica ad Herennium*”, de autor desconhecido, mas que até o século XVI era considerada uma obra de Cícero. De acordo com Skinner, os humanistas renascentistas abordaram os textos dos clássicos como se os mesmos fossem textos contemporâneos, sem considerar o contexto histórico em que foram produzidos.

Segundo o autor, na teoria retórica inglesa, o conceito *inventio* é traduzido dos retóricos romanos como “invenção de argumentos”, o que pode levar a uma noção equivocada de “fabricar” uma argumentação. Essa idéia não corresponde ao sentido que os retóricos romanos davam a essa categoria. Na concepção clássica, “a faculdade da invenção é a de descobrir os ‘lugares’ em que se podem encontrar argumentos adequados, com vistas a

---

<sup>86</sup> Idem, p.26.

<sup>87</sup> Idem, p. 19.

<sup>88</sup> Idem, p. 21.

apresentá-los no estilo mais persuasivo<sup>89</sup>”. Ao contrário da noção de *inventio*, considerada pelos retóricos romanos a primeira e mais importante parte da retórica, a noção de *dispositio* não recebe a mesma importância e destaque por parte daqueles autores. Cícero é o autor, dentre os retóricos romanos que mais valorizou a noção de *dispositio*. Essa noção significa que o orador, após ter descoberto os argumentos que deve fazer uso, tem que saber o modo mais adequado de ordenar, de organizar os argumentos. A terceira parte da retórica que o orador deve cultivar refere-se à noção de *elocutio*, entendida como “a capacidade de escrever e falar com plena expressividade e, por conseguinte, da maneira mais convincente<sup>90</sup>”. Segundo o autor, admitia-se que havia “dois aspectos principais da *elocutio* e, portanto, dois elementos característicos num Estilo Grandioso plenamente persuasivo<sup>91</sup>”. O primeiro diz respeito à capacidade de falar e escrever com clareza e lucidez, como observado acima. O segundo aspecto da *elocutio* se refere ao *ornatus*. Este não se refere, como pode parecer num primeiro momento, a “recursos superficiais de eloquência’ ou em ‘atavios verbais gratuitos’<sup>92</sup>”. Conforme observa Skinner, no latim clássico o termo *ornatus* era usado “para descrever as armas e equipagens de guerra. Ser adequadamente *ornatus* é estar equipado para a batalha, fortemente provido de uma armadura e protegido<sup>93</sup>”. Existem duas formas pelas quais é possível utilizar o *ornatus* com o intuito de ampliar os enunciados, assim como dotá-los de força. Uma delas consiste na técnica da resdescrição; resdescrever os atos ou as situações em questão, visando reforçar a interpretação que se deseja dar aos mesmos. A outra forma refere-se ao uso de figuras e tropos de linguagem para realçar os argumentos.

Para alguns autores do humanismo renascentista inglês, a preocupação em entender a retórica estava relacionada à necessidade de promover a cultura cristã, particularmente o protestantismo. A compreensão da retórica poderia contribuir para aqueles que pregavam a palavra do Senhor nas assembleias, assim como contribuir no entendimento das Escrituras Sagradas. Este estilo retórico se baseava mais em fontes helenísticas e menos nos clássicos romanos.

Porém, os ginásios da Inglaterra do fim da era Tudor e início da era Stuart continuaram a ser exercitados numa tradição de retórica secular basicamente romana, segundo a qual a importância ou o propósito de estudar a *ars rhetorica* era de caráter cívico e político. Sem dominar essa arte, afirmava-

---

<sup>89</sup> Idem, p. 68.

<sup>90</sup> Idem, p. 69.

<sup>91</sup> Idem, p. 69.

<sup>92</sup> Idem, p. 70.

<sup>93</sup> Idem, p. 70.

se, não se podia ter realmente esperanças de desempenhar os deveres mais importantes da nobreza ou da cidadania<sup>94</sup>.

Segundo Skinner, a necessidade dos retóricos ingleses de compreender a retórica tendo por referência a atividade cívica e política adveio, em parte, da noção de cidadania que eles herdaram dos retóricos romanos clássicos. Para estes autores, como Cícero e Quintiliano, o cidadão não deve se afastar da vida pública, pois participar das questões públicas é dever do cidadão. O homem cívico é aquele que participa ativamente da vida pública, visando os interesses da comunidade. Uma forma positiva da cidadania, enunciada pelos retóricos romanos, “centrava-se na figura do *bonus civis* ou *vir civilis*, o homem que sabe pleitear por justiça nos tribunais e deliberar nos conselhos e nas assembléias populares da *res publica*, de maneira a promover medidas que sejam a um tempo proveitosas e honradas<sup>95</sup>”. O verdadeiro *vir civilis*, homem cívico, deve ser dotado das virtudes necessárias para atuar na vida cívica, política. O *vir civilis* deve ser capaz de instruir os demais na verdade, o que exige que ele tenha *sapientia*. E para que se conheça a verdade, é preciso que o *vir civilis* tenha duas qualidades essenciais, que são a sabedoria e a prudência. Cícero e Quintiliano apontaram ainda a necessidade do *vir civilis* cultivar outras virtudes morais, como a justiça e a firmeza. Mas os retóricos romanos consideravam que havia uma qualidade ainda mais importante para que o *vir civilis* pudesse orientar os demais com sabedoria, que é a *ratio*, a razão. O cidadão deve ser dotado de razão, de capacidade de raciocínio para que possa adquirir a ciência, o saber sobre os temas que pretende abordar. Caso contrário, sua fala, seus enunciados são inconsistentes e não tem valor.

Essa noção de cidadania, do comportamento que deve ter o verdadeiro homem cívico, é incorporada e desenvolvida pelos humanistas ingleses. Mas o ideal do *vir civilis*, para os humanistas ingleses também estava relacionado com o propósito que eles tinham de reivindicar uma participação no espaço público. Assim, além de atuarem como professores dos *studia humanitatis* e tutores de príncipes e da nobreza, os humanistas ingleses visavam ser conselheiros de Estado, entrar para o Parlamento, enfim, participar das atividades públicas.

Mas não basta que o *vir civilis* seja dotado de *ratio*, que o permite chegar à verdade. Há ainda outra qualidade indispensável, segundo os retóricos romanos, que se refere à eloquência, pois é a partir desta que o orador poderá levar seus ouvintes a aceitar a verdade que o orador pretende apresentar ou defender. *Ratio* e *eloquentia*, razão e eloquência

---

<sup>94</sup> Idem, p. 102.

<sup>95</sup> Idem, p.104.

permitem que o *vir civilis* tenha um domínio da *scientia civilis*. Os humanistas ingleses seguem as proposições feitas pelos retóricos romanos no que se refere à questão da eloquência, dando a mesma ênfase à necessidade de se argumentar de forma persuasiva, portanto, de se falar com eloquência. A sabedoria sem a eloquência não pode persuadir, não pode conquistar as platéias para as idéias propostas.

Embora enfatizem a arte da fala ao abordarem a arte retórica (*ars rhetorica*), os retóricos romanos não a restringem à oratória. Para eles, “a eloquência tanto pode assumir uma forma escrita quanto falada<sup>96</sup>”. Os retóricos ingleses também concordaram com essa consideração, entendendo que a arte retórica deve ser empregada tanto na fala quanto na escrita. Olivier Reboul<sup>97</sup> afirma que a retórica deve ser entendida como a arte de persuadir pelo discurso, sendo que este pode ser tanto um texto quanto um discurso oral. Desta forma, panfletos, ensaios, tratados de filosofia, de teologia e de ciências humanas são exemplos de discursos que visam persuadir.

Skinner analisa os meios de persuasão debatidos pelos retóricos romanos e posteriormente incorporados e debatidos pelos humanistas ingleses. Dentre os meios de persuasão estão os *loci communes* (lugares comuns). *Loci* quer dizer o lugar no qual é possível encontrar argumentos que sejam convincentes para o orador usar na defesa de sua causa. De acordo com Reboul<sup>98</sup>, o termo *lugar* tem diferentes sentidos e um de seus sentidos se refere a uma questão típica. Nesse sentido, *lugar* é uma questão que permite encontrar argumentos convenientes para a defesa de uma causa. Determinadas questões já tem argumentos prontos que podem ser favoráveis ou contrários à causa. Skinner afirma que Elyot, ao falar sobre os *loci communes* em seu livro *The Governor*, considerou a “necessidade de se dominar ‘os lugares de onde eles devem retirar suas razões’<sup>99</sup>”. E Sherry, em sua obra *Tratado sobre construções e tropos*, se refere a lugares “para denotar os argumentos que ‘concernem indiferentemente a todas as espécies e partes das questões’<sup>100</sup>”. Segundo o autor, Sherry acrescentava que era possível pensar nos lugares “como sedes de argumentos, que os retóricos aplicam a cada um dos tipos de causas’<sup>101</sup>”. De acordo com Skinner, Cícero faz uma distinção entre dois tipos de argumentos. O primeiro tipo é aquele que está diretamente ligado à causa que está sendo debatida. O outro tipo de argumento é mais abrangente e pode ser

---

<sup>96</sup> Idem, p. 144.

<sup>97</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>98</sup> Idem, 1998.

<sup>99</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999, p. 163.

<sup>100</sup> Idem, p. 163.

<sup>101</sup> Idem, p. 163.

usado e adaptado para outros casos. Os *loci communes* são desse segundo tipo de argumento e podem, portanto, ser aplicados em diferentes casos. O orador deve fazer uso dos *loci communes* (lugares comuns), ou seja, fazer uso das crenças e opiniões usualmente aceitas, com o intuito de reforçar a defesa da causa em questão. Para Skinner, ao falar sobre a noção de *loci*, Cícero exemplifica-o com um *topos* judicial: “devem as intenções ser levadas em consideração na avaliação da culpa, ou devem apenas os atos ser julgados?”<sup>102</sup>. Quando o orador tem por função fazer a acusação ele pode extrair do *lugar* a seguinte máxima: “quando um ato é sumamente vil, não se deve mitigá-lo ou desculpá-lo de maneira alguma”<sup>103</sup>. No caso do orador ser o advogado de defesa, a máxima que ele pode buscar no *lugar* “é a que declara que o caráter de uma ação nunca pode ser conhecido sem que se examinem as intenções subjacentes a ela”<sup>104</sup>. Segundo Skinner, o orador será mais eficiente que seu concorrente na medida em que demonstrar mais capacidade para selecionar e empregar os preceitos usualmente aceitos; o orador que tiver maior capacidade de “servir-se de pressupostos popularmente aceitos”<sup>105</sup>.

Outro aspecto da persuasão que os retóricos romanos e os retóricos ingleses defendiam se refere à questão das emoções. O orador deve acrescentar *pathos* ao *logos*. Ou seja, o orador deve apelar para as paixões dos ouvintes, deve ter a capacidade de tocar as emoções dos ouvintes em favor de seus argumentos, em favor da causa defendida. Os retóricos romanos e os retóricos ingleses entendiam que a capacidade de despertar as emoções é um instrumento nuclear da arte retórica. Os últimos enfatizaram ainda mais a importância dos aspectos emocionais na arte retórica. O orador tem por tarefa primordial fazer com que a platéia passe a adotar o seu ponto de vista. E o modo mais seguro de garantir que essa tarefa se realize “é falar de maneira que a platéia seja não apenas convencida, porém ‘grandemente comovida’”<sup>106</sup>. Desta forma, somente quando o orador toca emocionalmente os ouvintes é que se pode esperar que os mesmos passem para o lado daquele. É preciso comover e emocionar os ouvintes, instigando-os a aceitarem o ponto de vista do orador.

O *ethos* também pode ser empregado na tarefa de persuasão. “Ainda que nossas paixões sejam diversificadas e maleáveis, o orador continua a enfrentar o problema de moldá-las para que sirvam a seus próprios objetivos”<sup>107</sup>. E um modo de fazer isso é estabelecendo

---

<sup>102</sup> Idem, p. 164.

<sup>103</sup> Idem, p. 164.

<sup>104</sup> Idem, p. 164.

<sup>105</sup> Idem, p. 165.

<sup>106</sup> Idem, p. 171-172.

<sup>107</sup> Idem, p. 176.

um *ethos* adequado. Para Quintiliano, um aspecto importante de se produzir um bom *ethos*, na arte retórica, é aquele em que o orador procura mostrar a seriedade e probidade de si mesmo. É preciso passar aos ouvintes uma boa imagem de si mesmo. Sem demonstrar qualquer traço de arrogância, o orador deve apresentar-se como alguém que tem firmeza de caráter, que tem moderação, para assim ser bem visto pelos ouvintes. Em decorrência desse comportamento, o orador pode fazer com que seus ouvintes examinem seus argumentos com mais atenção e benevolência. Quintiliano enfatizou que “devemos dar uma impressão de completa imparcialidade, ‘fazendo que tudo o que dizemos pareça provir simplesmente dos dados factuais da questão e do caráter das pessoas implicadas’<sup>108</sup>”. Da mesma forma em que o orador deve se apresentar como tendo um bom *ethos*, deve aproveitar a oportunidade, segundo o *Ad Herennium*, de colocar em dúvida o caráter do adversário. “Podemos ter a expectativa de provocar ódio contra nossos antagonistas ‘se pudermos apontar algum ato vil, presunçoso, pérfido, cruel, arrogante, malévolo ou ignominioso que eles tenham cometido’<sup>109</sup>”. Thomas Wilson, um dos retóricos da era Tudor, defendeu igualmente a idéia de que o orador deve se apresentar como tendo um excelente caráter; deve se apresentar como portador de moderação e modéstia. Além disso, concordou com o *Ad Herennium*, ao defender a posição de que o orador deve procurar solapar o caráter de seu opositor, deve procurar fazer com que os ouvintes tenham desprezo pelo seu oponente. Os retóricos romanos e, de forma mais acentuada, os retóricos ingleses do Renascimento, falaram numa ampliação dos argumentos para que o orador alcance o apoio emocional dos ouvintes. “Devemos encontrar meios de expor os fatos de um modo mais favorável ao nosso lado do que eles se apresentam, em termos estritamente verdadeiros<sup>110</sup>”. Quintiliano defendeu essa posição, entendendo que o orador, mesmo sendo um homem virtuoso, deve desviar os juízes da verdade se a situação assim o exigir, tendo como causa final a promoção da justiça.

Como vimos, um dos modos pelos quais se faz uso do *ornatus* para ampliar e dar força aos enunciados refere-se à redescrição dos fatos ou situações. Deve-se redescrever fatos ou situações de modo a que esta redescrição seja favorável à causa defendida pelo orador. Mas o passo anterior à redescrição dos fatos refere-se ao questionamento da descrição feita pelo opositor; questionar o uso de determinados termos naquela descrição. Deve-se demonstrar à audiência que a descrição feita anteriormente é enganosa e não condiz à realidade dos acontecimentos. Desta forma, é necessário redescrever tais acontecimentos de modo mais

---

<sup>108</sup> Idem, p. 178.

<sup>109</sup> Idem, p. 179.

<sup>110</sup> Idem, p. 182.

verdadeiro, de modo mais condizente com as posições do orador, visando assim fazer com que os ouvintes se posicionem ao lado do orador. Mas a questão não se restringe apenas a trocar uma palavra por outra (*verbum pro verbo*), conforme observou Quintiliano, mas particularmente de substituir uma coisa por outra (*re pro re*). Quintiliano quis dizer que a *re* (o comportamento efetivo implicado) tem o um caráter moral diferente daquele que fora atribuído pelo orador opositor. Por exemplo, ao invés de usar o termo negligência para se referir à ação, pode-se falar em simplicidade de espírito. “Se é possível conseguirmos contestar a descrição de determinado ato ou estado de coisas, muitas vezes é possível, *eo ipso*, conseguirmos questionar ao mesmo tempo sua avaliação moral<sup>111</sup>”. Skinner afirma que, baseando-se nos exemplos dados por Quintiliano, “as redescrições propostas servem (...) para reavaliar o que foi feito: alguém que parecia passível de condenação é, pelo menos, parcialmente absolvido<sup>112</sup>”. A redescrição deve ser feita a partir do uso de diferentes termos, mantendo-se uma descrição plausível da ação, mas colocando-a sob uma perspectiva moral diferenciada. O orador pode, em favor de seus argumentos, trabalhar com as noções de virtude e vício, de bem e de mal. O orador “pode sempre ter esperanças de desculpar ou atenuar até certo ponto uma má ação, rotulando-a com o nome de uma virtude vizinha. Inversamente, pode sempre ter a esperança de denegrir ou depreciar uma boa ação, rotulando-a com o nome de algum vício vizinho<sup>113</sup>”.

Ao ampliar os enunciados com o intuito de cativar os ouvintes ou os leitores, os escritores ou oradores devem fazer uso das figuras de linguagem e de tropos de linguagem. Assim sustentavam os retóricos clássicos e posteriormente os retóricos ingleses. Quintiliano, segundo Skinner, observou que o orador pode “cultivar a capacidade quase alucinatória de formar ‘imagens mentais’<sup>114</sup>”. O orador deve ter a habilidade de criar uma imagem da cena da qual está descrevendo; deve trabalhar com imagens eloqüentes da situação que pretende descrever, levando o ouvinte a se emocionar com o relato. Os teóricos romanos chegaram a falar que os oradores mais cativantes são aqueles que transformam os ouvintes em espectadores. O autor assinala uma síntese feita por Quintiliano a respeito do uso de imagens na descrição da ação ou situação: “O bom orador não apenas expõe ou narra seu caso; ele ‘exibe’ os fatos, de maneira que estes possam ser como visualmente inspecionados<sup>115</sup>”. Segundo Skinner, a idéia dos retóricos romanos e renascentistas é a de que se o orador deseja

---

<sup>111</sup> Idem, p. 200.

<sup>112</sup> Idem, p. 200.

<sup>113</sup> Idem, p. 212.

<sup>114</sup> Idem, p. 251.

<sup>115</sup> Idem, p. 253.

despertar as emoções na platéia, deve “aprender a expor imagens da verdade<sup>116</sup>” e, para que isso ocorra, é necessário fazer um uso adequado das figuras e tropos de linguagem, particularmente do símile<sup>117</sup> e da metáfora. “Essa visão da linguagem figurada como um meio de exibir uma imagem da verdade entranhou-se tão profundamente que as figuras e tropos acabaram sendo descritos simplesmente como ‘imagens’<sup>118</sup>”. Para que o uso de figuras e tropos tenha maior repercussão, os retóricos clássicos e os romanos renascentistas consideraram a necessidade de se seguir dois critérios. Não se deve fazer uso de figuras muito óbvias ou conhecidas, e sim de figuras que provoquem a fantasia, que sejam novas e surpreendentes. O segundo requisito exige do orador que o mesmo viaje através das imagens, mas que não se perca nos argumentos, que não seja fantasioso. O discurso do orador, ao fazer uso da linguagem figurada, não pode se tornar extravagante, não pode perder a correspondência com a razão e a com a propriedade da situação que está sendo narrada. O *ornatus* não pode deixar de ser genuíno, não pode ser artificial. Ao se fazer uso do *ornatus*, não se deve empregar tinturas enganosas, como observou Quintiliano. O orador deixará de ser persuasivo se deixar transparecer à platéia que seus argumentos contêm cores falsas. Como vimos anteriormente, discernimento e clareza são relevantes ao se fazer uso da retórica. Mas fazer uso da ironia é bastante pertinente quando o orador tenta persuadir a platéia a acreditar nas teses que o mesmo defende. Para Quintiliano, as figuras e tropos podem ser usados para provocar risos da platéia e ajudar a solapar os adversários. Mas o riso a que se refere está próximo da derrisão, ou seja, de um riso zombeteiro. Um modo irônico e sarcástico de se referir a alguém, ao comportamento de alguém. O orador fala de alguém com uma superioridade desdenhosa para provocar riso e desprezo; para ridicularizar e depreciar. Esses são os aspectos mais relevantes da arte retórica retomados por Skinner no referido estudo.

---

<sup>116</sup> Idem, p. 254.

<sup>117</sup> Qualidade de semelhante; comparação de coisas que tenham similitude entre si. Figura que estabelece uma comparação entre dois termos de sentidos diferentes ligados pela palavra *como* ou por um sinônimo desta (*qual, assim como, do mesmo modo que* etc.); ambos estão obrigatoriamente presentes na frase e um deles, com sentido real, identifica-se com outro mais expressivo; comparação assimilativa (p.ex.: *a linda jovem desabrochava como uma rosa na primavera; investiu qual uma fera contra o assaltante*) In: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.

<sup>118</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999, p. 255.

## 2 NAÇÃO, NACIONALISMO E PATRIOTISMO

### 2.1 Nação e nacionalismo

Existem diferentes abordagens nos estudos realizados no que concerne à questão da nação e do nacionalismo. Alguns autores abordaram a nação e o nacionalismo como um fenômeno natural, a-histórico. É o caso da análise de Lord Acton que escreveu na segunda metade do século XIX. Suas idéias foram profundamente influenciadas pelo cristianismo. Acton defendeu a não equivalência entre a nação e o Estado, pois entendia que a referida equivalência reduziria a uma condição subalterna a maioria das nacionalidades presentes nas fronteiras do Estado. Assim, haveria uma nacionalidade dominante e as demais seriam dependentes ou extintas. A partir dos anos 1960 e 1970 surgiram vários e importantes estudos sobre nação e nacionalismo. Dentre os autores que se destacam nos temas referidos estão Ernest Gellner, Miroslav Hroch, Elie Kedourie, Anthony Smith, John Breuilly, Eric Hobsbawm. Mais recentemente, pode-se destacar os nomes de Michael Mann e Katherine Verdery, dentre outros, que tem contribuído para o tema. O que se observa é que os referidos termos são analisados sob diferentes perspectivas e que não há consenso entre os estudiosos a respeito da conceituação e da melhor forma de abordá-los. Mesmo os estudiosos que procuram classificar as diferentes abordagens, não o fazem de forma consensual<sup>119</sup>. Pretende-se a seguir apontar os principais argumentos elaborados por alguns dos estudiosos assinalados acima. Inicialmente serão apontadas as idéias de um estudioso da questão nacional, Anthony Smith, que pode ser classificado como um dos principais representantes da abordagem denominada de etno-simbolista<sup>120</sup>. Essa perspectiva considera que a questão étnica tem um papel importante na formação da nação e dos nacionalismos. Busca identificar o legado simbólico presente nas etnias, integrantes de determinados países. Em seguida serão feitas referências aos argumentos dos teóricos geralmente considerados representantes da abordagem denominada de modernista: Ernest Gellner, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e John Breuilly. Embora possam ser considerados pensadores da abordagem modernista, não

---

<sup>119</sup> Ver, por exemplo: GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 e SMITH, Anthony D. “O Nacionalismo e os Historiadores”, In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

<sup>120</sup> Além de Anthony Smith, existem outros estudiosos que podem ser classificados nesta abordagem etno-simbolista, como John Armstrong e Walter Connor, dentre outros.

significa afirmar que tenham a mesma perspectiva analítica e que suas teses sobre nação e nacionalismo sejam consensuais. São considerados modernistas na medida em que compartilham algumas idéias: entendem que a nação e o nacionalismo surgiram no mundo moderno, particularmente no final do século XVIII, a partir da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Surgiram num contexto histórico de modernização econômica com o fortalecimento da sociedade capitalista (ou industrial como prefere Gellner); modernização sócio-cultural com a padronização e expansão da educação e das línguas; assim como uma modernização e centralização político-administrativo.

Anthony Smith trabalha com a noção de *ethnies* (comunidades étnicas). De acordo com Guibernau<sup>121</sup>, Smith procura compreender a natureza e o conteúdo dos mitos e símbolos das comunidades étnicas; compreender os valores mais relevantes, assim como as lembranças históricas das referidas *ethnies*. Para Smith, a visão modernista do nacionalismo incorre numa espécie de superficialismo histórico, pois trata a nação e o nacionalismo como produtos da modernidade e desconsideram possíveis continuidades étnicas na formação das nações modernas. Entende ser relevante o estudo de “modelos culturais da comunidade pré-moderna<sup>122</sup>”, pois a compreensão de tais modelos “podem ajudar a explicar por que tantas pessoas sentem-se atraídas pela nação como seu foco primário de lealdade e solidariedade no mundo moderno<sup>123</sup>”. Smith concorda que o nacionalismo, como ideologia e movimento, seja moderno, nascido em fins do século XVIII. Considera que foi nesse período que surgiu uma “doutrina especificamente nacionalista, afirmando que o mundo se divide em nações distintas, cada qual com seu caráter peculiar; que as nações são a fonte de todo o poder político; que os seres humanos só são livres na medida em que pertencem a uma nação autônoma...<sup>124</sup>”. Apesar disso, não se deve, segundo o autor, deixar de investigar as continuidades entre o passado étnico e as nações modernas.

O fato de muitas partes do mundo terem sido social e culturalmente estruturadas em termos de diferentes tipos de comunidades étnicas (ou *ethnie*), na Antiguidade e na Idade Média, como continuam a ser até hoje, e de as *ethnies* terem alguns elementos em comum com as nações modernas (mitos sobre os ancestrais, lembranças, alguns elementos culturais, e às vezes um território e um nome) pode proporcionar um ponto de partida melhor para o estudo das transformações e dos ressurgimentos envolvidos na

---

<sup>121</sup> GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>122</sup> SMITH, Anthony D. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 204.

<sup>123</sup> Idem, p. 204.

<sup>124</sup> Idem, p. 202.

formação das nações modernas e do papel desempenhado pelo nacionalismo nesses processos<sup>125</sup>.

Isso deve ser considerado mesmo sabendo-se que elementos das etnias possam ter sido construídos, reconstruídos e até mesmo inventados. Mesmo que mudanças e acontecimentos traumáticos possam ter afetado as *ethnies*, elas manteriam o sentido de uma história e cultura comum<sup>126</sup>. Para Smith, as nações modernas (com exceção de nações recentes) não são apenas constituídas pelos traços da modernidade apontadas pelos autores da abordagem modernista, mas também pelos legados étnicos pré-modernos. Os traços étnicos pré-modernos são aspectos que contribuem para que haja o sentimento de pertença a uma determinada comunidade, a um sentimento de identidade; enfim, contribuem para se compreender as lealdades dos indivíduos a determinadas comunidades, a determinadas nações. De acordo com Breuilly, Smith entende que sem se levar em conta os complexos mitológico-simbólicos, “que geram e expressam a identidade étnica, o nacionalismo moderno seria desprovido de raízes e arbitrário<sup>127</sup>”. Breuilly afirma que Smith considera que existem três aspectos da nacionalidade moderna que não estavam presentes nas *ethnies* pré-modernas, “que são a identidade jurídica, a política e a economia<sup>128</sup>”. Mas, para Breuilly, estas são justamente as principais instituições pelas quais a identidade nacional se constitui. Essa é uma crítica dirigida a Smith, e Breuilly entende ser relevante a descontinuidade da identidade nacional moderna em relação às comunidades pré-modernas, embora reconheça “que os intelectuais e políticos nacionalistas lançam mão de mitos e símbolos herdados do passado e os tecem numa trama de argumentos destinados a promover a identidade nacional e justificar as reivindicações nacionais<sup>129</sup>”.

Passaremos agora a apontar as principais idéias dos autores da abordagem modernista. Para Ernest Gellner, o nacionalismo surgiu a partir da constituição da sociedade industrial. Seu surgimento não poderia ter ocorrido numa sociedade a qual o autor denomina de agro-letrada. Esta sociedade era baseada na agricultura e tinha uma tecnologia estável, desprovida de um processo contínuo de descobertas e inovações. Em tal sociedade, “a posse de um status e o acesso a seus direitos e privilégios são, de longe, a consideração mais importante para o

---

<sup>125</sup> Idem, p. 204.

<sup>126</sup> POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias de Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.

<sup>127</sup> BREUILLY, John. “Abordagens do Nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 159.

<sup>128</sup> Idem, p. 160.

<sup>129</sup> Idem, p. 160.

membro de uma sociedade assim. O homem é o seu posto<sup>130</sup>”. Essa sociedade caracterizava-se por ser pré-letrada, pois a alfabetização e a educação não eram disseminadas e universalizadas, mas restritas às camadas superiores da sociedade. Havia uma importante diferenciação e distanciamento cultural entre os diversos grupos étnicos. Na sociedade agrária, “a cultura mais separa do que unifica<sup>131</sup>”, afastando a possibilidade de uma homogeneidade cultural. Além disso, “a cultura comum raramente constitui uma base plausível para a formação de unidades políticas<sup>132</sup>”.

As considerações de Gellner consoantes à sociedade industrial recebem uma importante influência do pensamento de Max Weber. Gellner entende que na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a hipótese a respeito da gênese do espírito capitalista é menos relevante do que as reflexões de Weber sobre as características gerais da nova ordem social. Gellner destaca - nas reflexões weberianas sobre o processo de constituição da moderna sociedade capitalista - a noção de racionalidade, pois esta teria uma centralidade no novo espírito em formação. Na sociedade industrial criou-se o conceito e o ideal de progresso, a necessidade de um aperfeiçoamento e de um crescimento econômico permanentes. A base econômica desta sociedade é marcada por um processo contínuo de inovação tecnológica. Essa base econômica requer uma divisão do trabalho muito mais complexa, marcada pela mobilidade; assim como requer um processo de comunicação complexo e contínuo. Os membros desta sociedade devem ter a capacidade “de comunicar através de mensagens escritas, impessoais, descontextualizadas, destinadas àqueles a quem são dirigidas. Assim, estas mensagens devem ser transmitidas no mesmo meio de comunicação lingüístico e gráfico comum e standardizado<sup>133</sup>”. Para Gellner, entre os pré-requisitos funcionais da sociedade industrial estão “a alfabetização universal e um elevado grau de sofisticação numérica, técnica e geral. Os seus membros são e devem ser móveis e estar prontos para mudar de uma actividade para outra e possuir esse treino genérico...<sup>134</sup>”. Nesta sociedade, a escolarização passa a ser contínua e universalizada e a cultura superior passa a ser difundida por toda a sociedade. Os membros da sociedade industrial passam a partilhar um ambiente cultural comum; partilham da mesma cultura, como ressalta o autor. Os membros desta sociedade

---

<sup>130</sup> GELLNER, Ernest. “O Advento do Nacionalismo e Sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 109.

<sup>131</sup> Idem, p. 113.

<sup>132</sup> Idem, p. 113.

<sup>133</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 60.

<sup>134</sup> Idem, p. 60.

Devem partilhar a mesma cultura, que há de ser uma cultura superior, pois essa habilidade padronizada só pode ser adquirida na escolarização formal. Conclusão: a sociedade inteira deve ser perpassada por uma só cultura superior padronizada, caso pretenda funcionar. Ela já não pode tolerar uma proliferação desordenada de subculturas internas, todas presas ao contexto e seriamente inibidas em sua intercomunicação mútua. O acesso à cultura superior apropriada e a aceitabilidade dentro dela são o bem mais importante e valioso da pessoa: ele instaura uma condição de acesso não apenas ao emprego, mas à cidadania legal e moral e a todos os tipos de participação social. Assim, a pessoa se identifica com sua cultura superior e anseia por pertencer a uma unidade política em que funcionam várias burocracias que usam essa mesma linguagem cultural<sup>135</sup>.

Um ambiente cultural que deve ser assegurado pelo Estado, visto que uma das características desta sociedade refere-se à centralização política. Seguindo a definição weberiana de Estado, Gellner afirma que “o Estado é a instituição que detém o monopólio da violência legítima na sociedade<sup>136</sup>”. O Estado, responsável pela manutenção da ordem, deve ser uma instituição centralizada e disciplinada. O autor, que destaca a questão educacional como uma das principais características da sociedade industrial, observa que “o monopólio da educação legítima é agora mais importante e mais central do que o monopólio da violência legítima<sup>137</sup>”. No que se refere à infra-estrutura educacional, por exemplo, apenas o Estado tem força suficiente para controlar tal função, que é imprescindível para a sociedade industrial. Desta forma, o autor aponta a existência de uma forte ligação entre Estado e cultura. É tarefa do Estado, promover a homogeneização cultural, assim como tornar os indivíduos economicamente operacionais. De acordo com Gellner, toda cultura deve ter seu próprio Estado, sendo que tais culturas estatais competem entre si. O autor fala então de

uma sociedade móvel, atomizada e igualitária, com uma cultura padronizada que seja letrada e ‘superior’, e cuja manutenção, disseminação e fronteiras sejam protegidas por um Estado. Dito de maneira ainda mais sucinta: uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura<sup>138</sup>.

Nesse tipo de sociedade, a autoridade política é legitimada pela garantia de um crescimento econômico permanente, assim como pela difusão e proteção da cultura. A

---

<sup>135</sup> GELLNER, Ernest. “O Advento do Nacionalismo e Sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 117.

<sup>136</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 14.

<sup>137</sup> Idem, p. 59.

<sup>138</sup> GELLNER, Ernest. “O Advento do Nacionalismo e Sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 119.

unidade política (o Estado) e a cultura de uma nação tornam-se entrelaçados. “As unidades políticas adquirem fronteiras nitidamente definidas, que são também as fronteiras das culturas<sup>139</sup>”. De acordo com o autor, uma sociedade industrial avançada não poderia se organizar senão através do fundamento nacional. O nacionalismo surge apenas num contexto no qual o Estado já é uma realidade e plenamente aceito. “A existência de unidades politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades centralizadas são aceites e consideradas normativas, constitui uma condição necessária do nacionalismo, embora certamente insuficiente<sup>140</sup>”. Segundo o autor, nem o Estado e nem a nação são uma necessidade universal. Nações e Estados são contingentes. O nacionalismo resulta da organização social industrial; resulta da homogeneidade cultural e da unidade política.

O nacionalismo *não* é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de facto se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do factor educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado<sup>141</sup>.

O nacionalismo não é o despertar de unidades míticas naturais. O nacionalismo “representa a cristalização das novas unidades, adequadas às condições que agora prevalecem, embora utilizando como matérias-primas, reconhecidamente, as heranças culturais, históricas e outras do mundo pré-nacionalista<sup>142</sup>”. Para o autor, “é o nacionalismo que dá origem às nações”. Gellner considera que,

quando as condições sociais gerais conduzem a culturas eruditas standardizadas, homogêneas e centralizadas, abrangendo populações inteiras e não apenas minorias de elite, surge uma situação em que as culturas unificadas, educacionalmente sancionadas e bem definidas, constituem na prática o único tipo de unidade com que os homens se identificam voluntariamente e muitas vezes ardentemente. A partir de então, as culturas parecem constituir os repositórios naturais da legitimidade política. (...) Nestas condições, mas *só* nelas, as nações podem realmente ser definidas tanto em termos de vontade como de cultura, segundo a concordância de ambas com as unidades políticas. Deste modo, os homens querem estar politicamente unidos com todos aqueles, e apenas aqueles, que partilham a sua cultura. Então as organizações políticas estenderão as fronteiras até aos limites das respectivas culturas para protegerem e imporem essas culturas até

---

<sup>139</sup> Idem, p. 153.

<sup>140</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 16.

<sup>141</sup> Idem, p. 77.

<sup>142</sup> Idem, p. 79.

as fronteiras do seu poder. A fusão da vontade, da cultura e da organização política transforma-se na norma<sup>143</sup>.

Para Gellner, o nacionalismo é um princípio político caracterizado pela defesa de uma correspondência entre a unidade nacional e a unidade política. O sentimento nacionalista deve ser compreendido a partir do referido princípio. “O *sentimento* nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização. Um *movimento* nacionalista é aquele que é incitado por um sentimento deste tipo<sup>144</sup>”.

O autor entende que nessa sociedade industrial plenamente desenvolvida, o nacionalismo se manifestou de forma mais forte em alguns momentos de transição. No momento em que a sociedade industrial se encontra numa situação de pleno desenvolvimento, o nacionalismo passa a ser menos presente; as reivindicações nacionalistas tornam-se bem mais atenuadas. No final do livro, Gellner relaciona o nacionalismo ao patriotismo. “O que estamos aqui a defender é que o nacionalismo é um tipo de patriotismo bastante distinto, que só se torna geral e dominante sob algumas condições sociais, que na realidade prevalecem no mundo moderno, mas em nenhum outro momento<sup>145</sup>”. O nacionalismo é um tipo de patriotismo com características específicas: homogeneidade cultural, um sistema educacional e populações anônimas, pois os indivíduos pertencem diretamente à sociedade e não a subgrupos.

Em Seu livro “Nação e Consciência Nacional”, Benedict Anderson entende que a nação e o nacionalismo são artefatos culturais. Assim como Ernest Gellner e Eric Hobsbawm, dentre outros, Anderson compreende a nação e o nacionalismo como produtos da modernidade. Estes artefatos culturais foram uma “destilação espontânea de um ‘cruzamento’ complexo de forças históricas<sup>146</sup>”, e teriam surgido em fins do século XVIII. Define a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana<sup>147</sup>”. São limitadas porque possuem fronteiras específicas com outras nações; e são soberanas porque as comunidades desejam ser livres. “O penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano<sup>148</sup>”. A nação é uma comunidade política imaginada porque a maioria de seus membros não chegará a conhecer e ouvir falar dos demais, embora criem a imagem de

---

<sup>143</sup> Idem, p. 88.

<sup>144</sup> Idem, p. 11.

<sup>145</sup> Idem, p. 200.

<sup>146</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 12-13.

<sup>147</sup> Idem, p. 14.

<sup>148</sup> Idem, p. 16

uma comunidade; de uma comunhão de seus membros. A nação é imaginada como uma comunidade, tendo em vista o fato de que seus membros possuem um sentimento de fraternidade e de companheirismo. Entende que as comunidades não devem ser pensadas como falsas ou verdadeiras, mas sim pelo modo pelo qual são imaginadas. Para compreender o nacionalismo, Anderson entende ser necessário analisar dois sistemas culturais relevantes que precederam o mundo moderno, sistemas contra os quais surgiu o capitalismo editorial<sup>149</sup>, possibilitando assim o aparecimento do nacionalismo. Esses sistemas culturais se referem à comunidade religiosa e ao reino dinástico. Segundo o autor, esses dois sistemas eram reconhecidos como quadros de referência. Esses sistemas culturais tiveram uma lenta e irregular decadência, e foram desaparecendo a partir das mudanças econômicas, das descobertas sociais e científicas e do desenvolvimento das comunicações. “A convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a diversidade fatal das línguas humanas criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada que, em sua morfologia básica, prepara o cenário da nação moderna<sup>150</sup>”. Anderson considera que o nacionalismo, desde fins do século XVIII, foi adaptado e moldado a diferentes épocas, regimes políticos, estruturas sociais e econômicas. O nacionalismo esteve presente em diferentes constelações políticas e ideológicas. Desta forma, assim como existiram nacionalismos de caráter mais popular e libertadores, também existiram nacionalismos mais reacionários, racistas. Apesar disso, o autor não concorda com a idéia de que o nacionalismo tenha um caráter patológico, que tenha suas raízes no ódio do outro e que tenha afinidades com o racismo. Segundo o autor, o nacionalismo “pensa em termos de destinos históricos<sup>151</sup>” e, por sua vez, o racismo “fantasia com contaminações eternas<sup>152</sup>”. “É útil lembrarmos que as nações inspiram amor e, freqüentemente, um amor profundamente abnegado<sup>153</sup>”. Interessante observar que quando Anderson procura separar o nacionalismo de um possível vínculo com o racismo, ele o faz a

---

<sup>149</sup> Conforme a tradutora do livro “Um Mapa da Questão Nacional”, o termo originalmente empregado pelo autor é “*print-capitalism*”, mas na tradução de seu livro no Brasil, o termo foi traduzido por “capitalismo editorial”. A tradutora do livro, Vera Ribeiro, faz uma citação do livro de Anderson, que deixa claro o significado de “*print-capitalism*” para o autor. “O que tornou imagináveis as novas comunidades foi uma interação semifortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística do homem. (...) Para “agrupar” línguas vulgares correlatas, nada foi mais importante que o capitalismo, que (...) criou línguas impressas mecanicamente produzidas, passíveis de disseminação pelo mercado. In: SMITH, Anthony D. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 199.

<sup>150</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 56.

<sup>151</sup> Idem, p. 162.

<sup>152</sup> Idem, p. 162.

<sup>153</sup> Idem, p. 154.

partir da idéia de patriotismo. Parece vincular patriotismo ao nacionalismo. Desta forma, o nacionalismo teria relação com o amor à pátria, com o patriotismo e não com o racismo, com o ódio. Para o autor, os produtos culturais do nacionalismo, em suas diferentes formas de expressão, ressaltam o amor à pátria muito claramente, de modo muito mais significativo do que uma possível aversão ao outro.

Ao trabalhar os conceitos de nação e de nacionalismo, Eric Hobsbawm ressalta que tais conceitos são histórica e socialmente enraizados e, portanto, devem ser compreendidos a partir de contextos históricos. O autor considera que a nação é uma entidade social recente, que surgiu na modernidade, particularmente a partir das revoluções francesa e americana. A nação só pode ser considerada como tal se a mesma for relacionada ao Estado territorial moderno, ou seja, ao Estado-nação. Hobsbawm procura destacar a importância da invenção e da engenharia social na constituição das nações. Entende que o nacionalismo precede as nações. “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto<sup>154</sup>”. Na constituição das nações, o autor destaca o processo de padronização das línguas nacionais, assim como a necessidade de ter ocorrido, para que houvesse o referido processo, uma imprensa e uma alfabetização em massa. Ou seja, a escolarização em massa teve papel relevante no processo de formação das nações. O autor observa que a política, o desenvolvimento econômico e tecnológico, as transformações sociais e questões administrativas são aspectos que devem ser considerados no processo de formação das nações. Embora constituídas pelo alto, pelas elites, as nações devem ser compreendidas num processo de modernização que inclua os de baixo, as pessoas comuns, nacionalistas ou não. Esta é uma crítica que Hobsbawm faz a Gellner que teria, segundo o autor, destacado o processo de modernização pelo alto.

O autor analisa os conceitos de nação e de nacionalismo a partir das revoluções francesa e americana até o fim do século XX. Analisou nação e nacionalismo nos discursos político e social. Nas referidas revoluções, o significado mais importante de nação aparece vinculado à política, relacionando povo e Estado. A nação deveria ser uma e indivisa e o Estado seria uma expressão política do corpo de cidadãos. No período entre 1830 a 1880 predominaram, segundo o autor, as concepções de nação e de Estado-nação do liberalismo burguês. Os liberais entendiam que o desenvolvimento das nações estaria ligado a uma fase do progresso da humanidade. Para que um povo pudesse se tornar nação deveria contar com a formação histórica de um Estado; deveria ter uma elite cultural e deveria ter capacidade para a

---

<sup>154</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 19.

conquista. Era o “princípio da nacionalidade”, diferente dos princípios da revolução francesa, assim como dos princípios do “fenômeno político do nacionalismo que se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização européia<sup>155</sup>”. Segundo Hobsbawm, a partir de 1880 se tornou importante saber de que forma homens e mulheres comuns sentiam a questão da nacionalidade. No período que vai de 1880 a 1914 o nacionalismo foi caracterizado particularmente pela etnicidade e pela língua. Estes dois aspectos se tornaram centrais para a constituição de uma nação. Movimentos nacionalistas se multiplicaram, sendo que o nacionalismo em ascensão se constituiu com aspectos conservadores, como a xenofobia e rivalidades nacionalistas. Nesse período foi se constituindo um Estado administrativamente moderno, com capacidade de influenciar e mobilizar os cidadãos. O nacionalismo também passou a ser marcado pelo imperialismo.

Segundo o autor, que prioriza a Europa em sua análise da nação e do nacionalismo, o apogeu do nacionalismo ocorreu entre 1918 e 1950. “A identificação nacional nessa era adquiriu novos meios de se expressar nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia<sup>156</sup>”. Dentre esses novos meios, o autor aponta o aparecimento do moderno sistema de comunicação de massa, como a imprensa, o cinema e o rádio. Estados e interesses privados podiam fazer uso desses meios para, dentre outras coisas, fazer propaganda de suas ideologias.

Mas a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional<sup>157</sup>.

Outro meio que o autor destaca é o esporte, que passou a ser um espetáculo de massas. O esporte passou a ser um importante meio de inculcar sentimentos nacionalistas nos indivíduos. Os esportistas representavam seus Estados, os quais rivalizavam entre si, e os próprios torcedores se tornavam um símbolo de sua nação. Os jogos olímpicos “se transformaram indubitavelmente em ocasiões competitivas de auto-afirmação nacional<sup>158</sup>”.

---

<sup>155</sup> Idem, p. 56.

<sup>156</sup> Idem, p. 170.

<sup>157</sup> Idem, p. 170.

<sup>158</sup> Idem, p. 171.

No período entre guerras predominou um nacionalismo de Estados-nações, marcado por destacado irredentismo<sup>159</sup>.

Para Hobsbawm, também houve no período um “reencontro da revolução social com o sentimento patriótico<sup>160</sup>”. A mobilização antifascista não tinha apenas um caráter de solidariedade internacional, visto que tinha também um importante componente nacionalista, pois o fascismo colocava em risco a soberania das demais nações. No pós 1945, os movimentos de independência e descolonização tiveram uma identificação com o antiimperialismo socialista.

John Breuilly procura fazer uma análise crítica do debate que os estudiosos têm feito a respeito do nacionalismo. Nos estudos sobre o nacionalismo o autor entende haver três áreas de interesse, quais sejam, a doutrina, a política e os sentimentos. Sua abordagem analítica sobre o nacionalismo foca a análise na política. Entende que os historiadores se debruçam sobre o tema do nacionalismo quando existem movimentos políticos nacionalistas relevantes, pois para o autor, aqueles que fazem uso do nacionalismo, o fazem de “modo politicamente significativo<sup>161</sup>”. Considerando que seu foco seja o de pensar o nacionalismo como política, o autor procura apontar o conteúdo de tal política.

1. Existe uma nação, ou seja, um grupo especial que se distingue de todos os outros seres humanos; 2. A identidade e a fidelidade políticas dão-se, antes de mais nada, com e em relação à nação; 3. A nação deve ter autonomia política, normalmente sob a forma de um Estado soberano<sup>162</sup>.

Para Breuilly o nacionalismo como doutrina e como política é muito moderno. Os movimentos nacionalistas têm ocorrido basicamente nos últimos dois séculos, sendo que os mesmos contribuíram de modo significativo para o desenho do mapa político mundial.

O autor tece alguns comentários a respeito de alguns analistas do nacionalismo que o situaram na modernidade, mas que focalizaram determinados aspectos da modernidade na análise. Alguns se concentraram nas transformações das elites, outros na natureza do poder e outros nas transformações societárias. Segundo Breuilly, as pessoas imaginam a nação como soberana e digna de sacrifícios. Para Breuilly, a análise de Anderson sobre o nacionalismo

---

<sup>159</sup> Política ou doutrina política por meio da qual uma nação advoga a recuperação de terras que lhe tenham sido tomadas ou a incorporação de um território cultural e historicamente ligado a ela mas que se acha sob domínio estrangeiro. In: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.

<sup>160</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 174.

<sup>161</sup> BREUILLY, John. “Abordagens do Nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 157.

<sup>162</sup> Idem, p. 158.

foca-se nas transformações das elites. Ao explicar o surgimento da referida imaginação, segundo o autor, Anderson destaca “as experiências das elites culturais e políticas nas periferias coloniais dos Estados imperiais, em particular sob o impacto do capitalismo”. O autor considera que o argumento de Anderson forneceria importantes explicações para alguns casos, mas não em outros. De um modo geral, Breuilly concorda com a análise feita por Ernest Gellner, mas faz algumas considerações a respeito dos argumentos defendidos por Gellner. “É muito poderosa a idéia de que, nas sociedades industrializadas, a maioria das transações sociais ocorre dentro de ‘zonas culturais’ que são cada vez mais definidas pela idéia nacional<sup>163</sup>”. A dificuldade reside em relacionar tal argumento com o nacionalismo. Isso porque doutrinas nacionalistas, assim como movimentos políticos nacionalistas também surgiram em sociedades que não tinham vivenciado a transformação do industrialismo. Sentimentos nacionais eram compartilhados em sociedades que não tinham chegado a se industrializar. “A agricultura comercial, a educação em massa e os modernos sistemas de comunicação podem produzir, todos eles, muitos dos efeitos que Gellner relaciona com o industrialismo<sup>164</sup>”. Desta forma, entende o autor, há formas de se difundir uma cultura nacional em sociedades não industrializadas e, além disso, “existem formas politicamente significativas de nacionalismo em sociedades não industriais<sup>165</sup>”. Porém, o autor reconhece que as culturas nacionais têm um desenvolvimento mais significativo em sociedades industrializadas e que isso gera efeitos importantes no caráter do nacionalismo naquelas sociedades. Diante de tais considerações, Breuilly entende que o melhor modo de analisar o nacionalismo é começar a analisá-lo como política. Movimentos políticos podem ser ligados a doutrinas políticas – ou seja, às idéias empregadas pelos movimentos nacionalistas – assim como podem estar ligados a sentimentos amplamente compartilhados pelos cidadãos. Para o autor,

a ação política nacionalista tende a criar um conjunto mais coerente de doutrinas e sentimentos, e a tornar mais fácil avaliar-lhes a importância. As exigências da ação política, seja ela de movimentos oposicionistas ou dos governos, disciplinam as idéias e as direcionam para objetivos práticos, bem como canalizam sentimentos difusos numa direção particular. Pode-se ter uma medida da importância do assunto, indagando quanto apoio esses movimentos políticos conseguem granjear em sua sociedade e quão poderosos eles são, ao passo que é notoriamente difícil avaliar a importância das idéias ou sentimentos ‘em si’<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> Idem, p. 171.

<sup>164</sup> Idem, p. 171.

<sup>165</sup> Idem, p. 171.

<sup>166</sup> Idem, p. 172.

Concordando de modo geral com Gellner, Anderson e com Hobsbawm sobre o surgimento da nação e do nacionalismo no quadro da modernidade, o autor foca em sua análise o desenvolvimento do Estado moderno. A idéia de se perceber o Estado como algo que é público e a sociedade civil como privada exerceu influência na realidade. A essa idéia se acrescenta outra: “o desenvolvimento de uma idéia explícita do Estado como única fonte das funções políticas foi associado a uma idéia moderna de soberania. Todos os poderes de coerção tinham que ficar com o Estado”. Isso resultou em uma delimitação das fronteiras dos Estados. “As idéias claras e distintas do Estado como única fonte de soberania em um território delimitado são marcos do Estado moderno<sup>167</sup>”. Com o processo de modernização, extinguiram-se os vínculos corporativos e as pessoas passaram a ser vistas como indivíduos e não como membros de corporações ou grupos. A questão política e intelectual era a de como estabelecer um vínculo entre Estado e a sociedade; entre os “interesses públicos dos cidadãos e os interesses privados de indivíduos<sup>168</sup>”. Para o autor, as idéias nacionalistas estavam relacionadas a duas das principais formas de solucionar a referida questão. Uma se refere a uma solução política da cidadania. A participação dos indivíduos em instituições liberais e democráticas podia levar tais cidadãos a ter um sentimento de compromisso com o Estado. “A ‘nação’, nesse sentido, era simplesmente o corpo de cidadãos. O importante eram os direitos políticos, não as identidades culturais dos que eram cidadãos. Essa idéia de nacionalidade sustentou os projetos dos patriotas oitocentistas<sup>169</sup>”. A outra solução ressaltou o aspecto coletivo da sociedade. Neste caso, a solução seria a de fazer prevalecer interesses individuais ou de classes no Estado.

Breuilly observa que no início do século XX, a idéia nacional se tornou comum. A partir do momento em que o Estado nacional passou a estar presente em quase toda a Europa, a linguagem do nacionalismo passou a ser usual. Para o autor, “num mundo em que quase todos são nacionalistas de um modo ou de outro, torna-se mais importante distinguir os nacionalismos do que dispor de uma teoria sobre o nacionalismo<sup>170</sup>”.

Acreditamos ser ainda oportuno apontarmos algumas considerações sobre nação e nacionalismo feitas por uma antropóloga cultural, Katherine Verdery. A autora entende que a nação é um símbolo relevante no mundo moderno e, como tal, a nação passou a legitimar muitos movimentos sociais com diferentes objetivos. Desta forma, a autora considera que o “nacionalismo é a utilização do símbolo ‘nação’ pelo discurso e a atividade política, bem

---

<sup>167</sup> Idem, p. 174.

<sup>168</sup> Idem, p. 175.

<sup>169</sup> Idem, p. 175.

<sup>170</sup> Idem, p. 180.

como o sentimento que leva as pessoas a reagirem ao uso desse símbolo<sup>171</sup>”. Entende que as nações apresentam dois importantes sentidos, como apontados por Hobsbawm: um que remete à cidadania e outro que remete à etnia. Ao se pensar sobre a nação, o analista deve verificar a apropriação entre o sentido da nação e o contexto analisado. Além de tratar a nação como um símbolo, o estudioso deve tratar o nacionalismo “como tendo sentidos múltiplos, oferecidos como alternativas e disputados por diferentes grupos que manobram para se apoderar da definição do símbolo e de seus efeitos legitimadores<sup>172</sup>”. Para a autora, é preciso retirar o “ismo” do nacionalismo e enfatizar a ação dos homens, ação que ela considera ser constrangida pelas estruturas sociais. De acordo com Verdery, os grupos centrados na nação, consideram-na como “o símbolo fundamental, mas têm intenções diferentes a seu respeito. Várias coisas entram em seus conflitos – idéias contrastantes sobre a autenticidade, a verdadeira missão da nação, o patrimônio ou herança culturais, o caráter nacional...<sup>173</sup>”. Entender a nação como símbolo significa entendê-la como um constructo social, não em um sentido estável, mas que dependa das forças sociais em conflito.

## 2.2 Nacionalismo e patriotismo

As contribuições realizadas por Viroli para o debate sobre nacionalismo e patriotismo devem nortear a nossa compreensão das idéias produzidas pelos militares sobre esses conceitos. Maurizio Viroli, em seu livro *For Love of Country: An Essay on Patriotism and Nationalism*<sup>174</sup>, entende que, embora os termos patriotismo e nacionalismo sejam geralmente usados como sinônimos, “amor ao país” e “lealdade ao país”, é necessário fazer uma distinção entre os referidos termos. Segundo Viroli, “a linguagem do patriotismo tem sido usada através dos séculos para reforçar ou evocar o amor às instituições políticas e à forma de vida que sustenta a liberdade comum das pessoas, ou seja, o amor à república<sup>175</sup>”. De forma distinta ao patriotismo, “a linguagem do nacionalismo foi forjada na Europa do final do século XVIII para defender ou reforçar a unidade cultural, lingüística e étnica e a homogeneidade de um

---

<sup>171</sup> VERDERY, Katherine. “Para Onde vão a ‘Nação’ e o ‘Nacionalismo’?”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 240.

<sup>172</sup> Idem, p. 241.

<sup>173</sup> Idem, p. 243.

<sup>174</sup> VIROLI, Maurizio. *For Love Of Country: an essay on patriostism and nacionalism*. Oxford: Claredon/Oxford University, 1997.

<sup>175</sup> Idem, p. 1.

povo<sup>176</sup>”. Viroli usa a expressão Patriotismo Republicano e considera que o mesmo tem como adversários “a tirania, o despotismo, a opressão e a corrupção<sup>177</sup>”. O nacionalismo, por sua vez, tem como adversários “a contaminação cultural, a heterogeneidade, a impureza racial, social, política e a desunião intelectual<sup>178</sup>”. Apesar desta distinção, Viroli entende que mesmo os intelectuais que procuraram destacar a distância entre os valores políticos da república em relação ao campo da cultura e da etnicidade, não deixaram de significar a República “como ela era expressa pela liberdade comum de um povo particular, com suas bases particulares e cultura particular<sup>179</sup>”. A distinção primordial, segundo Viroli, é que do ponto de vista dos patriotas, o valor essencial a se considerar é a República e o modo de vida livre que a mesma permite; ao passo que na ótica dos nacionalistas, os valores essenciais a serem considerados, residem na unidade espiritual e cultural de um povo. Viroli assinala que a República, para aqueles que fundaram o nacionalismo moderno, não tinha importância ou mesmo era repudiada. Além disso, patriotas e nacionalistas procuravam difundir formas de amor diferenciadas. Os primeiros propugnavam um amor caridoso e generoso, enquanto que os segundos propugnavam um amor caracterizado por uma lealdade incondicional. Mas, como observa Viroli, a história dos dois termos não deve ser vista desta forma mais simplificada, visto que em alguns momentos o termo patriotismo também foi usado para oprimir e conquistar; e às vezes o ideal de nação foi usado em lutas pela liberdade. Ou seja, no histórico dos dois termos existe uma complexidade que deve ser considerada; são histórias constituídas em contextos específicos. A história dos dois termos é rica tanto no sentido intelectual quanto no político.

De acordo com o autor, muitos se esforçaram por estabelecer uma distinção entre patriotismo e nacionalismo, como George Orwell e Karl Deutsch. O autor entende que para se ter uma melhor compreensão dos termos patriotismo e nacionalismo é mais prudente recorrer a uma interpretação histórica do que a teorias científicas.

Apesar de fragmentado e incompleto, as histórias de amor pelo país, amor à liberdade e amor à unidade, de patriotas narrando experiências de exílio moral e político, de historiadores tentando reconstruir o passado para remodelar a identidade cultural da nação, de filósofos investigando possíveis transformações alquímicas de paixões de amor e orgulho, respeito,

---

<sup>176</sup> Idem, p. 1.

<sup>177</sup> Idem, p. 1.

<sup>178</sup> Idem, p. 1-2.

<sup>179</sup> Idem, p. 2.

compaixão, caridade, medo e ressentimento nos contam mais do que modelos, teorias e definições<sup>180</sup>.

Segundo a interpretação feita por Viroli, o nacionalismo moderno adveio de uma transformação ou de uma adaptação do patriotismo. Viroli observa que na interpretação de Liah Greenfeld, o termo nacionalismo estaria historicamente enraizado “na criação de um conceito de soberania do povo no início do século XVI<sup>181</sup>”. Assim, analisa Viroli, na Inglaterra do século XVI, o uso de termos como *publike weale* (bem-estar público) e *país*, (termos “derivados diretamente das palavras latinas *respublica* e *pátria*<sup>182</sup>”) foram empregados no mesmo sentido de nação. Desta forma, quando se empregou o termo nação, o faziam no mesmo sentido de República. Assim sendo, Viroli entende que o surgimento da palavra nação empregada com o sentido de república não deve ser apontado como o início da história moderna do termo “nacionalismo”. Ao contrário, isso é apenas outro capítulo da história do patriotismo. Segundo o autor, aqueles que estavam comprometidos com o ideal de nação (esta tendo o mesmo sentido de República) denominaram-se e foram denominados de patriotas e não de nacionalistas. E, além da Inglaterra, isso também ocorreu na França, na Itália, na Espanha e nos Estados Unidos. Viroli afirma que vários estudiosos, dentre eles Greenfeld, procuram distinguir, por exemplo, entre nacionalismo cívico e nacionalismo étnico. Mas, de qualquer forma, esse tipo de distinção considera o nacionalismo como uma vertente intelectual única originada na Inglaterra do século XVI.

Faz-se necessário desfazer a confusão entre os termos nacionalismo e patriotismo. Este, entendido de forma correta, pode ser usado como um antídoto ao nacionalismo. Tanto o nacionalismo quanto o patriotismo republicano são termos eminentemente retóricos. O patriotismo republicano compete com o nacionalismo no terreno das paixões e em sua retórica não usa argumentos puramente racionais.

Ele [patriotismo republicano] trabalha baseado na solidariedade e companheirismo, que leva o semelhante a afetar o semelhante para transmutá-los em forças que sustentam a liberdade, ao invés de fomentar a exclusão ou agressão. Ele não diz aos Italianos ou aos alemães que querem permanecer italianos ou alemães, que eles devem pensar ou agir como cidadãos do (p. 8) mundo, ou como amantes de uma liberdade e justiça anônimas; ele diz a eles que eles devem tornar-se cidadãos italianos ou alemães com compromissos de defender ou melhorar a sua própria república, e viver em liberdade da sua própria maneira e ele diz isso usando imagens

---

<sup>180</sup> Idem, p. 5.

<sup>181</sup> Idem, p. 7.

<sup>182</sup> Idem, p. 7.

contundentes que se referem às memórias partilhadas e contando a eles histórias significativas que dão cor e calor ao ideal da república<sup>183</sup>.

O autor se questiona se existe algum argumento moral que possa justificar um comprometimento das pessoas com a liberdade comum de seu povo. Considera que os pensadores republicanos têm dado a seguinte resposta a esta questão: se as pessoas têm uma obrigação moral em relação ao seu país, é porque elas têm uma dívida para com o país. “Nós devemos ao nosso país a nossa vida, a nossa educação, a nossa língua e na maioria dos casos felizes a nossa liberdade. Se nós queremos ser pessoas de moral, nós devemos devolver o que recebemos, pelo menos em parte, servindo ao bem comum<sup>184</sup>”. O autor entende que os limites dessa obrigação devem ser definidos através de argumentos públicos, que as pessoas devem dizer quais exigências o país pode fazer aos cidadãos, quais devem ser aceitas e quais devem ser rejeitadas. Se a obrigação do cidadão em relação ao seu país é a de proteger a liberdade comum, os limites de tal obrigação devem ser definidos com precisão e rigor em argumentos morais. Desta forma, se os cidadãos forem patriotas nesse sentido, eles devem se opor a quaisquer pessoas que visem impor um interesse particular contra o bem comum.

Nós temos que nos opor à discriminação e exclusão, mas nós não temos obrigação de impor a homogeneidade cultural, étnica ou religiosa, nem a de melhorar o auto-engrandecimento à custa da liberdade de outros povos, nem o de negar direitos civis e políticos a quaisquer companheiros patriotas<sup>185</sup>.

A liberdade política, para ser sustentada, necessita de virtude cívica, ou seja, necessita de cidadãos que estejam comprometidos com o bem comum, com a defesa da liberdade e de direitos comuns. Mas o autor observa que muitos filósofos da política entendem que a virtude cívica seria um mito político perigoso. Dentre estes filósofos, cita Michael Walzer, o qual considera que deve haver um certo equilíbrio entre civilidade e virtude cívica, mas que a civilidade deva ser predominante. Para Walzer, o patriotismo e o ativismo político realizados com paixão, são inimigos da ordem e da tolerância. Para este pensador, se a escolha for a de colocar o peso na virtude cívica, no patriotismo e no ativismo político, isso se daria em detrimento da civilidade e da tolerância. Segundo Walzer, os cidadãos modernos não estão em busca da virtude cívica, a não ser que haja aí alguma significância étnica ou religiosa, mas querem sim é a liberdade dos modernos. Para o autor, a devoção ao bem público que esteja

---

<sup>183</sup> Idem, p. 8-9.

<sup>184</sup> Idem, p. 9.

<sup>185</sup> Idem, p. 9.

sustentada no amor ao país a partir de ligações étnicas, religiosas, e de unidade cultural, não contribuem para a causa da virtude cívica. Resulta em incentivo ao desprezo e à intolerância pela diversidade, seja cultural, religiosa, étnica e política. Uma república descente necessita de cidadãos que sejam capazes de amor e de comprometimento. “E o amor e o comprometimento pertencem a pessoas e formas de vida específicas<sup>186</sup>”. É preciso, segundo Viroli, sustentar um tipo correto de amor; é preciso “entrar no mundo perigoso da particularidade e confrontar os perigos de amores exclusivos e intolerantes. A virtude cívica tem que ser particularista para ser possível e, ainda assim, nós não queremos que ela seja perigosa ou repugnante<sup>187</sup>”. É preciso reexaminar os trabalhos de teóricos políticos republicanos que conceituam a virtude cívica como amor ao país, estabelecendo uma vinculação à unidade étnica, cultural e religiosa de um povo. É preciso, ao contrário, definir a virtude cívica como amor ao país, “mas amor à liberdade comum e às instituições que a sustentam<sup>188</sup>”. Um amor de caráter particularista, “como é o amor à liberdade de um povo específico sustentado por instituições que têm uma história específica e que tem para aquele povo um significado específico, ou significados, que inspirem e são, por sua vez, sustentados por uma forma de vida e cultura específicas<sup>189</sup>”. Assim, este amor torna-se possível por ele ser um amor particular. “Mas porque ele é um amor à liberdade particular, ele não é exclusivo: o amor à liberdade comum de um povo facilmente se estende além das fronteiras nacionais e é traduzido em solidariedade<sup>190</sup>”. Para o autor, a unidade cultural, étnica, religiosa, assim como a pureza lingüística, não ajudam a fortalecer a República e nem a formar cidadãos que sejam comprometidos com a liberdade. Uma boa República necessita de outro tipo de unidade, qual seja, a unidade política, sustentada por um ideal vinculado à república. E Viroli destaca que não está se referindo ao amor a uma república geral, impessoal, baseada em valores universais de liberdade e justiça. Quando se refere à República, quer dizer uma república específica, “com a sua forma específica de viver em liberdade<sup>191</sup>”. Uma República que seja capaz de gerar vinculação ao amor ou comprometimento, não pode ter um caráter puramente político. Para haver uma boa República, a vinculação ao amor precisa estar referenciada a cultura comum e a memórias compartilhadas. Mas se o apelo a uma cultura comum e a memórias compartilhadas “tem a liberdade como um objeto, nós devemos recorrer

---

<sup>186</sup> Idem, p. 12.

<sup>187</sup> Idem, p. 12.

<sup>188</sup> Idem, p. 12.

<sup>189</sup> Idem, p. 12.

<sup>190</sup> Idem, p. 12.

<sup>191</sup> Idem, p. 13.

à cultura que cresce da prática do cidadão e é sustentada pelas memórias de um comprometimento compartilhado da liberdade, crítica social, e resistência contra a opressão e a corrupção<sup>192</sup>”.

Uma importante afirmação de Viroli é a de que “os termos políticos não podem ser definidos como termos absolutos; eles devem ser avaliados pelo que eles podem fazer contra outros termos que sustentam projetos ou alternativas políticas diferentes<sup>193</sup>”. O autor está pensando num termo que se oponha ao termo nacionalismo, que prioriza a busca pela pureza cultural. Este termo é o patriotismo republicano, que é particularista “no sentido de que ele torna a república particular; ele não voa no campo das lealdades particulares na qual o nacionalismo floresce, mas trabalha nele para fazer com que o cidadão cresça<sup>194</sup>”.

A noção de patriotismo que interessa ser preservada do passado é aquela que se refere à compaixão e à república; deve ser o patriotismo de liberdade. Há uma vitória ideológica do termo nacionalismo que mantêm o termo patriotismo marginalizado no que tange ao pensamento político contemporâneo. No entanto, cita alguns teóricos e mostra como eles tentaram reconstruir o termo patriotismo sem nacionalismo. Dentre os pensadores considerados pelo autor estão Carlo Rosselli, anti-fascista italiano que escreveu nos anos 1920; a escritora Simone Weil, que escreveu em prol de uma França livre nos anos 1940; Natália Ginzburg e Benedetto Croce. Viroli observa que a distinção entre patriotismo e nacionalismo também aparece no debate contemporâneo. E nesse debate, o termo patriotismo “é ainda usado para sustentar o compromisso com o ideal da República, enquanto o termo nacionalismo (ou a variação dele que comumente atende pelo nome de comunitarismo) é empregado para chamar por uma homogeneidade cultural, étnica, ou religiosa<sup>195</sup>”.

O autor faz algumas considerações em torno da noção de patriotismo constitucional desenvolvida por Jürgen Habermas. Este filósofo faz uma distinção entre patriotismo e nacionalismo, analisando o caso específico da Alemanha e posteriormente o caso da comunidade européia. Habermas mostra como que na Alemanha o nacionalismo se opôs ao espírito republicano, até chegar ao extremo da constituição do nazismo. Assim, desde 1871 até 1945 a palavra nação na Alemanha significou a busca pela unificação de uma raça, assim como a purificação racial. Habermas faz uso do conceito de patriotismo constitucional para estabelecer uma contraposição àquele nacionalismo. “Um patriotismo baseado na lealdade e nos princípios políticos universalistas da liberdade e da democracia incorporada na

---

<sup>192</sup> Idem, p. 13.

<sup>193</sup> Idem, p. 14.

<sup>194</sup> Idem, p. 15.

<sup>195</sup> Idem, p. 169.

constituição da República Federal da Alemanha<sup>196</sup>”. O patriotismo constitucional de Habermas, segundo Viroli, “separa o ideal político da nação dos cidadãos, do conceito de povo como uma comunidade de língua e cultura pré-política<sup>197</sup>”. O patriotismo constitucional reconhece a legitimidade assim como o valor moral da diversidade das formas de vida, inclusive está comprometido com a incorporação de diferentes culturas na estrutura republicana. “Habermas desassocia o patriotismo constitucional da tradição de nacionalismo e o liga ao espírito de 1848, a última instância na história alemã na qual a consciência nacional e o espírito republicano estavam entrelaçados<sup>198</sup>”. No entanto, observa o autor, Habermas separa a noção de patriotismo constitucional do republicanismo, visto que ele entende que o republicanismo é “uma tradição intelectual que deriva de Aristóteles, que considera a cidadania primariamente como membro de uma comunidade ética e cultural de um auto-governo<sup>199</sup>”. Assim, Habermas faz uma leitura do republicanismo parecida com aquela feita pelo comunitarismo. Para Habermas, o republicanismo é:

Uma doutrina que considera os cidadãos como parte completamente integrada da comunidade, a ponto que, cada um deles possa desenvolver a sua identidade pessoal e social somente entre instituições políticas e tradições comuns. Essa teoria de cidadania, Habermas logicamente conclui, não pode funcionar em sociedades altamente pluralistas e não pode oferecer fundamentação para que o patriotismo se encaixe em uma nação de cidadãos<sup>200</sup>.

Para o autor, essa interpretação do republicanismo como uma tradição intelectual derivada de Aristóteles, não passa de uma interpretação histórica equivocada. Viroli, assim como outros intelectuais, consideram que o republicanismo moderno, “particularmente as teorias de cidadania republicanas e o patriotismo devem muito mais aos autores republicanos romanos do que a Aristóteles<sup>201</sup>”. De acordo com o autor, ao se analisar os textos dos pré-humanistas italianos, assim como os textos dos teóricos humanistas de um auto-governo comunal, verifica-se que aquelas teorias tinham suas fontes nos autores romanos. Para teóricos da cidadania republicana, a cidadania significava o exercício de direitos civis e políticos, como membros de uma “*respublica* ou *civitas*, que é primariamente uma comunidade política estabelecida para permitir aos indivíduos viverem juntos na justiça e na

---

<sup>196</sup> Idem, p. 169-170.

<sup>197</sup> Idem, p. 170.

<sup>198</sup> Idem, p. 170.

<sup>199</sup> Idem, p. 170.

<sup>200</sup> Idem, p. 170.

<sup>201</sup> Idem, p. 171.

liberdade sob a proteção da lei<sup>202</sup>”. Para os escritores republicanos, amar o seu país significou amar a república, ou seja, “a liberdade comum e as leis, e a igualdade civil e política que torna isso possível<sup>203</sup>”. De qualquer forma, o autor considera que o patriotismo constitucional de Habermas não rompe com a tradição republicana, mas seria uma nova versão daquela tradição. Habermas reconhece, embora Viroli aponte aí uma vacilação conceitual, que o objeto de amor dos cidadãos é, ou deveria ser, o amor à república particular daquele cidadão; república particular, pois não está referenciada apenas a “instituições democráticas, mas instituições que foram construídas num contexto histórico específico e estão ligadas à forma de vida – ou seja, uma cultura – de cidadãos dessa república específica<sup>204</sup>”. De acordo com o autor, Habermas entende que, para que o patriotismo constitucional esteja presente nos corações e nas mentes dos cidadãos alemães, faz-se necessário que ele tenha um significado particular. “Ele não pode ser apresentado como uma ligação aos valores universais de democracia, mas como uma ligação a valores de democracia como se estivessem incorporadas a instituições e documentos políticos da República Federal<sup>205</sup>”. A democracia, para os alemães, tem um significado particular, tendo em vista que as instituições democráticas naquele país foram constituídas a partir do caos produzido pelo nazismo, a partir das “cinzas de *Auschwitz*<sup>206</sup>”. Segundo o autor, os princípios políticos universais só podem ser mantidos a partir de uma identidade particular. Mas Viroli concorda com a crítica que o italiano Gian Enrico Rusconi faz a Habermas, por considerar que o filósofo alemão “desassocia a cidadania – que ele define em termos de política universalista e princípios legais – de uma base histórica e cultural específicas da nação<sup>207</sup>”. Outra crítica dirigida a Habermas por Rusconi, com a qual Viroli também concorda, é de que a “virtude cívica não pode ser sustentada por valores políticos universalistas<sup>208</sup>”. Enfim, segundo o autor, Habermas, visando se distanciar do nacionalismo alemão faz com que a cidadania se torne demasiadamente universal e política. Para o autor, tanto Habermas, quanto Rusconi, “falham em indicar um termo patriotismo que ligue adequadamente o amor político da república com a ligação da própria identidade cultural da pessoa<sup>209</sup>”. Viroli faz algumas considerações a respeito da relação entre cultura e universalismo.

---

<sup>202</sup> Idem, p. 171.

<sup>203</sup> Idem, p. 171.

<sup>204</sup> Idem, p. 172.

<sup>205</sup> Idem, p. 172.

<sup>206</sup> Idem, p. 172.

<sup>207</sup> Idem, p. 172.

<sup>208</sup> Idem, p. 174.

<sup>209</sup> Idem, p. 174.

A memória histórica de um povo, que é um componente fundamental da sua cultura comum, é múltipla, controversa, e aberta a interpretações contínuas e reinterpretações que são sempre orientadas politicamente. Ao mesmo tempo, e talvez de forma mais importante, os valores políticos da cidadania democrática que os cidadãos compartilham não são construções universalistas de uma razão impessoal, mas são, ou são percebidas e vividas como valores culturais. Eles não estão ligados a uma liberdade abstrata ou a uma justiça abstrata, mas a uma forma de vida informada por estes princípios. Eles estão ligados a uma liberdade e a uma justiça que é parte da sua cultura, que tem para eles uma beleza particular, um calor particular, uma cor particular que está ligada com memórias e histórias particulares<sup>210</sup>.

Viroli faz referência a respeito da análise que alguns autores estabelecem sobre o patriotismo norte-americano. Os autores considerados são Michael Walzer, John H. Schar e Charles Taylor. Esses autores apontam para a característica pluralista da sociedade norte-americana, uma sociedade que não tem unidade cultural, étnica e nem mesmo religiosa. O patriotismo naquele país teria um caráter político, seria um patriotismo republicano. De acordo com Viroli, os teóricos que argumentam em defesa de um patriotismo que esteja fundamentado na “idéia de que para amar o seu país significa amar a república como uma comunidade política baseado no princípio da liberdade comum, com sua própria cultura e forma de vida, que estão de fato indicando a possibilidade de um patriotismo sem nacionalismo<sup>211</sup>”. Segundo Viroli, para este patriotismo, “o amor dos cidadãos pode e deve ser obtido primariamente por meios políticos; ou seja, através da prática do bom governo e através da justiça. E por justiça eles querem dizer a proteção dos direitos civis e os direitos políticos dos cidadãos<sup>212</sup>”. Desta forma a República, para receber o amor de seus cidadãos, tem que ser contrária a discriminações e a privilégios, e deve ser favorável à participação dos cidadãos na vida pública. Para que os cidadãos possam amar a república, eles devem sentir uma proximidade com ela, devem sentir que a República seja deles. Este patriotismo torna viável a existência da virtude cívica, a qual é necessária a uma boa república. “Compreendido de forma correta, a virtude cívica é um amor pela república ou pela pátria, expresso como um vigor moral que permite aos cidadãos agirem pelo bem comum e a resistirem aos inimigos da liberdade comum<sup>213</sup>”. Viroli considera que a virtude cívica, embora se expresse na esfera pública, não deixa de afetar os costumes e a vida privada de um povo. A virtude cívica deve ser compreendida como amor à liberdade comum, e “ela não pode ser uma ameaça à

---

<sup>210</sup> Idem, p. 174-175.

<sup>211</sup> Idem, p. 183.

<sup>212</sup> Idem, p. 183.

<sup>213</sup> Idem, p. 183-184.

civilidade, à ordem, e ao decoro. Na verdade, a virtude cívica é uma arma contra o poderoso ou o libertino que não quer aceitar a auto-restrição e a moderação da qual a vida civil requer<sup>214</sup>”. Para Viroli, se os cidadãos modernos se sentirem amados pela República, se sentirem que ela protege a sua liberdade; se sentirem motivados pela república à participação na vida pública, e se sentirem que a República os ajuda “a lidar com as dificuldades inevitáveis da condição humana<sup>215</sup>”; então os cidadãos modernos podem amar a República. De acordo com Viroli, a consideração de que o patriotismo possa “produzir fanatismo, intolerância e militarismo<sup>216</sup>”, pode se aplicar a outros tipos de patriotismo, mas não ao patriotismo republicano, que é um patriotismo de liberdade. E o amor pela liberdade produz somente liberdade. As repúblicas não necessitam de heróis, de fanatismos ou sacrifícios exagerados. As repúblicas precisam de cidadãos que tenham disposição de se mobilizarem contra as injustiças e as discriminações; contra leis injustas e quando os princípios constitucionais sofrerem violações. “O cidadão virtuoso vai para a praça pública ou para a sala de reunião quando ele tiver de ir, mas então ele volta para casa, ou para a sua loja, ou vai juntar-se aos seus amigos<sup>217</sup>”. As repúblicas “precisam de cidadãos que possam praticar a virtude cívica como um complemento da vida privada e do interesse privado<sup>218</sup>”. A virtude cívica em defesa da liberdade humana; o patriotismo republicano como amor à liberdade.

---

<sup>214</sup> Idem, p. 184.

<sup>215</sup> Idem, p. 184.

<sup>216</sup> Idem. P. 184.

<sup>217</sup> Idem, p. 185.

<sup>218</sup> Idem, p. 185.

## 3 OS MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

### 3.1 A constituição da República e o contexto da República Velha.

Nas décadas finais do século XIX, vivia-se no país um ambiente político-cultural de forte inquietação intelectual. Parte da intelectualidade brasileira passou a questionar a monarquia e os pilares que a sustentavam, como o catolicismo, a escravidão e um regime de privilégios. Aqueles que contestavam o regime monárquico entendiam que o mesmo mantinha o país numa condição de atraso diante da civilização. Este ambiente cultural foi propício para a recepção de novas idéias, como o positivismo de Augusto Comte e o evolucionismo (e a concepção organicista da sociedade) de Herbert Spencer. Conforme afirma Mello:

Sob a égide do cientificismo, a *intelligentsia* nacional quis valer-se da razão como guia único e seguro da reconstrução do Estado e da sociedade pátrias, deles expurgando a tradição de hierarquias fundadas sobre o privilégio e a caduca união trono-altar, para fundá-los sobre a ciência, a propulsora eficaz do progresso<sup>219</sup>.

Segundo a autora, o positivismo introduziu duas relevantes idéias no meio intelectual brasileiro na segunda metade do século XIX, que foram a “evolução escalonada da história e o cientificismo<sup>220</sup>”. Na década de 1880 houve um recrudescimento das críticas provenientes de setores da intelectualidade brasileira dirigidas ao regime monárquico. Nesta década multiplicaram-se os jornais no país e o público dos mesmos aumentou consideravelmente. De acordo com Mello, as novas idéias contribuíram para que se pensasse o país e que se propusessem reformas para que o mesmo se adequasse à civilização. Para isso, seria necessário suprimir as instituições monárquicas, atacando o sistema simbólico do mesmo através da cultura. “Foi nesse sentido que se deu o repúdio ao romantismo, ao ecletismo, ao clericalismo, ao ensino retórico e jesuítico. E que se criaram outras narrativas da nação. Nesse ambiente combativo em que se deu a ampliação da esfera pública, tudo foi submetido à crítica...<sup>221</sup>”. Celso Castro, ao falar sobre o cientificismo, que exerceu grande influência nos intelectuais da segunda metade do século XIX, considerou que o mesmo estivesse “encarnado

---

<sup>219</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV/Eduer, 2007, p. 94-95.

<sup>220</sup> Idem, p. 95.

<sup>221</sup> Idem, p.121.

em diversos *ismos*: materialismo, positivismo, darwinismo, evolucionismo<sup>222</sup>”. Para Celso Castro, as referidas interpretações científicas, usadas pela intelectualidade brasileira, apontavam para a seguinte perspectiva: “a história nacional era pensada como parte do movimento universal, e não como entidade distinta<sup>223</sup>”. Por isso a idéia de progresso e de adequação do país à civilização. Ao falar sobre o advento da República, Mello considera que a idéia de democracia deixou de ser confundida com liberalismo e passou a ter uma conotação social. “O termo democracia passou a estabelecer com ela [República] uma sinonímia<sup>224</sup>”.

No final do Império existiam vários grupos republicanos no Brasil, assim como clubes e jornais republicanos. A maioria desses grupos era de civis, os quais tinham propostas e idéias republicanas com diferentes perspectivas. Positivistas ortodoxos e positivistas heterodoxos, castilhistas, liberais. O jornalista e político Quintino Bocaiúva foi um propagandista das idéias republicanas e representou uma tendência de perfil mais liberal, mais próxima da república representativa dos norte-americanos. Silva Jardim foi um dos mais destacados personagens que combateram em favor do regime republicano. Embora fosse positivista, defendia um caminho revolucionário e não evolucionista para a implantação da república no país. Alberto Sales era positivista, embora não fosse favorável a um positivismo ortodoxo. A posição de Sales combinava aspectos do positivismo de Comte com aspectos do liberalismo. Era contrário à idéia de uma ditadura republicana. Teixeira Mendes foi um dos positivistas ortodoxos, um grupo de positivistas que defendia a idéia de uma ditadura republicana que devia ser dirigida pelos mais sábios. Estas são algumas das perspectivas republicanas de grupos civis no período final da monarquia<sup>225</sup>.

Durante o Império as condições sociais dos militares eram relativamente precárias, e os mesmos não tinham prestígio social. Os filhos da elite estudavam nas faculdades de direito e de medicina, enquanto que os filhos dos militares, assim como jovens de família menos abastadas ingressavam nas escolas militares. Ao entrar nas escolas militares, visavam tanto um meio de sobrevivência quanto alcançar uma ascensão social e até intelectual. Enquanto isso, os bacharéis em direito tinham todas as facilidades para ocupar cargos na administração

---

<sup>222</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 54.

<sup>223</sup> Idem, p. 54.

<sup>224</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007, p. 140.

<sup>225</sup> FORNAZIERI, Aldo. *Brasil: A República sem Republicanismo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2000.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

pública e se inserir nos quadros políticos. Até o período anterior à Guerra do Paraguai o processo de recrutamento militar era bastante rudimentar. No entanto, de acordo com Motta<sup>226</sup>, em alguns setores da organização militar foram tomadas medidas visando melhorar a estrutura da mesma, embora os avanços fossem lentos. Depois da guerra do Paraguai cresceu a insatisfação entre os militares. A guerra mostrou os problemas de um Exército mal equipado, mal treinado, com graves deficiências. Além disso, havia ainda o fortalecimento da Guarda Nacional, uma ameaça de substituição do Exército como força de defesa, e uma hostilidade, por parte da elite política, em relação a um exército permanente e profissional<sup>227</sup>. De acordo com Castro, no final do Império já era possível perceber algumas características do Exército que apontavam para uma melhor estruturação. “Adoção crescente de critérios burocráticos de promoção e do sistema de mérito, seus efeitos no sentido de abrir a carreira a pessoas não pertencentes à elite e, por fim, separação, em relação à formação acadêmica, entre armas ‘científicas’ e ‘tarimbeiras’<sup>228</sup>”. Seidl<sup>229</sup> fez um estudo sobre a formação da elite do Exército brasileiro no período entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. O autor mostra que naquele período os mecanismos de recrutamento e seleção da elite militar teve um caráter híbrido. Isso se explica, segundo o autor, devido à existência concomitante tanto de princípios meritocráticos, como títulos escolares, tempo de serviço, bravura; como de princípios extrameritocráticos, como relações personalísticas e notoriedade política. O autor analisa a trajetória de generais gaúchos e mostra que boa parte deles inicia suas carreiras militares ocupando “posições com acesso às esferas mais altas de comando – Ajudante de Ordens ou de Campo de generais, membro de comissão ou secretariado no Estado-Maior etc.<sup>230</sup>”. Seidl assinala também a existência de uma “constante utilização de relações pessoais baseadas na reciprocidade e o conseqüente acúmulo de capital simbólico personificado como recurso para a progressão na hierarquia<sup>231</sup>”. Outro aspecto relevante na trajetória dos generais analisados pelo autor se refere ao forte envolvimento daqueles militares com a política, particularmente suas relações com agentes da esfera do poder. Desta forma, pode-se observar que a formação da elite militar, no contexto analisado,

---

<sup>226</sup> MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

<sup>227</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1976.

<sup>228</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 29.

<sup>229</sup> SEIDL, Ernesto. “Elites Militares, Trajetórias e Redefinições Político-Institucionais (1850-1930)”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n° 30, junho, 2008, pp. 199-220.

<sup>230</sup> Idem, p. 201.

<sup>231</sup> Idem, p. 202.

contrasta com a forma de recrutamento e seleção dos militares em geral, pelo menos até a década de 70 do século XIX. Como observa Motta,

a lei do recrutamento, de 1874, deu esperanças de que iríamos nos livrar do recrutamento forçado e de que até aos quartéis chegaria um recruta melhor como homem e como combatente. A lei, também daquele ano, mandando extinguir os castigos corporais, inspirou pensamentos nobres sobre o papel educativo da disciplina militar<sup>232</sup>.

Voltando à questão da República, observa-se que foram particularmente os jovens militares formados na Escola Militar do Rio de Janeiro que defendiam idéias republicanas, visto que estas idéias não estavam disseminadas por todo o Exército. Dentre os militares que adotaram as idéias positivistas, destacou-se Benjamin Constant, que foi professor na Escola Militar em 1872, e em 1873 foi nomeado professor por concurso. Membro da Sociedade Positivista desligou-se dela por ser contrário a um positivismo de cunho ortodoxo. Benjamin Constant teve contato com o positivismo desde sua passagem pela própria Escola Militar, na condição de aluno. Foi particularmente influenciado pelo cientificismo, que impregnava a intelectualidade brasileira da época. As idéias de Spencer, de Darwin e de Comte marcaram o pensamento de Benjamin Constant. A Escola Militar, uma escola de engenharia, tinha como característica ser pouco focada em questões militares, centrando-se em estudos de matemática, filosofia e letras. Benjamin Constant incorporou de Comte a idéia de uma ordem social racional com base em uma moral superior e no saber científico, além de também ter adotado idéias do liberalismo. Constant exerceu grande influência na formação dos jovens militares que cursaram a Escola Militar. Desde 1878, alunos da escola criaram clubes republicanos secretos. Esses jovens militares, formados na Escola Militar, tiveram forte participação na implantação da República no país. A partir da denominada “Questão Militar<sup>233</sup>” os militares começaram a ensaiar uma participação na cena política nacional. O

---

<sup>232</sup> MOTTA, Jehovah, 2001, p. 147-148.

<sup>233</sup> A Questão Militar teve início em 1885, a partir de um conflito entre o coronel Cunha Matos e um parlamentar. Em viagem de inspeção a uma província o coronel Cunha Matos, membro do Partido Liberal, notou irregularidades administrativas cometidas por um capitão ligado ao Partido Conservador. Em defesa do capitão, um parlamentar fez um discurso na Câmara acusando Cunha Matos de traição durante a Guerra do Paraguai. Cunha Matos reagiu publicando vários artigos em jornal, o que resultou em punição por parte do Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, pois legalmente os oficiais eram proibidos de se manifestar em questões políticas ou militares na imprensa sem o consentimento do ministro da Guerra. O coronel foi punido pelo Ministro da Guerra por se manifestar publicamente. A partir daí houve uma polêmica sobre o direito de os oficiais se manifestarem. Após um manifesto público dirigido à Nação, feito pelo Marechal Deodoro, o governo imperial garantiu aos militares o direito de liberdade de expressão. In: CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

movimento militar que levou à implantação da República no Brasil contou com a participação do Marechal Deodoro e de mais alguns poucos militares de altas patentes<sup>234</sup>, assim como dos jovens militares de patentes inferiores do Exército. Jovens militares com formação na Escola Militar e que, segundo José Murilo de Carvalho<sup>235</sup>, eram considerados bacharéis fardados, devido ao tipo de formação que receberam na referida escola. José Murilo de Carvalho afirma que a Proclamação da República ocorreu a partir da união dos dois grupos, ou seja, dos militares bacharéis e dos militares mais velhos, os tarimbeiros. Portanto, o nascimento da República teve como protagonistas diretos alguns setores do Exército. As motivações que levaram o Exército a protagonizar a implantação da República foram os ideais republicanos e a necessidade de se preservar e fortalecer a própria instituição militar, diante da precária condição dos militares no período monárquico. Impregnados das idéias positivistas, dentre elas a do republicanismo e do cientificismo, os jovens militares também já tinham internalizado a tese do soldado cidadão, segundo a qual o soldado era, acima de tudo, um cidadão que devia participar do progresso do país e que tinha a responsabilidade de guardar a Pátria<sup>236</sup>. De acordo com Celso Castro, coube à jovem oficialidade (a “mocidade militar”), com estudos superiores ou “científicos”, “o papel de elemento iniciador e dinâmico da conspiração republicana no interior do Exército”<sup>237</sup>.

No Brasil a República nasceu fortemente marcada pelo militarismo, apesar do apoio de grupos civis, inclusive de setores da cafeicultura paulista. E os primeiros anos da República foram governados pelos militares. O marechal Deodoro da Fonseca foi chefe do governo provisório, embora seu ministério fosse constituído também por civis, como Quintino Bocaiúva nas Relações Exteriores, Rui Barbosa na Fazenda, Campos Sales na Justiça e Benjamin na Guerra. As províncias passaram a ser Estados da federação e foi implementada a separação entre o Estado e Igreja. A Constituição de 1891 declarou ser o Brasil uma República Federativa, representativa e presidencialista. Eleito presidente do Brasil pelo

---

<sup>234</sup> Militares mais velhos, que tinham participado da Guerra do Paraguai e que não frequentaram a Escola Militar.

<sup>235</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 24-25.

<sup>236</sup> COSTA, Milene Ribas. *A Implosão da Ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

<sup>237</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 17.

Congresso Nacional, o marechal Deodoro enfrentou forte oposição no Congresso, além da oposição de São Paulo e do Partido Republicano Paulista. Fechou o Congresso Nacional, mas encontrou forte resistência inclusive dentro das Forças Armadas, o que o levou a renunciar ao cargo. O vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assumiu a presidência da República. No entanto, apesar da lei constitucional determinar a convocação de novas eleições para a presidência, Floriano Peixoto manteve o propósito de governar todo o período do mandato iniciado por Deodoro. Alguns generais e almirantes se colocaram contra o propósito de Floriano e foram reformados pelo presidente. O almirante Custódio de Melo, que desejava chegar à presidência, liderou uma revolta da Marinha e recebeu o apoio do almirante Saldanha da Gama, que tinha posições monarquistas. Floriano recebeu o apoio do Exército e do Partido Republicano Paulista. Neste contexto surgiu também a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Os republicanos históricos, partidários de idéias positivistas, e reunidos no Partido Republicano Riograndense, entraram em confronto armado com os liberais, ligados ao Partido Federalista. Estes pretendiam revogar a Constituição estadual e implementar o sistema parlamentar. Defendiam mais autonomia estadual diante do controle exercido pelo poder federal. Os federalistas apoiaram a revolta do almirante Custódio de Melo, enquanto que os republicanos históricos receberam o apoio do presidente Floriano Peixoto. Jornalistas e políticos simpatizantes da monarquia, que contestavam o novo regime através da imprensa monarquista, apoiaram tanto a revolta armada quanto a revolução federalista. No entanto, com o apoio do Exército e do Partido Republicano Paulista, a revolta armada e a revolução federalista foram duramente combatidas pelo governo de Floriano Peixoto. Portanto, nos primeiros anos da república no Brasil, marcados pelo militarismo, a atuação dos militares e, particularmente do Exército, visou fortalecer o poder central e o governo republicano. Depois do mandato do marechal Floriano Peixoto foi eleito o primeiro presidente civil da República, Prudente de Moraes, que tinha fortes vínculos com os grandes cafeicultores paulistas. A denominada política dos governadores foi definida no governo seguinte, o de Campos Sales. As oligarquias paulista e mineira controlavam o governo federal em aliança com as oligarquias regionais. Os militares não eram favoráveis à política dos estados e às oligarquias. Nesse período ocorreram várias revoltas tenentistas. Para os tenentes, as instituições republicanas eram desrespeitadas pelos políticos oligárquicos. Os tenentes entendiam que o Exército representava o povo e que tinha por missão salvar a pátria.

Pretendiam reformar a sociedade e a política nacional, desafiando os políticos civis e os oficiais superiores, os quais não aderiram às revoltas tenentistas<sup>238</sup>.

O exército brasileiro teve um papel central na derrubada da ordem oligárquica. De acordo com Carvalho, o movimento que levou à deposição de Washington Luis em 1930 destacou-se por ter sido planejado e executado pelos oficiais superiores do Exército e da Marinha. Além disso, com esse movimento o Exército ensaiou uma atuação com mais independência no cenário político. A Primeira República foi marcada por movimentos contestatórios no interior do Exército, particularmente os movimentos tenentistas, além de conflitos entre Exército e Marinha. Para Carvalho isso deu um caráter desestabilizador às Forças Armadas durante a Primeira República<sup>239</sup>.

### 3.2 A Escola Militar

De acordo com José Murilo de Carvalho, no período que vai entre o final do Império até a primeira década da República, a maioria dos oficiais foi formada na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Nesse período, a Escola Militar foi fortemente influenciada pelos positivistas e se caracterizava por ser um centro de estudos no qual se priorizava o ensino de matemática, filosofia e letras em detrimento dos estudos militares. Desta forma, considerava-se que a escola militar formava bacharéis fardados. Não havia na escola um espírito militar. Em 1904 os alunos da Escola Militar participaram da denominada Revolta da Vacina. Assim, a Escola Militar da Praia Vermelha, uma instituição já marcada por participações em levantes militares, foi fechada naquele ano. Em 1905, quando o marechal Hermes da Fonseca assumiu o ministério da Guerra, foi feito um novo regulamento para a escola, a partir do qual se pretendia priorizar o ensino prático dos militares e deixar de formar bacharéis em ciências. A intenção era a de efetivamente formar militares com espírito militar, com profissionalização militar, além de se pretender a despolitização na formação dos

---

<sup>238</sup> CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FORNAZIERI, Aldo. *Brasil: A República sem Republicanismo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2000.

<sup>239</sup> CARVALHO, 2005.

militares<sup>240</sup>. Depois que a escola foi fechada, o Brasil enviou três turmas (1906, 1908 e 1910) de oficiais para serem formados no Exército alemão. Cada turma absorveu, durante dois anos, “o espírito da organização militar alemã<sup>241</sup>”. Os alunos da última turma, ao retornarem ao Brasil, passaram a defender os ensinamentos que tiveram no Exército alemão, inclusive com a fundação da revista “A Defesa Nacional”. Dentre as idéias que defendiam estavam o afastamento militar da política e a defesa nacional. Além disso, defendiam a idéia de que os oficiais deveriam ser formados durante toda a carreira militar e não se restringir aos estudos realizados na Escola Militar. No início, a maioria dos oficiais superiores percebeu o movimento dos militares que estagiaram na Alemanha, chamados de jovens turcos, como uma ameaça, mas com o tempo suas idéias foram prevalecendo. De acordo com Celso Castro<sup>242</sup>, no período entre 1906 e 1909, a Escola Militar funcionou dividida entre o Rio Grande do Sul e o Realengo (Rio de Janeiro). Em 1911, a Escola Militar passou a funcionar integralmente no Realengo, e em 1913 foi feito um novo regulamento. Em 1918 e em 1919 foram feitas novas mudanças no regulamento da Escola Militar, enfatizando-se o ensino prático e também a rigidez na disciplina militar. Conforme desejavam os militares que estagiaram na Alemanha, a partir da reforma de 1919 o aperfeiçoamento dos oficiais deveria ocorrer durante toda a carreira militar. À Escola Militar caberia a função de fornecer um ensino compatível até o posto de capitão. Essas mudanças ocorreram no contexto do fim da Primeira Guerra, sendo esta um fator importante que levou a elite militar a buscar a modernização no ensino dos militares. Alguns dos militares que estagiaram no Exército alemão, assim como outros, influenciados por aqueles militares, passaram a ser instrutores na Escola Militar. A presença destes instrutores na escola foi denominada de Missão Indígena. Em 1922, a Escola Militar do Realengo participou da revolta contra a posse do presidente eleito, Arthur Bernardes. Em consequência da revolta militar, a maioria dos alunos foram expulsos e houve o afastamento do comandante da escola e de vários de seus instrutores. A Missão Indígena desapareceu e a

---

<sup>240</sup> De acordo com Motta, desde quando a Academia Militar nasceu, em 1810, as disciplinas do ensino médio eram incluídas no currículo. A partir de 1856 ampliou-se a formação desse curso preparatório, com o ensino de História, Geografia e de línguas estrangeiras. O curso preparatório ganhou até uma organização à parte, com duração de três anos. Na reforma de 1898, o curso preparatório tornou-se destacado enquanto Escola Preparatória e de Tática, ligada à Escola Militar. Com o regulamento de 1905, o domínio das humanidades deveria ser feito no ensino médio civil, e passou a ser cobrado para ingresso na Escola Militar. A reforma de 1905 visou então dotar o currículo de uma formação prática, com cursos de arma, evolução tática, regras de campanha; um espírito militar aos candidatos a oficial do Exército. In: MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

<sup>241</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005, p. 27.

<sup>242</sup> CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

partir de 1924 a escola passou a ser reorganizada através da influência da Missão Militar Francesa, que já vinha atuando no meio militar brasileiro desde 1920. Além da Escola Militar, a Missão Francesa já se fazia presente na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Estado-Maior. A Missão Militar Francesa foi contratada pelo governo brasileiro visando a modernização das Forças Armadas Brasileiras. Carvalho<sup>243</sup> considera que os militares franceses deram continuidade ao trabalho iniciado pelos jovens turcos. A Missão Militar Francesa defendia a profissionalização dos militares, os quais deveriam restringir a sua atuação ao campo militar e se afastar de interferências no campo político. A educação militar se tornou mais técnica, com escolas para as diferentes especialidades. De acordo com Domingos Neto<sup>244</sup>, o general Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar francesa, considerava que a organização militar brasileira deveria buscar a realização de três objetivos: “forjar os meios para assegurar a defesa permanente do território nacional; criar as melhores condições possíveis para a instrução e treinamento da tropa e criar os meios de mobilização e de concentração dos efetivos conforme as condições impostas<sup>245</sup>”. Para Carvalho, a Missão Militar Francesa teve grande importância na formação de oficiais de Estado-Maior, e também na reformulação do Estado-Maior, visto que até aquele momento, aquele órgão ainda “não exercera sua verdadeira função de formulador da política de defesa nacional<sup>246</sup>”. Com a reformulação do Estado-Maior do Exército as atividades militares passaram a ser elaboradas por um órgão de cúpula, passando a haver maior centralização e coesão da organização militar brasileira. A nova concepção de defesa nacional gestada por influência daquela Missão Francesa passou a abranger outras importantes esferas da vida nacional, como o desenvolvimento de indústrias estratégicas. Criou-se o Conselho de Defesa Nacional, que deveria “planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos<sup>247</sup>”. Domingos Neto<sup>248</sup> considera que a noção de objetivos permanentes da nação criada mais tarde pelos teóricos da ESG sofre alguma influência dessa concepção de defesa nacional produzida pela Missão Militar Francesa. Ao analisar a referida missão, Moraes<sup>249</sup> considera que houve uma diluição da influência ideológica e política da missão francesa no contexto que vai dos levantes tenentistas de 1922 e 1924 à Revolução de 1930. Criticando o

---

<sup>243</sup> CARVALHO, 2005.

<sup>244</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência Estrangeira e Luta Interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>245</sup> Idem, 1980, p. 66-67.

<sup>246</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005, p. 29.

<sup>247</sup> Idem, 2005, p. 29.

<sup>248</sup> DOMINGOS NETO, Manuel, 1980.

<sup>249</sup> MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

historiador Edgard Carone, Moraes não considera que a Missão Militar Francesa tivesse representado uma completa superação da mentalidade positivista no meio militar<sup>250</sup>. Os militares continuaram a interferir na cena política. Em entrevista, Ernesto Geisel comenta que naquele contexto os jovens militares tinham um espírito revolucionário e que eram contrários ao regime dos coronéis. Segundo Geisel, a maioria deles saiu da Escola Militar com um sentimento revolucionário.

Segundo a tradição militar alemã e francesa, o Exército deveria ser o “grande mudo”. Mas nós não aceitávamos isso. A Missão Militar Francesa teve sobre nós uma influência estritamente profissional. Ela queria transmitir ao Exército os novos ensinamentos colhidos durante a guerra de 1914-18, estava preocupada com a organização militar do Brasil. Com relação à nossa mentalidade, à nossa orientação política, não teve maior importância. Éramos profissionais, todos procurávamos ser eficientes, tínhamos amor à carreira, vontade de ser bons oficiais, mas sofriamos a influência política do quadro nacional<sup>251</sup>.

### **3.3 Os militares e a política no contexto dos anos 1930 a 1945.**

Para José Murilo de Carvalho, a partir de 1930, “as Forças Armadas, particularmente o Exército, se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva<sup>252</sup>” em comparação com o início da Primeira República. No entanto, considera que a consolidação do poder militar, assim como “a definição do conteúdo de sua ação política exigiria ainda um longo esforço e o choque entre correntes antagônicas dentro e fora da organização<sup>253</sup>”. Ao analisar o período entre 1930 e 1945, Carvalho assinala a existência de ao menos duas grandes clivagens que perpassam a organização militar. Uma que separava praças e oficiais, a qual era parte integrante do modelo de organização militar que foi adotado. A outra clivagem é a que separava os militares intervencionistas reformistas dos militares neutralistas. Esta segunda clivagem tinha um caráter ideológico e dividia particularmente os militares mais graduados, os oficiais. Essa clivagem relaciona-se a diferentes modelos de relações entre as Forças Armadas e a política. Os militares que eram contrários à intervenção das Forças Armadas na política eram aqueles influenciados pelas premissas da Missão Militar Francesa. Era o modelo de relação entre Forças Armadas e política, adotado nas democracias

---

<sup>250</sup> MORAES, J. Quartim de, 2005.

<sup>251</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 42.

<sup>252</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005, p. 62.

<sup>253</sup> Idem, p. 62.

liberais, nas quais o papel das Forças Armadas seria o da defesa externa. Para Carvalho, até mesmo Góes Monteiro adotava essa postura no período anterior a 1930. O autor considera que a participação dos militares nas disputas políticas poderia prejudicar a carreira, o que levava a maioria a optar pela não participação. Segundo o autor, no Brasil o intervencionismo reformista vem da influência positivista<sup>254</sup>.

O tenentismo herdou dos positivistas o intervencionismo e o reformismo, mas deles se afastou pelo caráter mais militarista de sua ação. Os positivistas eram civilistas, o mesmo não acontecendo com os tenentes, que aceitavam, ou mesmo pregavam, o predomínio militar na política e a necessidade de fortalecimento das Forças Armadas. A corrente mais à esquerda, sob a influência do Partido Comunista, tendia para o modelo de exército popular<sup>255</sup>.

De acordo com Carvalho, naquelas circunstâncias políticas duas posições eram utópicas: os neutralistas e aqueles que postulavam um exército popular, ao estilo da Revolução Chinesa. Considerava que os reformistas eram incapazes de controlar a organização. A partir disso, considerou que houve o fortalecimento de uma terceira concepção das relações do Exército com a política, concepção que Carvalho denomina de intervencionismo controlador. Essa concepção se concretizou a partir de uma aliança entre os profissionalizantes e os intervencionistas. Estes concordaram em alterar os métodos e o conteúdo da intervenção, enquanto que os profissionalizantes passaram a aceitar a intervenção<sup>256</sup>. “A transformação foi progressiva e teve como marcos principais a Revolução Constitucionalista de 1932, as revoltas de 1935 e 1937<sup>257</sup>”. Nos anos 1940 já era possível observar importantes modificações organizacionais do Exército brasileiro. Dentre outros aspectos, Carvalho aponta a importância que os militares davam à educação das mentes, e que a educação moral e cívica, fornecida pelo Exército e difundida nas escolas civis, ocupava papel de destaque.

Essa guerra incluía, sem dúvida, o combate ao comunismo mas também a transformação dos valores sociais no sentido de os tornar compatíveis com as tarefas da defesa nacional. O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das

---

<sup>254</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005.

<sup>255</sup> Idem, p. 74.

<sup>256</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005.

<sup>257</sup> Idem, p. 75.

guerras, na necessidade de se preparar para elas, na conveniência de um governo forte que promovesse o progresso do país<sup>258</sup>.

Castro tece considerações a respeito da Escola Militar e das reformas pelas quais ela passou. O autor aborda a reforma da Escola Militar realizada durante o início dos anos 1930, sob o comando do então coronel José Pessoa, militar que participou da Revolução de 1930. Segundo Castro, Para José Pessoa, a revolução de 1930 garantiu a consolidação da República, mas ainda faltava salvar a Nação. De acordo com Castro, José Pessoa afirmou, em boletim de janeiro de 1931: “O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência<sup>259</sup>”. Para Castro, José Pessoa pretendia criar mentalidades homogêneas, gerações homogêneas de oficiais. Esta nova mentalidade militar deveria estar centrada na disciplina militar e no afastamento da política. Disciplina militar e política não combinam. De acordo com Castro, José Pessoa afirmou, em sua autobiografia: “O que o Exército procura formar são mentalidades uniformes, e não personalismos<sup>260</sup>”. Castro considera que na reforma militar empreendida por José Pessoa, destacaram-se as realizadas no plano simbólico. “Criou-se um conjunto de símbolos que expressavam o pertencimento dos cadetes a uma tradição vinculada ao que se considerava serem os valores nacionais mais profundos<sup>261</sup>”. Numa carta escrita em 1934, endereçada ao ministro da Guerra, Góes Monteiro, José Pessoa afirmou que é “preciso que o corpo de oficiais constitua uma verdadeira aristocracia, não a aristocracia de sangue, mas uma aristocracia física, moral e profissional<sup>262</sup>”. José Pessoa, segundo Castro, não queria a permanência da Escola Militar no Realengo, que se localizava na capital. Presidiu uma comissão que escolheu a cidade de Resende para se instalar a escola. A transferência da escola para Resende ocorreu em 1944 e, em 1951, a mesma passou a ser denominada de Academia Militar das Agulhas Negras. Em 1933, José Pessoa foi promovido a general de brigada e no ano seguinte se demitiu do comando da escola.<sup>263</sup>

---

<sup>258</sup> Idem, p. 78.

<sup>259</sup> Apud CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 39.

<sup>260</sup> Apud CASTRO, Celso, 2002, p. 40.

<sup>261</sup> CASTRO, Celso, 2002, p. 42-43.

<sup>262</sup> Apud CASTRO, Celso, 2002, p. 45.

<sup>263</sup> Em 1937, antes da implantação do Estado Novo, José Pessoa teve um desentendimento com Góes Monteiro. Só em 1938 voltou a receber um posto de comando, em Mato Grosso, uma região militar secundária. Em 1945 posicionou-se contra o queremismo e o continuísmo de Vargas, e em 1948 participou da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, que também contou com a participação dos generais Estêvão Leitão de Carvalho e Horta Barbosa. In:

É importante abordarmos aqui uma questão que acabou marcando profundamente o imaginário dos oficiais brasileiros por várias gerações, que foi a denominada Intentona Comunista. As revoltas comunistas de 1935 podem ser consideradas como os últimos atos das rebeldias tenentistas. As revoltas tenentistas de 1922 e de 1924 já marcavam o inconformismo dos revoltosos com a situação social e política do país daquele contexto. A Revolução de 1930 contou com o apoio da maioria dos tenentes revoltosos, que apoiaram Vargas acreditando que a revolução iria regenerar a República e que, a partir de então, seus ideais republicanos (verdadeira representação política, moralidade na política, dentre outros) seriam realizados. No entanto, uma parte dos tenentes que havia participado da Revolução de 1930 não se mostrou satisfeita com os rumos da revolução. Os tenentes descontentes eram militares de esquerda, que em 1934 fundaram a Aliança Nacional Libertadora. A ANL se constituiu como uma frente de combate ao imperialismo e aos integralistas<sup>264</sup>. De acordo com Vianna, a ANL tinha por objetivo “defender a Liberdade e a Emancipação Nacional e Social do Brasil<sup>265</sup>”. O Partido Comunista do Brasil e a ANL acabaram se aproximando numa luta conjunta contra o fascismo, o imperialismo e contra os latifundiários. No entanto, de acordo com Vianna, PCB e ANL divergiam no que concerne ao conteúdo e à forma de luta e, principalmente no que se refere à questão do poder. “Os comunistas propunham a tomada do poder por um governo popular, enquanto que os tenentes não falavam em tomada do poder e sua percepção da luta democrática era bastante vaga, concebida principalmente como uma luta pela moralidade dos costumes políticos<sup>266</sup>”. Outra diferença entre a ANL e o PCB era que o partido defendia uma luta de classes, enquanto que os aliancistas defendiam uma união de classes. A ANL passou a ter um destaque no cenário político nacional. Militares integralistas e aliancistas passaram a fazer manifestações políticas e integrantes do integralismo e da ANL passaram a se enfrentar nas ruas, criando um ambiente social e político muito conturbado e marcado por radicalismos. O governo começou a reagir, aprovando a Lei de Segurança Nacional. O PCB ingressou oficialmente na ANL, mudando os rumos das atividades desta organização<sup>267</sup>. “Prestes e os tenentes estavam convencidos de que a revolução no Brasil se

---

ABREU, Alzira Alves de [et ali.] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

<sup>264</sup> VIANNA, Marly de Almeida G. “O PCB, a ANL e as Insurreições de Novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>265</sup> Idem, p. 81.

<sup>266</sup> Idem, p. 82.

<sup>267</sup> VIANNA, Marly de Almeida G., 2003.

aproximava, e tanto os comunistas quanto os tenentes de esquerda consideravam a luta armada o único caminho para alcançar seus objetivos<sup>268</sup>”. Vianna considera que “a ANL apresentava-se como legítima continuadora não só das lutas tenentistas mas de todo o Exército, dentro do espírito progressista de Benjamin Constant e da energia de Floriano Peixoto<sup>269</sup>”. A ANL foi fechada pelo governo, ficou esvaziada e passou a funcionar na ilegalidade. Nessa condição, Luís Carlos Prestes e o PCB passaram a dominar a organização. As revoltas ocorreram em Natal, no Recife e por último no Rio de Janeiro. As revoltas eram desorganizadas e sem qualquer estrutura. As tropas legalistas não tiveram dificuldades em conter os revoltosos. O governo criou uma comissão com o propósito de reprimir o comunismo, e muitos militares de esquerda foram expulsos das Forças Armadas. Os militares que tiveram participação no movimento foram acusados de trair a própria pátria e também de trair as Forças Armadas em seus dois pilares, quais sejam, a hierarquia e a disciplina. Para Castro, “a frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas<sup>270</sup>”. Segundo Castro, a partir de então, os chefes militares passaram a organizar anualmente uma comemoração pela vitória diante dos revoltosos, renovando os votos anticomunistas e socializando as novas gerações neste espírito anticomunista. O relato que os chefes militares faziam a respeito daquelas revoltas comunistas, as quais eles denominavam de Intentona Comunista<sup>271</sup>, centrava-se na idéia de traição.

Dentre os elementos do imaginário anticomunista que ganharam colorido mais forte, está a associação do comunismo com o mal, representado como uma enfermidade. Daí a metáfora, que teria vida longa, de uma ‘infiltração’ comunista, como se fosse uma doença/doutrina ‘exótica’ introduzida no Brasil por agentes estrangeiros ou por traidores da pátria<sup>272</sup>.

Como se verá, é constante aparecer na retórica dos militares antinacionalistas a idéia de que o governo (Juscelino, Goulart) está infiltrado por comunistas.

De acordo com José Murilo de Carvalho, a idéia de que a sociedade deveria se abrir ao Exército e que o Exército deveria estar fechado à sociedade, ganhou força particularmente durante o Estado Novo - mas se manteve sem grandes alterações após o fim do Estado Novo. Essa idéia foi gestada nos setores mais conservadores e vitoriosos das Forças Armadas.

---

<sup>268</sup> Idem, p. 82.

<sup>269</sup> Idem, p. 86.

<sup>270</sup> CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 49.

<sup>271</sup> “Intento louco, plano insensato, desvario”. Idem, p. 51.

<sup>272</sup> Idem, p. 52.

Medidas foram tomadas para isolar o Exército da sociedade, particularmente a que se focava na seleção e na formação dos oficiais. Durante o longo predomínio da dupla Góes Monteiro e Dutra no Exército brasileiro, houve importantes expurgos de oficiais contrários ao projeto político-militar adotado<sup>273</sup>. “A abertura da sociedade ao Exército, o fechamento da organização, a formação de um grupo hegemônico de oficiais, constituíam parte da estratégia de fortalecimento da corporação militar para consolidar e ampliar a posição de poder que conquistara dentro do Estado<sup>274</sup>”.

Segundo Carvalho, em 1934 Góes Monteiro elaborou um documento e o encaminhou a Vargas, no qual estabelecia certas condições para que o mesmo aceitasse assumir o ministério da Guerra. No documento, Góes Monteiro fez um diagnóstico das condições econômicas, sociais e políticas do país, sugerindo quais políticas deveriam ser adotadas. Combateu o estadualismo, defendeu o espírito de nacionalidade, assim como a regulação da vida econômica e a reforma das instituições do Estado<sup>275</sup>. De acordo com Carvalho, Góes Monteiro afirmou no documento que “um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional...<sup>276</sup>”. Para Carvalho, essas idéias elaboradas por Góes Monteiro expressam o projeto do intervencionismo controlador.

Ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da idéia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado<sup>277</sup>.

No Estado Novo se concretizou uma idéia que Góes Monteiro já vinha defendendo desde o início dos anos 1930, a idéia de que se deveria fazer a política do Exército e não a política no Exército. Desde o início da Revolução de 30, Góes Monteiro escreveu sobre vários temas, tais como o Estado, a defesa nacional e a finalidade política do Exército, material que acabou se constituindo na denominada doutrina Góes Monteiro. Este criticava as elites políticas brasileiras por considerá-las destituídas de uma consciência nacional e voltadas para interesses privados, além de ter feito críticas à democracia representativa. Para Góes Monteiro as Forças Armadas estavam fragilizadas e despreparadas para a guerra, e ainda considerava

---

<sup>273</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005.

<sup>274</sup> Idem, p. 87.

<sup>275</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005.

<sup>276</sup> Apud CARVALHO, José Murilo de, 2005, p. 96.

<sup>277</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005, p. 96.

que a guerra envolvia todas as atividades da vida nacional. Entendia que se devia fortalecer o Estado para que este pudesse modernizar o país. Um nacionalismo econômico dirigido pelo Estado<sup>278</sup>. Em 1937, conforme afirma Carvalho, já não existia a concepção de um Exército que seria a vanguarda do povo, mas, a partir de então, consolidava-se a concepção de que o Exército coexistiria com a estrutura do Estado e seria seu elemento dinâmico, noção presente em Azevedo Amaral<sup>279</sup>.

Para Carvalho, a destituição de Vargas pelos militares em 1945 tem consistência com a instituição do Estado Novo em 1937, pois as mobilizações de massas no contexto em que se deu o queremismo, assim como os discursos de cunho populista de Vargas passaram a ser uma ameaça à ordem social. A tentativa por parte de Vargas de mobilizar o operariado era incompatível com a organização militar de então, já muito modificada na sua estrutura e no que tange a questões ideológicas e de poder político. Na deposição de Vargas em outubro de 1945 houve a participação conjunta das três Armas<sup>280</sup>.

Foi o primeiro golpe planejado pelos três estados-maiores. De fato, para efetivar a deposição foi criado o embrião do que seria posteriormente o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). As vozes discordantes ou estavam em escalões inferiores ou não tinham condições de se manifestar. Foi uma ação típica do ideal de Góes: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia. Não houve expurgos como em 1932, 1935 ou 1937<sup>281</sup>.

Mas com a abertura política o conflito entre os militares mostrou-se relevante, sendo que os debates e as disputas no Clube Militar foram reveladores do conflito existente no interior das Forças Armadas.

### **3.4 Os militares brasileiros e a influência militar norte-americana.**

Como vimos, durante todo o período de vigência do Estado Novo foi destacada a influência política e militar de Dutra e de Góes Monteiro. Dutra e Góes Monteiro tinham uma disposição favorável em relação ao Exército alemão, país do qual o Brasil comprava

---

<sup>278</sup> SUANO, Marcelo José Ferraz. *A Doutrina Góes Monteiro e o Pensamento Político Brasileiro nos anos 30 (O intelectual do Partido Fardado e a dinâmica das intervenções militares)*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.

<sup>279</sup> CARVALHO, José Murilo de, 2005.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> Idem, p. 112.

armamentos. Em alguns momentos entraram em conflito com militares que se colocavam claramente em favor de uma cooperação militar com os Estados Unidos, como os generais Manuel Rabelo<sup>282</sup>, Júlio Horta Barbosa<sup>283</sup> e Estevão Leitão de Carvalho<sup>284</sup>.

Uma maior aproximação militar entre o Brasil e os Estados Unidos teve início em 1939 – quando começou a guerra na Europa – com a visita do subchefe do Estado-Maior norte-americano, general George Marshall ao Brasil. Este foi o momento em que a influência da Missão Francesa nas Forças Armadas chegou ao fim. A partir deste período, as organizações militares brasileiras passaram a receber uma crescente influência dos Estados Unidos. Depois da visita do general Marshall ao Brasil, o então chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, general Góes Monteiro, visitou os EUA com uma comitiva militar, permanecendo dois meses naquele país. Tendo em vista o conflito europeu, com a política expansionista da Alemanha nazista, que anexou a Áustria, depois invadiu a Checoslováquia e a Polônia, os norte-americanos começaram a se preocupar com a defesa das Américas. Em junho de 1940, a Alemanha ocupou a França e os norte-americanos ficaram com receio de que a Alemanha pudesse ocupar a Guiana Francesa e a Martinica. O governo brasileiro, como vimos, importava armamentos da Alemanha e mantinha boas relações com aquele governo. Naquele contexto, o Brasil teria uma importância estratégica na defesa do continente e por isso os norte-americanos procuraram estabelecer um acordo de cooperação militar entre os dois países. Demandaram do Brasil a adesão aos Aliados e a permissão para instalar bases militares em território brasileiro. Com uma atitude pragmática, o governo brasileiro posicionou-se favoravelmente aos norte-americanos. Em outubro de 1941, Brasil e EUA firmaram um convênio político-militar e as bases militares norte-americanas foram instaladas em fins do mesmo ano. No início de 1942, após um encontro dos ministros das relações exteriores dos países americanos no Rio de Janeiro, o Brasil, juntamente com outros países do continente, rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. No encontro realizado no Rio de Janeiro, foi recomendada a criação da “Junta Interamericana de Defesa” para tratar da questão da defesa do continente americano. Em março de 1942, a referida Junta passou a funcionar, com sede em Washington. Góes Monteiro, simpatizante do Exército alemão, criou uma série de conflitos com o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, o qual era

---

<sup>282</sup> Manuel Rabelo era ministro do Supremo Tribunal Militar.

<sup>283</sup> Horta Barbosa foi sub-chefe do Estado-Maior do Exército entre 1937 e 1938 e presidente do Conselho Nacional do Petróleo entre 1938 e 1943.

<sup>284</sup> Em 1937 assumiu o posto de primeiro-subchefe do Estado-Maior do Exército. Foi chefe da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em Washington e Delegado do Exército Brasileiro à Junta Interamericana de Defesa. De 1949 a 1950 foi vice-presidente do Clube Militar.

favorável à colaboração militar entre Brasil e Estados Unidos. O governo brasileiro tomou partido pela aproximação com os norte-americanos, o que resultou num maior prestígio do ministro das Relações Exteriores junto a Vargas<sup>285</sup>.

A FEB, Força Expedicionária Brasileira foi organizada pelo ministério da Guerra, e não contou com a participação do Estado-Maior do Exército, visto que Góes Monteiro não demonstrava muita disposição no apoio do Brasil aos Aliados. Em dezembro de 1943 Góes Monteiro foi substituído na chefia do EME e em janeiro do ano seguinte foi nomeado Delegado do Brasil no Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente, no Uruguai. Vargas pretendia que o alinhamento com os Estados Unidos pudesse contribuir para o desenvolvimento industrial do Brasil. Dutra, que também de forma pragmática se aproximou dos norte-americanos, se empenhou numa possibilidade de modernização das Forças Armadas brasileiras em troca do apoio do Brasil aos Aliados. A partir do estabelecimento do acordo militar entre os dois países, o Brasil recebeu recursos para a construção de uma siderurgia, além da ajuda para melhorar a estrutura das Forças Armadas. Em 1942, após deixar oficialmente sua posição de neutralidade em relação à guerra, e romper as relações diplomáticas com os países do Eixo, o Brasil declarou guerra ao Eixo. A partir de negociações com os Estados Unidos, o Brasil enviou tropas para combater na Europa.

Naquele contexto, criou-se uma Comissão Militar Mista Brasil-EUA, o que propiciou a ida de militares brasileiros para estagiar nas Forças Armadas norte-americanas. Antes que os militares brasileiros fossem combater na Europa, um contingente de militares foi aos Estados Unidos para fazer cursos em bases militares daquele país. Muitos ficaram três meses estagiando na Escola de Comando e Estado-Maior de *Fort Leavenworth* ou em outras unidades das Forças Armadas norte-americanas. Os militares brasileiros foram incorporando os métodos de guerra das Forças Armadas norte-americanas em substituição aos métodos franceses. Tiveram contato com a organização militar norte-americana e com doutrinas militares daquele país. Em decorrência da Comissão Militar Mista Brasil-EUA, militares americanos passaram a visitar o Brasil com a missão de prestar assessorias e contribuir na organização das Forças Armadas brasileiras<sup>286</sup>.

---

<sup>285</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

<sup>286</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz, 2006.

Com o fim da Segunda Guerra, o Estado Novo perdeu força e apoio. Os Estados Unidos, assim como amplos setores políticos e militares no Brasil defenderam o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, com a criação de partidos políticos e de eleições gerais. O próprio ministro da Guerra, o general Dutra, aconselhou Vargas a realizar as mudanças políticas. Posteriormente, a possível candidatura do ministro da Guerra para a presidência da República ganhou força, inclusive com um discreto apoio de Vargas, que viu nessa candidatura a possibilidade de evitar a sua deposição do governo. Duas candidaturas militares foram lançadas para concorrer à presidência da República. O general Dutra, como candidato oficial, teve a sua candidatura lançada pelo PSD (Partido Social Democrático) e recebeu o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e de Getúlio Vargas. O brigadeiro Eduardo Gomes foi o candidato dos setores oposicionistas ao getulismo. Sua candidatura saiu pela UDN (União Democrática Nacional) e recebeu o apoio do PL (Partido Libertador) e do PR (Partido Republicano). Para oficializar a sua candidatura, Dutra deixou o Ministério da Guerra em agosto de 1945. Góes Monteiro assumiu o Ministério no lugar de Dutra. Temendo a possibilidade de Vargas cancelar as eleições presidenciais marcadas para dezembro de 1945 e decidir por uma política continuísta, militares de altas patentes articularam a deposição de Vargas do governo. Dentre os referidos militares estavam o então Ministro da Guerra, Góes Monteiro e o candidato governista, Eurico G. Dutra. O general Osvaldo Cordeiro de Farias foi o encarregado de comunicar a Vargas a decisão dos militares do afastamento do mesmo da presidência da República, decisão acatada por Vargas. Nas eleições, Dutra derrotou a candidatura de Eduardo Gomes. O início do governo de Eurico G. Dutra foi marcado por um certo continuísmo político e militar. Mas poucos meses depois da posse, Dutra buscou uma aproximação com a UDN e ao mesmo tempo se distanciou do getulismo e do PTB. Ainda em 1946, Dutra fez importantes mudanças em seu ministério. Góes Monteiro saiu do Ministério da Guerra e em seu lugar foi nomeado o general Canrobert Pereira da Costa, de perfil fortemente antigetulista. O PTB foi afastado e a UDN foi convocada a participar do Ministério. Durante a sua gestão, num contexto de Guerra Fria, Dutra levou o Partido Comunista à ilegalidade e fez uma política de forte intervenção nos sindicatos dos trabalhadores. O governo Dutra manteve forte alinhamento com os interesses políticos e militares dos Estados Unidos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil deixou de ter a importância político-militar que tivera durante o conflito. A postura dos EUA, que foram contrários à entrada do Brasil como membro permanente do conselho de segurança da ONU, ilustrou bem a perda de importância brasileira. Mas o governo Dutra continuou pensando que o Brasil era um parceiro privilegiado dos Estados Unidos, como ocorreu durante a guerra.

Mas, após o conflito, os Estados Unidos centraram as suas preocupações nas questões pertinentes à Europa e à Ásia, sendo que a América Latina despertava pouco interesse aos norte-americanos naquele momento<sup>287</sup>.

A relação entre Brasil e Estados Unidos naquele período foi marcada por certa tensão, notadamente no que se refere à exploração e à comercialização do petróleo. Se durante o governo Dutra houve um alinhamento com os Estados Unidos, a partir de 1951, Getúlio Vargas procurou barganhar politicamente com aquele governo. No entanto, o contexto internacional já era outro, e Vargas teve dificuldades em barganhar vantagens econômicas em troca do apoio político-militar aos Estados Unidos. Vargas, que tinha o apoio de setores nacionalistas, procurou adotar uma política externa minimamente independente, discordando da diplomacia norte-americana em relação a questões de ordem econômica; a questões relativas ao desenvolvimento econômico do Brasil. Apesar disso, “a política externa de Vargas estava de acordo com os objetivos estratégicos do bloco ocidental, discordando quanto aos meios empregados<sup>288</sup>”. Desde 1947, ainda no governo Dutra, houve intenso debate no cenário político nacional a respeito da questão do Petróleo. O Clube Militar passou a promover uma série de conferências com o fim de debater as políticas de exploração do petróleo no país. Os principais debatedores no Clube Militar foram os generais Juarez Távora, que defendia a participação do capital estrangeiro na exploração de petróleo, e o general Horta Barbosa, a favor do monopólio estatal. A questão da exploração do petróleo esteve no centro do debate nas eleições para a diretoria do Clube Militar de 1950, vencidas pelos generais nacionalistas Estillac leal e Horta Barbosa. De acordo com Angelissa Silva, o movimento civil-militar fez, entre os anos de 1947 e 1953, a Campanha do Petróleo, usando o lema “O petróleo é nosso”. Essa defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo remetia à questão da defesa da soberania nacional<sup>289</sup>. Algumas políticas públicas feitas por Vargas e consideradas nacionalistas, resultaram em conflitos com o governo norte-americano. A criação de uma lei que procurou disciplinar a remessa de lucros para o exterior; a política sobre a exploração do petróleo, que em 1953 resultou na criação da Petrobrás; e a recusa do Brasil em enviar tropas na guerra da Coreia, são algumas políticas que criaram atritos com a diplomacia norte-americana. A situação de Vargas se agravou particularmente a partir de 1953, quando as políticas nacionalistas sofreram forte oposição por parte de setores militares

---

<sup>287</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2004.

<sup>288</sup> *Idem*, p. 43.

<sup>289</sup> SILVA, Angelissa Azevedo e. “A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

e civis, que defendiam políticas com caráter mais internacionalistas. A oposição ao nacionalismo também ocorreu externamente, com pressões dos Estados Unidos contrários às políticas nacionalistas adotadas no Brasil e em outras regiões da América Latina<sup>290</sup>.

No entanto, a cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos não sofreu qualquer interrupção. Os militares brasileiros incorporaram muitas práticas e discursos da organização militar norte-americana. As experiências conjuntas entre brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial, além dos cursos e estágios de oficiais brasileiros em instituições militares nos Estados Unidos, contribuíram para a aproximação e a afinidade entre os militares dos dois países. Depois da Segunda Guerra os Estados Unidos buscaram constituir uma aliança regional que pudesse atender os seus interesses estratégicos no que se refere à defesa continental. Em 1947, realizou-se no Rio de Janeiro uma Conferência Interamericana, que estabeleceu o TIAR Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR. Os norte-americanos pretendiam criar uma agência militar interamericana, mas, diante da oposição da Argentina, limitaram-se ao propósito de um tratado de assistência recíproca. Tratado que garantisse a segurança das nações do continente, caso alguma delas sofresse qualquer agressão. O TIAR foi oficializado no ano seguinte. Naquele contexto, os Estados Unidos já pretendiam fazer prevalecer a sua hegemonia político-econômica e militar no continente e constituir na região uma frente de contraposição à União Soviética, ao bloco comunista. Em 1947, o governo Dutra, seguindo fielmente as orientações da diplomacia dos Estados Unidos, rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética<sup>291</sup>. No ano seguinte veio ao Brasil uma missão constituída por militares norte-americanos, que sugeriu a criação no Brasil de uma escola nacional de guerra. Esta questão será discutida no próximo capítulo, visto tratar-se da ESG.

Brasil e Estados Unidos estabeleceram um novo acordo militar em 1952, tendo como objetivo básico – como outros acordos firmados - a defesa do hemisfério contra o comunismo. O Brasil se comprometia com a venda aos Estados Unidos de matérias-primas que tinham relevância do ponto de vista militar, enquanto que os Estados Unidos se comprometiam com a venda de armamentos e de consultoria militar ao Brasil. Este acordo militar não contou com a participação do então ministro da Guerra do governo Vargas, o nacionalista Newton Estillac Leal. O acordo foi negociado e firmado pelo chanceler João Neves da Fontoura e pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Góes Monteiro<sup>292</sup>.

---

<sup>290</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2004.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Idem.

Apesar de ter adotado um discurso nacionalista e de ter dado uma orientação de caráter mais nacionalista ao seu governo, muitas políticas do governo Vargas foram criticadas pelos setores nacionalistas, pois iam contra os interesses desses setores. O referido acordo militar entre os dois países foi uma dessas políticas que visivelmente favoreciam os norte-americanos. “Os gestos de apaziguamento destinavam-se a reafirmar a aliança estratégica com os EUA, visando restringir o conflito às questões específicas e evitar um confronto geral com essa potência, o qual seria altamente desfavorável ao Brasil nas condições então vigentes<sup>293</sup>”. Ainda em 1952, militares brasileiros e norte-americanos se reuniram no Rio de Janeiro com o intuito de reforçar a cooperação militar entre os dois países. Criaram a Junta Permanente de Defesa Brasil-Estados Unidos e foram ampliados os programas destinados ao treinamento de oficiais brasileiros naquele país. Desde o período da Segunda Guerra passou a haver uma estreita relação entre os oficiais dos dois países, com um permanente aperfeiçoamento dos militares brasileiros realizado nos Estados Unidos. A referida relação também ocorria a partir das assessorias de militares norte-americanos feitas nas organizações militares brasileiras. Esse processo resultou em importante influência recebida pelos militares brasileiros, consoante a valores, idéias, doutrinas e formas de organização militar. Essa influência dos norte-americanos foi explicitada pelos próprios oficiais brasileiros. Por exemplo, o general Murici, ao falar sobre os métodos de trabalho adotados na ESG, assinalou a influência norte-americana.

Os métodos de trabalho na Escola Superior de Guerra eram os mais modernos, naquela ocasião. Houve o aproveitamento de métodos, principalmente o Dewey, e a orientação do Exército americano. O Exército americano avançadíssimo. Quando estive em Leavenworth, aprendi muita coisa de metodologia de ensino. Mais tarde, trouxe para a Escola de Estado-Maior, quando eu era instrutor, uma porção de pontos que aprendi lá<sup>294</sup>.

Considerou que a sua experiência em *Leavenworth* e o seu contato com o Exército americano reforçou a sua formação anterior baseada em Dewey e outros educadores.

Na Escola Superior de Guerra, encontrei uma documentação trazida pelos americanos, que tinham estado na National War College. Analisei essa documentação sintetizei-a ao máximo, dentro desse fascículo que estou trazendo como amostra. Ainda está com anotações a lápis de várias coisas que eu preparava, e fazia a correção no ano seguinte. O princípio da escola é

---

<sup>293</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes, 2004, p. 53.

<sup>294</sup> ENTREVISTA, *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 268.

não parar. É possível aperfeiçoar tudo. Então, ano a ano esse documento foi sendo aperfeiçoado<sup>295</sup>.

Ernesto Geisel afirmou que a literatura que se lia na Escola de Estado-Maior era a americana. Afirmou que esteve nos Estados Unidos de outubro de 1944 a maio de 1945. Fez o Curso de Comando e Estado-Maior em *Leavenworth* e outro curso que tinha ligação com a força aérea, no Mississippi. Além disso, afirmou ter feito estágios em outras escolas militares norte-americanas. “Foram cursos interessantes, em que aprendemos muito sobre a guerra moderna e a organização militar dos Estados Unidos<sup>296</sup>”.

---

<sup>295</sup> *Idem*, p. 268.

<sup>296</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 91.

## 4 OS MILITARES NO CONTEXTO DOS ANOS 1950: A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O CLUBE MILITAR

### 4.1 A Escola Superior de Guerra: contextualização e participação dos militares como membros permanentes da instituição

Em 1942, quando o general Dutra era o Ministro da Guerra, criou-se, através da Lei do Ensino Militar, um curso de Alto Comando nas Forças Armadas para ser freqüentado por generais e coronéis do Exército. Porém, o curso de 1942 não se efetivou e só passou a ser ministrado a partir da criação da ESG, destinado aos oficiais das Forças Armadas<sup>297</sup>. Este não é um estudo que se foca na ESG, mas esta instituição é relevante para o presente trabalho, tendo em vista que militares antinacionalistas, reunidos na ESG, produziram uma reflexão sobre questões de ordem política, social, econômica e militar e, particularmente, elaboraram uma doutrina de segurança nacional. Portanto, o pensamento político elaborado pelos militares que eram membros permanentes da ESG, particularmente nos anos 1950, contribui para a compreensão do pensamento político dos militares antinacionalistas no contexto estudado.

Foi durante o governo de Dutra que ocorreu a criação da Escola Superior de Guerra - ESG, inspirada numa escola militar norte-americana, o “*National War College*”. Em viagem aos Estados Unidos em 1948, o então chefe do Estado-Maior Geral, general Salvador Cesar Obino, estabeleceu contatos com militares norte-americanos que resultaram num acordo militar entre os dois países. Em julho de 1948, firmou-se um contrato militar com os Estados Unidos, o qual visava à formação de uma missão norte-americana. Com a contribuição dos militares norte-americanos, buscou-se reorganizar o curso de Alto Comando. A comissão redigiu um relatório endereçado ao chefe do Estado-Maior Geral<sup>298</sup>, sugerindo ao governo brasileiro a criação de uma Escola Nacional de Guerra, inspirada no *National War College*<sup>299</sup>.

---

<sup>297</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980.

<sup>298</sup> Em dezembro de 1948, o Estado Maior-Geral passou a ser denominado de Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

<sup>299</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980. FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1994.

De acordo com o general Muricy<sup>300</sup>, os primeiros estudos objetivando a formação de uma escola voltada para a questão da segurança nacional foram realizados no EMFA, órgão comandado pelo general Obino. O comandante do EMFA, com a colaboração dos oficiais que o auxiliavam<sup>301</sup>, realizaram o referido estudo e elaboraram um anteprojeto da ESG, encaminhando-o aos ministros militares e ao Itamarati. Segundo Ferraz<sup>302</sup>, os militares que tiveram influência na constituição da ESG e na indicação do general Cordeiro de Farias para organizar a escola foram: general Salvador César Obino, tenente-coronel Idálio Sardenberg, Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede. Ainda no mesmo ano, o general Salvador César Obino enviou o tenente-coronel Idálio Sardenberg para convidar o então comandante da região militar do Paraná e Santa Catarina, o general-de-divisão Oswaldo Cordeiro de Farias, a fim de organizar a ESG e elaborar o regulamento da escola. Em dezembro de 1948, Cordeiro de Farias, juntamente com outros militares<sup>303</sup>, foram colocados à disposição do EMFA para a elaboração de um anteprojeto dos regulamentos da ESG. Com o decreto de 1948 que criou a ESG, visava-se ministrar um curso de Alto Comando para os oficiais das Forças Armadas. No entanto, em agosto de 1949, a ESG foi oficializada sob nova configuração. Não se limitava a formar militares para o exercício de alto comando, mas passava a ser uma instituição que deveria formar civis e militares para o exercício de direção, assim como para o planejamento da segurança nacional. Não qualquer civil, mas aqueles com um papel relevante na orientação e na execução da política nacional. Assim, foi criado o Curso Superior de Guerra - CSG, destinado a civis e militares.

A ESG surgiu a partir de uma preocupação de setores da alta hierarquia militar brasileira com a questão da segurança nacional, tendo em vista o contexto histórico, marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Alguns aspectos podem ser apontados para que militares brasileiros demonstrassem tais preocupações naquele contexto. A efetiva participação do Brasil na Segunda Guerra, que levou a uma aproximação militar entre o Brasil e os Estados Unidos, assim como uma aproximação diplomática. Como vimos, militares

---

<sup>300</sup> ENTREVISTA, *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

<sup>301</sup> O general Cordeiro de Farias afirmou que os oficiais do EMFA naquele momento eram os irmãos Geisel, o Golbery e o Mamede. CAMARGO, Aspásia; Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 438.

<sup>302</sup> FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1994.

<sup>303</sup> Coronel Sady Folch, coronel aviador Ismar P. Brasil, tenente-coronel Affonso Henrique de Miranda Corrêa, capitão de fragata Celso A. de Macedo Soares Guimarães, assim como o tenente-coronel Idálio Sardenberg. In: ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980, p. 2.

brasileiros foram treinados em instituições militares norte-americanas. Oficiais brasileiros já faziam cursos em instituições militares norte-americanas antes da guerra, bem como durante e após a guerra. Ou seja, os oficiais brasileiros recebiam treinamento em técnicas militares, mas também tinham contato com valores, métodos e crenças que eram transmitidos nos cursos e estágios feitos pelos militares brasileiros. Além disso, durante a participação militar brasileira nos palcos da guerra, os militares brasileiros lutaram ao lado dos aliados sob o comando dos norte-americanos e, internamente, passaram por uma experiência que foi marcada por uma mobilização para a guerra. Com o término do conflito mundial, a geopolítica internacional foi marcada pela oposição entre os norte-americanos e a URSS e a conseqüente guerra fria, constituindo-se o conflito entre os dois blocos liderados por aquelas nações. Naquele contexto, como costumavam dizer os militares antinacionalistas, o Brasil já havia se posicionado favoravelmente ao bloco liderado pelos norte-americanos. Ademais, os militares brasileiros, no contato com os militares norte-americanos, se deram conta de que no Brasil não havia uma instituição militar voltada para pensar estratégias militares e a questão da geopolítica internacional, enquanto que os norte-americanos tinham algumas escolas militares, dentre elas a Escola Industrial (*Industrial War College*), que tratava de questões de mobilização; e a Escola de Guerra (*National War College*), direcionada para questões de política externa. Desta forma, todos estes aspectos contribuíram para que oficiais brasileiros passassem a ter uma maior preocupação com a geopolítica internacional, assim como a centrar as suas atenções na questão da segurança nacional. E esta não era uma preocupação exclusiva dos militares brasileiros, num ambiente geopolítico mundial marcado pelo receio de uma nova guerra, além da existência da própria guerra fria. O general Cordeiro de Farias proferiu uma palestra<sup>304</sup> na Escola de Estado-Maior, em maio de 1949, onde fez uma exposição dos motivos que levaram o governo a criar a ESG. O general iniciou a sua palestra analisando aspectos da Segunda Guerra, que, de acordo com ele, induziu a uma mudança de concepção a respeito da mobilização nacional. Se antes havia uma mobilização geral, esta passou, conforme o general, a ser uma mobilização total da nação, na qual a mobilização militar seria apenas uma faceta. A mobilização deixaria de ser função de apenas alguns ministérios específicos, para uma “função do Governo em seu conjunto, pressupondo-o servido por uma organização adequada a esse fim<sup>305</sup>”. Com a nova concepção, tratava-se de

---

<sup>304</sup> FARIAS, Cordeiro de Farias. “Razões que Levaram o Governo a Pensar na Organização da Escola Superior de Guerra”. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, ano III, nº 7, 1986.

<sup>305</sup> Idem, p. 10.

“organizar, orientar e conduzir as forças totais da Nação no sentido da vitória<sup>306</sup>”. Em seu discurso, o general Cordeiro de Farias afirmou que o objetivo da ESG seria “desenvolver e consolidar conhecimentos relativos ao exercício de funções de direção ou planejamento da segurança nacional”. Para cumprir seus objetivos, a ESG deveria estudar assuntos nacionais - “questões que interessam ao desenvolvimento do potencial nacional” -; assuntos internacionais, assim como assuntos militares. No discurso, o general colocou a questão da segurança nacional como o principal dever do Estado, enfatizando que tal questão deveria ser racionalmente equacionada pelos seus dirigentes. A segurança nacional

diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócio e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua própria sobrevivência<sup>307</sup>.

Ainda abordando a questão da segurança nacional, o general salientou que esta deveria estar assentada “em uma organização adequada de Governo, em que o planejamento seja a preocupação maior<sup>308</sup>”. Ele mencionou que qualquer nação precisaria ter fortes bases econômicas para que se tivesse uma “eficiente organização militar. É assim que compreendemos hoje, nós das Forças Armadas, a questão da segurança nacional...<sup>309</sup>”

Apenas em 1954 é que a ESG passou a ter um curso destinado apenas aos militares, denominado de Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas - CEMCFA. De acordo com Arruda<sup>310</sup>, o Ten. Cel. Idálio Sardenberg, membro da comissão que organizou a ESG, escreveu um documento intitulado Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. No documento, Sardenberg ressaltou que a constituição da ESG deveria ser inspirada na escola militar norte-americana, seguindo o modelo do “*National War College*”, mas fazia-se necessário levar em conta as particularidades nacionais. A escola militar brasileira deveria ter como prioridade a formação de uma elite capaz de resolver os problemas nacionais em tempo de paz. No primeiro princípio do documento, afirmou-se: “A Segurança Nacional é uma função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar”. Segurança nacional envolvia questões de ordem militar, política, econômica e social. Essa noção de

---

<sup>306</sup> Idem, p. 10.

<sup>307</sup> Idem, p. 15.

<sup>308</sup> Idem, p. 15.

<sup>309</sup> Idem, p. 15-16.

<sup>310</sup> Antônio de Arruda diz que integrou por um longo período o Corpo Permanente da ESG. Ver em ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980, p. XVI.

segurança nacional era resultado da experiência do Brasil no conflito mundial ao lado dos norte-americanos, visto que os militares brasileiros perceberam que os EUA mobilizaram toda a nação em função da guerra. Além disso, essa idéia estava presente em documentos produzidos pelos norte-americanos e que eram lidos pelos militares brasileiros. No documento escrito por Sardenberg<sup>311</sup>, considerou-se que os problemas que impediam o desenvolvimento do país poderiam ser superados mudando-se o “processo de aplicação de energia” e adotando-se um método de trabalho conjunto. O instrumento para levar à referida mudança deveria ser a constituição de um instituto nacional de altos estudos, ou seja, a própria ESG. Arruda afirma que o que se propunha para a escola militar era “algo contrário a um dos traços peculiares ao Caráter Nacional Brasileiro, e dos mais arraigados – o individualismo<sup>312</sup>”. Svartman afirma que, apesar do destaque dado a Golbery do Couto e Silva, a elaboração da doutrina da ESG ocorreu a partir de um processo coletivo e até mesmo relativamente caótico. Conferencistas, estagiários e, principalmente, integrantes do quadro permanente da ESG contribuíram para a elaboração daquela doutrina. Dentre outros, destacaram-se Cordeiro de Farias, Sardenberg, Antônio Carlos Murici, Golbery e Ribas Júnior<sup>313</sup>. Arruda também fala de um trabalho coletivo na elaboração dos primeiros conceitos. Afirma que, dentre outros, participaram Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Golbery, Rodrigo Octávio, Eduardo Domingues, Heitor Almeida Herrera<sup>314</sup>, Mamede, Alfredo Souto Malan<sup>315</sup> e os militares norte-americanos, da Missão Militar<sup>316</sup>. Com base nas leituras dos materiais produzidos na ESG, assim como em depoimentos de militares que viveram a experiência da ESG naqueles anos, como o do general Muricy, entende-se que a contribuição mais relevante para a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional foi feita pelos membros permanentes da ESG, que durante alguns anos foram produzindo, organizando e sistematizando o material que iria resultar na referida doutrina. Os militares relacionados a seguir foram membros do corpo permanente da ESG: Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Idálio Sardenberg, Goubery do Couto e Silva, Antonio Carlos da Silva Murici, Emílio Rodrigues Ribas Júnior, Jurandir de Bizarria Mamede, Ernesto Geisel, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Edmundo Macedo Soares e Eduardo Domingues de

---

<sup>311</sup> SARDENBERG, Idálio. “Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 8, Nov., 1987.

<sup>312</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980.

<sup>313</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

<sup>314</sup> Tenente-coronel.

<sup>315</sup> O tenente-coronel Alfredo Souto Malan foi um dos militares que participou da formação da ESG.

<sup>316</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980, p. 14.

Oliveira. Alguns destes militares tiveram destacada atuação no processo de formulação da doutrina militar elaborada na ESG. Tais militares, membros do corpo permanente da ESG, tiveram uma formação que era fortemente referenciada por valores e crenças da sociedade capitalista norte-americana, uma vez que vários deles fizeram cursos militares naquele país e mantiveram relações com militares e instituições norte-americanas. Além disso, os militares em questão passaram pela Escola de Estado-Maior<sup>317</sup>. Esta Escola foi fundada em 1905 e era subordinada ao Estado-Maior do Exército. O objetivo da Escola era formar oficiais, capacitando-os ao exercício de altos cargos administrativos, bem como de planejamento tático e estratégico nos estados-maiores. Desde a sua criação, o propósito era de preparar os oficiais de estado-maior do Exército<sup>318</sup>. A Missão Militar Francesa que esteve presente no Brasil entre 1920 e 1940, tendo por finalidade ajudar na modernização do Exército brasileiro, exerceu importante influência na Escola de Estado-Maior naquele período. Para Santos, a Missão Francesa valorizou o Estado-Maior, “através da criação de cursos especiais para a preparação de ‘Oficiais do Estado-Maior’<sup>319</sup>”. Valorizada, a escola conferia prestígio àqueles que a freqüentavam, particularmente aos que eram bem sucedidos no curso, como foi o caso de Castelo Branco, dentre outros. Para ingressar na escola, era necessária a indicação de um oficial superior, como também prestar um concurso e ter cursado a Escola de Armas, posteriormente denominada de Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO. De acordo com Ernesto Geisel, os militares que tinham uma avaliação muito boa no curso de aperfeiçoamento não precisavam prestar concurso para entrar na Escola de Estado-Maior, o que ocorreu com o próprio Geisel e com o seu irmão Orlando. Golbery, que não fez o curso de aperfeiçoamento, entrou na Escola de Estado-Maior por meio de um concurso especial<sup>320</sup>. Ao analisar os regulamentos da Escola de Estado-Maior, Svartman afirma que, para ingressar na instituição, o oficial deveria

possuir um determinado perfil que combinasse mérito – e perseverança – escolar, um comportamento que inspirasse respeito entre os pares e oficiais superiores e uma disposição para tratar dos grandes ‘problemas’ nacionais que cada vez ocupavam mais os militares: industrialização, produção energética, transportes. Desde o recrutamento, a Escola de Estado-Maior orientava para o exercício de funções dirigentes os seus quadros e, apesar da

---

<sup>317</sup> Em 1955, a Escola de Estado-Maior passou a ser denominada de Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

<sup>318</sup> CASTRO, Paulo Cesar de. “ECEME: 96 anos de altos estudos militares”. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, vol. 139, 1º quadrimestre, 2002, p. 11-14.

<sup>319</sup> SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 85.

<sup>320</sup> D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

importância dos saberes estritamente militares cobrados no concurso, a vasta gama de ‘conhecimentos científicos’, de ‘cultura geral’ e de ‘problemas brasileiros’ indica, no mínimo, uma preocupação institucional para reforçar o interesse e possibilitar a presença de militares nos organismos da crescente burocracia estatal voltados para o que mais tarde se chamou de desenvolvimento<sup>321</sup>.

A partir do início da Segunda Guerra, a Escola de Estado-Maior passou a receber uma destacada influência do Exército norte-americano. Os militares brasileiros começaram a ter contato com os métodos de guerra utilizados pelos norte-americanos, e também com as doutrinas militares daquele país. Ernesto Geisel, que entrou na Escola de Estado-Maior em 1941, juntamente com Orlando Geisel e com Golbery, disse que a literatura militar que eles leram na escola era norte-americana. Além do fato de que os militares que se tornaram membros permanentes da ESG terem estudado na Escola de Estado-Maior, deve-se ressaltar que alguns deles também foram instrutores na referida escola.

A seguir, procuramos destacar alguns aspectos biográficos de militares que foram membros permanentes da ESG; algumas informações, em geral restritas àquela conjuntura. Juarez Távora fez, em 1935, o curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e em 1936 iniciou o curso na Escola de Estado-Maior. Teve como orientador o então chefe da Missão Militar Francesa. Posteriormente, fez estágio no Estado-Maior da 5ª R.M., em Curitiba, e assim acabou ingressando no Quadro do Estado-Maior. Defensor do capital estrangeiro na exploração do petróleo no Brasil, em 1950 tornou-se delegado do Brasil na Junta Inter-Americana de Defesa, localizada em Washington. Em 1951, retornou ao Brasil e realizou estágio na ESG, sendo que depois se tornaria o segundo comandante da ESG. Em meados de 1954, participou das eleições para a direção do Clube Militar, em chapa composta com o general Canrobert. Vitoriosos, entre 1954 e 1956 Távora foi o primeiro vice-presidente do Clube Militar. Cordeiro de Farias fez o curso da Escola de Estado-Maior do Exército em meados dos anos 1930, período em que a Missão Francesa ainda estava presente na instituição. Foi o primeiro comandante da ESG, inclusive com participação na elaboração dos regulamentos daquela instituição. Manteve contato com os militares americanos que vieram ao Brasil para ajudar na formação da ESG. Em 1950, foi candidato à presidência do Clube Militar, sendo que na mesma chapa de Cordeiro estavam, dentre outros, Ribas Júnior, Castelo Branco e Mamede. Idílio Sardenberg fez o curso da Escola do Estado-Maior do Exército

---

<sup>321</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006, p. 107.

também em meados dos anos 1930, período em que a escola estava sob a influência da Missão Francesa. Em 1943, fez o curso da Escola de Estado-Maior de *Fort Leavenworth*, nos Estados Unidos. Foi membro permanente da ESG desde a criação da escola até o ano de 1951. Em 1952, participou da missão brasileira, chefiada por Góes Monteiro, a qual estabeleceu com os norte-americanos o acordo militar Brasil-EUA. Goubery fez o curso na Escola de Estado-Maior do Exército e, em 1944, fez estágio em *Fort Leavenworth*, em seguida, foi para o front como oficial de informações. Ele serviu no Estado-Maior do Exército e depois no Estado-Maior Geral, posteriormente denominada de EMFA. Golbery entrou no mesmo ano que Geisel na ESG, em 1952. Permaneceu como membro permanente da ESG até início de 1957. Conforme o general Muricy, Golbery e Ernesto Geisel fizeram, juntos, o curso na Escola de Estado-Maior e depois serviram juntos no Rio Grande do Sul. Também serviram juntos no Estado-Maior do Exército e mais tarde estiveram juntos no EMFA. No final de 1961, Golbery dirigiu o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, instituição que atuou politicamente contra os nacionalistas. Ernesto Geisel, além do que se informou acima, fez alguns cursos nos Estados Unidos, dentre eles o Curso de Comando e Estado-Maior em *Leavenworth*. Permaneceu na ESG entre 1952 e início de 1954. Muricy fez o curso na Escola de Estado-Maior de 1937 a 1939 e mais tarde foi instrutor na mesma escola. Em 1944, fez o curso de Comando e Estado-Maior em *Fort Leavenworth* e posteriormente, entre 1947 e início de 1951, foi oficial de gabinete do então ministro da Guerra do governo Dutra, general Canrobert Pereira da Costa. Foi membro permanente da ESG entre 1951 e meados de 1955. Emílio Rodrigues Ribas Júnior fez o curso na Escola de Estado-Maior entre 1926 e 1928 e depois foi instrutor naquela instituição. Foi oficial de gabinete do ministro da Guerra, Góes Monteiro, entre 1934 e 1935. Serviu no Estado-Maior do Exército. Em 1943, fez estágio na Escola de Artilharia de *Fort Sill*, nos Estados Unidos, e participou da guerra, em operações na Itália. Foi candidato a vice-presidente do Clube Militar em 1950, compondo uma chapa com Cordeiro de Farias. Em 1955, foi sub-chefe do Exército no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Esteve na ESG no ano de 1954. Jurandir de Bizarria Mamede fez o curso na Escola de Estado-Maior de 1940 a 1943, ano em que participou da organização da FEB. Em seguida, participou dos combates na Itália. Serviu no Estado-Maior do Exército e mais tarde, em 1950, foi membro da chapa de Cordeiro de Farias à presidência do Clube Militar. Esteve no grupo que, sob o comando de Cordeiro de Farias, organizou a ESG, passando a ser membro permanente da instituição até 1955. Rodrigo Otávio Jordão Ramos foi ministro de Viação e Obras Públicas no governo de Café Filho, durante três meses, entre o final de janeiro e o início de abril de 1955. O general Muricy destaca o nome de Rodrigo Otávio, assim como os

de Golbery e de Geisel, como importantes membros que entraram na ESG em 1952. De acordo com Muricy, Rodrigo Otávio “era extremamente centralizador, opiniático e tudo o mais, era um trabalhador infatigável e um pesquisador tremendo. E ele foi encarregado de coligir os dados que pudessem servir de base aos nossos estudos para a formulação de uma doutrina<sup>322</sup>”. No ano de 1971, Rodrigo Otávio foi comandante da ESG. Edmundo Macedo Soares foi professor de engenharia na Escola de Engenharia do Exército e diretor-técnico da Companhia Siderúrgica Nacional. Foi ministro de Viação e Obras Públicas no governo Dutra e em 1947 foi eleito governador do Rio de Janeiro, numa coligação entre PSD, PTB e UDN. Quando terminou seu mandato no governo do Rio, em janeiro de 1951, foi nomeado para o corpo permanente da ESG. Durante o governo de Café Filho, foi convidado pelo então chefe do gabinete militar, Juarez Távora, a ocupar a presidência da CSN. Eduardo Domingues de Oliveira, assim como Murici, foi oficial de gabinete do ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, durante o governo Dutra. Quando Vargas assumiu o governo em 31 de janeiro de 1951, Canrobert deixou o ministério e encaminhou seus oficiais de gabinete, Murici e Domingues de Oliveira, para a ESG. Segundo o general Murici, Domingues de Oliveira permaneceu vários anos como membro permanente da ESG. Muricy, Domingues de Oliveira e Ernesto Geisel, bem como outros militares, entraram na ESG já como membros do corpo permanente. Domingues de Oliveira também teve importante contribuição na formação e elaboração estatutária da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG. Esta visava manter a mobilização dos ex-estagiários, assim como difundir nos Estados as idéias produzidas no interior da ESG. Humberto de Alencar Castelo Branco fez o curso da Escola de Estado-Maior entre 1929 e 1931 e posteriormente foi instrutor nesta instituição. De setembro de 1940 a setembro de 1941, Castelo Branco foi oficial de gabinete do ministro da Guerra, general Dutra. Em 1943, fez estágio na Escola de Comando e Estado-Maior de *Fort Leavenworth* e, em 1944, Castelo seguiu para a Itália, no 1º Escalão da FEB, chefiando a 3ª seção de operações do estado-maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Ao retornar ao Brasil, foi nomeado diretor de ensino da Escola de Estado-Maior e posteriormente exerceu funções de chefia no Estado-Maior do Exército. Nas eleições para o Clube Militar de 1950, participou da chapa do general Cordeiro de Farias. Em 1952, Castelo foi promovido a general de brigada e, em 1954, assumiu a subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em setembro do mesmo ano, assumiu o comando da Escola de Estado-Maior, sendo que, no início do ano seguinte, esta passou a se denominar ECEME. Castelo

---

<sup>322</sup> ENTREVISTA, Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 254.

deixou o cargo em janeiro de 1956. Em abril daquele ano, ele foi para a ESG, permanecendo como membro permanente da instituição até o início de 1958. Em meados de 1958, foi candidato à presidência do Clube Militar, sendo derrotado no pleito.

A ESG passou a sofrer algumas mudanças importantes a partir de 1952. Naquele ano, saíram alguns membros do corpo permanente e entraram outros. O general Murici<sup>323</sup> destacou três militares que entraram para o corpo permanente no referido ano: Ernesto Geisel, Golbery e Rodrigo Otávio Jordão Ramos, militares que, juntamente com outros, tiveram importante atuação na elaboração da doutrina da segurança nacional. O general Murici afirmou que, em 1952, os membros do corpo permanente sentiram “que era preciso definir uma doutrina de segurança nacional<sup>324</sup>”. Considerou que “o problema todo era aquele conceito estratégico nacional, que era a grande política de segurança. Para chegar lá, tinha que haver uma formulação e uma base doutrinária que não existia<sup>325</sup>”. Conforme o general, as conclusões a que tinham chegado até aquele momento ainda eram fluidas. Em seu depoimento, o general Murici mencionou que, no final de 1952, o corpo permanente da ESG deveria preparar o currículo para o ano seguinte, mas os membros do corpo permanente não queriam mais ficar analisando a conjuntura. Ou seja, desejavam elaborar e sistematizar uma doutrina de segurança nacional. Como disse o general Cordeiro de Farias no discurso de 1949, a ESG deveria tratar de temas nacionais, internacionais e militares. De acordo com Arruda<sup>326</sup>, na primeira fase da ESG, que ele define entre 1949 e 1952, predominaram os estudos de conjuntura. Os temas eram abordados de forma isolada e subdivididos nos temas apontados acima, isto é, nacionais, internacionais e militares. O departamento de estudos da ESG estava dividido em três áreas, as quais correspondiam aos temas citados. Segundo Ferraz, as grades curriculares iniciais da ESG estavam focadas em temas relativos à ordem, ao planejamento, às finanças racionais. Até 1952, as conferências eram predominantemente voltadas para os problemas relacionados ao desenvolvimento tardio e à solução dos mesmos. Deste modo, os debates ocorriam em torno dos seguintes temas, dentre outros: energia, diferenças entre o Sul e o Norte do país, educação, espaços vazios, reforma agrária, inflação, corrupção<sup>327</sup>. Em seu depoimento, o general Murici falou sobre esse momento de transição:

---

<sup>323</sup> ENTREVISTA, Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

<sup>324</sup> Idem, p. 254

<sup>325</sup> Idem, p. 254.

<sup>326</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980.

<sup>327</sup> FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1994.

ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980.

Quando chegou o fim do ano de 1952, veio o momento definitivo da escola. Tínhamos que preparar o currículo do ano de 1953 e estávamos embaraçados. As idéias estavam dispersas, desconexas. Reuníamos um grupo e a coisa pegava fogo. (...) As discussões eram imensas. Mas repetir o que estava para trás? Não convinha. Ficar a escola eternamente analisando a conjuntura? A conjuntura estava evoluindo lentamente e chegávamos [à] formulação quase empírica do conceito de estratégia... Mas para que finalidade? Tudo isso, de repente, deu um estalo. O pai da criança fomos todos nós, pelo consenso da discussão. (...) Num determinado dia, descansávamos depois do almoço e, dali a pouco houve aquela algazarra. O currículo vai ser: primeira parte, doutrina de segurança nacional; segundo, formulação do conceito estratégico; terceiro, a conjuntura; quarto, planejamento. Não tínhamos doutrina, já tínhamos sabido formular o conceito estratégico, a conjuntura estava ali e ninguém sabia o que era planejamento<sup>328</sup>.

De acordo com o general Murici, eles levaram as propostas de mudança para o então comandante da ESG, general Cordeiro de Farias. “Ele reagiu e nós reagimos contra ele<sup>329</sup>”, disse Murici. Naquele contexto, o general Juarez Távora estava acompanhando o general Cordeiro de Farias no comando da ESG, pois em breve Távora iria substituí-lo. Juarez Távora já tinha feito o estágio na ESG em 1951. O general Cordeiro de Farias foi contra a proposta da mudança do currículo, sendo que Juarez Távora se posicionou de forma favorável. Assim, Cordeiro de Farias resolveu deixar a ESG. Ao comentar sobre o grupo que estava elaborando a doutrina, o general Murici afirmou:

Éramos seis a oito – o número variava conforme o assunto - , só do corpo permanente, para a montagem da doutrina. E o grupo era este: Mamede, Geisel, Gouberi, Rodrigo, Eduardo Domingues de Oliveira e eu. Às vezes, conforme o assunto, entrava mais um ou outro, mas nós que estávamos constantemente discutindo. A redação ficava com o Gouberi...<sup>330</sup>

A partir dos estudos realizados em 1953, concluiu-se, segundo Murici, que a estruturação da doutrina deveria incluir quatro campos: o militar, o político, o econômico e o psicossocial<sup>331</sup>. Desta forma, a partir de 1954, a ESG passou a ter novo regulamento, estruturando-se em quatro divisões de estudos, que correspondiam, de acordo com Arruda, “aos campos em que se desdobra o Poder Nacional: Divisões de Assuntos Políticos, Econômicos, Psicossociais e Militares<sup>332</sup>”. Para Arruda, a segunda fase da ESG

---

<sup>328</sup> ENTREVISTA, Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 255.

<sup>329</sup> Idem, p. 255.

<sup>330</sup> Idem, p. 259.

<sup>331</sup> Idem, p. 261.

<sup>332</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980, p. 13.

corresponderia ao período entre 1953 e 1967. Conforme o autor, 1953 foi o ano em que tiveram início os estudos sobre a Doutrina, o que corrobora as afirmações do general Murici. A terceira fase da ESG seria entre 1968 e 1973, período no qual a instituição passou a enfatizar a questão do desenvolvimento. Arruda, que escreveu seu livro sobre a ESG em 1980, fez referência a uma quarta fase da ESG, de 1973 até o momento em que publicou o livro, fase que, segundo o autor, se caracterizaria pela adoção do manual básico da ESG, o qual condensaria os antigos conceitos doutrinários, e pela ênfase nos trabalhos de equipe<sup>333</sup>. Outros autores que analisam a ESG estabelecem periodizações diferenciadas para a história da instituição. É o caso de Santos, que se refere a três fases distintas: de 1948 a 1964 seria a fase de criação; de 1964 a 1974, a de inserção e de 1974 a 1989, a da institucionalização. A primeira fase seria caracterizada pela elaboração da doutrina de segurança nacional, pela formação de quadros para a direção do Estado e por uma base consensual a respeito dos problemas nacionais. A segunda fase seria marcada pela inserção dos quadros da ESG no núcleo central do poder. A terceira fase se constituiria pela transição democrática, na qual a ESG defenderia a idéia de que as Forças Armadas teriam um papel tutelar em relação à sociedade no processo de transição à democracia<sup>334</sup>. O mais importante para este estudo é a questão do pensamento político produzido pelos militares, no caso, por alguns militares que foram membros permanentes da instituição no período de formação da doutrina de segurança nacional. Isso será analisado em outro item, juntamente com os proferimentos feitos pelos militares na revista do Clube Militar.

Em alguns trabalhos sobre a ESG<sup>335</sup>, considera-se que ela tenha se constituído em uma instituição que propiciou a formação de uma elite orgânica, a qual seria composta por membros da alta hierarquia militar, assim como por grupos civis; elite orgânica que estaria sob a hegemonia do denominado capitalismo multinacional e associado, termo usado por Dreifuss em sua análise sobre o golpe de 1964. Considerações como essas estariam, de certo modo, atribuindo à ESG um papel político e uma influência política no cenário nacional, maior do que de fato a instituição desempenhou. Como observa Miyamoto<sup>336</sup>, criou-se uma mitologia em torno da ESG, seja por políticos, seja por acadêmicos, que exageram a

---

<sup>333</sup> ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD/INL – MEC, 1980, p. 13.

<sup>334</sup> SANTOS, Everton Rodrigo. “Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense”. Canoas, *Opinio*, n. 13 jul./dez. 2004, pp. 33-53.

<sup>335</sup> Ver: FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1994.

<sup>336</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. “Escola Superior de Guerra: mito e realidade”. São Paulo. *Política e Estratégia*, V. 5, n. 1, 1987.

influência exercida pela ESG no planejamento nacional a partir do Golpe de 1964. Seria um “mito criado através do impacto inicial causado pelo órgão em 1964, quando foi identificado como o lócus onde se planejou a estratégia para a tomada do poder<sup>337</sup>”. Como advertem alguns autores<sup>338</sup>, é preciso ponderar a respeito da influência política da ESG, desde a sua formação até os anos 1960. Quanto à possível ligação da ESG com o grande capital internacional e até nacional, deve-se verificar, conforme mostra o estudo de Vanda Aderaldo<sup>339</sup>, que a grande maioria dos estagiários civis da ESG no período era composta de membros da administração pública. O número de estagiários vinculados ao capital privado era bastante reduzido. No período em que o general Lott foi ministro da Guerra, ele enviou para a ESG alguns militares hostis ao governo Kubitschek, retirando-os do comando de tropa, o que demonstra que a ESG não apresentava naquele contexto a influência política que alguns analistas lhe atribuem. Outro aspecto que pode ser assinalado concerne às derrotas eleitorais de candidatos à presidência do Clube Militar, apoiados pela ESG, como foram as eleições de 1950, 1956 e 1958. Além disso, como observa Svartman<sup>340</sup>, nem mesmo todos os militares que participaram do processo intervencionista de 1964 estudaram na ESG. Certamente, não se pode negar a importância da participação política da ESG. Apenas se faz aqui uma devida relativização da participação da instituição no cenário político nacional. Os militares vinculados à ESG pertenciam aos setores de militares antinacionalistas e vários deles participaram ativamente do processo de conspiração político-militar que resultou no Golpe de Estado de 1964.

Foi no primeiro governo da ditadura militar, na presidência de Castelo Branco<sup>341</sup>, que a ESG teve maior participação, pois vários militares que foram membros do corpo permanente da ESG desempenharam funções naquele governo. É o caso, por exemplo, de Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Golbery e Ernesto Geisel. Isso não implica afirmar, como

---

<sup>337</sup> Idem, p. 91.

<sup>338</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. “Escola Superior de Guerra: mito e realidade”. São Paulo. *Política e Estratégia*, V. 5, n. 1, 1987.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

<sup>339</sup> ADERALDO, Vanda Maria. *ESG: um estudo de currículos e programa*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, 1978.

<sup>340</sup> SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

<sup>341</sup> Castelo Branco foi membro do corpo permanente da ESG entre 1956 e início de 1958. Nos governos de Costa e Silva e de Emílio Garrastazu Médici, a ESG ficou mais afastada, afinal, os dois presidentes não estagiaram na ESG.

destaca Miyamoto<sup>342</sup>, que tenha havido um predomínio das idéias produzidas na ESG no planejamento nacional. Elio Gaspari observa o seguinte: “Nesse arcabouço doutrinário, formulado e desenvolvido na Escola Superior de Guerra, seria possível encontrar, arrumadas, as idéias do regime militar<sup>343</sup>”. E para Gaspari, não houve essa racionalização. “Nos seus 21 anos de vida, o regime militar operou nas questões de segurança do Estado por meio de elementares práticas policiais<sup>344</sup>”. Talvez seja mais prudente relativizar a influência que as idéias produzidas na ESG tenham tido no planejamento nacional durante a ditadura militar, e não negar a existência de alguma influência no longo período ditatorial.

No entanto, para o que nos interessa nesta pesquisa, os militares ligados à ESG tiveram uma importante participação na luta política e nos embates retóricos no contexto dos anos 1950 e início dos anos 1960, seja no confronto com os militares nacionalistas, seja no contexto mais geral da política nacional. Produziram importantes idéias no contexto aqui analisado, sendo que estas devem ser consideradas na análise daquele contexto histórico.

## **4.2 Clube Militar: contextualização e o embate entre militares nacionalistas e antinacionalistas pelo controle da instituição**

Desde o fim do Estado Novo (1945) até o Golpe de Estado de 1964, os debates entre os militares no Clube Militar tiveram relevante destaque no cenário político nacional. O Clube Militar é uma instituição central para a abordagem aqui empregada, justamente por ela ser um espaço de debate e de disputa política entre diferentes grupos militares no contexto dos anos 1950 e início dos anos 1960. Tal debate é encontrado em jornais e na revista do Clube Militar, dentre outras fontes. Este estudo foca-se na análise dos textos publicados na revista. No referido período, a divisão no interior do Clube Militar ocorreu principalmente entre grupos antinacionalistas e grupos nacionalistas. O Clube Militar, naquele contexto, foi uma instituição que canalizou o debate político que se verificou entre os militares.

No período entre 1939 e maio de 1944, o Clube Militar foi presidido por militares vinculados a Vargas, neutralizando assim os grupos anti-varguistas. Mas em maio de 1944, o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, de posições anti-getulistas, venceu a eleição

---

<sup>342</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli. “Escola Superior de Guerra: mito e realidade”. São Paulo. *Política e Estratégia*, V. 5, n. 1, 1987.

<sup>343</sup> GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 39.

<sup>344</sup> Idem, p. 39-40.

para a presidência do Clube<sup>345</sup>. O general José Pessoa recebeu o apoio de militares nacionalistas e derrotou o candidato de Dutra e de Góes Monteiro. A partir desse período, militares nacionalistas procuraram influenciar nas posições do Clube Militar. O almirante Francisco Teixeira, considerado nos anos 1950 e 1960 uma destacada liderança dos militares nacionalistas, particularmente na Aeronáutica, começou sua atuação político-militar nas eleições de 1944 para a diretoria do Clube Militar, integrando a chapa do general José Pessoa<sup>346</sup>. De acordo com o almirante, o seu grupo conseguiu ter forte influência sobre José Pessoa e, posteriormente, eleger o general Salvador César Obino para a presidência do Clube. Não que os generais César Obino<sup>347</sup> e José Pessoa fossem comunistas; ao contrário, segundo o almirante, eram militares anticomunistas. “Mas o problema que se colocava no Clube Militar não tinha nada a ver com o problema do comunismo, ou do assenso do comunismo no Brasil, ou do avanço do comunismo. Tinha a ver com o nacionalismo<sup>348</sup>”. E o general Obino tinha posições nacionalistas. Além disso, o capitão Humberto Freire de Andrade, combatente das idéias nacionalistas, foi diretor da revista do Clube Militar durante um longo período, que vai de 1944 até 1952, quando o general Estillac Leal, de posições nacionalistas, presidiu o Clube Militar. O general Murici afirmou que Humberto Freire de Andrade foi seu aluno e que era o homem da redação da revista. “Pessoalmente, eu nunca achei que o Humberto fosse comunista. Eu acho que ele era um homem de idéias de esquerda...<sup>349</sup>”. Murici disse no depoimento que “o Clube Militar caiu nas mãos do pessoal de esquerda. Começou a dar guarida a todas as campanhas manipuladas pelos comunistas e pelo pessoal de esquerda<sup>350</sup>”. Considerou que a “luta começou no Clube Militar, nas declarações e nos artigos que o Humberto escrevia na revista<sup>351</sup>”.

---

<sup>345</sup> ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

<sup>346</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

<sup>347</sup> De acordo com o general Cordeiro de Farias, foi o general Salvador César Obino quem o convidou para se candidatar à presidência do Clube Militar, pretendendo fazê-lo seu sucessor na direção do Clube. “Obino era muito meu amigo”, comentou Cordeiro de Farias. In: CAMARGO, Aspásia; Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 438.

<sup>348</sup> *Idem*, p. 91.

<sup>349</sup> ENTREVISTA, Antônio Carlos Murici I (*depoimento, 1981*). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 234.

<sup>350</sup> *Idem*, p. 235.

<sup>351</sup> *Idem*, p. 235.

Nas eleições para o Clube Militar de 1950, o General Newton Estillac Leal foi o candidato da Chapa Amarela<sup>352</sup> (setores nacionalistas). Estillac Leal participou da Aliança Nacional Libertadora nos anos 1930. Os militares que entraram na diretoria do Clube e na revista do Clube tinham posições marcadamente nacionalistas e alguns tinham vinculações com partidos de esquerda, como o PCB<sup>353</sup>. O General Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor no Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943, e um dos fundadores da ESG, foi o candidato da Chapa Azul<sup>354</sup> (setores antinacionalistas). Naquele contexto, enquanto os nacionalistas defendiam que o Clube Militar deveria ser um espaço para debates relativos às questões nacionais, os antinacionalistas defendiam que os debates deveriam se restringir às questões de ordem corporativa. Em um manifesto<sup>355</sup> lançado nas vésperas das eleições de maio de 1950, os grupos nacionalistas deixaram claro quais eram os seus propósitos. Sustentaram a idéia de que o papel do Clube Militar, além de defender os interesses de seus associados, deveria ser

um centro de debates dos assuntos ligados à defesa nacional e à manutenção da nossa soberania, um instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento da nossa cultura e boa compreensão dos problemas nacionais. Não estamos entre os que acham que o Clube Militar deve ser apenas uma sociedade recreativa e beneficente. Seria renegar as suas melhores tradições. Seria rasgar as páginas mais bonitas da sua história. Seria trair a memória de Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Wandenkolk, Floriano Peixoto e tantos outros antepassados ilustres que

---

<sup>352</sup> A chapa Amarela era constituída pelos generais Newton Estillac Leal (presidente) e Horta Barbosa (vice-presidente) e ainda pelos seguintes membros: majores Tácito Lívio Reis de Freitas e Nelson Werneck Sodré, e pelos capitães Paulo Pinto Guedes, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Gustavo Nilo Bandeira de Melo, Itagibe Cerqueira Novais e José de Jesus Lopes. In: CAMARGO, Aspásia; Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 437.

<sup>353</sup> Era o caso, por exemplo, de Nelson Werneck Sodré, diretor do departamento cultural que, portanto, tinha responsabilidades com a revista do Clube. Conforme Cunha, Sodré admitia apenas uma simpatia pelo PCB ou uma certa identidade de posição. Sodré assumia ter uma identidade de esquerda. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002. O Diretor Secretário, capitão Paulo Eugênio Pinto Guedes também tinha vinculações com o PCB. In: GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 53.

<sup>354</sup> Os generais Cordeiro de Farias (presidente) e Emílio Ribas Júnior (vice-presidente) encabeçavam a Chapa Azul. Os demais membros da chapa eram: coronéis Humberto de Alencar Castelo Branco, Ademar de Queiroz e Nelson de Melo; os tenentes-coronéis Siseno Sarmiento e Jurandir Mamede; os majores Válder de Meneses Pais e João Bina Machado. In: CAMARGO, Aspásia; Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 437.

<sup>355</sup> O manifesto foi publicado na revista em meados de 1951, num contexto de defesa dos grupos nacionalistas contra as críticas da mídia endereçadas às posições nacionalistas. O manifesto foi assinado pelos seguintes militares, sendo que todos tinham a patente de capitão, portanto, nenhum general havia assinado o manifesto: Anacir Ferreira de Abreu, Oscar Gonçalves Bastos, Itagibe de Cerqueira Novaes, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Joaquim Mariante, Luiz Augusto de Matos Horta Barbosa.

enriqueceram o nosso panteon com as glórias dos seus braços. A Atividade do nosso Clube resume, não há dúvida alguma, páginas empolgantes da história pátria<sup>356</sup>.

No documento, apontou-se o surgimento do Clube Militar num contexto de “identificação das Forças Armadas com os interesses da nacionalidade em formação<sup>357</sup>” e observou-se que o Clube se integrou na luta pela abolição e pela criação da república. No final do documento, defendeu-se a seguinte idéia: independente do resultado da eleição, o Clube Militar deveria ser fortalecido como órgão de classe e, ademais, a instituição deveria se afirmar “como um fator de unidade e coesão das Forças Armadas, base indispensável à luta intransigente em prol da soberania e independência de nossa pátria<sup>358</sup>”.

O getulista Estillac Leal venceu aquelas eleições com o apoio dos oficiais de menor graduação, visto que os oficiais de alta patente, em sua maioria, se posicionaram contra o retorno de Vargas na presidência e assim apoiaram a candidatura do anti-getulista Osvaldo Cordeiro de Farias. Este considerou que os militares ligados a Estillac Leal organizaram um esquema para a formação de novos sócios que recentemente tinham sido promovidos a tenentes. De acordo com o general Cordeiro de Farias, “a manobra foi organizada por militares de tendência socialista, para não dizer comunista<sup>359</sup>”. Cordeiro de Farias afirmou ter proposto a Estillac Leal a desistência de ambas as candidaturas em favor de uma candidatura de conciliação. No entanto, reconheceu que “a divisão do Exército era realmente nítida<sup>360</sup>”. Ao comentar sobre seu oponente, Estillac Leal, e as posições do Clube Militar daquela gestão, Cordeiro de Farias salientou: “Mas Estillac, embora com idéias socialistas, não tinha uma posição ideológica firme. Foi levado pela maré, permitindo que o Clube Militar se transformasse num centro de agitação socialista<sup>361</sup>”. Quando o general Estillac Leal faleceu, em maio de 1955, a revista do Clube fez alguns comentários sobre o general. Naquele momento, o Clube e a revista eram dirigidos pelos setores antinacionalistas. Os editores da revista afirmaram:

---

<sup>356</sup> “Um Documento Memorável”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p. 13.

<sup>357</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>358</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>359</sup> CAMARGO, Aspásia; Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 436.

<sup>360</sup> *Idem*, p. 436.

<sup>361</sup> *Idem*, p. 437.

Nos dias agitados de Ministro da Guerra, uns aproveitaram o seu nome para manobras escusas. Mas ele afirmava: ‘se tentarem me vestir uma camisa vermelha eu saberei rasgá-la’. Era o repúdio do nacionalista à acusação de cooperar com a extrema esquerda. (...) Qual a filosofia de sua vida? Fica a pergunta, mas sabemos que morreu um democrata.<sup>362</sup>

Na revista de julho/agosto de 1955, foi publicado um texto<sup>363</sup> do major Anacir Ferreira de Abreu, no qual o autor fez comentários sobre o general Estillac Leal. Os editores da revista fizeram uma observação, que o autor do texto “é ligado por laços notórios à figura do eminente extinto<sup>364</sup>”. Ressaltaram ainda que eles, os editores da revista, “adversários de Estillac Leal no Clube Militar<sup>365</sup>”, tinham prestado uma homenagem ao general na revista do mês anterior. O major Anacir afirmou em seu texto que o general Estillac Leal, “durante trinta anos participou das lutas pela Democracia e das lutas pela emancipação econômica de nossa Pátria<sup>366</sup>”. Disse ainda que Estillac Leal nunca se comportou como um pastor e seus colegas de luta nunca se comportaram como um rebanho.

No editorial da revista de julho de 1950, comentou-se sobre o significado da vitória da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa. A idéia vencedora era aquela, segundo o editorial, que considerava que o Clube Militar não era apenas uma sociedade recreativa. O Clube Militar era uma entidade de classe que objetivava defender os interesses dos militares. Venceram aqueles que defendiam os interesses e as riquezas nacionais, que defendiam a independência econômica do país. “Venceu o propósito de manter as Forças Armadas, irmanadas ao Povo, em sua sagrada missão de intransigentes defensoras dos ideais democráticos, do respeito à vontade popular, contra os golpistas e seus movimentos antipatrióticos dissimulados, ou não, com a máscara de defesa das instituições<sup>367</sup>”.

Em 1950, houve um importante conflito entre militares nacionalistas e militares antinacionalistas. Os setores nacionalistas, que estavam na direção do Clube Militar naquele momento, vinham defendendo suas posições nacionalistas na revista do Clube Militar. Na revista de julho de 1950, foi publicada uma matéria sem referência ao autor do texto,

---

<sup>362</sup> “General de Exército Newton Estillac Leal”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 137 Maio/Junho, 1955, p. 16.

<sup>363</sup> ABREU, Anacir Ferreira de Abreu. “Estillac Leal”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 138, Julho/Agosto, 1955 p. 31-32.

<sup>364</sup> *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 138, Julho/Agosto, 1955 p. 31.

<sup>365</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>366</sup> ABREU, Anacir Ferreira de Abreu. “Estillac Leal”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 138, Julho/Agosto, 1955 p. 31.

<sup>367</sup> “Editorial: O Significado de uma Vitória”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, 1950, nº 107 p. 3-4.

intitulada “Considerações sobre a Guerra na Coréia<sup>368</sup>”. Posteriormente, em carta publicada na revista, dirigida aos sócios do Clube Militar, o major Humberto Freire de Andrade, como diretor da revista do Clube Militar, assumiu a responsabilidade pelo artigo. No artigo sobre a guerra na Coréia, o autor mostrou preocupação com a questão da intervenção militar estrangeira, entendendo que isso poderia afetar países pouco desenvolvidos, como o Brasil, mas que tinham importância estratégica. Ele fez várias referências a um texto de um semanário francês “*La Tribune des Nations*” que tratou da “intervenção americana<sup>369</sup>” na Coréia. O autor afirmou que a análise dessa guerra e da situação internacional poderia trazer importantes ensinamentos “para o estudo da realidade brasileira, e, em consequência, para o estudo dos problemas da defesa nacional e da missão patriótica de nossas Forças Armadas, uma contribuição importante e premente de úteis advertências e ensinamentos<sup>370</sup>”. Para o major Humberto, a ação militar na Coréia era uma ação isolada dos norte-americanos, mas “sob a forma de uma intervenção coletiva<sup>371</sup>”. Isso poderia pesar como uma ameaça às outras nações. Ele ainda se mostrou contrário à participação armada do Brasil naquele conflito, considerando que tal participação estaria em desacordo com os interesses nacionais, e além do mais, seria contrário à tradição brasileira de respeitar a soberania e os assuntos internos das outras nações. E ainda, que uma eventual participação brasileira naquele conflito seria dissonante em relação “à letra e ao espírito de nossas Constituições de 1891, 1934 e 1946, infensas a toda ação militar que não seja em defesa de nosso território<sup>372</sup>”.

A publicação desta matéria gerou um forte conflito no meio militar, visto que muitos militares que discordavam da orientação nacionalista dada pela direção do Clube Militar e pela direção da revista do Clube se manifestaram de forma veemente contra tal publicação. Por conta disso, a revista foi editada até outubro de 1950, sofrendo, a partir daí, uma suspensão por decisão da diretoria do Clube, e só voltou a ser editada em março de 1951. O então ministro da Guerra do governo Dutra, Canrobert Pereira da Costa, chegou a transferir para fora do Rio de Janeiro alguns membros da revista. A diretoria do Clube suspendeu a publicação da revista para que a comissão de justiça do Clube pudesse analisar e dar um parecer às petições encaminhadas à direção do Clube em protesto à matéria sobre a Coréia e à orientação seguida pela revista. As considerações da comissão, assim como várias notas com

---

<sup>368</sup> “Considerações Sobre a Guerra na Coréia”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 107, Julho, 1950, p. 75-80.

<sup>369</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>370</sup> *Idem*, p. 77.

<sup>371</sup> *Idem*, p. 77.

<sup>372</sup> *Idem*, p. 77.

críticas à direção e à matéria sobre a Coréia, foram publicadas na revista de março de 1951. No mesmo número, foi publicada uma “carta aberta aos consócios”, assinada pelo diretor da revista, Humberto Freire de Andrade. Em seu parecer, a comissão argumentou que o papel da revista, como órgão de publicidade do Clube, era o de, “dentro do programa para o qual foi eleita a Diretoria, trazer o debate, emitindo opinião, os problemas que interessam aos associados, à classe, e à Pátria, o que não pode ser confundido com a pretensão de representar a opinião da totalidade dos consócios...<sup>373</sup>”. Argumentou ainda que, de acordo com os estatutos do Clube, a revista não podia debater questões relativas à religião e à política partidária. Todavia, os estatutos conferiam ao Clube “o objetivo de incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar...<sup>374</sup>”. No parecer, a comissão observou que a diretoria do Clube foi eleita defendendo um determinado programa e certa orientação. Nas eleições bienais “se abrem debates sobre programas e orientações a serem dadas ao nosso Clube. O acatamento ao resultado desses debates, concretizado na eleição de uma Diretoria, na escolha de um programa e de uma orientação, tem constituído um salutar exemplo de prática democrática, criando um ambiente de conagração em nosso Clube<sup>375</sup>”. Em seu parecer final, a comissão manifestou-se favorável ao retorno da publicação da revista, ressaltando que as matérias publicadas deveriam ser assinadas. Na revista de junho/julho de 1951, os diretores da revista publicaram uma Segunda Carta Aberta aos Consócios, na qual procuraram combater as críticas que a mídia e alguns militares estavam endereçando à direção do Clube e da revista. Comentaram a respeito das declarações do general Canrobert, que considerou ser necessária uma convocação de uma assembléia geral no Clube Militar para discutir sobre a revista do Clube. Os diretores da revista, embora se mostrassem abertos ao debate, se posicionaram contra a realização da assembléia, pois acreditavam que as ondas de ataque às posições do Clube permaneceriam. Na edição de agosto de 1951, saiu publicada uma entrevista que o presidente em exercício, general Arthur Carnaúba, havia concedido ao jornal “O Estado de São Paulo”. Nesta entrevista, o general se colocou contrário à realização da referida assembléia, e afirmou:

Consócios eminentes que têm responsabilidades de direção nas Forças Armadas se mostram preocupados com a direção do Clube. Acatamos e louvamos essa preocupação e reconhecemos que o seu desejo é colaborar na

---

<sup>373</sup> Revista do Clube Militar, nº 111, Março de 1951, p. 8

<sup>374</sup> Idem, p. 9.

<sup>375</sup> Idem, p. 7.

orientação mais acertada que em momento tão delicado devemos ter. Os seus receios, porém, quanto à possibilidade de ultrapassarmos os limites da tese patriótica, para sofrermos influências de política partidária, são injustificados. A nossa disposição de opinar sobre problemas que reclamam civicamente, e nos limites estatutários, debates esclarecedores, não nos conduzirá a excessos de qualquer natureza. Disso podem ficar tranqüilos os eminentes consócios<sup>376</sup>.

Generais ligados à ESG, com o propósito de combater mais diretamente os militares nacionalistas, organizaram os militares antinacionalistas na denominada Cruzada Democrática. Lançaram um manifesto em 1950 e participaram das eleições para o Clube Militar de 1952. As lideranças da Cruzada Democrática eram Canrobert Pereira da Costa, Juarez Távora, Alcides Etchegoyen, Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva<sup>377</sup>. No programa da chapa da Cruzada Democrática, encabeçada pelos generais Alcides Gonçalves Etchegoyen e Nelson de Mello, foi defendida a “manutenção intransigente da coesão do quadro social, para isso procurando afastar do seu seio lutas divisionistas...<sup>378</sup>”. Também defenderam posições nacionalistas, colocando-se contrários a “interferências indébitas que afetem ou possam vir a afetar a soberania e independência econômica da Pátria<sup>379</sup>”. Enfatizaram no manifesto que a tribuna do Clube estaria livre para debates internos, mas deixaram claro que tais debates tinham “limites naturais<sup>380</sup>” que estavam dados pelas competências dos “Poderes Constituídos<sup>381</sup>”, assim como pela “Constituição e a Legislação Civil e Militar<sup>382</sup>”. Para reforçar esse aspecto, afirmou-se em um dos itens do manifesto: “Respeito e acatamento aos Poderes Constituídos dentro das normas constitucionais e legais, com a confiança de que serão estas sempre respeitadas por aqueles, sem o que a liberdade democrática deixaria de existir<sup>383</sup>”. Certamente, as noções de nacionalismo, soberania e independência da pátria têm significados diferentes para os militares considerados aqui como nacionalistas e antinacionalistas. Isso será visto no decorrer do trabalho.

---

<sup>376</sup> CARNAÚBA, Arthur. “Fala o Presidente do Clube”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 115, Agosto, 1951, p. 17.

<sup>377</sup> BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1988.

ABREU, Alzira Alves de [et ali.] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

<sup>378</sup> “As Eleições de 1952”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 120, Mar/Abr/Maio, 1952, p. 123.

<sup>379</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>380</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>381</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>382</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>383</sup> *Idem*, p. 124.

Em janeiro de 1952, a comissão constituída para a campanha da reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa lançou um documento no qual afirmou que eles

desejam um Clube que exprima a união inquebrantável da oficialidade das Forças Armadas, defenda as justas aspirações e os interesses da classe, seja um defensor da liberdade de pensamento para o cidadão fardado e um centro de debate e esclarecimento dos problemas vitais para a defesa e o progresso de nossa Pátria<sup>384</sup>.

No Boletim de nº 2 da campanha, a comissão da chapa Estillac Leal/Horta Barbosa lançou o programa. Neste programa, apareceu uma crítica ao grupo opositor, ou seja, à Cruzada Democrática. Os nacionalistas disseram que estavam na disputa

conscientes de que a orientação defendida pelos que se opõem aos nossos pontos de vista, no tocante à responsabilidade do Clube Militar perante os problemas da Classe e da Pátria, significaria, a existência de um Clube Militar mudo face aos mais sentidos anseios e reivindicações da nossa Classe e dos lédimos direitos das nossas famílias, surdo aos apelos em defesa das nossas riquezas naturais ameaçadas pelos trustes estrangeiros, indiferente aos problemas relacionados com o progresso, a independência econômica e a soberania nacionais, insensível ao cerceamento da liberdade do cidadão fardado manifestar seu pensamento, e com sua prestigiada revista desfigurada em suas finalidades precípua ou mesmo, sumariamente extinta<sup>385</sup>.

Desde quando assumiu o ministério, o general Estillac Leal já se encontrava fragilizado no cargo, visto não contar com o apoio da maioria da elite militar e até mesmo sendo sistematicamente criticado por generais anti-getulistas e antinacionalistas e pela imprensa anti-getulista. Estillac Leal também esteve em constante conflito com o general Zenóbio da Costa, então comandante da Zona Militar do Leste que, assim como Estillac Leal, dera declarações favoráveis a Vargas após a vitória eleitoral deste. Zenóbio da Costa tinha sido contrário à posse de Estillac Leal no ministério da Guerra. Desprestigiado politicamente, o ministro da Guerra, de posições nacionalistas e crítico do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, foi deslocado da participação do referido acordo, o qual foi negociado pelo chanceler João Neves da Fontoura. O general Estillac Leal foi afastado do ministério da Guerra em março de 1952.

Em meados de 1952, houve a eleição para a direção do Clube Militar, eleição que começara em março no interior do país. Os candidatos da chapa nacionalista foram os

---

<sup>384</sup> “As Eleições de 1952”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 120, Mar/Abr/Maio, 1952, p. 119.

<sup>385</sup> *Idem*, p. 120.

generais Estillac Leal e Horta Barbosa. Os candidatos da Cruzada Democrática foram os generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo, vitoriosos no pleito. Antes da realização das eleições de 1952 para o Clube Militar, teve início uma repressão “anticomunista” nas Forças Armadas, mas que de fato visou reprimir os militares nacionalistas, não importando se tinham vínculos com partidos políticos. Militares nacionalistas e com tendências de esquerda foram perseguidos, presos e torturados. Em depoimento ao CPDOC, o almirante Francisco Teixeira fez algumas considerações relativas a essa repressão que antecedeu a eleição de maio de 1952. De acordo com o almirante, ocorreu “uma campanha, um processo anticomunista tremendo nas forças armadas, em que foram presos mais de mil, entre oficiais e civis, e todos responderam a processos acusados de comunistas<sup>386</sup>”. Em seu depoimento, afirmou:

Isso foi desencadeado com o objetivo exclusivo de prejudicar a eleição do Clube Militar, porque eles estavam convencidos de que eram os comunistas que manobravam a eleição do Clube Militar. Já haviam manobrado a anterior e tal... Então desencadearam a repressão com dois objetivos: um era pegar mesmo o comunista; o outro era prejudicar a eleição, que de fato... eu acho que não prejudicou, nós perdemos a eleição porque a Cruzada Democrática - já tinha até um nome a nossa oposição - trabalhou bem, fez também o trabalho que nós fizemos, correu o país inteiro e ganhou a eleição<sup>387</sup>.

Nelson Werneck Sodré<sup>388</sup> abordou com destaque a repressão que houve contra os militares nacionalistas no período anterior às eleições de maio de 1952, bem como no decorrer do pleito. Sodré comentou que a imprensa entrou na luta, acusando a então diretoria do Clube Militar de comunista e afirmando que aqueles que votassem na reeleição de Estillac Leal também eram comunistas. “Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais<sup>389</sup>”. Sodré relata muitos casos de prisão e de tortura e inclusive informa que o major Humberto Freire de Andrade, ex-diretor da revista, foi preso após as eleições<sup>390</sup>. Sodré afirmou: “Colocar o nacionalismo na ilegalidade, esse o grande esforço do terrorismo militar então desencadeado<sup>391</sup>”.

---

<sup>386</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 104.

<sup>387</sup> Idem, p. 106.

<sup>388</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>389</sup> Idem, p. 331-332.

<sup>390</sup> Idem, p. 338.

<sup>391</sup> Idem, p. 339.

Nas entrevistas feitas por Andrea Paula dos Santos<sup>392</sup> com militares que a autora denomina de militares nacionalistas de esquerda, aparecem algumas menções dos entrevistados a respeito da referida repressão. Os militares nacionalistas que sofreram essa repressão, com inquéritos e prisões, consideravam que isso ocorreu tanto pela participação deles na “Campanha do Petróleo é Nosso”, quanto pela participação na campanha de Estillac Leal e de Horta Barbosa para a presidência do Clube Militar. O brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira observou, em entrevista, que, na época da campanha pelo petróleo, ele era desenhista na revista. O brigadeiro Fortunato disse que pertencia ao Clube Militar desde aspirante e que sempre esteve na luta. Considerou que sua prisão, que ocorreu em 1952, foi justificada da seguinte forma: “O pretexto que eles arranjaram é que eu era subversivo. Eles queriam me acusar de comunista<sup>393</sup>”. Werneck Sodré falou sobre a prisão de Fortunato C. de Oliveira e citou várias passagens do depoimento do major feito em seu interrogatório, realizado na 1ª Auditoria da Aeronáutica, em junho de 1955<sup>394</sup>. Os militares antinacionalistas, que se organizaram através da Cruzada Democrática, já tinham passado por duas experiências de importante repercussão política e militar. A “Campanha do Petróleo é Nosso” e as eleições para o Clube Militar de 1950; eleição na qual os militares nacionalistas se empenharam pela vitória, inclusive com o apoio de militares que militavam no PCB e no Partido Socialista. A partir destas experiências, os militares antinacionalistas decidiram envidar todos os esforços para desarticular os militares nacionalistas, inclusive recorrendo ao referido processo de repressão e de prisão. Nelson Werneck Sodré fez o seguinte comentário sobre a tomada do Clube Militar pela Cruzada Democrática: “A conquista do Clube Militar foi articulada com rigor e minúcia, pela plena, desembaraçada e escandalosa utilização do aparelho de comando das Forças Armadas integralmente a serviço do movimento antinacional, antipopular e antidemocrático que então se organizou<sup>395</sup>”.

Com esta repressão, os militares nacionalistas ficaram em condição fragilizada. Apesar da repressão, na última revista publicada sob a direção dos nacionalistas, e que saiu após a realização das eleições, com comentários relativos às eleições, não apareceu nenhuma informação sobre qualquer conflito ou repressão que tivesse ocorrido. Ao contrário, as informações veiculadas na revista a respeito das eleições indicaram um clima de

---

<sup>392</sup> SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 1998.

<sup>393</sup> Apud SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 1998, p. 141.

<sup>394</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 334-335.

<sup>395</sup> Idem, p. 326.

tranquilidade. “O pleito, que ficará na história do Clube como demonstração inequívoca e inolvidável do alto espírito democrático da oficialidade das Forças Armadas do Brasil, caracterizou-se, sobretudo, pela ordem com que se processou e pela imaculada cordialidade que reinou durante a votação...<sup>396</sup>”. E o discurso de harmonia foi além, afirmando-se que o fundamental seria a unidade dos consócios do Clube e que é este o sentimento que irmana entre os sócios. Chegou-se inclusive a afirmar que existia uma identidade entre os dois programas. “A mesma identidade dos programas apresentados pelas duas correntes, identidade que faz desses dois programas um programa único...” e que isso seria prova de que não havia divisão no quadro social do Clube. No entanto, eram fortes as evidências que indicavam as diferenças entre os programas dos dois grupos militares. Neste mesmo número da revista, os militares nacionalistas apresentaram um quadro no qual, no nosso entendimento, procuraram sintetizar uma imagem que eles tinham do Clube como condutores do mesmo: “Clube Militar, Escola de Civismo<sup>397</sup>”.

Nas edições referentes aos meses de junho, julho e agosto de 1952 (as primeiras sob a responsabilidade editorial do grupo antinacionalista), definiram-se no editorial os novos rumos programáticos da revista. A figura de Caxias foi escolhida pelos editores como o símbolo que marcava os novos rumos da revista. Afirmou-se que a revista “prosseguirá, afortunadamente, sob o signo de Caxias, - o soldado cuja espada foi o sustentáculo da lei, da ordem, da unidade e da paz. Seja ele, uma vez mais, o nosso guia<sup>398</sup>”. No editorial, após fazer-se algumas citações do pensamento de Caxias, destacou-se: “Esses dísticos de respeito humano, lealdade, fidelidade à lei e entranhado amor à Pátria, serão os nossos lemas<sup>399</sup>”. Em seguida, o editorial passou a definir os propósitos da nova direção. Propósitos elaborados “sob a inspiração de Caxias<sup>400</sup>”. Especificaram quatro propósitos:

- 1) Manutenção intransigente da coesão do quadro social.
- 2) Posição essencialmente nacionalista face aos problemas de interesse nacional, com repulsa às interferências indébitas que afetem ou possam vir a afetar a soberania e independência da Pátria.
- 3) Defesa vigilante e ativa dos interesses da comunidade militar, porém, sem esquecer que eles podem e não devem entrar em conflito e sim permanecer em harmonia com os interesses gerais da Nação.
- 4) Respeito e acatamento aos Poderes constituídos, dentro

---

<sup>396</sup> “As Eleições de 1952”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 120, Mar/Abr/Maio, 1952, p. 125.

<sup>397</sup> *Idem*, p. 127.

<sup>398</sup> “Editorial: Prosseguindo a Marcha”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 121, Jun./Jul./Ago., 1952, p. 3.

<sup>399</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>400</sup> *Idem*, p. 3.

das normas constitucionais e legais, com a confiança de que serão estas sempre respeitadas por aqueles, sem o que a liberdade democrática deixaria de existir<sup>401</sup>.

Ainda no mesmo editorial, afirmou-se que a revista seria uma tribuna livre aos oficiais, mas ressalvando que as vozes dos oficiais deveriam observar o “respeito à lei e aos Poderes constituídos<sup>402</sup>”. Os editores seguiram afirmando: “Compreendemos a Revista sob o duplo aspecto de instrumento de cultura e de elemento de informação, particularmente no que diz respeito às atividades sociais de nosso Clube<sup>403</sup>”. Os editores disseram que poderiam acolher debates de problemas gerais, no entanto, ressalvando que: “Sem nos esquecermos de nossa missão de soldados e sem nos considerarmos os árbitros morais da vida nacional<sup>404</sup>”. Ou seja, os editores da revista procuraram esclarecer aos militares leitores sobre a nova linha diretiva da revista, deixando claro quais eram os limites do papel da revista. Uma proposta de trabalho substancialmente diferente da adotada pelos militares nacionalistas.

Na revista de julho/agosto de 1953, os editores voltaram a enaltecer a figura de Caxias, que para eles significava “a um tempo a imagem das virtudes do cidadão, altamente dotado de espírito público, e o símbolo do Chefe militar...<sup>405</sup>”. Os editores descreveram que Caxias foi responsável pela unidade da Pátria, mas que tinha morrido esquecido. “Daí nestes dias marcados pelo século dos interesses materiais, do mais desenfreado utilitarismo a conspurcar a própria juventude, da ausência do espírito público, e sobretudo do elogio do materialismo deificador de homens, ser o culto a Caxias um ato sagrado<sup>406</sup>”.

No editorial da revista de maio/junho de 1953<sup>407</sup>, os editores comentaram a respeito dos novos rumos do Clube Militar e da revista do Clube, após a vitória eleitoral do general Alcides Etchegoyen. Apontaram os equívocos da diretoria anterior. Para os editores da revista, a direção do Clube Militar, com o que eles denominaram de o “caso do Clube Militar<sup>408</sup>”, tinha ido muito além dos limites do papel do Clube. Segundo eles, “caso do Clube Militar” significava a campanha política adotada por aqueles que eles consideravam ser os falsos nacionalistas. Os editores escreveram que o referido caso chegou a ter repercussão

---

<sup>401</sup> Idem, p.3.

<sup>402</sup> Idem, p. 4.

<sup>403</sup> Idem, p. 4.

<sup>404</sup> Idem, p. 4.

<sup>405</sup> “Editorial: Presença de Caxias”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 126, Julho/Agosto, 1953, p. 3.

<sup>406</sup> Idem, p. 4.

<sup>407</sup> “Editorial: Após um Ano de Trabalho”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 125, Mai/Junho, 1953, p. 3-5.

<sup>408</sup> Idem, p. 3.

nacional e até internacional. Na época das eleições, “julgava-se e temia-se que certos desvios perigosos, que vinham então caracterizando a linha de ação da Diretoria do Clube<sup>409</sup>”, pudessem ser vencedores do pleito e, com isso, causar “sérios prejuízos para a normalidade da vida nacional<sup>410</sup>”. Conforme os editores, o resultado eleitoral de 1952 mostrou que os “sintomas de distúrbios internos<sup>411</sup>” tinham um caráter superficial.

Na unidade e coesão das Forças Armadas repousa a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. O primeiro passo para a derrocada desta garantia é a sua divisão em dois campos opostos, ao sabor das facções políticas; é colocar uma fração ponderável destas forças em oposição ao poder constituído, pela penetração insidiosa na caserna de idéias dissolventes e subversivas; é retirar uma fração destas forças de sob o manto protetor da lei básica para atirá-la no caminho sacrílego da subversão<sup>412</sup>.

Os editores mostraram-se aliviados, já que as eleições de 1952 deixaram evidente que aquela situação de desagregação das Forças Armadas não aconteceria. “A Nação se tranqüilizou e o pseudo doente também. O mal era bem menor do que parecia, o que não constitui nem por isto – frise-se – razão para descurá-lo<sup>413</sup>”. A partir daí, os editores passaram a apontar as vantagens que a comunidade militar e a nação tiveram com o serviço prestado pela nova diretoria do Clube Militar. “Acabou-se o ‘caso do Clube Militar’. Apagou-se aquela fogueira cujas chamas, alimentadas por atitudes absolutamente excêntricas das verdadeiras finalidades da instituição, ameaçavam se propagar e constituíam, de qualquer modo, um foco de agitação e de preocupação, não restrito ao setor das Forças Armadas<sup>414</sup>”. Assim, seguindo novos rumos, a nova diretoria enquadrou a esfera de ação do Clube, “abandonando os pronunciamentos políticos, deixados à iniciativa dos órgãos competentes<sup>415</sup>”.

Nas eleições de 1954, a Cruzada Democrática se manteve na presidência do Clube Militar. Naquele pleito, os generais anti-varguistas Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora derrotaram o general Lamartine Peixoto Pais Leme. Este recebeu o apoio do ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, que teve uma postura em favor da manutenção institucional. Na passagem da direção do Clube, o general Alcides Etchegoyen fez um discurso que foi proferido pelo major Theotônio Vasconcellos, visto que o general Etchegoyen não pôde

---

<sup>409</sup> Idem, p. 3.

<sup>410</sup> Idem, p. 3.

<sup>411</sup> Idem, p. 4.

<sup>412</sup> Idem, p. 3-4.

<sup>413</sup> Idem, p. 4.

<sup>414</sup> Idem, p. 4.

<sup>415</sup> Idem, p. 4.

comparecer à cerimônia. Em seu discurso, o general Etchegoyen falou sobre a Cruzada Democrática. De acordo com o general, a Cruzada Democrática nasceu a partir de um grupo de sócios que se reuniu no Rio de Janeiro em novembro de 1951. “Era um movimento de recuperação integral da harmonia entre companheiros, do merecido conceito da agremiação, e do passado democrático a serviço da Nação<sup>416</sup>”. No discurso de posse, o novo presidente, general Canrobert Pereira da Costa, também falou sobre a Cruzada Democrática. Para ele, a Cruzada Democrática, desde a sua formação, teve os propósitos “de manter o Clube Militar fiel a seus padrões tradicionais e, sobretudo, alheio às competições político-partidárias e imune à infiltração de ideologias antidemocráticas<sup>417</sup>”. Embora os oficiais da ESG tivessem uma participação nos embates verificados no Clube Militar e mantivessem uma estreita relação com o grupo antinacionalista da Cruzada Democrática, não se pode considerar que fosse o mesmo grupo. A ESG tinha sua autonomia e seus próprios objetivos. Os oficiais vinculados à ESG tinham clareza de que o principal objetivo da instituição era “definir uma doutrina e uma linha de ação para as Forças Armadas”<sup>418</sup>. Mas sabiam que ter o controle do Clube Militar era importante na luta política que empreendiam contra os setores nacionalistas.

Na revista de setembro/outubro de 1955, os editores da revista afirmaram que os militares estavam sofrendo agressões e injúrias por parte de setores com interesses escusos, pois falavam no perigo de cesarismo nas Forças Armadas. Para os editores, setores da sociedade civil compreendiam e tratavam com respeito as Forças Armadas, “pois lhes atestam a dignidade da missão e lhes cometem a honrosa incumbência de fiadoras das instituições republicanas<sup>419</sup>”. Mas, por outro lado, havia aqueles que dirigiam calúnias às Forças Armadas, “como se o Brasil estivesse separado, por uma linha de cumiada, em duas vertentes: de um lado, a dos legalistas, e do outro, onde estariam as Forças Armadas, a do cesarismo<sup>420</sup>”. Em outubro daquele ano, ocorreram as eleições para a presidência da República, e setores civis, assim como setores militares, não admitiam a possível vitória eleitoral do candidato Kubitschek. A idéia de golpe estava presente no ambiente político daquele momento. No editorial da revista de nº 142 (abril/junho), os editores comentaram sobre o fim do mandato no

---

<sup>416</sup> ETCHEGOYEN, Alcides Gonçalves. “Discurso de Transmissão do Cargo de Presidente do Clube Militar. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 132, Julho/Agosto, 1954, p. 99.

<sup>417</sup> COSTA, Canrobert Pereira da. “Discurso de Posse do General Canrobert Pereira da Costa”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 132, Julho/Agosto, 1954, p. 106.

<sup>418</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>419</sup> “Editorial: Nec Plus Ultra”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 139, Set./Out., 1955, p. 4.

<sup>420</sup> Idem, p. 4.

Clube Militar e mostraram-se pessimistas com o futuro próximo. Juscelino na presidência da República, Lott no ministério da Guerra, assim como a saída da Cruzada Democrática do Clube Militar, não era certamente o que esperavam os setores antinacionalistas. “A dinâmica do organismo social, envolvente e ilusoriamente a dividir-nos, aí está a rolar, entregue às próprias forças que a desencadearam. Pode investir contra o berço das mais sagradas tradições de um povo<sup>421</sup>”. E continuaram a demonstrar o seu pessimismo: “Não acreditamos na paz sob calmária superficial e misteriosa; não brota, espontânea, do comodismo burguês, sempre a isolar-se e a anular-se<sup>422</sup>”. A seguir, usaram Maquiavel para tecer críticas ao contexto político. “Maquiavel não é utópico; não estremece de medo, nem morre, ante a covardia da consciência moral. Vivo e renovado, através das idades vem assaltando a cidadela que se opõe ao insaciável apetite do poder. (...) Esse, o clima imediatista e amoral, a constante da natureza maquiavélica<sup>423</sup>”. Terminaram o editorial fazendo afirmações a respeito das Forças Armadas naquele contexto:

É difícil edificar, para as Forças Armadas, um mundo a parte, liberto do processo histórico caracterizado nas lutas fratricidas que agitam o país. São elas constituídas de homens, inseridos no grupo social, fiéis à paz, à lei e às instituições. Só na noite escura, quando o desespero se alia à desesperança e estão em jogo valores absolutos, a definição ante a extrema gravidade contingente tem pertencido à razão moral de cada um. Estamos, como não poderíamos deixar de estar, na inabalável crença de que o Brasil encontrará o verdadeiro caminho da paz. E já vamos, nós, das Forças Armadas – com dificuldade, mas em tempo – descobrindo, na grande indistinção dos dias atuais a exata posição da Lei Natural que irá irmanar-nos na luta pela real prosperidade do Brasil<sup>424</sup>.

Na mesma revista, os editores abriram um espaço para apontar as questões que, com inspiração no programa da Cruzada Democrática, procuraram desenvolver na revista. Em um dos itens, ressaltaram que procuraram “tornar a Revista mais conhecida da elite do país, difundindo-a nas esferas mais representativas da nação<sup>425</sup>”. Dentre outras questões, disseram ter apontado para o perigo comunista e para a necessidade de união das Forças Armadas.

As eleições de maio de 1956 marcaram o fim do predomínio da Cruzada Democrática na direção do Clube Militar. Aquelas eleições foram disputadas pelo general Nicanor

---

<sup>421</sup> “Editorial: Mensagem”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 142, Abril/Maio/Junho, 1956, p. 3.

<sup>422</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>423</sup> *Idem*, p. 3-4.

<sup>424</sup> *Idem*, p. 4-5.

<sup>425</sup> “Missão Cumprida”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 142, Abril/Maio/Junho, 1956, p. 302.

Guimarães, da Cruzada Democrática, militar que tinha ligações com o general Juarez Távora; e pelo general João de Segadas Vianna, que havia apoiado o movimento militar de 11 de novembro, visando garantir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Os militares nacionalistas/legalistas venceram também as eleições de 1958 e de 1960, estas duas últimas com o general Justino Alves. Os generais Segadas Vianna e Justino Alves tinham uma formação tradicional dentro do Exército e, embora fossem nacionalistas, não possuíam um perfil que pudesse qualificá-los de esquerda. Eram nacionalistas com posições moderadas e eram particularmente legalistas<sup>426</sup>.

A revista de julho/setembro de 1956 foi a primeira sob a responsabilidade da nova diretoria do Clube Militar. O tenente coronel Ubiratan Miranda acumulou dois cargos, o de diretor e o de redator chefe da revista. Interessante notar que o major Carlos de Meira Matos, que havia sido um dos redatores da revista no período da Cruzada Democrática, continuou a ser um dos redatores da revista<sup>427</sup>. Em uma “nota redatorial<sup>428</sup>”, os editores afirmaram que seriam convidadas personalidades representativas da cultura nacional para escreverem textos abordando o tema do desenvolvimento nacional. O primeiro convidado foi o professor Álvaro Vieira Pinto, pensador nacionalista ligado ao ISEB<sup>429</sup>, professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Posteriormente, outros intelectuais do ISEB publicaram artigos na revista do Clube. No final da nota, os editores deixaram claro que a “Revista do Clube Militar se colocava decididamente na linha de frente da batalha do desenvolvimento nacional<sup>430</sup>”. A revista passou a ter algumas seções específicas para tratar do tema do desenvolvimento nacional: as seções “O Congresso na Batalha do Desenvolvimento”, “A Imprensa na Batalha do Desenvolvimento” e “Flagrantes da Batalha do Desenvolvimento”.

---

<sup>426</sup> Segadas Vianna estagiou nos Estados Unidos em 1943, onde fez o curso da Escola de Fort Benning. Em 1944, foi para a Itália e comandou o Regimento Ipiranga, o primeiro regimento brasileiro a entrar em combate. Retornou ao Brasil em 1945 e, a partir de 1951, passou a ser secretário-geral do Ministério da Guerra, chefiado pelo general Estillac Leal. Exerceu esse cargo durante todo o segundo governo de Vargas. Ao lado de Lott, participou do movimento de novembro de 1955. Na crise de 1961 se colocou contra a posição dos ministros militares e defendeu a posse do vice-presidente. Foi ministro da Guerra no primeiro gabinete parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves. Em novembro de 1963, Segadas Vianna passou para a reserva. In: ABREU, Alzira Alves de [et ali.] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 6044-6046.

<sup>427</sup> O major Carlos de Meira Matos aparece como um dos editores da revista até o nº 144, primeiro número de 1957.

<sup>428</sup> “Nota Redatorial”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 21.

<sup>429</sup> Foi publicada na revista uma matéria jornalística do jornal Correio da Manhã, comentando sobre a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB pelo Ministério da Educação e Cultura. Dos alunos matriculados, dezesseis eram oficiais do Exército e quatro eram oficiais da Marinha. In: “Flagrantes da Batalha do Desenvolvimento: em funcionamento o Instituto Superior de Estudos Brasileiros”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 105.

<sup>430</sup> Idem, p. 21.

Seções que traziam falas de parlamentares, notícias de jornais e informações a respeito do tema. Criou-se ainda uma seção, denominada de “Desenvolvimento nacional”, sob a responsabilidade do capitão de fragata Primo Nunes de Andrade<sup>431</sup>. A primeira matéria, escrita por ele, saiu com o revelador título de “Os militares na empolgante batalha do desenvolvimento nacional<sup>432</sup>”. De acordo com o capitão, a perspectiva adotada na seção não se restringiria ao “ponto de vista econômico na apreciação do desenvolvimento nacional<sup>433</sup>”, mas também às diversas atividades correlatas àquele desenvolvimento. Para o capitão, a luta pelo “engrandecimento do Brasil<sup>434</sup>”, na qual ele afirmou que também estava engajado, seria:

De fato uma luta que transcende do domínio das simples forças materiais do progresso nacional, pois não é difícil encontrar as suas raízes de ordem social, moral e intelectual nos impulsos naturais que levam os indivíduos a se congregarem em sociedades, adquirindo aquela consciência coletiva indispensável à criação da cultura segundo os ideais que caracterizam uma certa civilização<sup>435</sup>.

O autor procurou destacar a necessidade de se pensar outros aspectos que não os materiais no que se referia ao desenvolvimento nacional:

A industrialização constitui, sem dúvida, a nota dominante de todo o processo do desenvolvimento nacional. (...) Entretanto, sobrelevando-se a todos os aspectos materiais do desenvolvimento nacional, estão os aspectos sociais e morais do mesmo, tais como os referentes à necessária incorporação das massas proletárias rurais e urbanas à sociedade, assim como a indispensável democratização das elites e das classes abastadas. Os postulados desta luta que se processa em um plano mais alto na batalha do desenvolvimento, são a dignificação do trabalho, o reconhecimento dos princípios da justiça social, a valorização dos atributos morais e das virtudes sociais dos indivíduos, quaisquer que sejam as suas funções e atribuições na estrutura orgânica da sociedade<sup>436</sup>.

---

<sup>431</sup> Primo Nunes de Andrade fez seus estudos secundários no Colégio Militar de Porto Alegre. Posteriormente, cursou a Escola Naval no Rio de Janeiro e seguiu a carreira militar, participando da Segunda Guerra Mundial e obtendo a patente de capitão-de-corveta. Depois da guerra, dedicou-se ao ensino superior da Marinha, passando a lecionar na Escola Naval. Trabalhou na Escola Naval de 1946 a 1962, atingindo a patente de capitão-de-mar-guerra. Foi reformado em 1962 e alcançou a patente de vice-almirante. Depois de reformado, se dedicou aos estudos no campo da filosofia das ciências, publicando várias obras dentro daquele campo. In: JAIME, Jorge. *História da Filosofia no Brasil*. São Paulo/Petrópolis: Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Vozes, vol. 3, 2000.

<sup>432</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Os Militares na Empolgante Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 17-20.

<sup>433</sup> Idem, p. 18.

<sup>434</sup> Idem, p. 17.

<sup>435</sup> Idem, p. 18.

<sup>436</sup> Idem, p. 20.

Ao se referir ao desenvolvimento nacional, o autor usou a expressão grandioso espetáculo, e fez um alerta aos militares: de que eles deveriam ficar vigilantes para que o desenvolvimento nacional ocorresse de forma “natural e pacificamente, livre da interferência de forças externas desnacionalizadoras, ou de forças internas retrógradas, interessadas na perpetuação de privilégios que estão sendo superados pela evolução natural da humanidade<sup>437</sup>”.

No editorial, intitulado “Para a Frente!”, os editores da revista, lembrando o sete de setembro, fizeram observações acerca da luta pela independência política do país, considerando que a luta que deveria ser levada adiante seria “pela independência econômica, refletida na consciência nacional dos brasileiros...<sup>438</sup>”. Contudo, disseram que a luta pela independência econômica deveria ocorrer “bem longe da idéia de um isolacionismo egoísta e insensato, que a nada de útil conduz<sup>439</sup>”, mas a partir da idéia de um tratamento justo e igualitário entre as nações. A retórica nacionalista já não era a mesma daquela que foi usada no início dos anos 1950. Defenderam a união das Forças Armadas e que elas deveriam caminhar num único sentido; e ainda, defenderam a idéia de que o povo deveria formar um bloco com as Forças Armadas, “uma única Força Criadora, a libertar de vez o Brasil, transformando-o numa Realidade Grandiosa<sup>440</sup>”. Seria a “união perfeita e incondicional entre as Forças Armadas do Brasil e destas com as Forças Civas, sob a égide da Democracia...<sup>441</sup>”. Os brasileiros deveriam superar as divergências, que seriam passageiras, “para, dentro de um sadio e objetivo senso de nacionalismo, levarmos o Brasil para a frente<sup>442</sup>”. E no que tange à questão da Segurança Nacional, também se verifica uma diferença na retórica utilizada, pois, segundo os editores, caberia às Forças Armadas “manter a paz, a ordem e a segurança interna da Nação e de fazer valer a sua vontade no campo externo<sup>443</sup>”. Na retórica utilizada pelos nacionalistas no início dos anos 1950 para falar sobre segurança, não se falava em segurança interna, uma preocupação sempre apontada pelos setores antinacionalistas. O discurso de posse do novo presidente do Clube, general Segadas Vianna, também revelou mudanças importantes em relação aos nacionalistas que controlaram o clube no início dos anos 1950. Considerou que o Clube, em várias fases, se desviou de sua finalidade, que deveria ter um

---

<sup>437</sup> Idem, p. 20.

<sup>438</sup> “Editorial: Para a Frente!”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 4.

<sup>439</sup> Idem, p. 4.

<sup>440</sup> Idem, p. 4.

<sup>441</sup> Idem, p. 5.

<sup>442</sup> Idem, p. 5.

<sup>443</sup> Idem, p. 4.

“caráter sócio-cultural<sup>444</sup>” e entrou no terreno político-partidário. Para o general, quando isso acontecia, “a nação fica em suspenso, ante um possível perigo para as instituições ou para a disciplina, pedra angular de qualquer organização armada<sup>445</sup>”. Segundo o general, o cidadão militar estaria “sujeito a obrigações e juramentos<sup>446</sup>”, que não seriam cobrados do cidadão civil. “As Forças Armadas, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, são destinadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem<sup>447</sup>”. Em alguns aspectos, a retórica era semelhante à utilizada pelos setores antinacionalistas. A afirmação, por exemplo, de que a constituição definia claramente as missões de cada poder. Sendo assim, afirmou o general Segadas:

Não é lícito ao militar, isoladamente, ou pior ainda, reunido em coletividade, como um Clube, invadir atribuições que lhe estão vedadas ou criar um clima de insegurança que impeça os responsáveis, não só de deliberarem com liberdade, como igualmente assumirem a plena responsabilidade de seus atos<sup>448</sup>.

O general Segadas mencionou que o lema principal da chapa por ele encabeçada era o afastamento do Clube de debates político-partidários, e que a união das Forças Armadas dependia desse afastamento. Portanto, uma retórica em favor do fim dos debates políticos no Clube Militar e pelo cumprimento da legalidade constitucional das Forças Armadas.

No número seguinte da revista<sup>449</sup>, os editores voltaram a dar ênfase à questão do desenvolvimento nacional. Interessante notar que a retórica dos editores demonstrava sintonia com o governo Juscelino, parecia uma retórica governamental: “Será esse, e não há dúvidas de que o é, o principal objetivo do Governo e do povo brasileiro e o grande problema que temos a resolver<sup>450</sup>”. Ao contrário do que fizeram os militares nacionalistas<sup>451</sup> do início dos anos 1950, os editores se mostraram favoráveis à ONU e, “pelos mais elevados princípios da Liberdade, da Justiça e do Direito, em defesa da paz e da harmonia universais<sup>452</sup>”, mostraram-se favoráveis ao envio de força policial brasileira ao Egito, em missão de paz. Num texto publicado na revista, em fins de 1958, o tenente coronel aviador Fernando Durval de Lacerda,

---

<sup>444</sup> VIANNA, João de Segadas. “Discurso de Posse do Exmo. Sr. Gen. João de Segadas Vianna”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 8.

<sup>445</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>446</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>447</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>448</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>449</sup> *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957.

<sup>450</sup> “Editorial: Em Guarda”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 4.

<sup>451</sup> Em algumas matérias dos nacionalistas do início dos anos 1950 aparece uma crítica à ONU, embora o então presidente do Clube Militar não tivesse a mesma posição.

<sup>452</sup> “Editorial: Em Guarda”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 4-5.

assessor militar do Brasil junto às Nações Unidas, comentou sobre a necessidade das Nações Unidas: a ONU “é necessária porque as formas clássicas de diplomacia bilateral não é mais suficiente no mundo atual<sup>453</sup>”. Embora o contexto e as circunstâncias sejam outros, essa postura é mais um indicador de que o grupo militar que estava na direção do Clube nos anos 1956/1957 (e também nos anos seguintes) tinha crenças diferentes em comparação aos militares nacionalistas do início dos anos 1950.

Em maio de 1958 houve nova eleição para o Clube Militar, sendo que os militares nacionalistas/legalistas mantiveram-se na direção do Clube. O general Joaquim Justino Alves Bastos<sup>454</sup>, que foi o candidato da chapa Amarela (legalistas/nacionalistas), também tinha participado do movimento de novembro de 1955 ao lado dos generais Odylio Denys e Lott. O general Justino Alves recebeu o apoio do ministro da Guerra, Henrique T. Lott, e derrotou o candidato da Cruzada Democrática, general Humberto de Alencar Castelo Branco. Este chegou a reclamar publicamente das pressões por parte do Ministério da Guerra em favor da chapa Amarela. A revista do Clube não fez qualquer menção às eleições, apenas comentou, após as eleições, a mudança na presidência do Clube, enaltecendo o presidente Segadas Viana e o presidente eleito, Justino Alves. Na nota<sup>455</sup>, os editores da revista disseram que houve uma “ressurreição patrimonial do CLUBE MILITAR, sob os múltiplos aspectos, (...) sobretudo moral<sup>456</sup>”. Fizeram ainda uma consideração a respeito do nacionalismo. “O nacionalismo não é uma aventura de inocentes úteis nem uma ideologia de extremistas. É uma filosofia de vida prática sobre bases sólidas, muito definidas, com rumos estabelecidos na economia, na sociologia e na moral política<sup>457</sup>”. Ao fazer uma referência ao presidente eleito, os editores afirmaram: “O nacionalista General Joaquim Justino Alves Bastos (...) é uma gemação

---

<sup>453</sup> LACERDA, Fernando Durval de. “Razão das Nações Unidas”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 151, 1958, p. 87-90.

<sup>454</sup> Justino Alves foi comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) de 1949 a setembro de 1952, quando foi promovido a general-de-brigada. No início do governo Juscelino, foi nomeado chefe do estado-maior do general Odylio Denys, que era comandante do I Exército. Recebeu a patente de general-de-divisão em dezembro de 1958. Em dezembro de 1959, foi transferido para o comando da 1ª RM (Rio de Janeiro), permanecendo no posto até abril de 1961. Em setembro de 1963, foi nomeado comandante do IV Exército, sediado em Recife, substituindo o general Castelo Branco. Em 1963, entrou em choque com o governador Arraes, após ter impedido a realização de uma marcha camponesa sobre Recife. Em novembro de 1963, Justino foi promovido a general-de-exército. Aos poucos foi se integrando aos grupos civis e militares que estavam conspirando contra o governo Goulart. No Golpe de 1964, Justino cercou o palácio do governo em Recife e determinou a prisão de Arraes. In: ABREU, Alzira Alves de [et ali.] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 584-585.

<sup>455</sup> “Dois Presidentes”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 150, 1958, p. 12-14.

<sup>456</sup> Idem, p. 13.

<sup>457</sup> Idem, p. 13.

espiritualíssima de seu antecessor<sup>458</sup>”. O 1º vice-presidente da diretoria do Clube foi o general-de-brigada Oromar Osório<sup>459</sup>, de posições nacionalistas.

Na primeira revista que saiu em 1959, os editores escreveram, no editorial<sup>460</sup>, sobre o futuro do Brasil, destacando particularmente a questão da economia nacional. Afirmaram que a situação de país exportador de produtos primários, assim como exportador de minerais, não davam condições para o Brasil chegar ao estado de desenvolvimento e a uma “posição de grande potência<sup>461</sup>”. Segundo os editores, o Brasil seguia na sua luta pela emancipação econômica, a qual deveria se concentrar em alguns pontos: “Obtenção de fontes de energia para suas atividades; desenvolvimento das indústrias de base; maior e mais fácil circulação das riquezas; aumento e diversificação da produção agrícola; ampliação dos mercados de consumo internos e obtenção de novos mercados<sup>462</sup>”. Os editores deram destaque à questão da solução dos problemas básicos do país, particularmente à questão das fontes de energia para garantir o desenvolvimento do setor produtivo. Escreveram que estavam cientes de que lutas internas e externas vinham concorrendo historicamente para barrar o sonho da emancipação econômica do país.

Está bem viva ainda em nossa lembrança a dura batalha para a implantação da vitoriosa solução do monopólio estatal do petróleo, que, a despeito do apoio integral que lhe empresta a Nação, as armas não foram ainda ensarilhadas... Alenta-nos porém, a certeza da existência, hoje, de uma consciência nacional, disposta a pelear na defesa intransigente de soluções brasileiras para os problemas brasileiros. Alenta-nos também a certeza de que as Forças Armadas, coesas, vigilantes, conscientes do papel que lhes cabe, caminham na vanguarda dessa luta que visa a garantir um futuro promissor para nossa Pátria<sup>463</sup>.

Na mesma revista, foi publicado um texto de um dos redatores, o capitão-de-mar-e-guerra, Primo Nunes de Andrade, denominado “A Ética e a Economia no Desenvolvimento

---

<sup>458</sup> Idem, p. 13.

<sup>459</sup> No governo Goulart, o general Oromar Osorio comandou a 1ª Divisão de Infantaria, na Vila Militar (RJ). De acordo com Gaspari, o general Oromar “era tão simpático ao governo que figurava entre os chamados ‘generais do povo’”. In: GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 52. Em entrevista ao CPDOC, Osvaldo Lima Filho, que foi ministro da Agricultura de Goulart, afirmou ter conversado com o general Oromar em agosto de 1963. Naquela conversa, o general Oromar disse a Osvaldo Lima que ele era nacionalista, que era a favor da reforma agrária e tinha respeito pelo presidente. Mas considerava que a maioria da oficialidade entendia que o governo estava sendo apoiado pelos comunistas e que os comunistas queriam dar um golpe de Estado. In: LIMA FILHO, Osvaldo. *Osvaldo Lima Filho (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC.

<sup>460</sup> “Editorial: Nosso Futuro”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 152, 1959, p. 5-7.

<sup>461</sup> Idem, p. 5.

<sup>462</sup> Idem, p. 6.

<sup>463</sup> Idem, p. 7.

Nacional<sup>464</sup>”. Para o autor, a crise pela qual passava a humanidade naquele contexto consistia num desajustamento entre os valores éticos e as forças econômicas; um desajustamento entre a ética e a economia. O autor definiu a ética como “a sistematização dos imperativos morais que se apresentam, no ambiente social, à consciência humana, por influência da sua natureza espiritual<sup>465</sup>”. Conforme Primo Nunes, os princípios éticos, embora provenientes de algo que transcenderia a natureza sensível, as suas realizações práticas estariam sujeitas às “influências das contingências materiais e sociais<sup>466</sup>”. Segundo Primo Nunes, todas as estruturas sociais seriam regidas por ao menos alguns princípios éticos que regulariam as sociedades; que dariam base moral à sua cultura; e ainda, que possibilitassem a existência de convivência social nas referidas estruturas sociais. Entre os princípios éticos, Primo Nunes citou alguns exemplos: “O respeito mútuo pelas vidas dos indivíduos, o reconhecimento de direitos sociais, tais como o da propriedade, o acatamento aos costumes matrimoniais, à autoridade paterna, à hierarquia social, etc.<sup>467</sup>”. Primo Nunes entendia que as forças econômicas e as regras econômicas não estavam em harmonia com os princípios éticos e, portanto, deveriam ser reformadas a partir dos princípios da liberdade espiritual e da justiça social. Criticou particularmente as grandes empresas de caráter monopolista e suas relações com os países subdesenvolvidos, como o Brasil. De acordo com Primo Nunes, a economia deveria se subordinar à ética. Seria necessário romper com “os exageros e as contradições do liberalismo econômico e do socialismo dito científico<sup>468</sup>”. Seria preciso trilhar por um novo método no qual houvesse equilíbrio entre as forças econômicas e a ética, visando harmonizar as estruturas nacionais e internacionais. Seguindo este pensamento da harmonização da vida social e da idéia de que estaria ocorrendo a constituição de uma nova consciência coletiva das comunidades humanas, Primo Nunes abordou ainda algumas questões. Considerou que a propriedade não deveria ser entendida como um direito absoluto, mas que seu uso necessitaria levar em conta questões de ordem ética e social. O interesse do indivíduo não deveria sobrepor-se aos direitos coletivos. Outro princípio se referia à legitimidade da interferência do Estado na economia, visando corrigir abusos das forças econômicas.

Primo Nunes criticou aqueles que procuravam manter uma estrutura de colonialismo moderno nos países subdesenvolvidos. E afirmou que os povos daqueles países vinham

---

<sup>464</sup> ANDRADE, Primo Nunes. “A Ética e a Economia no Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 152, 1959, p. 13-23.

<sup>465</sup> Idem, p. 14.

<sup>466</sup> Idem, p. 14.

<sup>467</sup> Idem, p. 14.

<sup>468</sup> Idem, p. 18.

“adquirindo uma consciência que os conduz a uma atitude de autodefesa, traduzida pelo nacionalismo (...), que objetiva a realização dos anseios de emancipação econômica dos mesmos<sup>469</sup>”. Primo Nunes, ao se referir especificamente ao Brasil, reconheceu que havia naquele momento uma luta travada “nos bastidores da política nacional<sup>470</sup>”, e que havia particularmente uma campanha contra a política cambial adotada; política que subordinava “a distribuição dos proventos do comércio exterior aos interesses de ordem geral da comunidade,<sup>471</sup>” especialmente a uma política de desenvolvimento. O autor ainda considerou que a campanha que se fazia contra o “confisco cambial” era acompanhada por outra, denominada de

‘estatismo’, termo por meio do qual se procura estigmatizar a ação disciplinadora, incentivadora ou empreendedora do Estado na vida econômica da comunidade. Alardeando a falsa tese de que as vantagens da iniciativa privada somente podem manifestar-se em regime de completa liberdade econômica, lançam-se contra a tese da legitimidade da intervenção do Estado no domínio econômico, intervenção esta que, aliás, se justifica plenamente pela necessidade de fazer prevalecer o interesse social sobre o individual<sup>472</sup>.

Ainda no mesmo número da revista, publicou-se uma nota da diretoria do Clube Militar, informando que a diretoria havia aprovado, em reunião realizada em maio, por unanimidade, uma moção de apoio à atuação ao governo do Rio Grande do Sul. Conforme a nota, aquele ato do governo do Rio Grande do Sul, que contou inclusive com a participação do Comando do IIIº Exército, encampou a empresa estrangeira que tinha a concessão do fornecimento de energia à capital do Estado.

A Diretoria do Clube Militar, vê na referida decisão o limiar de uma nova etapa no desenvolvimento brasileiro, quando o poder público compreende e sanciona o anseio popular pela nacionalização das fontes de energia, base de todos os empreendimentos que possibilitam o progresso do nosso País<sup>473</sup>.

No número seguinte da revista, publicou-se novo texto de Primo Nunes, intitulado “Brasil, Berço do Renascimento da Civilização Cristã<sup>474</sup>”. O autor fez alguns comentários no

---

<sup>469</sup> Idem, p. 19-20.

<sup>470</sup> Idem, p. 21.

<sup>471</sup> Idem, p. 21.

<sup>472</sup> Idem, p. 21.

<sup>473</sup> *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 152, 1959, p. 1.

<sup>474</sup> ANDRADE, Primo Nunes. “Brasil, Berço do Renascimento da Civilização Cristã”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 153, 1959, p. 8-14.

que toca ao cenário internacional, o qual estaria marcado por desequilíbrios econômicos e sociais, e por conflitos e choques entre as superpotências. Por um lado, um imperialismo econômico; imperialismo em que o Brasil ainda estaria sujeito a certas “vinculações coercitivas<sup>475</sup>”. De outro lado, o imperialismo ideológico; imperialismo do qual o Brasil se encontrava livre; “livre das peias liberticidas<sup>476</sup>”. Para o autor, os povos ocidentais teriam uma terceira alternativa, que seria constituída pelos “ideais que dão sentido às civilizações humanas: paz, fraternidade, liberdade e justiça<sup>477</sup>”. Essa tarefa civilizadora e humana caberia aos povos jovens, como o Brasil, povos “desvinculados de tradições de ódios seculares<sup>478</sup>”. Na concepção do autor, a humanidade estaria vivendo uma época de renascimento, em que os “ideais de justiça e de fraternidade humana<sup>479</sup>” que deram “conteúdo social à nascente civilização cristã<sup>480</sup>” estavam novamente tentando se concretizar. Para Primo Nunes, a ideologia do desenvolvimento que estava sendo constituída no Brasil baseava-se, “em um plano alto, nas forças espirituais dinamizadoras das tendências da nossa formação histórica<sup>481</sup>”. O autor terminou o texto afirmando:

E o bravo e generoso povo brasileiro, constituído por elementos das mais variadas procedências, sem choques de raças nem preconceitos discriminatórios, poderá então definir-se historicamente como nação, elaborando uma cultura que seja a síntese do seu pensamento, da sua vida e da sua ação, e em que se há de manifestar com toda a pujança o renascimento da civilização cristã, com a satisfação dos anseios universais de paz e fraternidade, de liberdade e de justiça<sup>482</sup>.

Primo Nunes apresentou um otimismo em relação ao povo brasileiro parecido com aquele apresentado mais tarde por Darcy Ribeiro, embora este, ao contrário de falar do povo brasileiro como portador de uma nova civilização cristã, falou de uma nova civilização romana, uma nova Roma.

As eleições para a presidência do Clube Militar de maio de 1960 foram novamente vencidas pelo general Justino Alves Bastos<sup>483</sup>, desta vez derrotando o general Peri

---

<sup>475</sup> Idem, p. 10.

<sup>476</sup> Idem, p. 10.

<sup>477</sup> Idem, p. 11-12.

<sup>478</sup> Idem, p. 12.

<sup>479</sup> Idem, p. 12.

<sup>480</sup> Idem, p. 12.

<sup>481</sup> Idem, p. 13.

<sup>482</sup> Idem, p. 14.

<sup>483</sup> O general Oromar Osório continuou a ser o 1º vice-presidente do Clube. Nesta nova diretoria do Clube, observa a presença do tenente-coronel Kardec Leme. Conforme assinala Gaspari, Kardec Leme

Bevilacqua, da Cruzada Democrática. No entanto, após as eleições presidenciais de outubro de 1960, nas quais Jânio Quadros derrotou o general Teixeira Lott, candidato da coligação PTB/PSB, ocorreu uma mudança no quadro hierárquico militar, favorecendo os militares antinacionalistas, que tinham apoiado a candidatura de Quadros. O general Lott deixou o Ministério da Guerra em janeiro de 1956 para se candidatar à presidência da República. Em fevereiro de 1960, o general Odylio Denys assumiu o Ministério da Guerra. Quando Jânio Quadros tomou posse na presidência, manteve Odylio Denys no Ministério da Guerra. Além disso, houve uma mudança na hierarquia militar, que favoreceu os militares ligados à Cruzada Democrática<sup>484</sup> e, por conseguinte, levou ao afastamento de militares nacionalistas da alta hierarquia militar. O general Denys<sup>485</sup>, que estivera ao lado do general Lott no movimento de novembro de 1955, afastara-se dele no contexto que levou Quadros à presidência. Nesse contexto, observa-se um substancial enfraquecimento do grupo militar legalista.

Nesse período, o Clube Militar passou a organizar conferências acerca do desenvolvimento nacional. Para silenciar os militares nacionalistas do Clube, a hierarquia militar antinacionalista, com o apoio do presidente Quadros, fez uma intervenção no Clube Militar. O último número da revista publicado pelos nacionalistas foi a de janeiro-março de 1961. O ministro Odylio Denys proibiu a realização das conferências; sete membros do conselho diretor do Clube se afastaram e outros se mantiveram fiéis à hierarquia militar. Através de uma assembléia geral, foi escolhido um novo presidente para o Clube, o general Paulo Torres, militar vinculado aos antinacionalistas<sup>486</sup>. Até o fim da gestão de Justino Alves na presidência do Clube, seu nome continuou a aparecer na revista como presidente do Clube, embora ele tivesse sido afastado. Na 1ª vice-presidência passou a constar o nome do general Paulo Francisco Torres, mas com a observação de que o mesmo exercia a presidência. Naquele contexto de intervenção no Clube Militar, o general Justino Alves foi designado pelo

---

era suspeito de militância comunista. In: GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 56. Andrea Santos considera o coronel Kardec Leme “um membro do grupo de militares da esquerda brasileira”. In: SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 1998, p. 13.

<sup>484</sup> O chefe de gabinete do general Denys era o general Orlando Geisel; o general João Carlos Barreto ocupou por alguns dias a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e logo foi substituído pelo general Cordeiro de Farias. Nesse ano, o general João Carlos Barreto tornou-se delegado e presidente da Comissão-Militar Brasil-Estados Unidos. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

<sup>485</sup> Quando Jânio renunciou à presidência, o general Odylio Denys se posicionou contrário à posse do vice-presidente João Goulart, enquanto que o general Lott fez pronunciamento a favor da posse.

<sup>486</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

presidente Jânio Quadros para ser o representante do Brasil, na qualidade de embaixador extraordinário, nas comemorações da independência do Paraguai. Em seguida, o general foi efetivado naquela missão diplomática, permanecendo nela até setembro de 1962<sup>487</sup>. O general só retornou ao Brasil após as eleições para o Clube Militar de 1962. No primeiro número da revista após a intervenção, foi publicada uma foto de 1935, com duas crianças órfãs colocando flores no túmulo do pai, morto no movimento comunista de 1935. Acima da foto uma citação de Luiz Carlos Prestes: “Nós, os comunistas, sentimo-nos orgulhosos de haveremos pegado em armas em 1935<sup>488</sup>”. Num texto explicativo, abaixo da foto, os editores escreveram que muitas crianças ficaram órfãs pelos crimes cometidos pelos comunistas na madrugada de 27 de novembro de 1935. “E muitas mais poderão ficar, se não houver uma resistência firme e enérgica de todo o País aos que pretendem tomá-lo de assalto a serviço de Moscou<sup>489</sup>”.

Nas eleições de 1962, os nacionalistas lançaram o nome do general Peri Bevilacqua como candidato à presidência do Clube; Bevilacqua havia se desentendido com o grupo da Cruzada Democrática. O candidato da Cruzada Democrática nas eleições de 1962 foi o general Augusto da Cunha Magessi Pereira, militar integrante dos grupos que conspiravam contra o governo Goulart. As eleições daquele ano ocorreram num contexto em que João Goulart era chefe de Governo, e a vitória dos antinacionalistas nas eleições do Clube resultava de uma situação na qual havia um predomínio dos setores antipopulistas no quadro hierárquico militar. Embora a disputa tenha sido acirrada, Magessi saiu vitorioso. O marechal Magessi permaneceu na presidência do Clube Militar entre 1962 e 1964. De acordo com Antonio Carlos Peixoto, particularmente nos momentos mais radicalizados em defesa das reformas de base, os militares antinacionalistas representavam o sentimento majoritário no interior das Forças Armadas<sup>490</sup>. A publicação da revista do Clube Militar foi praticamente abolida. Em 1961 tinham sido publicados três números (158-159-160); em 1962 foram publicados dois números (161-162); em 1963 e em 1964 foi publicado apenas um número.

---

<sup>487</sup> In: ABREU, Alzira Alves de [et ali.] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 584-585.

<sup>488</sup> Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, maio-outubro de 1961, nº 159, p. 10.

<sup>489</sup> Idem, p. 10.

<sup>490</sup> PEIXOTO, A. C. 1980.

## 5 MILITARES NACIONALISTAS

### 5.1 Nacionalismo no Brasil nos anos 1950 e início dos anos 1960

Nos anos 1950 e início dos anos 1960, o termo nacionalismo foi muito usado no debate político nacional por todas as correntes políticas, organizações civis, como sindicatos e também por militares, fosse para criticar ou para defender o nacionalismo. A luta retórica em torno do termo nacionalismo se tornou bastante acentuada naquele contexto histórico, com grupos civis ou grupos militares defendendo determinada noção de nacionalismo como o verdadeiro nacionalismo em contraste com outras noções de nacionalismos consideradas falsas. Vânia Losada Moreira<sup>491</sup> afirma que o vocabulário nacionalista foi usado no Estado brasileiro desde a Revolução de 1930, nas formulações de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e até mesmo com o regime militar em sua ideologia da segurança nacional. A autora argumenta que a linguagem nacionalista foi utilizada até por setores sociais e políticos conservadores e que a maioria dos progressistas se consideravam nacionalistas. Todavia, observa: “Mas o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil<sup>492</sup>”. Segundo a autora, servia mais para confundir as diferenças existentes entre as propostas políticas. Antes, porém, de entrarmos direto na questão do nacionalismo dos anos 1950 e do início dos anos 1960, vejamos alguns aspectos do contexto pós-revolução de 1930 que possam apontar algum vínculo com a problemática do nacionalismo. Ricardo Bielschowsky, que analisa o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil, aponta as origens do desenvolvimentismo no país entre 1930 e 1945. Embora a análise de Bielschowsky esteja voltada para o pensamento econômico brasileiro, ela também contribui para pensarmos a questão do nacionalismo no processo histórico nacional. Bielschowsky conceitua o desenvolvimentismo como “a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de

---

<sup>491</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>492</sup> Idem, p. 169.

acumulação de capital na indústria<sup>493</sup>”. O período que vai de 1930 a 1945, de acordo com Bielschowsky, caracterizou-se pelo início e “limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930<sup>494</sup>”. Bielschowsky considera que o referido período pode ser entendido como origem do desenvolvimentismo, pois foi nesse período que surgiram quatro aspectos ideológicos que eram relevantes ao projeto desenvolvimentista. O primeiro aspecto se refere à tomada de consciência de que seria possível “implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais<sup>495</sup>”. O segundo aspecto diz respeito a uma conscientização de se criar formas de centralização de recursos financeiros que pudessem dar sustentabilidade à acumulação industrial. Quanto ao terceiro elemento ideológico, Bielschowsky analisa da seguinte forma:

Paralelamente à formação da idéia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional, que acompanhou o processo de centralização de poder pós-1930, a idéia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimidade entre as elites empresariais e técnicas do país. Simultaneamente, a idéia de planejamento começa a se impor como um imperativo, diante do quadro de desordem, imposto pela crise internacional, e da debilidade da estrutura econômica do país e do próprio empresariado nacional<sup>496</sup>.

O último elemento ideológico que foi relevante ao projeto desenvolvimentista, apontado por Bielschowsky, refere-se ao nacionalismo econômico, que naquele contexto ganhou nova dimensão. Nessa nova dimensão do nacionalismo econômico, o autor destaca a presença do sentimento antiimperialista que defendia barreiras alfandegárias, assim como um controle nacional dos recursos naturais. Conforme o autor, um novo nacionalismo econômico passou a ganhar destaque: “O da visão de que a industrialização só é viável através de um apoio estatal que vá além do planejamento e do controle sobre recursos naturais, passando a incluir também investimentos diretos em transporte, mineração, energia e indústria de base<sup>497</sup>”. Bielschowsky faz referência ao ensaio de Luciano Martins<sup>498</sup>, ensaio no qual o

---

<sup>493</sup>BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 250.

<sup>494</sup>Idem, p. 250.

<sup>495</sup>Idem, p. 250.

<sup>496</sup>Idem, p. 251.

<sup>497</sup>Idem, p. 252.

<sup>498</sup>MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique*. Paris: Anthropos, 1976.

autor, de acordo com Bielschowsky, afirma que nos anos 1930 teria havido “uma aliança entre militares e ‘quadros técnicos’ que faria nascer ‘as bases de uma política ao mesmo tempo estatizante e nacionalista’<sup>499</sup>”.

Bielschowsky toma o período entre 1948 e 1952 como um momento de amadurecimento do desenvolvimentismo. Um período que começa ainda no governo Dutra, que governou o país de 1946 a 1950; um governo caracterizado pela adoção de políticas liberais. Apesar disso, alguns acontecimentos que ocorreram ainda no contexto do governo Dutra justificam, segundo o autor, considerar desde 1948 até 1952 um período de amadurecimento do desenvolvimentismo. Desta forma, o autor apresenta algumas razões para que houvesse o referido amadurecimento naquele período. Primeiro, destaca o denominado reaparelhamento econômico, que seria uma expressão que, “desde os últimos anos de guerra, era utilizada para designar a necessidade de ampla reposição de bens de produção na economia brasileira<sup>500</sup>”. Isso levava a se pensar a questão do planejamento econômico e da industrialização. Para o autor, o debate sobre estas questões estaria associado ao debate de outros temas, como o da crítica dirigida aos Estados Unidos por negligenciar o desenvolvimento da América Latina, ao mesmo tempo em que se valorizava a Europa com o plano Marshall. Foi um período que acabou resultando na criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos<sup>501</sup> e na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE. Uma segunda razão apontada pelo autor refere-se ao debate que ocorreu no país sobre a política cambial. Uma terceira razão é a de que “1948-52 foi um período áureo da ideologia do nacionalismo econômico, aquele da campanha nacionalista do petróleo<sup>502</sup>”. Campanha que teve no Clube Militar, liderada pelo general Horta Barbosa, um dos principais protagonistas, como analisado neste trabalho. “O Clube Militar e a Campanha Nacional de Defesa do Petróleo (Cedpen) constituíram um pólo fundamental de apoio ao avanço do projeto

---

<sup>499</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 252.

<sup>500</sup> Idem, p. 316.

<sup>501</sup> A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi criada em julho de 1951, já no governo de Vargas. O governo Dutra havia reivindicado junto ao governo norte-americano financiamentos para investimentos nos setores de infraestrutura. A referida comissão surgiu a partir desta solicitação do governo Dutra. Constituiu-se uma equipe de técnicos dos dois países para a elaboração de projetos para serem implementados em setores básicos da economia brasileira. Para os norte-americanos, a tarefa de uma comissão mista era a de introduzir técnica e capital estrangeiro no país. Além disso, os norte-americanos demandavam do Brasil a participação militar na guerra da Coreia. In: CALICCHIO, Vera. “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”. In ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 1466-1468.

<sup>502</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 317.

desenvolvimentista nacionalista<sup>503</sup>”. Segundo Bielschowsky, a campanha em defesa da nacionalização da exploração do petróleo fortaleceu a ideologia da emancipação econômica nacional. “A Revista do Clube Militar transformou-se num órgão de consulta obrigatória, não só para os militares, mas também para os civis interessados na estratégia de desenvolvimento econômico nacional<sup>504</sup>”. A importância da revista como instrumento de apoio aos leitores civis e militares nacionalistas, no contexto considerado, era destacada pelos próprios editores da revista.

Bielschowsky assinala também a importância da CEPAL no avanço da ideologia do desenvolvimentismo no Brasil. As análises desenvolvimentistas das economias latino-americanas sofreram grande influência das elaborações teóricas realizadas pela CEPAL. Criada em novembro de 1947 pela Assembléia Geral da ONU, as primeiras teses defendidas pela CEPAL foram publicadas no Brasil em 1949 e 1950. De acordo com o autor, as principais teses elaboradas pela CEPAL/Prebisch em sua teoria do desenvolvimento foram: o conceito de centro-periferia, que é um conceito central da teoria cepalina. Com este conceito, analisa-se a difusão do progresso técnico na economia mundial e demonstra-se que o progresso técnico se desenvolveu nos países centrais e elevou a produtividade dos diferentes setores produtivos dessas economias. Enquanto isso, as economias periféricas tiveram a função, na divisão internacional do trabalho, de suprir os países centrais com alimentos e matérias-primas a preços baixos. Nos países periféricos, somente os setores exportadores é que receberam um progresso técnico, ao passo que os demais setores da economia eram muito atrasados. A partir disso, a CEPAL formulou a tese da deterioração dos termos de troca<sup>505</sup>. Tese segundo a qual, não só não ocorria uma transferência de ganhos aos países periféricos, como eram esses países que transferiam ganhos de produtividade aos países desenvolvidos. Outra tese defendida pela CEPAL concerne à ocorrência, nos países periféricos, de um novo padrão de desenvolvimento, que deixou de ser aquele voltado para fora (padrão primário-exportador). Passou a ser um padrão de desenvolvimento voltado para dentro. Esta mudança foi ocorrendo ao longo do tempo, em um processo histórico que se iniciou com a Primeira Guerra, recebeu um impulso durante a depressão dos anos 1930 e um estímulo maior a partir

---

<sup>503</sup> Idem, p. 323.

<sup>504</sup> Idem, p. 323.

<sup>505</sup> Tese que contesta o princípio ricardiano, que consiste em perceber de forma positiva os termos de troca: embora as empresas estivessem fisicamente instaladas nos países centrais, havia uma transferência de ganhos aos demais países, tendo em vista que uma maior produtividade por parte destas empresas garantiria preços mais baixos no mercado internacional. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

da Segunda Guerra Mundial. Nos textos da CEPAL do início dos anos 1950, também já estava presente a tese da substituição de importações. Outra questão presente nas contribuições cepalinas se refere ao planejamento. “O planejamento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de desequilíbrios estruturais na industrialização espontânea dos países periféricos<sup>506</sup>”. Para Bielschowsky, a preocupação com o planejamento e com o protecionismo teve grande relevância nas idéias defendidas pela CEPAL/Prebisch, tendo em vista o desenvolvimento econômico dos países periféricos. Conforme o autor, nas décadas de 1950 e de 1960, o debate brasileiro a respeito do desenvolvimento econômico fez um importante uso das teses cepalinas.

Bielschowsky afirma que, “nos anos finais do governo Dutra as elites técnicas, militares e empresariais do país já possuíam uma razoável visão de conjunto sobre a problemática da industrialização brasileira<sup>507</sup>”. E com o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, o tema da industrialização se tornou central no decorrer daquele governo. De acordo com Bielschowsky, a Mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional por ocasião da abertura legislativa de 1951 era um documento de afirmação da industrialização. “O documento é um marco histórico do projeto desenvolvimentista<sup>508</sup>”. O documento coloca ao Estado uma função relevante no tocante ao desenvolvimento nacional. “O Estado irá orientar e promover o processo de acumulação de capital no sentido da implantação das indústrias de base e da infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento econômico<sup>509</sup>”. Bielschowsky menciona que o documento, assinado por Vargas, parecia ter sido escrito pela equipe de Prebisch, devido à linguagem empregada. Com o retorno de Vargas à presidência, diz Bielschowsky, o desenvolvimentismo foi reinstalado no aparelho do Estado Brasileiro, embora desta vez com uma maior participação de técnicos civis e não de militares como no período entre 1930 e 1945.

Ao analisar a conjuntura de 1953-1955, Bielschowsky afirma que era evidente no cenário nacional que naqueles anos o Brasil passava por transformações profundas na economia e na sociedade.

Com o apoio de estatísticas cada vez mais abundantes e mais divulgadas, bem como dos discursos de personalidades públicas e de entidades desenvolvimentistas como a Cepal e a CNI, conquistava-se, finalmente, a

---

<sup>506</sup> Idem, p. 26.

<sup>507</sup> Idem, p. 338.

<sup>508</sup> Idem, p. 339.

<sup>509</sup> Idem, p. 339.

consciência das elites intelectuais, técnicas e políticas do país para a realidade dessa transformação<sup>510</sup>.

Apesar disso, o autor destaca alguns aspectos de crise econômica e política naquele contexto. No aspecto econômico, o debate nacional ocorria particularmente em torno das crises inflacionária, cambial e energética. Ao mesmo tempo, o governo de Vargas foi marcado por uma importante instabilidade. Mas a crise de ordem econômica, segundo o autor, dificilmente seria a causadora da crise política. No entanto, afirma Bielschowsky:

Por razões políticas e ideológicas da oposição conservadora, a ‘crise’ era apresentada como resultante do excessivo grau de intervenção do governo nos assuntos econômicos, revelador da ‘tendência socializante’ do mesmo e da má gestão da política monetária e cambial (reveladora de sua ‘incompetência’)<sup>511</sup>.

Esse período entre 1953 e 1955 é considerado por Bielschowsky um momento de maturidade do debate nacional acerca do desenvolvimentismo, pois nesse momento teria ocorrido a “renovação e a ampliação do quadro de instituições de produção intelectual. Esse movimento tem o significado de uma verdadeira tomada de consciência da importância da luta política no campo intelectual<sup>512</sup>”. Enquanto neoliberais como Eugênio Gudin e Octávio Bulhões estavam na Fundação Getúlio Vargas, intelectuais considerados por Bielschowsky como desenvolvimentistas nacionalistas criaram duas importantes instituições. O Clube dos Economistas, que tinha a importante liderança de Celso Furtado, o qual, naquele momento, trabalhava na Comissão Mista Cepal-BNDE. Celso Furtado foi um dos principais intelectuais ligados à “corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil<sup>513</sup>”. A partir de 1949, trabalhou na Cepal e, sob a liderança de Prebisch, contribuiu na elaboração das teses cepalinas no período entre 1943-1953. Defendia a “liderança do Estado na promoção do desenvolvimento, através de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, do planejamento econômico<sup>514</sup>”. Não se colocava contra a participação do capital estrangeiro na economia nacional, embora defendesse que tal participação deveria ocorrer em setores não estratégicos e ser submetida ao controle do Estado. Defendia a idéia de que “só através de

---

<sup>510</sup> Idem, p. 364.

<sup>511</sup> Idem, p. 367.

<sup>512</sup> Idem, p. 368.

<sup>513</sup> Idem, p. 132.

<sup>514</sup> Idem, p. 134.

decidida ação estatal seria possível a emancipação econômica nacional<sup>515</sup>”. Ademais, Furtado também defendia a necessidade de reformas sociais. Como se viu, participou da equipe de Prebisch; equipe que elaborou “as bases da teoria estruturalista do desenvolvimento econômico<sup>516</sup>”. De acordo com Bielschowsky, no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, a idéia básica de Furtado “é a de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas a uma condição específica da periferia do sistema capitalista, a um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a Revolução Industrial<sup>517</sup>”. Portanto, a idéia é a de que “o subdesenvolvimento seria um subproduto desse desenvolvimento, ou seja, uma estrutura produtiva historicamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo europeu<sup>518</sup>”.

Vânia Losada Moreira, em um texto<sup>519</sup> em que analisa a industrialização e o modelo oligárquico no período do governo Kubitschek, faz algumas considerações sobre o nacionalismo. Enfatiza ser difícil compreender a experiência democrática brasileira daquele período sem que se recorra ao movimento nacionalista. Lucilia Neves Delgado corrobora esta idéia ao afirmar que o nacionalismo, desde o período pós-1930 até 1964, “pode ser considerado uma das características mais significativas de uma conjuntura histórica e, portanto, um de seus substratos<sup>520</sup>”. Como observa Vânia Moreira, no plano político, o movimento nacionalista era plural, visto que vários partidos tinham em seus quadros grupos que participavam do movimento nacionalista, dentre eles o PSD, o PTB, o PCB e até a UDN. Lucilia Neves Delgado destaca a atuação, naquele contexto, da Frente Parlamentar Nacionalista, constituída por parlamentares de diferentes partidos. Conforme Vânia Moreira, o nacionalismo, como movimento social e político, se tornou mais vigoroso a partir da campanha “O Petróleo é Nosso”. Para a autora, “a criação da Petrobrás, em 1953, coroou de sucesso as jornadas em defesa do petróleo nacional. Desde então, o nacionalismo se identificou, cada vez mais, com a idéia de apoiar um processo de desenvolvimento centrado

---

<sup>515</sup> Idem, p. 134.

<sup>516</sup> Idem, p. 134.

<sup>517</sup> Idem, p. 138.

<sup>518</sup> Idem, p. 138.

<sup>519</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>520</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Nacionalismo como Projeto de Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2007, p. 361.

nas ‘forças sociais e econômicas da nação’<sup>521</sup>”. A autora considera que, no período entre 1946-1964, o nacionalismo estava dividido em ao menos duas tendências, as quais ela denomina de nacional-desenvolvimentismo, que seria um nacionalismo mais vinculado aos isebianos, de caráter liberal; e o nacionalismo econômico, vinculado aos grupos de esquerda, de caráter mais popular. Pensando especificamente o período de governo de Kubitschek, a autora aponta as questões pelas quais o movimento nacionalista se mobilizou: “A industrialização, a presença do capital estrangeiro, a reforma agrária e o pacto social e político que deveria orientar e sustentar o processo de ‘desenvolvimento nacional’<sup>522</sup>”. De acordo com a autora, todas essas bandeiras nasciam da necessidade, por parte do movimento nacionalista, “de prover a nação com um processo de desenvolvimento auto-sustentável<sup>523</sup>”. A existência de diferentes projetos, assim como a busca pela implementação das políticas assinaladas, geravam conflitos e tensões entre as diferentes tendências nacionalistas.

De acordo com Vânia Moreira, o modelo de industrialização adotado no período de Kubitschek, ao menos em parte, dava seguimento ao modelo que já vinha sendo implementado desde o Estado Novo com Vargas. O referido modelo contava com a participação do Estado visando à promoção da substituição de importações de produtos industrializados. E tal modelo não se finalizou com o término da experiência democrática. Para a autora, o perfil desenvolvimentista de Kubitschek era completado por outro, o nacionalista.

Esse lado do presidente e de sua administração expressava-se também por meio de uma linguagem específica, defensora do desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais, da integração nacional etc. Mas foi sobretudo a aliança política que JK estabeleceu com partes significativas do chamado movimento nacionalista que garantiu à sua plataforma política o epíteto de ‘nacionalista’<sup>524</sup>.

Vânia Moreira entende que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB foi “um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista durante a experiência democrática<sup>525</sup>”. Ao analisar a tendência nacionalista, denominada de nacional-

---

<sup>521</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 170.

<sup>522</sup> Idem, p. 170.

<sup>523</sup> Idem, p. 170.

<sup>524</sup> Idem, p. 161.

<sup>525</sup> Idem, p. 162.

desenvolvimentista, a autora centra-se na contribuição feita pelo ISEB. A origem do ISEB se encontra num grupo de intelectuais que passaram a se reunir a partir de julho de 1949. Esse grupo começou a publicar suas idéias no *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, e se reunir de forma mais sistemática de 1952 em diante, no Parque Nacional de Itatiaia. Ficaram conhecidos como o Grupo de Itatiaia. O Parque de Itatiaia ficava entre São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que o grupo era composto por intelectuais das duas cidades. Dentre os intelectuais do grupo, encontravam-se Helio Jaguaribe, Candido Mendes, Guerreiro Ramos, Rômulo Almeida, Ignácio Rangel e Miguel Reale<sup>526</sup>. “Com orientações teóricas, ideológicas e políticas muito distintas, os intelectuais foram capazes de atuar em conjunto graças a concepções comuns tais como a da necessidade de se acelerar o processo de desenvolvimento econômico brasileiro<sup>527</sup>”. Alguns destes intelectuais chegaram a atuar no governo de Vargas nos anos 1950. De acordo com Aleksandro Pereira<sup>528</sup>, a fim de estruturar as atividades deste grupo de intelectuais, criou-se o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP. No período que vai de 1953 até o início de 1956, tal grupo publicou a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, financiada por um de seus principais intelectuais, Helio Jaguaribe. Conforme Bielschowsky, o objetivo do IBESP “era o de constituir-se como fórum de debates sobre a realidade brasileira, com o propósito de formar e disseminar uma ideologia nacionalista e desenvolvimentista no país<sup>529</sup>”. Devido a dificuldades financeiras, Helio Jaguaribe e Roland Corbisier (outro integrante do grupo) requereram junto ao Ministério da Educação e Cultura a transformação do IBESP numa instituição pública. Com a demanda atendida, ao menos em parte, o ISEB foi criado ainda no governo de Café Filho, em julho de 1955<sup>530</sup>. O ISEB, mediante seus intelectuais, fazia conferências e ministrava cursos. Além disso, passou a ministrar um curso regular para pessoas que já tinham diploma superior, curso dirigido a “profissionais liberais, militares, professores e funcionários públicos<sup>531</sup>”. Segundo Aleksandro Pereira, até 1958 o ISEB concentrou suas atividades no ensino e na pesquisa. Nesse contexto, o ISEB foi “um centro de estudos e análises voltado à disseminação de suas

---

<sup>526</sup> PEREIRA, Aleksandro Eugenio. “Organização, Estrutura e Trajetória do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

<sup>527</sup> Idem, p. 254.

<sup>528</sup> PEREIRA, A. Eugenio, 2005.

<sup>529</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 370.

<sup>530</sup> PEREIRA, Aleksandro Eugenio. “Organização, Estrutura e Trajetória do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

<sup>531</sup> Idem, p. 257.

idéias junto à opinião pública, atuando, no debate ideológico do desenvolvimentismo, a favor da via da industrialização<sup>532</sup>”.

Vânia Moreira considera que o ISEB “defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK<sup>533</sup>”. Defenderam a industrialização nacional nos marcos de uma sociedade capitalista e tinham clareza que o referido projeto encontraria oposição dos setores arcaicos. Estes setores eram aqueles ligados à economia de tipo agrário-exportadora. Para os isebianos, os setores arcaicos eram constituídos pelos latifundiários, pelos grupos ligados ao comércio exportador e, além disso, pela classe média tradicional. Na análise isebianas, os setores arcaicos não tinham interesse no modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e no mercado interno. A partir desta análise, os isebianos defenderam a necessidade de se fazer no país uma revolução democrático-burguesa. Defenderam uma aliança entre os setores dinâmicos da sociedade, isto é, a burguesia, o proletariado, os camponeses e a nova classe média, sob a liderança dos primeiros. De acordo com Vânia Moreira, os isebianos tinham por preocupação a compatibilização entre capitalismo e democracia. “Foi tendo em vista as incertezas do sistema democrático em geral e, em particular, as dificuldades da democracia no Brasil, que os isebianos propalavam a necessidade de produzir e divulgar a chamada ‘ideologia do desenvolvimento nacional’<sup>534</sup>”. Esta ideologia tinha por objetivo convencer os demais setores dinâmicos da sociedade (proletariado, camponeses e a nova classe média) a apoiarem o desenvolvimento industrial. Vânia Moreira afirma que alguns intelectuais do ISEB “mantiveram uma relação orgânica com o presidente, com seu primeiro escalão e com muitos outros políticos ligados a JK, como a Ala Moça do Partido Social Democrático<sup>535</sup>”. Para a autora, o governo JK aprofundava a industrialização capitalista defendida pelos isebianos, e considerava que ambos “usavam e abusavam da ‘linguagem nacionalista’ para conquistar os corações e mentes de seus contemporâneos<sup>536</sup>”. Mas a autora observa que “o eufemismo ‘desenvolvimento nacional’ definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista<sup>537</sup>”.

---

<sup>532</sup> Idem, p. 257.

<sup>533</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 162.

<sup>534</sup> Idem, p. 163.

<sup>535</sup> Idem, p. 164.

<sup>536</sup> Idem, p. 165.

<sup>537</sup> Idem, p. 165.

A outra tendência do nacionalismo, denominada por Vânia Moreira de nacionalismo econômico, era aquela ligada aos grupos de esquerda, que tinham uma postura mais reformista e radical. Políticos ligados ao PTB; políticos e militância do PCB; a Frente Parlamentar Nacionalista, que incluía políticos de vários partidos, inclusive do PSD (particularmente da Ala Moça) e da UDN; movimentos intelectuais, como o grupo que criou a Revista Brasiliense, que contava com intelectuais como Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto. De acordo com Lucilia Delgado, as manifestações em favor do nacionalismo foram mais acentuadas no decorrer do governo Vargas (1951-1954). A autora destaca, dentre as primeiras iniciativas, a criação da Liga de Emancipação Nacional. Essa liga surgiu a partir de uma iniciativa do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional - CEDPEN<sup>538</sup>; criado em 1948 para defender a tese do monopólio estatal do petróleo. A Liga foi um desdobramento do CEDPEN, uma vez que a direção deste Centro pretendeu ampliar as lutas nacionalistas contra a presença imperialista no Brasil. O diretório central da Liga tinha, dentre seus membros, políticos de partidos como PTB, PSD e PSB, além de vários militares nacionalistas. Dentre estes estavam os generais Edgar Buxbaum, Leônidas Cardoso, Artur Carnaúba e Felicíssimo Cardoso, além do coronel Salvador Correia de Sá e Benevides e do marechal Graciano de Castilho<sup>539</sup>. Dois destes militares, o general Artur Carnaúba e o coronel Salvador Correia de Sá e Benevides, tiveram importante participação na revista do Clube Militar em defesa do nacionalismo.

Conforme Vânia Moreira<sup>540</sup>, os nacionalistas econômicos apoiaram o nacional-desenvolvimentismo de Kubitschek, embora apontassem críticas em alguns aspectos daquele projeto. A partir de 1960, houve até mesmo um rompimento desses grupos com o nacional-desenvolvimentismo de Kubitschek, visto que, com o desenvolvimento do projeto, a crítica se acentuou. Lucilia Delgado analisa a participação da Frente Parlamentar Nacionalista, fundada em 1956, num ambiente cultural nacional que valorizava a brasilidade, a necessidade de

---

<sup>538</sup> O CEDPEN, que inicialmente foi criado com o nome de Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, surgiu a partir das conferências realizadas pelo general Horta Barbosa no Clube Militar em defesa do monopólio estatal do petróleo. LAMARÃO, Sérgio; PINTO, Simone Araújo. “Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 1311-1312.

<sup>539</sup> LAMARÃO, Sérgio. “Liga da Emancipação Nacional”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 3113-3115.

<sup>540</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

superação do subdesenvolvimento e de políticas nacionalistas. “Reformismo, modernização desenvolvimentista e nacionalismo eram notas de uma mesma sinfonia<sup>541</sup>”. Naquele ano de 1956, cinquenta e cinco deputados de diferentes partidos assinaram um documento que foi lido na Câmara dos Deputados por Abgvar Bastos, deputado do PTB. Dentre outras questões, o documento defendia o controle das remessas de divisas para o exterior; defendia a indústria brasileira, assim como a proteção contra trustes e cartéis internacionais; defendia as empresas estatais, os valores civilizadores da nacionalidade e a defesa da soberania nacional<sup>542</sup>. Depois de 1961, a Frente Parlamentar Nacionalista passou a ter ainda mais projeção, visto a forte aproximação que começou a ter com as posições reformistas e nacionalistas do governo Goulart. Para Lucília Delgado, “a FPN contribuiu enormemente para a difusão das teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo em nível federal, como também na sociedade civil<sup>543</sup>”. Além disso, segundo a autora, a Frente teve um papel relevante na “constituição do substrato de um tempo no qual a questão nacional era considerada por expressivos setores da sociedade brasileira fator inequívoco de desenvolvimento econômico e social<sup>544</sup>”.

O ponto central no qual os nacionalistas reformistas dirigiam as suas críticas ao nacional-desenvolvimentista estava relacionado à “presença do capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento da época<sup>545</sup>”. Vários grupos nacionalistas criticavam a inversão direta de capital estrangeiro na economia nacional. “Entendiam que a ampla participação do capital internacional atrelaria o desenvolvimento do país à lógica do ‘imperialismo’<sup>546</sup>”. Segundo Vânia Moreira, os nacionalistas econômicos, ao contrário dos intelectuais do ISEB e do governo Kubitschek, entendiam que a ampliação do capital estrangeiro no país poderia reproduzir, em outros termos, “a dependência nacional em relação aos países ricos e industrializados<sup>547</sup>”. Para os nacionalistas econômicos, a política desenvolvimentista implementada por Kubitschek criaria novos vínculos de dependência do país em relação aos países ricos e ao capital internacional. Enquanto isso, para os isebianos,

---

<sup>541</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Nacionalismo como Projeto de Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2007, p. 363.

<sup>542</sup> Idem, p. 368.

<sup>543</sup> Idem, p. 373.

<sup>544</sup> Idem, p. 373.

<sup>545</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 171.

<sup>546</sup> Idem, p. 171.

<sup>547</sup> Idem, p. 173.

de acordo com Vânia Moreira, a dependência nacional estava vinculada a uma economia agro-exportadora, uma economia de tipo semicolonial, defendida pelos ruralistas e pelos exportadores de matérias-primas. Os nacionalistas econômicos da Revista Brasiliense propunham uma “aliança dos ‘setores sociais populares’ (proletários, camponeses e progressistas) na defesa da industrialização e de reformas estruturais, sobretudo a agrária, para viabilizar a elevação do padrão social e econômico da população brasileira<sup>548</sup>”. O principal objetivo dos nacionalistas da Revista Brasiliense não seria a industrialização, mas a melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana. Entendiam que os maiores obstáculos a esses objetivos eram o capital internacional e os latifundiários e a burguesia nacional vinculada ao capital estrangeiro. Para Bielschowsky, a mensagem presente nos artigos de caráter econômico da Revista Brasiliense colocava o imperialismo como o grande inimigo a combater<sup>549</sup>. Conforme Vânia Moreira, as diferenças existentes entre as duas expressões do nacionalismo - o nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico - eram percebidas claramente pelos “grupos bem articulados de políticos, sindicalistas e intelectuais que lutavam, ademais, pela liderança política e ideológica dentro do segmentado movimento<sup>550</sup>”. Mas a maioria dos nacionalistas, devido ao uso comum da linguagem nacionalista, não percebia as diferenças entre as duas expressões. De acordo com a autora, quando o general Lott saiu candidato à presidente da República, ele foi apresentado pelos nacionalistas como o continuador do projeto nacional-desenvolvimentista, como um grande nacionalista, o que era criticado por intelectuais da Revista Brasiliense.

O movimento tornou-se um crítico feroz do ‘entreguismo juscelinista’, propondo uma plataforma política abertamente reformista, ‘antiimperialista’ e comprometida com as camadas populares. Ao término do governo JK, o projeto nacionalista econômico – baseado na idéia de um capitalismo de tipo estatal, na defesa dos interesses populares do campo e das cidades e na crítica às novas formas de dependência nascidas da industrialização – havia se transformado na perspectiva dominante dentro do segmentado movimento nacionalista e superava, criticamente, o nacional-desenvolvimentismo<sup>551</sup>.

---

<sup>548</sup> Idem, p. 172.

<sup>549</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 192.

<sup>550</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.174.

<sup>551</sup> Idem, p. 175.

Desde o início dos anos 1960, diante da percepção de que o nacional-desenvolvimentismo não tinha produzido as reformas sociais desejadas, o movimento nacionalista foi se tornando mais radicalizado. Segundo Bielschowsky, a idéia de uma industrialização planejada deixou de ter o apelo ideológico que tivera nos anos anteriores e passou a haver uma constante mobilização popular em defesa das reformas de base. “O recrudescimento do nacionalismo, resultante do avanço das esquerdas, contribuía para acender o debate sobre as perspectivas de longo prazo da economia brasileira, ao estimular a discussão sobre a afirmação econômica e política da nação<sup>552</sup>”. O período de governo de Goulart foi marcado por uma intensa crise política. Setores nacionalistas e de esquerda pressionaram Goulart a adotar uma postura nacionalista e independente, e implementar as “reformas de base<sup>553</sup>”. Dentre os que defenderam tais posições, destacaram-se o movimento sindical, particularmente o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, a UNE, setores subalternos das Forças Armadas e a Frente Parlamentar Nacionalista.

De acordo com Bielschowsky, o pensamento cepalino era “ideologicamente afinado com a corrente desenvolvimentista nacionalista<sup>554</sup>”. Nos anos 1960, o pensamento cepalino passou por uma relevante “reformulação analítica, inspirada, em termos ideológicos, no reconhecimento de que a industrialização não resolvia, por si só, o problema do desemprego e da pobreza<sup>555</sup>”. Para os cepalinos, a resolução das questões de ordem social na América Latina passava necessariamente pela implementação de políticas de distribuição de renda, assim como pela reorientação do padrão de desenvolvimento econômico, já que o mesmo tendia à estagnação. Durante o governo Goulart, os diferentes grupos nacionalistas entraram na campanha pelas reformas de base. O ISEB, que teve uma séria crise em fins de 1958 (momento em que Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos deixaram o instituto), começou a pautar a sua atuação sob nova perspectiva. O instituto passou a direcionar seus cursos principalmente para sindicalistas e estudantes. Roland Corbisier foi eleito deputado federal e Álvaro Vieira Pinto tornou-se o diretor executivo da instituição. O ISEB se envolveu diretamente na campanha das reformas de base<sup>556</sup>. O instituto passou a contar com novos

---

<sup>552</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 410.

<sup>553</sup> Reforma agrária, urbana, constitucional, fiscal, bancária, educacional, administrativa e eleitoral. As reformas deveriam incluir um programa econômico nacionalista.

<sup>554</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 422.

<sup>555</sup> *Idem*, p. 422.

<sup>556</sup> PEREIRA, Alexsandro Eugenio. “Organização, Estrutura e Trajetória do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

integrantes, sendo que alguns eram militantes do PCB. Além disso, membros do ISEB tiveram uma participação na coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, dentre eles Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Tal cole o, considerada de esquerda, que teve como editor  nio Silveira, publicou livros de vários intelectuais, bem como de lideranças de movimentos sociais, como Francisco Julião, das Ligas Camponesas. Nesse período, o ISEB sofreu uma forte crítica dos setores conservadores. Segundo Toledo, o ISEB, no contexto dos anos 1960, foi identificado por setores conservadores, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, como um aparelho ideológico das esquerdas<sup>557</sup>.

## **5.2 Nacionalismo e patriotismo no pensamento militar (1950-1952)**

Neste item, analisaremos particularmente o período no qual os nacionalistas estavam na dire o do Clube, ou seja, o período que vai entre maio de 1950 e maio de 1952, ano em que as elei es foram vencidas pela Cruzada Democrática. Na seq ncia, será analisado o período em que os nacionalistas voltaram a comandar o Clube Militar, compreendido entre junho de 1956 e início dos anos 1960. Os antinacionalistas, através da Cruzada Democrática, ficaram duas gestões seguidas na dire o do Clube, período que vai de junho de 1952 até maio de 1956. O referido período será analisado em outro item. Isso porque são contextos diferentes, os quais devem receber uma análise que considere as particularidades político-militares de tais contextos. Embora o período em análise (anos 1950 e início dos anos 1960) possa ser um período fortemente caracterizado pelo nacionalismo, os militares e grupos de militares que participaram do embate político e retórico durante o período analisado não eram sempre os mesmos, e nem as no es sobre nacionalismo/patriotismo eram as mesmas.

Embora a periodiza o definida para a análise, neste item, seja a partir do início dos anos 1950, faremos algumas considera es a respeito de alguns proferimentos presentes na revista no ano de 1949, quando o general Cesar Obino era o presidente do Clube Militar; presidência que vai até maio de 1950.

O general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque comandou, nos anos 1930, a Escola Militar do Realengo e foi o idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras. Nos levantes comunistas de 1935, deu apoio ao então ministro da Guerra, João Gomes Ribeiro

---

<sup>557</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. "ISEB: Ideologia e Política na Conjuntura do Golpe de 1964". In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

Filho, para a punição dos militares que participaram dos referidos levantes. Nos meses que precederam a implantação do Estado Novo, o general José Pessoa entrou em conflito com Góes Monteiro, um dos mentores da ditadura que seria implantada em novembro de 1937. José Pessoa foi eleito para a presidência do Clube Militar em maio de 1944, derrotando o candidato apoiado pelos generais Dutra e Góes Monteiro. Eleição na qual recebeu apoio de militares nacionalistas. Em 1945, José Pessoa se posicionou contra o *queremismo*, movimento que defendia a permanência de Vargas na presidência, e defendeu a redemocratização do país. Em 1948, o general José Pessoa participou, juntamente com os generais Horta Barbosa e Estevão Leitão de Carvalho, da fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional - CEPDEN, instituição que defendeu a nacionalização da exploração do petróleo no Brasil. Portanto, o Clube Militar, com o processo de redemocratização do país, teve na sua presidência um militar que era anticomunista e que tinha posições nacionalistas. Vários militares nacionalistas foram integrantes da gestão do general José Pessoa na presidência do Clube Militar, dentre eles o almirante Francisco Teixeira e o capitão Humberto Freire de Andrade. Desta forma, militares nacionalistas tiveram participação importante no Clube Militar e também na Revista do Clube desde a gestão do general José Pessoa. O mesmo ocorreu nas duas gestões do general Salvador Cesar Obino<sup>558</sup> (1946-1948/1948-1950), que era um militar de posição nacionalista e anticomunista. Na segunda gestão do general Obino na presidência do Clube, o primeiro vice-presidente foi o general Estevão Leitão de Carvalho, de posições nacionalistas. O almirante Francisco Teixeira<sup>559</sup> considerava que o general Salvador Cesar Obino tinha um bom posicionamento político-militar, assim como o via como um general liberal e não comprometido com a corrente militar golpista que, de acordo com o almirante, já estava se formando. Com o fim da gestão do general José Pessoa na presidência do Clube, os nacionalistas de esquerda foram convidar o general Cesar Obino para se candidatar ao cargo. “A eleição do Obino era uma eleição fácil. Ele aceitou, nós o elegemos. Naturalmente elegemos uma diretoria em que predominavam os representantes da nossa corrente, nacionalista, de esquerda e tal<sup>560</sup>”. A participação dos nacionalistas foi ainda mais acentuada na gestão do general Newton Estillac Leal, de posições fortemente nacionalistas.

---

<sup>558</sup> Como foi observado, o general Salvador Cesar Obino, como chefe do Estado-Maior Geral, foi um dos principais articuladores na formação da ESG em fins de 1948. Além disso, como se observou anteriormente, o general Obino, tendo em vista o término de sua segunda gestão frente à presidência do Clube Militar, convidou o general Cordeiro de Farias para se candidatar à sua sucessão nas eleições de 1950.

<sup>559</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 93.

<sup>560</sup> *Idem*, p. 93.

De acordo com o almirante Francisco Teixeira<sup>561</sup>, com o general Dutra na presidência, a corrente nacionalista resolveu marcar posição lançando para candidato um general de tendência mais à esquerda, que foi o general Estillac Leal.

Diante do exposto, entendemos que a retórica nacionalista aparece na Revista do Clube já a partir da gestão do general José Pessoa. Em 1947, tiveram início os debates sobre a questão do petróleo, sendo que o Clube Militar teve papel relevante nestes debates a partir de conferências públicas feitas no Clube. Os nomes que se destacaram neste debate foram os dos generais Juarez Távora, que era favorável à participação do capital privado e estrangeiro na exploração do petróleo; e o do general Horta Barbosa, que se tornou uma das lideranças na defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo. Apesar do debate entre militares de posições nacionalistas e aqueles contrários à nacionalização do petróleo, a posição da direção do Clube Militar era claramente pela nacionalização.

Na revista do Clube Militar de abril de 1949, os editores escreveram sobre a siderúrgica de Volta Redonda, levantando a bandeira do patriotismo e dos interesses nacionais, retórica comumente usada pelos militares nacionalistas na defesa de suas idéias.

Volta Redonda é a menina dos nossos olhos, é o suporte poderoso dos nossos entusiasmos patrióticos, é uma clarinada de esperanças e de certezas em meio a tantas nuvens pardacentas que sombreiam os nossos horizontes. Quando tudo em derredor nos aparece envolto nas cores da dúvida ou do desalento, quando os pessimistas destilam o seu desânimo, os cínicos e os espertalhões apregoam a nossa incapacidade e defendem o nosso agrarismo colonial, quando forças econômicas estrangeiras conspiram contra a nossa indústria – a usina levanta-se diante do Brasil e aponta-lhe o caminho do futuro, e ensina-lhe a lição do patriotismo atuante e libertador. (...) Agora, o de que se trata é de defendê-la contra as maquinações dos trustes de aço, contra todos os fatores negativos, de natureza interna ou externa, que conspirarem contra seu funcionamento.<sup>562</sup>

Observa-se no proferimento acima que os editores da revista se posicionavam contra aqueles que defendiam que o Brasil era um país de características agrárias e que, por conseguinte, não precisava adotar políticas industrializantes; assim como se colocavam contra grupos econômicos estrangeiros, também contrários à industrialização. A luta dos patriotas seria a de propugnar pelo desenvolvimento econômico do país, pela industrialização. No editorial do número seguinte da revista, fez-se uma homenagem ao general Osório que, dentre outras, esteve na batalha de Tuiuti, liderando o Exército brasileiro contra o Paraguai, em maio

---

<sup>561</sup> Idem, p. 93.

<sup>562</sup> “Editorial”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 96, Abril de 1949, p. 3.

de 1866. Embora o general Osório não tivesse sido republicano, os editores afirmaram: “Osório pode ensinar-nos como se forma o guerreiro, o defensor da pátria invadida ou ameaçada; como é imperioso manter o Exército ligado ao povo, por este amado e querido; como é criminosa toda política que retire das Forças Armadas seu caráter democrático e republicano<sup>563</sup>”. No editorial da revista do mês de junho, voltou-se a falar sobre patriotismo. “O povo brasileiro e as Forças Armadas precisam estar alertas contra certos raciocínios e certas conclusões (...) sempre que se examina a atual situação econômica do país<sup>564</sup>”. O editorial acusava aqueles que viam no atraso econômico brasileiro provas de incapacidade e de inferioridade do povo brasileiro. De acordo com o editorial, aqueles que pensavam assim chegavam a conclusões que eram derrotistas e colonialistas. Uma conclusão colonialista que conduzia a uma idéia de tutela:

Somos incapazes. E se o somos, entreguemo-nos a um que seja capaz. Não temos, dentro de nós mesmos, energia e ciência para solucionar nossos problemas. E se não as temos, arrimemo-nos a um poderoso, que possua a força e que seja armado do saber. Sejamos felizes como vassallos, já que não podemos sê-lo como senhores. Tal estado de espírito vive rondando em torno de nós. E precisa ser combatido, violentamente combatido. As novas gerações que vem chegando não podem receber, como estímulo e orientação, um destino nacional, assim, inferiorizado e abastardado. Diante do perigo de que isso aconteça, urge revigorar as fontes de nosso patriotismo, fazendo deste a grande mola de nossa vida. Temos que olhar o povo brasileiro como ele realmente é: uma vítima das condições geográficas pouco favoráveis e de condições sócio-econômicas atrasadas e iníquas<sup>565</sup>.

Em um texto, intitulado *Ciclo Revolucionário Brasileiro*, publicado na revista do Clube Militar de julho de 1949, o tenente Jaime Rollemberg de Lima, um dos redatores da revista, afirmou que, desde a implantação da República no Brasil, as oligarquias rurais, “através do absoluto controle das eleições<sup>566</sup>”, garantiram a continuidade de seu poder econômico. Segundo o tenente, décadas se passaram e, no entanto, aquelas classes não tinham se afastado do poder.

O eleitor não tinha, nem poderia ter, opinião, pois, dependente econômica e moralmente do chefe político que lhe vigiava a atitude, nada mais poderia fazer do que aquilo que lhe era mandado. Os detentores do poder apontavam

---

<sup>563</sup> “Editorial”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 97, Maio de 1949, p. 3.

<sup>564</sup> “Editorial”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 98, Junho de 1949, p. 11.

<sup>565</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>566</sup> LIMA, Jaime Rollemberg. “Ciclo Revolucionário Brasileiro”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 99, julho de 1949, p. 57.

com absoluta segurança seus próprios sucessores, gerando oligarquias poderosas, ou melhor, todo-poderosas<sup>567</sup>.

Diante dessa situação, o tenente mencionou que houve reflexos no meio militar, citando os movimentos de 1922-1924 e posteriormente em 1930-1932. “Formada no culto do amor da Pátria, a mocidade militar recebia, em cheio, no seu coração profundamente nacionalista, o impacto de uma situação vexatória diante do estrangeiro<sup>568</sup>”. Na revista de novembro/dezembro de 1949, os editores teceram considerações sobre o significado de democracia:

Confiar no povo, que deve ser o verdadeiro soberano nestas como em todas as questões fundamentais da vida nacional, por isso mesmo que unicamente sobre ele recaem os benefícios ou os malefícios das decisões governamentais, é norma da qual se não devem afastar os poderes que pretendem integrar o sistema de uma verdadeira democracia<sup>569</sup>.

No esforço de revigorar retoricamente as fontes do patriotismo, os editores fizeram uso, em seus argumentos, das imagens dos heróis nacionais e dos seus feitos em prol da liberdade nacional, em prol da pátria. Como entende Gellner<sup>570</sup>, embora o nacionalismo não seja o despertar de unidades míticas naturais, ele faz uso de heranças culturais pré-nacionalistas. No caso brasileiro, podemos considerar que a retórica nacionalista passou a ser empregada num período em que o Brasil ainda tinha um nível de industrialização muito reduzido; sua economia era predominantemente agrária e exportadora. A sociedade brasileira ainda não se encontrava integrada de forma mais consistente. No que concerne à questão política, não havia partidos políticos nacionais e o sistema político era marcado pelo controle das oligarquias estaduais. O Estado nacional só foi se fortalecendo a partir da “Revolução de 30”.

De acordo com Octávio Ianni<sup>571</sup>, os “dilemas da questão nacional” já ocupavam as reflexões de escritores brasileiros desde a Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Mas nas décadas seguintes, tais dilemas tornaram-se cada vez mais prementes. Nas primeiras décadas do século XX, começaram a surgir debates, idéias e alguns movimentos em torno do nacionalismo, particularmente a partir da Primeira Guerra Mundial. Em 1916, o escritor Olavo Bilac, juntamente com outras personalidades, fundou a Liga de Defesa

---

<sup>567</sup> Idem, p. 57.

<sup>568</sup> Idem, p. 57

<sup>569</sup> “Refinaria de Petróleo”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 102, Nov./Dez. 1949, p 36.

<sup>570</sup> GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

<sup>571</sup> IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Nacional. Também no Rio de Janeiro fundou-se a Propaganda Nativista (1919), tendo em Álvaro Bomilcar um de seus principais protagonistas; em seguida, foi fundada a Ação Social Nacionalista (1920)<sup>572</sup>. Alberto Torres<sup>573</sup> foi um dos mais importantes escritores que pensaram questões nacionais no período, e que teve importante influência em diversos escritores, dentre eles Oliveira Vianna, ligado ao denominado “pensamento nacionalista autoritário”. Como afirma Ricardo Silva, Alberto Torres “dá uma contribuição decisiva para a associação entre a constituição da nação e o fortalecimento do Estado e, em consequência, para o desenvolvimento do nacionalismo político<sup>574</sup>”. Esses são alguns exemplos de que nestas primeiras décadas já havia no Brasil uma certa movimentação em torno do nacionalismo.

Assim como Gellner, John Breuilly<sup>575</sup> também entende que intelectuais e políticos nacionalistas fazem uso de símbolos e mitos herdados do passado nos seus argumentos em favor de suas idéias e de suas reivindicações. Eles fazem uso desses mitos e símbolos em sua retórica nacionalista visando convencer sua platéia da verdade de seus enunciados. Na revista de novembro/dezembro de 1949, os editores escreveram a respeito das comemorações da Proclamação da República. Os editores consideraram que muitos foram os combatentes pela República no Brasil, e destacaram alguns nomes, como Tiradentes, Frei Caneca, Pedro Ivo, Pais de Andrade, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Rui Barbosa. Naquele ano a revista decidiu prestar uma homenagem especial a Rui Barbosa.

RUI, porém, sobre todos, foi seu grande apóstolo. E o foi no sentido de que ninguém melhor do que ele (...) soube conceituar a forma republicana de governo, definir sua essência democrática e traçar o rumo do progresso dentro do regime. Ele, mais que qualquer outro, foi o paladino do Direito e da Liberdade, que são a própria condição de vida do sistema republicano. Como ele mesmo afirmou, viveu sua vida política procurando ensinar que ‘a República não é uma série de fórmulas, mas um conjunto de instituições, cuja realidade se afirma pela sua sinceridade no respeito às leis e na obediência à justiça’. Por isso, quando reverenciamos a memória do RUI, o que efetivamente fazemos é a apologia do regime republicano e democrático, é a exaltação da Lei e do Direito, é a consagração da personalidade humana, é a defesa das liberdades individuais, é a condenação da prepotência. E, ao fazermos-lo, digamos, com ele, como num juramento: ‘Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de

---

<sup>572</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>573</sup> Alberto Torres faleceu em 1917.

<sup>574</sup> SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004, p. 160.

<sup>575</sup> BREUILLY, John. “Abordagens do Nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, dos governos de ignorância...<sup>576</sup>.

No editorial da revista de agosto de 1949, os editores escreveram sobre o dia do soldado; segundo eles, dia de se rememorar a imagem de Duque de Caxias. Para os editores, Caxias foi um militar que simbolizava “as mais características virtudes militares”. Caxias inspira “os mais elevados sentimentos de dever e de patriotismo<sup>577</sup>”. Conforme os editores, essa idéia remetia os militares à ciência das responsabilidades relativas às Forças Armadas, sendo que, dentre essas responsabilidades, estaria a de transmitir às novas gerações “o patrimônio moral e material recebido de um passado glorioso<sup>578</sup>”. Caberia às Forças Armadas desenvolver um eficiente programa de ação visando defender os interesses nacionais. Que as Forças Armadas “sejam um poderoso instrumento de defesa nacional, no qual se apóie com solidez a afirmação da soberania do Brasil<sup>579</sup>”. A soberania nacional dependeria de ações que levassem o país ao desenvolvimento econômico. Os militares nacionalistas continuaram a argumentar em defesa da soberania nacional. No editorial da revista de setembro/outubro de 1949, aproveitando a ocasião das comemorações da independência do Brasil, procurou-se apontar para o significado de país independente. No início do editorial, argumentou-se em favor do legado que se recebeu das gerações que no passado lutaram pela soberania do país e da obrigação de se manter e engrandecer aquele legado.

A independência de nossa Pátria é tanto uma conquista de hoje quanto foi uma conquista de ontem. Para nós brasileiros, que fazemos do patriotismo e do amor à liberdade, que lhe é inseparável, a razão de ser da vida, isso representa o dever de manter-nos como sentinela indormida no posto de combate. E para que sejamos capazes de cumprir este dever é preciso jamais esqueçamos que: (...) SER INDEPENDENTE significa ter forças para continuar forjando o espírito de nacionalidade que despontou em Guararapes; SER INDEPENDENTE significa repelir qualquer conceito de soberania que resulte em reduzir o nosso povo à situação de tutelado de uma potência mais forte; SER INDEPENDENTE significa ser amigo de todos os povos sem confundir amizade com subordinação; SER INDEPENDENTE significa defender uma política econômica que se não subordine aos interesses de estranhos, mas se volte, ao contrário, para as necessidades de nosso próprio povo; SER INDEPENDENTE significa estar pronto a lutar para que não nos escape das mãos as nossas próprias riquezas minerais e

---

<sup>576</sup> “Editorial: Rui e a República”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 102, Nov./Dez. de 1949, p. 3.

<sup>577</sup> “Editorial”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 100, Agosto de 1949, p. 3.

<sup>578</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>579</sup> *Idem*, p. 3.

nossas fontes de energia, elementos básicos de nosso progresso e de nossa defesa. Esta é a lição da história, que devemos transformar num conceito de vida<sup>580</sup>.

Nos enunciados assinalados até o momento, observa-se um uso reiterado dos termos pátria e particularmente patriotismo como instrumento retórico de convencimento dos leitores das idéias nacionalistas. Ser patriota significava defender a soberania nacional através do desenvolvimento econômico com autonomia; ser patriota significava propugnar a independência da pátria. E ter uma pátria independente significava forjar o espírito de nacionalidade; defender um conceito de soberania que não fosse caracterizado pela tutela; significava defender um desenvolvimento econômico que atendesse aos interesses nacionais e não aos interesses de capitais estrangeiros. Entendemos que todos estes enunciados assinalados, proferidos pelos nacionalistas, estavam vinculados ao conceito de patriotismo. E o espírito de nacionalidade também estaria atrelado ao conceito de patriotismo, seria uma categoria do mesmo.

Em junho de 1950, teve a posse da nova diretoria do Clube Militar, agora sob a presidência do general Estillac Leal. O primeiro vice-presidente foi o general Horta Barbosa, e dentre os novos integrantes da diretoria estava o major Nelson Werneck Sodré. O diretor da revista continuou a ser o capitão Humberto Freire de Andrade<sup>581</sup>, nacionalista de esquerda. Faz-se necessário destacar a participação do capitão Humberto no embate político e retórico em favor do nacionalismo, particularmente por meio dos textos que escreveu na revista do

---

<sup>580</sup> “Editorial”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 101, Set./Out. de 1949, p. 3.

<sup>581</sup> Como vimos, Humberto Freire de Andrade foi diretor da revista do Clube Militar desde a presidência do general José Pessoa. No verbete de Castelo Branco (Dicionário CPDOC), o autor faz uma referência a Humberto Freire. De acordo com Kornis, em fevereiro de 1963, o então coronel Humberto F. Andrade foi nomeado para a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco pelo governador Miguel Arraes. Este, recém-empossado no governo do Estado, procurou manter um bom relacionamento com a área militar do Norte, a qual tinha restrições ao governador eleito. Apesar de pertencer à ala nacionalista do Exército, Humberto Freire tinha boas relações com Castelo Branco, que naquele momento era o comandante do IV Exército. In: KORNIS, Mônica. “Humberto Castelo Branco”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 1214. Arlindo Soares, num estudo sobre a denominada “Frente de Recife” e o governo Arraes, comenta sobre a posse do coronel Humberto na Secretaria de Segurança Pública. Em sua posse, o coronel teria declarado ser um “nacionalista com todas as implicações que podem advir deste fato”. Mas Arraes criou a Secretaria Assistente, que substituiria a polícia nas relações entre o Estado e os movimentos populares. In: SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. O Coronel Humberto F. Andrade foi tradutor de dois livros: “A Máfia por Dentro”, de Norman Lewis; e “Criadores de Mitos: ensaio sobre o poder e a riqueza”, de Bernard D. Nossiter. Após o Golpe de Estado de 1964, o Coronel Humberto F de Andrade foi transferido para a reserva (11.04.1964) e teve seus direitos políticos cassados através do Ato Institucional nº 4, de 9 de abril de 1964.

Clube Militar. Apesar da importância de sua participação nos debates, desde o final dos anos 1940 até o ano de 1952, Humberto Freire é quase um desconhecido na história política daquele contexto.

Entendemos que, a partir da entrada do general Estillac Leal na presidência do Clube, os militares nacionalistas sentiram ainda mais liberdade para reforçar sua retórica nacionalista. O depoimento do almirante Francisco Teixeira ao CPDOC aponta haver uma proximidade maior entre os nacionalistas de esquerda que estavam no Clube e o novo presidente da instituição. Além disso, veremos que o discurso nacionalista presente na revista do Clube passou a incomodar de modo mais intenso os setores antinacionalistas, os quais passariam a se organizar através da Cruzada Democrática para enfrentar e derrotar os setores nacionalistas. E, como vimos anteriormente, o general Muricy apontou a postura radical do discurso do redator da revista. Radicalismo que teria despertado a atenção dos setores que se opunham àquele discurso nacionalista para a necessidade de combater o que eles passaram a denominar de falsos nacionalistas. Estes são alguns indicadores de que o conflito entre os militares nacionalistas e antinacionalistas sofreu um recrudescimento a partir da gestão de Estillac Leal. Desde já podemos considerar que a noção de nacionalismo e de patriotismo produzida pelos militares nacionalistas deste contexto do início dos anos 1950 não é a mesma daquela noção produzida pelos nacionalistas/legalistas a partir de 1956. Se em alguns aspectos havia uma convergência, em outros certamente havia divergências. Isso ficará claro no decorrer do texto.

Em seu discurso de posse, o general Estillac Leal falou sobre seu entendimento de democracia:

As eleições do Clube Militar, empolgando as Forças Armadas, num movimento cívico sem símile em sua história, deram à Nação uma lição de democracia, que ela deve considerar e meditar, dado que mostraram, com eloqüência, subordinar-se e condicionar-se o regime democrático ao respeito mútuo, à educação cívica, à disciplina e, sobretudo, à consciência do dever, tanto dos que estão no poder como dos que estão fora dele. A democracia – tal como a compreendemos, medra e prospera onde se afirma o princípio da responsabilidade e onde as divergências de opinião, ao invés de fatores de desagregação, o são de vitalidade e coesão, pela fiscalização e crítica construtivas que promovem, e de progresso, pela sadia emulação que engendra<sup>582</sup>.

No mesmo discurso, voltou a fazer considerações a respeito da democracia.

---

<sup>582</sup> LEAL, Newton Estillac. “Discurso do Gen. Estillac Leal na Cerimônia de Posse da Nova Diretoria”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 107, Julho, 1950, p. 6.

A essência da democracia reside na soberania do povo, de cujo julgamento e decisão, desde que livremente expresso, sem compressões da máquina do Estado e as torpes concussões do dinheiro, não cabe qualquer recurso. Se a escolha do povo não é acertada e se, a juízo duma minoria, os homens eleitos não são de sua particular e específica preferência, porque desservem seus interesses, que essa minoria – é da natureza e essência do regime – se curve à vontade da maioria, ainda que a julgue desarrazoada, e que não pretenda, além da crítica a que está no direito, caminhar a Nação “sobre o fogo que está sob as cinzas enganadoras”, capaz, todavia, uma vez atizado, de incendiá-la, sob os vendavais da guerra civil<sup>583</sup>.

O general deixou claro em seu discurso que encontrariam dificuldades e que travariam uma luta para colocar em prática o programa vitorioso nas eleições do Clube. A fala do general Estillac Leal apontava para as críticas as quais ele esperava que surgissem no cenário político; críticas que, em nome da democracia e da liberdade, procurariam desqualificar as bandeiras nacionalistas do Clube e da Revista.

Na atual conjuntura política, é certo, “os ódios se estenderão sob a capa de patriotismo e muitos dos que, outrora, falavam a linguagem do interesse, do mercantilismo e do dinheiro, entrarão, doravante, a falar em costumes e virtudes”, em liberdade e democracia e far-se-ão esforços inauditos para que a força de que somos detentores, desligue-se da justiça; afaste-se da boa causa e se transforme em instrumento de ambições desajustadas mas temerosas do veredictum do povo que, sem embargo de detestado, constitui, no Brasil, o fundamento do Estado<sup>584</sup>.

Num outro momento de seu discurso de posse, o general Estillac Leal fez observações acerca do uso dos conceitos de nação e de pátria.

Há poucos dias, atribuiu-se a eminente camarada a assertiva de que, usando eu, em documento público, o termo “nação” em lugar de “Pátria”, dava prova da minha condição de comunista (...). Ignorava tivesse aquele termo perdido seu antigo valor semântico e muito menos sabia a influência comunista, tão extensa e profunda na estrutura de nossa língua. Confesso o desconhecimento do evento surpreendente e isto pela razão de que não possuo o dicionário bolchevista da língua portuguesa, nunca deletreado por mim mas amiudadas vezes, por certo, pelos hermeneutas dos “Planos Cohens<sup>585</sup>”, de cujos conhecimentos especializados haverá, doravante, de se

---

<sup>583</sup> Idem, p. 10.

<sup>584</sup> Idem, p. 9-10.

<sup>585</sup> Plano Cohen se refere a um documento redigido pelo capitão Olímpio Mourão Filho, oficial lotado no Estado-Maior do Exército - EME, que também era chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira - AIB. Segundo o autor do referido plano, o mesmo foi escrito nas dependências da AIB como uma hipótese de trabalho. Era um plano que simulava a ação de comunistas no Brasil visando à tomada do poder. O documento chegou às mãos de Góes Monteiro, então chefe do EME, e foi usado

socorrer quem se aventure a escrever no idioma pátrio sem incidência no índice dos exegetas totalitários. Utilizei o termo “Nação”, dum lado, pelas reminiscências das aulas de português na minha juventude longínqua, e, doutro lado, pela natural associação de idéias, evocada pelo adjetivo “nacional” que aquele meu camarada, concitando-me a velar pela sobrevivência nacional, utilizara. Não acreditei, desde logo, na autenticidade da insinuação porque, conhecendo seu caráter e as primícias de sua ágil e percuciente inteligência, não lhe posso atribuir, nem protérvia<sup>586</sup> tão grosseira, nem pilhéria tão mediocrementemente indigna de seu espírito voltaireano<sup>587</sup>.

O general Estillac Leal estava se referindo ao general Góes Monteiro, que apoiou a candidatura de Cordeiro de Farias para a diretoria do Clube. Góes Monteiro seria um dos hermeneutas dos Planos Cohens, como disse o general Estillac Leal<sup>588</sup>. Este relacionou Góes Monteiro a Planos Cohens de forma jocosa, pois o mesmo tinha sido um dos protagonistas daquele fato histórico. Além disso, Estillac Leal estaria se referindo a seu oponente, de forma irônica, como um intérprete, um filólogo de possíveis planos Cohens. Ou seja, Estillac Leal, diante das referidas acusações, argumentou de forma a ironizar e ridicularizar o seu oponente. No dicionário da língua portuguesa de 1944<sup>589</sup>, o termo nação tinha o seguinte significado: “Conjunto de habitantes de um território ligados por tradições e lembranças, interesses e aspirações comuns e subordinados a um poder político central que mantém a unidade do grupo; região ou país governado por leis próprias<sup>590</sup>”. Já o termo pátria significava: “País em que nascemos; província, cidade, vila ou aldeia natal<sup>591</sup>”. O significado de nação empregado no dicionário não daria qualquer abertura a se relacionar nação com comunismo.

---

pelo governo Vargas (divulgado como um documento verdadeiro) como uma ameaça de golpe comunista no Brasil, contribuindo para intensificar um embate contra o comunismo e para o fechamento do regime e a implantação do Estado Novo. BRANDI, Paulo. “Plano Cohen”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 4702-4704.

<sup>586</sup> Significa petulância. Descaramento, atrevimento. In: Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.

<sup>587</sup> LEAL, Newton Estillac. “Discurso do Gen. Estillac Leal na Cerimônia de Posse da Nova Diretoria”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 107, Julho, 1950, p. 7-8.

<sup>588</sup> RAMOS, Plínio de Abreu. “Estillac Leal”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 3032.

<sup>589</sup> LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo (orgs.). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1944. Revisto por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz, 5ª Edição. No dicionário informa-se que a referida edição foi refundida, revista e aumentada por Antenor Nascentes (Vocabulos de Filologia e Gramática); Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (Brasileirismos e redação); C. Delgado de Carvalho (Geografia e História); Carlos Del Negro (Geologia e Mineralogia); Fernando de Azevedo (Sociologia, Antropologia e Educação); Herbert Baldus (Etonologia), dentre outros.

<sup>590</sup> Idem, p. 802.

<sup>591</sup> Idem, p. 871.

Possivelmente os “hermeneutas dos ‘Planos Cohens’” entendiam que os comunistas faziam uso, em seus proferimentos, do termo nação, evitando o uso do termo pátria. Seria uma provocação, uma insinuação feita por Góes Monteiro de que o seu oponente, o general Estillac Leal, seguia os princípios comunistas. Como observa Skinner<sup>592</sup>, faz-se necessário perceber o uso que o agente faz do conceito em argumento. Desta forma, podemos considerar que Góes Monteiro, em meio a uma disputa política, fez uso dos conceitos de nação e de pátria com o intuito de desqualificar moralmente o seu oponente. Pátria teria uma conotação virtuosa, ao passo que nação, no sentido usado, teria uma associação com a retórica comunista. Por outro lado, Estillac Leal procurou argumentar que seu oponente estava empregando um significado inadequado aos conceitos de pátria e de nação, desvirtuando o uso semântico daqueles termos. Na 10ª edição do mesmo dicionário, publicado em 1961, os significados atribuídos aos termos nação e pátria basicamente não diferiam daqueles significados empregados no dicionário de 1944. No entanto, observa-se que, nos proferimentos feitos pelos militares nacionalistas, os mesmos fizeram uso de forma recorrente tanto dos termos nação e nacionalismo, quanto dos termos pátria e patriotismo. Ainda em seu proferimento de posse, o general observou que a nacionalidade

exige de seus estadistas e de seus chefes atitudes másculas, corajosas e firmes; respeito às leis e instituições, fortalecidas pelo trabalho pertinaz e desambicioso, só recompensado pela consciência do dever cumprido; exemplos de amor à causa pública e ao povo, forrando-o à justiça e à exploração, assegurando-lhe tranqüilidade para o trabalho fecundo e existência digna; veneração às passadas gerações que conquistaram e entregaram às atuais, a imensa base física da Pátria; a solução justa e honesta dos problemas fundamentais da República, cuidando da eficiente defesa de sua soberania pela criação dum Exército, duma Força Aérea e duma Marinha poderosa com uma retaguarda assentada em adequada e intensiva industrialização; o combate às pretensões imperialistas de domínio econômico e político; a proscrição da cizania do seio da gente brasileira, afinizando os espíritos através da educação, da cultura, da tolerância e da compreensão e, finalmente, a preservação daquela ‘unidade moral, de que fala Laménais, na qual se penetram e confundem os indivíduos, na fusão voluntária de todos os interesses em um só interesse, de todas as vidas em uma só vida, eternamente durável’<sup>593</sup>.

Nos enunciados proferidos pelo general Estillac Leal, observa-se uma defesa das leis e das instituições, bem como uma demonstração de entrega voluntária à causa do bem comum,

---

<sup>592</sup> SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002.

<sup>593</sup> LEAL, Newton Estillac. “Discurso do Gen. Estillac Leal na Cerimônia de Posse da Nova Diretoria”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 107, Julho, 1950, p. 8.

da coisa pública. Falou da necessidade de uma pacificação entre o povo brasileiro, tendo em vista certamente o conflito político-social e militar que atravessava a sociedade brasileira naquele contexto; pacificação que para o general poderia ocorrer por meio da educação, da cultura e da tolerância. Podemos considerar que, nestes aspectos, o pronunciamento do general se aproxima da idéia de uma virtude cívica e até mesmo da noção de patriotismo republicano, como pensado por Maurizio Viroli. Por outro lado, há ao menos um aspecto presente no proferimento do general que estaria mais próximo da noção de nacionalismo, conforme o termo é concebido por Viroli. Trata-se da referência do general a Lamennais<sup>594</sup>, ao falar da necessidade de existir na nação uma unidade moral, na fusão de todos os interesses em um só. Embora Viroli defina a virtude cívica como amor ao país, ele fala do amor à liberdade comum e às instituições que sustentam tal liberdade. Portanto, Viroli não fala de uma unidade moral quando se reporta à idéia de um patriotismo republicano. Como vimos, a distinção primordial, segundo Viroli, é que, do ponto de vista dos patriotas, o valor essencial a se considerar é a República e o modo de vida livre que ela permite; por outro lado, na visão dos nacionalistas, os valores essenciais a ser considerados residem na unidade espiritual e cultural de um povo. E quando o general fala em unidade moral do povo, ele se aproxima da noção de nacionalismo; nacionalismo do ponto de vista apontado por Viroli.

Em editorial da revista de setembro de 1950, abordou-se o tema da independência do Brasil. Afirmou-se que a luta pela independência não havia terminado. E que a luta pela independência

há de caldear, agora, tanto quanto antes daquele dia, as forças vivas da nacionalidade. Ela é o dever indeclinável e máximo dos verdadeiros patriotas, e nela estamos voltados, principalmente, contra as empresas imperialistas estrangeiras, que são o verdadeiro inimigo do Brasil, e cuja ação constitui a mais séria ameaça que sombreia a perspectiva de seu progresso, de sua independência e de sua grandeza. É árdua, bem o sabemos, esta luta. Tanto mais custosa quanto nela nos temos de empenhar contra patricios nossos, que, partilhando dos privilégios daquelas empresas

---

<sup>594</sup> Félicité Robert de Lamennais foi um padre católico, escritor e político francês do século XIX. No período da restauração pós-napoleônica, defendeu a revalorização da tradição religiosa. Foi um dos representantes do tradicionalismo filosófico-político francês, ao lado de Louis de Bonald e Joseph de Maistre. Contrários à razão iluminista, os pensadores tradicionalistas entendiam que a religião era o fundamento da sociedade. Mais tarde, Lamennais entrou em conflito com a hierarquia da Igreja ao postular um liberalismo católico modernizante. Procurou combinar o catolicismo romano com políticas liberais. Acabou abandonando o catolicismo e passou a escrever panfletos de caráter libertário. Lamennais defendeu a separação entre a Igreja e o Estado, assim como passou a defender a república, a liberdade de ensino e da imprensa. In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Do Romantismo ao Empirio-criticismo*. São Paulo: Paulus, v. 5, 2005. FREITAS, Manuel da Costa. *LAMENNAIS*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo. LOGOS – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, 1999.

estrangeiras, chegam a advogar a necessidade de alienação de nossa soberania em favor dos poderosos de fora, e procuram sopitar os brios patrióticos e o sentimento de independência de nosso Povo, lançando mão da calúnia e aconselhando a violência<sup>595</sup>.

No editorial da revista de março de 1951, o seu editor, major Humberto, denominou o editorial com o título “Nossa Pátria é o Brasil”, assinando-o.

Talvez nunca tenha sido tão importante, quanto agora, revivermos, para integrá-los num todo que forme o verdadeiro espírito nacional, os grandes gestos históricos de nossa Pátria, o pensamento e a ação daqueles que se fixaram nos símbolos da nacionalidade: os mártires, os heróis do nosso Povo, os que lutaram pela afirmação dos direitos fundamentais do homem e da soberania da Nação. Não é esta, aliás uma tarefa difícil. Nossa história é extremamente rica em lutas heróicas, estuantes de patriotismo e de amor à Liberdade. Nosso povo soube, sempre, criar, no ardor da contenda, as figuras maiores, capazes de dar expressão a suas aspirações. (...) E para orgulho nosso, em todos os movimentos nascidos do amor da Pátria e à Liberdade, aí estão os militares, ao lado do Povo. Fazendo valer a vontade popular no 7 de abril, negando-se à função de capitães do mato em perseguição aos negros foragidos, ou fortalecendo as causas da Abolição e da República, os cidadãos fardados nunca deixaram de unir-se aos cidadãos sem farda, quando se tiveram de defender os direitos do homem e a soberania nacional. Aí está o Brasil – cheio de coragem, de heroísmo, de patriotismo, de sentimento de justiça e liberdade. Este é o nosso Brasil, esta é a tradição nacional, que cultuamos e a que procuramos ser fiéis. (...) Nossa Pátria é esse Brasil. É a ele, ao nosso Povo, aos que nos apontaram o caminho da Honra e da Independência, que nos mantemos inabalavelmente fiéis. (...) Sob a inspiração de Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, marchamos para a frente, amparados por nossos direitos de cidadãos conscientes e pela certeza de exprimir as tradições de nosso Clube e os anseios patrióticos e democráticos de nossos companheiros de farda. (...) Não nos intimidam as interpretações sem apoio nos textos, ao saber dos interesses escusos dos trustes e monopólios internacionais, que se acobertam sob a bandeira de qualquer grande potência, para exercitar sua ação colonialista e perturbadora da harmonia entre as nações. Repelimos a chantagem dos que, tentando amordaçar consciências patrióticas, procuram confundir a defesa dos interesses nacionais com a defesa do comunismo. Repelimos a tendência, profundamente anti-nacional e que só pode ter origem em interesses alheios ao Brasil, de afirmar que toda manifestação patriótica, quando não corresponde às conveniências anti-nacionais de quem quer que se julgue em condições de nos impor seus pontos de vista, é manifestação comunista. O Brasil é nação soberana e não satélite de qualquer outra. Já é tempo de o afirmarmos com toda veemência, e é isto o que temos feito, iluminados pela afirmativa de Rui, segundo a qual a defesa da Liberdade é elemento essencial à preservação e defesa da Pátria. Soberania nacional e liberdade de cidadão são as duas faces de uma mesma medalha. (...) Nossa Pátria é o Brasil e só ele. Somos soldados do Brasil e temos uma missão sagrada a cumprir, uma tradição a preservar, uma confiança a merecer – a confiança do

---

<sup>595</sup> “Editorial: A Independência que Almejamos”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 109, Set., 1950, p. 3-4.

Povo Brasileiro, que põe em nossas mãos as armas que são produto da riqueza e do trabalho nacionais, e que devem servir à efetiva segurança da Nação<sup>596</sup>.

Abaixo do editorial, o major Humberto, em seu combate retórico contra os anti-nacionalistas, fez uso de duas citações, uma de Rui Barbosa e outra de Alberto Torres. A de Rui Barbosa é bem significativa para ilustrar a luta dos nacionalistas contra setores anti-nacionalistas, os quais pretendiam imprimir uma imagem de comunista aos grupos nacionalistas. A citação: “Toda vez que uma opinião lícita for convertida em crime, eu, em revolta com os inquisidores políticos, me inscreverei na opinião perseguida<sup>597</sup>”. No editorial, o major Humberto estabeleceu uma relação entre a soberania nacional e a liberdade do cidadão, além de usar, em seus argumentos, exemplos gloriosos do passado para advogar o amor à pátria e à liberdade. Quando o major se referiu à liberdade, parece ter apontado para a liberdade em dois aspectos: a liberdade do cidadão, expressão usada pelo próprio major Humberto, além de se referir aos direitos fundamentais do homem; e a liberdade da nação, ou seja, a necessidade de se afirmar e consolidar a soberania nacional, ameaçada pelos trustes internacionais e pelos antinacionalistas. Os enunciados proferidos pelo major foram construídos retoricamente para advogar em favor do controle das riquezas nacionais (como o petróleo e minerais) pelo próprio país, pois sem isso não se garantia, segundo os nacionalistas, a soberania nacional. Mesmo porque, no mencionado proferimento, como também em vários outros, apareceu claramente uma relação entre segurança nacional e controle da riqueza nacional pelo Brasil, particularmente um controle estatal desta riqueza. No entanto, apesar do proferimento ter sido feito fundamentalmente para defender a soberania nacional, não deixou de estar presente no referido discurso uma defesa da liberdade e da república. Ou seja, o major advogou a idéia da liberdade do cidadão e da república, assim como da soberania nacional. E mais do que isso, o major Humberto deixou claro, fazendo uso das idéias de Rui Barbosa, que a liberdade seria pressuposto para a defesa da pátria.

Na revista de março de 1951, foi publicado um discurso do major Nelson Werneck Sodré, então diretor do departamento cultural da revista do Clube Militar, proferido na sessão do dia 15 de novembro para comemorar a Proclamação da República. Ao se referir à geração republicana e das lições que deixou, afirmou:

---

<sup>596</sup> ANDRADE, Humberto de. “Nossa Pátria é o Brasil”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março de 1951, p. 3-5.

<sup>597</sup> Idem, p. 5.

Sabiam que o Exército não constitui um fim, mas um meio, que a Nação está em primeiro lugar, que não é possível existir força armada nacional e efetiva onde não há espírito nacional, onde não há governo nacional, onde não há soberania nacional. (...) Não seremos ingênuos, como não o foram os homens da geração republicana, a ponto de nos convenceremos que a condição militar obriga ao silêncio, que ela constitui um compromisso de abstenção. Onde houver um problema nacional de importância, lá estaremos, com a nossa vigilância, com o nosso destemor, com a nossa inteireza, com o nosso patriotismo. Não consentiremos em alienação de soberania, em alienação de riqueza, em alienação dos bens espirituais e materiais que constituem o nosso patrimônio. (...) A grande força de um país ainda pobre em recursos materiais está nas classes armadas. Fazê-las abstinente, ausentes, distantes, ou então dividi-las, lançando uns contra outros, é destruir o elemento vigilante, o cerne do sentimento nacional. Sem exército nacional, uno e firme na tarefa patriótica de defender o país, de preservá-lo no seu patrimônio espiritual e material, não existe nação<sup>598</sup>.

Na revista de junho/julho de 1951, o tenente-coronel Aristides Corrêa Leal publicou uma matéria na qual teceu alguns comentários a respeito do contexto histórico do surgimento da República no Brasil, salientando o papel do Clube Militar naquele contexto. “A história do Clube Militar é a história da República. Foi fundado em 26 de junho de 1887, ao calor de uma campanha cívica que culminou na abolição da escravatura e implantação do regime republicano<sup>599</sup>”. Para o tenente, o regime escravo, as técnicas e métodos de trabalho empregados estavam muito aquém daqueles empregados pelos povos adiantados. “Tal situação criava condições de vida incompatíveis com o sentido evolutivo da humanidade e conduzia o povo a uma única saída – a Revolução e a República<sup>600</sup>”. Em seu texto, o tenente Aristides aproveitou para apontar a idéia de que, já naquele tempo, os aproveitadores do regime levantavam a bandeira de que eles eram os verdadeiros “depositários do sentimento patriótico<sup>601</sup>” e lançavam, através da imprensa, acusações àqueles que não se deixavam corromper, aos que eram sim os “verdadeiros patriotas<sup>602</sup>”. Ou seja, na luta retórica contra os antinacionalistas, procurou mostrar que a situação, no contexto dos anos 1950, era parecida naquele aspecto. No final do texto, o tenente idealizou o momento de implantação da República, considerando que Deodoro, à frente da tropa, “aguardou que a massa popular

---

<sup>598</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. “A República e o Clube Militar”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, março 1951, p. 50-52.

<sup>599</sup> LEAL, Aristides Correa. “O Clube Militar e as Instituições Republicanas”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p. 25

<sup>600</sup> Idem, p. 25.

<sup>601</sup> Idem, p. 26.

<sup>602</sup> Idem, p. 26.

implantasse o novo regime<sup>603</sup>”. Ao finalizar o texto, estabeleceu uma relação entre República e pátria livre. “Povo de Forças Armadas, irmanados nos mesmos sentimentos, proclamaram a República, realizando os anseios da nacionalidade que desejava viver numa Pátria livre e progressista<sup>604</sup>”. É recorrente na retórica nacionalista o vínculo entre as Forças Armadas e o povo. A idéia de que as Forças Armadas devem atuar em favor do povo.

Em diversos enunciados proferidos pelos militares nacionalistas, observa-se o uso de técnicas retóricas para fazer com que os argumentos em favor das teses nacionalistas se fizessem mais convincentes. É recorrente o uso que faziam das personalidades históricas que teriam contribuído significativamente para a construção da pátria, da liberdade e da soberania nacional. Inclusive da tradição dos militares brasileiros que, segundo os nacionalistas, sempre estiveram presentes nas lutas pela liberdade dos cidadãos e da pátria, como na implantação da República no país. A *inventio* dos militares nacionalistas se referia à defesa da independência econômica do Brasil e à soberania nacional. Ao definirem as suas principais teses, os militares nacionalistas procuravam fazer uso das noções de *dispositio* e de *elocutio*, e também da noção de *ornatus*. Ora, qual o melhor modo que poderiam elaborar e organizar seus argumentos para que suas teses se tornassem mais convincentes, para que suas idéias e crenças pudessem ser aceitas mais facilmente? Recorrendo aos grandes feitos dos heróis que deram suas vidas pela pátria, que lutaram pela liberdade do povo brasileiro. Heróis nacionais que lutaram contra os estrangeiros que tinham a pretensão de invadir e colonizar o país, heróis que lutaram pelos interesses nacionais. E esta luta patriótica em defesa dos interesses nacionais seria uma das principais tradições do povo brasileiro. Portanto, na visão dos militares nacionalistas, a luta que eles empreendiam em defesa da emancipação nacional, da independência econômica, assim como contra os trustes e o imperialismo, era a continuação de uma tradição do povo brasileiro, a de lutar pelos interesses nacionais. Como se observa nas citações, inclusive nas que se seguirão, os militares nacionalistas empregavam a eloquência na elaboração de seus enunciados, visando persuadir seus leitores a acreditarem nas idéias que eles apresentavam. No uso da eloquência, recorriam ao *loci communes*. Afinal, fazer referência aos heróis nacionais que lutaram pela liberdade dos brasileiros diz respeito a crenças e idéias que são comumente aceitas, corroborando a defesa das teses, como também conferindo uma condição de verdade aos argumentos utilizados. Outro aspecto da eloquência presente nos referidos enunciados é o uso do *pathos*. Além de passar uma idéia de verdade nos argumentos apresentados em favor das teses nacionalistas, os militares escreviam fazendo uso do *pathos*,

---

<sup>603</sup> Idem, p. 31.

<sup>604</sup> Idem, p. 31.

com o intuito de despertar as emoções de seus leitores. Passagens como a que afirma: “Nossa história é extremamente rica em lutas heróicas, estuantes de patriotismo e de amor à Liberdade<sup>605</sup>”, ilustram bem o uso do *pathos* dentre as técnicas retóricas utilizadas pelos militares nacionalistas.

Este contexto que estamos analisando - início dos anos 1950 até o fim da gestão de Estillac Leal, em maio de 1952 – é um contexto já bastante influenciado pelas lutas nacionalistas, particularmente pela denominada campanha do petróleo e a criação do CEDPEN; influenciado pelas teses da CEPAL, que naquele momento já estavam tendo importante repercussão na sociedade brasileira, dentre outros fatores. Além disso, em 1951, Vargas voltou a governar o Brasil, o que levou a reforçar as idéias e os projetos em torno do desenvolvimento nacional, particularmente um desenvolvimento promovido pelo Estado, através do planejamento, da instalação de uma indústria de base e da promoção da industrialização. Os enunciados proferidos pelos militares nacionalistas na revista do Clube estavam impregnados pelo referido contexto político, econômico e social. Estavam impregnados pela luta política que empreendiam contra os antinacionalistas. Porém, não devemos esquecer que, conforme a abordagem interpretativista de Bevir<sup>606</sup>, quando as pessoas elaboram um enunciado, elas estão expressando idéias e crenças. E são essas idéias e crenças que são os significados históricos analisados aqui. Embora o contexto seja importante, é fundamental o papel da agência humana. Os indivíduos agem de forma criativa e têm diferentes crenças e idéias. Suas crenças e atuações não são as mesmas, apesar da mesma estrutura social. Bevir<sup>607</sup> pensa o contexto social como tradições, as quais têm um caráter contingente. A tradição pode ser pensada como um conjunto de idéias e de crenças, que podem ser compartilhadas por grupos de indivíduos, mesmo que parcialmente compartilhadas. As tradições exercem influência sobre os indivíduos, mas não determinam suas idéias e crenças. Os indivíduos fazem uso de uma tradição e desenvolvem suas crenças e práticas a partir desse uso. Desta forma, os militares nacionalistas que estavam no Clube Militar naquele contexto e que produziram os enunciados aqui considerados assim o fizeram a partir de uma tradição que era por eles compartilhada, mesmo que parcialmente. Dentre os militares nacionalistas daquele contexto, existiam diferentes perspectivas. Alguns poucos eram comunistas, e poderiam estar pensando o nacionalismo como parte de uma fase do desenvolvimento nacional, a qual poderia levar a uma fase futura que seria o socialismo.

---

<sup>605</sup> ANDRADE, Humberto de. “Nossa Pátria é o Brasil”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março de 1951, p. 3.

<sup>606</sup> BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

<sup>607</sup> Idem, 1999.

Assim, também faziam uso de uma tradição que era a comunista. Existiam nacionalistas que eram anticomunistas e existiam nacionalistas que eram favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tendo à frente um Estado com forte presença na economia. Ou seja, os nacionalistas presentes no Clube, neste contexto do início dos anos 1950, não tinham certamente idéias e crenças homogêneas, e faziam uso de determinadas tradições, bem como partilhavam, ao menos parcialmente, uma tradição que podemos denominar de nacionalismo.

Quando Vargas assumiu a presidência em janeiro de 1951, o general Newton Estillac Leal assumiu o Ministério da Guerra, licenciando-se da presidência do Clube Militar. Como o general Horta Barbosa, vice-presidente do Clube, estava afastado, quem assumiu a sua presidência foi o segundo vice-presidente, general Artur Carnaúba. Em depoimento ao CPDOC, o almirante Francisco Teixeira fez alguns comentários acerca da saída do general Estillac Leal da presidência do Clube.

Afastou-se da presidência do Clube Militar, o que vale a dizer, nos entregou completamente o Clube Militar. Porque ele tinha uma personalidade forte para não deixar que se fizesse isso, aquilo e tal. O primeiro vice-presidente, que era o Horta Barbosa, também se afastou. Eu penso que ele achou que nós íamos fazer ali, o que se imaginava que fizessemos, [inaudível] porque ele se afastou e o segundo-vice-presidente, que era o Carnaúba, assumiu. Um oficial muito brilhante, que tinha tido também uma posição muito grande na Campanha do Petróleo, instrutor da Escola de Estado-Maior, até uma pena que não tivesse feito carreira no Exército. Ele foi a coronel, a tenente-coronel, e se reformou; foi promovido a general, porque na época havia aquelas promoções. Ele então assumiu a presidência, e eu, nessa época, não era da diretoria, era do conselho deliberativo, onde eu buscava o apoio da diretoria e tal. Mas confesso a você que eu tinha uma influência muito grande no que a diretoria fazia. Então aí nós cometemos vários erros<sup>608</sup>.

Na revista de março de 1951, foram publicadas várias matérias a respeito da polêmica em torno do artigo sobre a guerra na Coréia, publicado em julho de 1950. Ao se referir a esse artigo sobre a guerra na Coréia, o almirante Francisco Teixeira o considerou violentíssimo<sup>609</sup>. Entendeu também que o artigo “criou as condições para as nossas derrotas futuras<sup>610</sup>”. Vale ressaltar que essa consideração do almirante foi feita muitos anos depois daqueles acontecimentos. Vejamos ainda alguns comentários do almirante sobre o contexto da publicação do artigo.

---

<sup>608</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 101.

<sup>609</sup> Idem, p. 102.

<sup>610</sup> Idem, p. 102.

Eu me lembro que houve uma reunião do pessoal que trabalhava no Clube - o Nelson [Werneck] não estava - e levantou-se a idéia de tomar a ofensiva, que o Estillac tinha tido uma vitória esmagadora, que a maioria estava conosco, era nacionalista, antiimperialista. Alguém tinha trazido a revista, colocou a questão do artigo e nós concordamos; foi mandado para a *Revista*<sup>611</sup>.

O depoimento do almirante revela que os militares nacionalistas de posições mais à esquerda tiveram, naquele momento, importante influência no Clube. E em seu depoimento, ele destacou: “Ali nós cometemos uma série de erros, porque nesse momento a direção do Exército, a cúpula militar, o Estado-Maior do Exército tomou a ofensiva contra nós<sup>612</sup>”. O almirante considerou que o então ministro da Guerra, general Estillac Leal, poderia até ser favorável em relação ao conteúdo do artigo, mas entendia ser inoportuno tocar naquele tema e, portanto, foi contra a publicação do artigo. Apesar das discordâncias que o general tinha com o grupo de esquerda ao qual pertencia o almirante, nas eleições seguintes para o Clube, o general Estillac contou com o apoio daquele grupo. Ou melhor, segundo o almirante, o seu grupo voltou a contar com o general Estillac para ser o candidato do grupo à presidência do Clube. O almirante afirmou:

(...) foi o nosso candidato à reeleição em 52. Nisso aí eu louvo o Estillac, porque mostrou que não era um discordante nosso politicamente falando: nacionalismo, democracia, até certo esquerdismo. Ele era bem entrosado nisso, tanto que aceitou voltar a ser o nosso candidato. Agora, discordou de erros que nós cometemos<sup>613</sup>.

Nas matérias que foram enviadas ao Clube para tratar da questão do artigo sobre a Coréia, apareceu o embate retórico travado entre nacionalistas e antinacionalistas em torno de algumas idéias. A matéria, intitulada “Considerações sobre a Guerra na Coréia”, foi publicada em julho de 1950. O artigo criticou a intervenção militar norte-americana na Coréia, considerando que esse tipo de intervenção poderia se caracterizar como um risco aos países pouco desenvolvidos, embora fossem países que tinham importância estratégica. O artigo se colocou contra o envio de tropas brasileiras para a guerra na Coréia e criticou os Estados Unidos pelo fato de este país pressionar o governo brasileiro a enviar tropas para a referida guerra.

As correspondências dirigidas à direção do Clube foram escritas a partir da publicação da revista de julho de 1950, porém foram publicadas no número de março do ano seguinte.

---

<sup>611</sup> Idem, p. 102.

<sup>612</sup> Idem, p. 102.

<sup>613</sup> Idem, p. 103.

Dentre as matérias publicadas, encontra-se uma “Carta Aberta aos Consócios”, escrita pelo editor da revista, Humberto Freire de Andrade. Na carta, Humberto afirmou que alguns críticos do texto da Coréia aproveitaram a situação para falar da existência de infiltração comunista nas Forças Armadas e defender um golpe e a não realização das eleições presidenciais marcadas para outubro. Vargas seria candidato e Carlos Lacerda, por exemplo, defendia abertamente um golpe para evitar que Vargas voltasse à presidência da República. Humberto argumentou: “Devo afirmar que não sou comunista, em que pese à verdade do que não me eximo de manter e defender, com desassombro, qualquer convicção pessoal, pela simples circunstância de coincidir ela com um ponto de vista adotado pelos adeptos do marxismo<sup>614</sup>”. Mencionou que a direção da revista pretendeu colocar o tema em debate por se tratar de assunto relevante para o país e, especialmente, para as Forças Armadas. O artigo sobre a guerra na Coréia, salientou Humberto, não teve o propósito, como diziam os críticos,

de difundir convicções comunistas, senão o objetivo exclusivo de justificar uma atitude – a de exprimir um ponto de vista contrário ao envio de tropas brasileiras para a Coréia, ponto de vista que vínhamos, dia a dia, sentindo ser o da grande maioria de nossos colegas, em perfeita concordância, aliás, com o espírito de nossas diferentes Constituições republicanas, e respondendo, com muita precisão, às tradições do Clube Militar e das próprias Forças Armadas. Asseguro também, que não houve, na feitura da crônica, qualquer idéia preconcebida de fazer profissão de fé anti-americanista. (...) é sobejamente sabido que não formo entre aqueles que consideram as atitudes norte-americanas, como as de qualquer outra nação, invulneráveis à crítica, e aceitam a idéia absurda e profundamente anti-nacional, segundo a qual toda manifestação de patriotismo consciente, quando não corresponde às conveniências dos norte-americanos, é catalogada como manifestação comunista. Esta é uma mistificação, cujo objetivo transparente é colocar fora da lei o amor da Pátria e a defesa do que é nosso e somente a nós deve pertencer<sup>615</sup>.

Ao se referir aos militares que acusaram a direção da revista de assumir posições de quinta-colunismo e de colaboracionismo antecipado, Humberto falou de alguns acordos firmados pelo país e que eram lesivos à nação, entendendo que seria preciso “ver onde se situa, verdadeiramente, o quinta-colunismo e o colaboracionismo antecipado<sup>616</sup>”. De acordo com Humberto, as críticas eram injustas, “uma vez que se dirigiram contra um indigitado anti-americanismo faccioso e pró-Rússia, em que, por um passe de mágica, foram convertidos

---

<sup>614</sup> ANDRADE, Humberto Freire de. “A Propósito da Crônica Internacional do Número 107”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março, 1951, p. 12.

<sup>615</sup> Idem, p. 13.

<sup>616</sup> Idem, p. 15.

conceitos de conteúdo exclusivamente patriótico, pró-Brasil<sup>617</sup>”. Humberto ainda argumentou em favor dos compromissos assumidos na campanha para a direção do Clube, que se deveria manter o programa vitorioso, que era o de “conservar e continuar as tradições de patriotismo, democracia e defesa dos interesses da classe, que nos foram legados pela Diretoria anterior e, mais remotamente, pela histórica Diretoria de Deodoro, Benjamin Constant e Sena Madureira<sup>618</sup>”.

Em geral, as cartas encaminhadas à direção do Clube Militar teciam críticas diretas ao artigo “Considerações Sobre a Guerra na Coréia”, pois viam na matéria uma simpatia ao regime comunista. Numa carta assinada pelo capitão João de Abreu Pessoa, afirmou-se que o texto era uma hábil propaganda que parecia transmitir verdade e patriotismo, mas que nele só havia interesses escusos. Nesta carta, o autor procurou conceituar a democracia e o que ele denominou de verdadeiro nacionalismo e também de verdadeiro patriotismo, contrapondo-se assim às idéias de nacionalismo e de patriotismo defendidas pelos militares nacionalistas do Clube.

Sabemos que em realidade, só o povo brasileiro, e ele somente, busca e interessa-se pela grandeza do Brasil. (...) A evidência de tais fatos leva-nos à crença da necessidade de uma ‘consciência nacional’, que não descambe para o exagero, mas saiba situar com justiça e sabedoria, sem liames de interesses estranhos, os verdadeiros interesses da Pátria. Que saiba apreciar os nossos erros passados e presentes, colhendo frutos da experiência que, analisados à luz da lógica e da sociologia serão preciosos para a rota de futuro. Que, outrossim, saiba evitar o grave e comum defeito de procurar as causas dos nossos insucessos, unicamente na ação de estranhos, criando uma mística nociva da irresponsabilidade que nos afasta de nossos irmãos, quando, em realidade, a principal culpa cabe exclusivamente à nossa ignorância, e, algumas vezes, à desonestidade de maus brasileiros. O verdadeiro nacionalismo é aquele que, situando-nos em nossa própria casa em plano elevado, estabelece com realismo uma política externa de fraternal cooperação e de respeito mútuo. É aquele que torna o País infenso quer à política de Coca-Cola quer à agressão da Quinta-Coluna<sup>619</sup>.

O capitão João de Abreu fez uma análise dos dois blocos, o ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e o oriental, liderado pela “Rússia Soviética”. Percebia o choque entre duas civilizações: a civilização cristã e a civilização marxista. Os Estados Unidos são “uma legítima expressão da evolução democrática. (...) Suas instituições, de caráter cada vez mais democrático, resguardam as liberdades e direitos individuais, e tendem sempre mais para o

---

<sup>617</sup> Idem, p. 16.

<sup>618</sup> Idem, p. 16.

<sup>619</sup> PESSOA, João de Abreu. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março, 1951, p. 21.

total direito econômico e espiritual dos homens<sup>620</sup>”. Entendia que na Rússia existia um poder arbitrário e despótico e que não eram respeitadas as liberdades humanas. As manifestações de ordem espiritual e de ordem econômica eram controladas. “Devemos portanto analisar os dois blocos, e chegados a uma conclusão, só restará um procedimento digno: colocarmo-nos com lealdade, franqueza e decisão no lado escolhido<sup>621</sup>”. Para o capitão, o Brasil já tinha feito a sua escolha, “e qualquer ação interna que prejudique a idéia e a coesão do conjunto, será puro quinta-colunismo<sup>622</sup>”. Pretendendo marcar posição diante do constante uso do termo patriotismo por parte da corrente nacionalista, o capitão afirmou:

Somente o verdadeiro patriotismo e uma consciência nacional bem formada, poderão enfrentar a árdua luta pela conquista do progresso. A honestidade, a vontade de vencer superando os obstáculos, o espírito de compreensão justa, que fraterniza os povos, e reconhecimento das responsabilidades dos nossos próprios erros, e, finalmente, a disposição de vencer pelo trabalho e pela virtude a hora atual, que exige mais sacrifício e abnegação que prazer constitui os elementos fundamentais para nos tornarmos vencedores e dignos do ‘BRASIL, PAÍS DO FUTURO’<sup>623</sup>.

O capitão João de Abreu Pessoa identificava as posições dos militares nacionalistas - que defendiam teses como a exploração das riquezas naturais pelo próprio país, a emancipação econômica e política do Brasil e a conseqüente crítica aos trustes internacionais, particularmente norte-americanos – como posições que estariam vinculadas ao campo comunista, e também ao que ele denominava de civilização marxista. Portanto, as teses dos militares nacionalistas expressariam um falso nacionalismo e um falso patriotismo, pois uma verdadeira postura nacionalista e patriótica seria aquela que identificaria os interesses do Brasil com os interesses dos norte-americanos, defensores da democracia e das liberdades individuais; defensores da civilização cristã. Identificar as teses nacionalistas com uma “civilização marxista”, que seria contrária às liberdades individuais e marcada por um poder despótico, fazia parte do uso de técnicas retóricas para desqualificar os militares nacionalistas e defender as posições dos antinacionalistas. Os militares antinacionalistas fizeram uso do conceito de *inventio*, uma técnica da retórica. Ou seja, qual o argumento que seria mais adequado para se contraporem às teses usadas pelos militares nacionalistas? O argumento principal era o de identificá-los como comunistas ou defensores de uma “civilização

---

<sup>620</sup> Idem, p. 22.

<sup>621</sup> Idem, p. 21-22.

<sup>622</sup> Idem, p. 22.

<sup>623</sup> Idem, 24.

marxista”. O anticomunismo nas Forças Armadas era sempre presente e renovado através do processo de socialização dos militares. Por exemplo, numa das tradições presentes no Exército, que eram as comemorações da vitória da Intentona Comunista de 1935, como mostra Celso Castro<sup>624</sup>. Após o uso da *inventio*, os militares antinacionalistas fizeram uso da noção de *dispositio*; ou seja, organizavam e ordenavam os argumentos a fim de torná-los mais convincentes. Assim, se os militares nacionalistas criticavam os norte-americanos, se criticavam a participação das empresas estrangeiras na economia nacional e na exploração das riquezas nacionais; se eram contrários a uma participação armada ao lado dos norte-americanos, então eles seriam contra a nação que defendia a democracia e a liberdade e seriam defensores de uma civilização comunista e de um poder despótico. Os verdadeiros patriotas e nacionalistas seriam os militares que estariam ao lado de uma civilização cristã, democrática e que defendiam as liberdades individuais. Os conceitos de patriotismo, nacionalismo, democracia, dentre outros, eram usados como instrumentos de disputas políticas entre os militares nacionalistas e os militares antinacionalistas. Em vários momentos daquelas disputas políticas, os oponentes usavam o mesmo termo, porém dando um significado diferente para o mesmo. Redescreviam os significados dos termos e simultaneamente acusavam seus oponentes de fazer um uso inadequado dos referidos termos. Por isso, era freqüente falar em falso nacionalismo, falso patriotismo, falsa democracia. Ou, ao contrário, em verdadeiro nacionalismo, verdadeiro patriotismo e verdadeira democracia. Ocorria uma disputa conceitual, na qual militares nacionalistas e antinacionalistas procuravam legitimar seus próprios conceitos de nacionalismo, patriotismo e democracia, ao mesmo tempo em que procuravam desqualificar os conceitos elaborados pelos seus oponentes. No estudo que fez sobre a retórica, com base nos retóricos romanos e nos retóricos do humanismo renascentista inglês, Skinner<sup>625</sup> mostrou que o *ornatus*, como um dos aspectos da *elocutio*, não se referia a recursos superficiais de eloquência, mas a armas e equipagens de guerra. A técnica da redescrição tem um vínculo com o *ornatus*. Militares nacionalistas e antinacionalistas estavam envolvidos, como estamos vendo, em disputas retóricas em torno de conceitos. Procuravam descrever crenças, princípios e pressupostos que configurariam os conceitos em disputa.

Numa outra carta na qual se criticou a orientação esquerdista imprimida pela revista do Clube, os oficiais que assinaram a referida carta consideraram que os posicionamentos

---

<sup>624</sup> CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>625</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999.

defendidos pela revista “são altamente nocivos às gloriosas e nobres tradições do Clube Militar<sup>626</sup>”. Desta forma, observa-se que tanto os nacionalistas quanto os antinacionalistas faziam uso das tradições do Brasil e do Clube Militar nas disputas retóricas que empreendiam para defender as suas idéias. Assim, o significado atribuído pelos nacionalistas e pelos antinacionalistas a essa tradição não era o mesmo. Para os nacionalistas, a tradição brasileira significava a não intervenção nos assuntos internos das demais nações, idéia que, de acordo com os nacionalistas, estava inclusive presente nas cartas constitucionais do país. Além disso, para os militares nacionalistas, a tradição brasileira tinha, dentre as suas principais características, a luta patriótica visando aos interesses da nação, dentre os quais estariam a liberdade e a soberania nacional. Para os antinacionalistas, que defendiam a participação do Brasil na guerra, ao lado dos norte-americanos, a tradição brasileira seria a da defesa da liberdade e da civilização cristã. Noutra carta, a mesma referência às tradições: “Solicitamos que a Diretoria reconsidere a orientação que tem imprimido à Revista, divergente da verdadeira finalidade do Clube, e se atenha aos reais objetivos que lhe indicam os seus Estatutos e as suas gloriosas tradições<sup>627</sup>”. O capitão Waldir dos Santos Lima criticou a idéia de se imputar aos Estados Unidos propósitos imperialistas e desumanos, além de criticar aqueles que eram contrários a uma possível participação armada do Brasil na guerra da Coreia, pois esta seria uma “luta em prol de uma causa fundamental que as democracias defendem e com a qual a tradição brasileira, que é a da liberdade do homem, se integra totalmente<sup>628</sup>”. O então coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, ocupando naquele contexto a chefia da seção de operações do Estado-Maior, também enviou uma correspondência à direção do Clube Militar para criticar a publicação do artigo que abordou a guerra na Coreia. Numa carta assinada por 555 militares, ironizou-se a “luta patriótica” defendida pela diretoria do Clube Militar. Assim como outras cartas, acusou a diretoria da revista de fazer “propaganda de quintacolonismo e colaboracionismo antecipado<sup>629</sup>”, considerando que a diretoria do Clube era conivente com essa orientação. Depois voltaram a falar do patriotismo da diretoria.

Procuraremos combater frontalmente a inaceitável ‘posição patriótica’ da Diretoria, e o faremos em benefício da união dos associados e do bom renome do Clube Militar, bem como em prol da lealdade das Forças

---

<sup>626</sup> *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março, 1951, p. 28.

<sup>627</sup> MONTEIRO, Euler Bentes; CAVALCANTI JÚNIOR, Francisco Boaventura. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março, 1951, p. 29.

<sup>628</sup> LIMA, Waldir dos. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março, 1951, p. 30.

<sup>629</sup> *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 111, Março, 1951, p. 40.

Armadas para com o Brasil, na defesa de sua soberania em qualquer plano, inclusive os da fidelidade aos compromissos internacionais livremente assumidos<sup>630</sup>.

Numa Carta aos consócios publicada na revista de junho/julho de 1951, o diretor da revista, major Humberto, defendeu a revista e o Clube de ataques da imprensa em geral e inclusive de alguns militares. O major argumentou que o general Paulo de Figueiredo “julga a orientação da REVISTA DO CLUBE MILITAR perniciososa, prejudicial e perigosa aos destinos da democracia no Brasil<sup>631</sup>”. Mas, segundo o major, o general Paulo de Figueiredo não apontou os erros cometidos pelos editores da revista. A partir disso, o major Humberto teceu alguns comentários sobre a democracia no Brasil.

De nossa parte, achamos (...) que o melhor modo de lutar pela democracia no Brasil é pugnar por que suas Classes Armadas se mantenham coesas e atentas às suas elevadas responsabilidades, tendo, do mesmo passo, seus direitos e anseios convenientemente atendidos; é defender as liberdades democráticas, entre outras a da manifestação do pensamento dos cidadãos militares; é impedir a penetração estrangeira que, ensina a História, sempre traz na garupa o acorrentamento político, econômico e até militar dos povos; é preservar a dignidade e a autonomia de nossas Forças Armadas, instrumento, por excelência, da defesa da soberania e da independência nacionais, sem as quais não se pode conceber a existência da democracia em qualquer país<sup>632</sup>.

Nota-se neste embate que os militares antinacionalistas se aproveitaram da ocasião para tecer severas críticas à direção do Clube Militar e à direção da revista do Clube, acusando-os de comunistas ou de defender teses comunistas. Por seu turno, os nacionalistas, com o artigo sobre a Coréia, firmaram suas posições em favor de uma idéia que é relevante no conjunto de suas crenças: o antiimperialismo. Postura assumida pelos militares nacionalistas, particularmente os de esquerda, como explicitou em sua fala o almirante Francisco Teixeira. Com o artigo sobre a guerra na Coréia, a crítica ao imperialismo, que já estava presente em outros proferimentos, tornou-se mais enfática, particularmente em relação ao imperialismo norte-americano.

No editorial da revista do mês de abril de 1951, chamado “O CLUBE MILITAR, Fator de Coesão das Classes Armadas” e assinado pelo major Humberto, o autor voltou a fazer observações a respeito das tradições do Clube Militar, assim como destacou a existência de

---

<sup>630</sup> Idem, p. 40-41.

<sup>631</sup> ANDRADE, Humberto Freire de. “Segunda Carta Aberta aos Consócios”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p.114.

<sup>632</sup> Idem, p. 114.

uma nova mentalidade que estava surgindo nas Forças Armadas, apenas represada, conforme o autor, no período do Estado Novo e pelos militares então dominantes naquele contexto, os generais Góes Monteiro e Dutra. A entrada do general José Pessoa no Clube Militar possibilitou o desenvolvimento dessa nova mentalidade, de acordo com o major Humberto. Este começou o editorial afirmando:

A atual fase da atividade do Clube Militar caracteriza-se pela reintegração deste no espírito que lhe deu origem e lhe presidiu a vida dos primeiros tempos. E o retorno à tradição que fez de nossa sociedade de classe uma instituição digna do respeito, da confiança e do reconhecimento, não somente da oficialidade das Forças Armadas, mas de toda a Nação<sup>633</sup>.

Apesar de ter criticado o contexto político-militar que impedia o desenvolvimento de uma nova mentalidade nas Forças Armadas, o major Humberto criticou a deposição de Vargas pelos militares e denominou aquele acontecimento de golpe militar. Para ele, o referido golpe estava “mais diretamente ligado às dissensões que dividem as altas camadas de nossa política interna, foi antes um movimento em torno das opiniões políticas dos mais elevados chefes militares de então<sup>634</sup>”. No entanto, segundo o major, o referido movimento não conseguiu fincar raízes no interior das Forças Armadas. Mas, para ele, isso não se verificou com outro acontecimento ocorrido no período, a vitória do general José Pessoa para a direção do Clube Militar. Aquele acontecimento, de acordo com o major Humberto, “teve significação e efeitos profundos na vida interna das Classes Armadas<sup>635</sup>”. Essa candidatura de oposição foi “a primeira evidência de uma situação que vinha tomando corpo no interior das Forças Armadas – o anseio por uma renovação da mentalidade dirigente<sup>636</sup>”. Lembremos que o major Humberto<sup>637</sup> tornou-se diretor da revista do Clube desde a gestão de José Pessoa, portanto, desde 1944. Aquele movimento de renovação da mentalidade se revestiu, como observou o major, de “características bem definidas<sup>638</sup>”. O primeiro aspecto foi o da negação do uso dos métodos tenentistas.

---

<sup>633</sup> ANDRADE, Humberto. “O Clube Militar, Fator de Coesão das Classes Armadas”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 112, Abril, 1951, p. 9.

<sup>634</sup> Idem, p. 9.

<sup>635</sup> Idem, p. 9.

<sup>636</sup> Idem, p. 9.

<sup>637</sup> Na época, Humberto Andrade era capitão.

<sup>638</sup> ANDRADE, Humberto. “O Clube Militar, Fator de Coesão das Classes Armadas”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 112, Abril, 1951, p. 9.

Desde o início, aqueles que tomaram posição em sua primeira linha foram revelando uma consciência generalizada de que era preciso, assim no terreno da política nacional como no da vida interna das Forças Armadas, não insistir no emprego dos métodos tenentistas, que já em outros tempos se revelaram próprios de um idealismo que, embora puro, se mostrou desligado da realidade político-social vigente<sup>639</sup>.

Após essas considerações, o major destacou a opção escolhida para o movimento: visou-se atuar “numa ação às claras, ostensiva, patrioticamente pertinaz, exercitada através do órgão mais apto para tanto – o Clube Militar<sup>640</sup>”. Dentro desta nova mentalidade, o major Humberto considerou haver uma convicção geral, que “é a de que, no interesse da Pátria e da classe, devem constituir-se duas espécies de organização: a hierárquica – com as atribuições de comando, e a defensora dos direitos e interesses da classe – o Clube Militar, para isso indicado por sua nobre tradição<sup>641</sup>”. O major Humberto afirmou que as relações entre as duas organizações deveriam ser baseadas na autonomia de uma em relação à outra, mas também que aquela relação deveria ocorrer de forma harmônica. Observou ainda, que o Clube Militar teria “o imperioso papel de esteio moral das decisões do comando no sagrado interesse da Pátria, de fator de fortalecimento da ascendência que é peculiar à escala hierárquica, do mais alto posto à mais baixa graduação<sup>642</sup>”. Outro aspecto da nova mentalidade, conforme o major Humberto, seria o não envolvimento do Clube em questões de ordem político-partidária, justificado pelos objetivos da nova mentalidade e pelo fato de que aqueles que defendiam a renovação da referida mentalidade tinham tendências e convicções políticas variadas.

À medida que foi crescendo e se consolidando na aceitação da oficialidade, a idéia em marcha foi, também, adquirindo conteúdo mais sólido e mais definido nos planos patriótico, político e reivindicativo. No terreno patriótico, através da posição tomada pelo Clube face aos problemas nacionais mais momentosos, como o do petróleo, o dos minerais estratégicos e o da Hiléia amazônica. No político, mediante os pronunciamentos de nossos três últimos presidentes e de outros diretores e conferencistas, ao ensejo de comemorações das datas maiores da nacionalidade<sup>643</sup>.

Esse movimento de renovação, de acordo com o major, “se corporificou, tomou forma organizada e organizativa nas diversas campanhas eleitorais do Clube Militar, começando na

---

<sup>639</sup> Idem, p. 10.

<sup>640</sup> Idem, p. 11.

<sup>641</sup> Idem, p. 10.

<sup>642</sup> Idem, p. 10.

<sup>643</sup> Idem, p. 10.

de 1944 e culminando na última, a de 1950<sup>644</sup>”. O major Humberto argumentou que as oposições entre os militares limitavam-se ao período das campanhas para a direção do Clube e que após as eleições todos participavam “nas campanhas patrióticas e reivindicativas do Clube<sup>645</sup>”. Esse argumento visava passar uma mensagem de que, apesar da existência de conflitos localizados, prevalecia uma harmonia no Clube. Em seguida, o major assinalou: “A posição atual do nosso grêmio representa um poderoso e insubstituível fator de coesão das Forças Armadas, no sentido da defesa dos mais elevados interesses de nossa Pátria e de nossa classe<sup>646</sup>”. O discurso em defesa da harmonia e da coesão das Forças Armadas, apesar dos conflitos, era recorrentemente usado pelos militares nacionalistas e também pelos antinacionalistas. O delineamento de alguns traços político-militares relativos ao Clube Militar desde a posse do general José Pessoa, assim como as considerações de Humberto em torno do surgimento de uma nova mentalidade no meio militar, visou combater os críticos da direção do Clube e da revista. O major Humberto, de forma mais eloqüente, afirmou:

Errará, pois, quem julgue conseguir desvirtuar a atual posição do Clube Militar, apresentando-a como resultado inconsistente do trabalho de um pequeno grupo não representativo, que teria empolgado, num lance, a direção da sociedade. O que se há de ver com mais realismo e mais justeza é que o Clube Militar representa, hoje, mais do que um órgão de classe, a própria liberdade de reunião e de manifestação do pensamento, que a nenhum brasileiro, com responsabilidade governamental ou não, convém ver rebaixada, particularmente nas Forças Armadas...<sup>647</sup>

O major defendeu o Clube Militar como um espaço militar privilegiado para o debate de idéias. Mas o proferimento do major indica que os militares nacionalistas tinham como propósito defender as teses nacionalistas objetivando um público mais amplo, explicitá-las para um espaço público de maior amplitude. No entanto, também focavam atingir um público mais restrito, os militares das Forças Armadas. Assim, as disputas retóricas dos militares nacionalistas também tinham como meta a renovação da mentalidade no interior das Forças Armadas. Pretenderam tornar as Forças Armadas impregnadas da nova mentalidade. Uma mentalidade caracterizada pelas crenças nacionalistas e que, naquele contexto, não estaria consolidada. Uma luta retórica que visou convencer os militares a aceitar as crenças nacionalistas como crenças plausíveis e legítimas e que poderiam ser adotadas pelos militares e pela nação como um todo.

---

<sup>644</sup> Idem, p. 10.

<sup>645</sup> Idem, p. 11.

<sup>646</sup> Idem, p. 11.

<sup>647</sup> Idem, p. 11.

Não há sabedoria nenhuma em ser contrário à centralização, no Clube Militar, dos debates de idéias, dos pronunciamentos e das campanhas ligadas à salutar renovação de mentalidade nas Forças Armadas, e que só aqui se podem afirmar ostensiva e lealmente, sem qualquer afetação da disciplina e do respeito à hierarquia, no exame de soluções que conciliem os interesses da coletividade militar e os ditames das leis. E nessas soluções (...) está a criação das condições ótimas para um entrosamento sólido e harmonioso da natural liderança hierárquica das Forças Armadas com o Clube Militar, com um Clube Militar forte do prestígio no seio da classe e ao qual não se negue o direito e o dever, já de sua tradição histórica, de zelar por nossa soberania, de tomar posição em defesa de nosso petróleo e de nossas outras riquezas minerais, de pugnar pelos interesses da classe (...) assim como de reivindicar, para o Brasil, diante da situação crucial em que se debate o mundo, uma posição independente, estritamente constitucional, que resguarda nossa juventude e nosso patrimônio de um sacrifício que não seja de interesse direto de nossa pátria<sup>648</sup>.

Nos meses de março e abril de 1951, realizou-se em Washington a VI Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, convocada pelos Estados Unidos, encontro que gerou mais debate sobre o posicionamento do Brasil. O diretor da revista do Clube fez uma nota acerca da conferência, na qual voltou a fazer uso da noção de tradição para se posicionar contra a participação do Brasil com força armada em conflitos internacionais.

Apoiados em nossas tradições, incorporadas aos princípios básicos do Direito Constitucional brasileiro e traduzidos, em nossas diferentes Cartas republicanas, sob a forma do mais inequívoco repúdio ao emprego da força para a solução dos conflitos internacionais, antes de esgotado o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos; arrimados nos dispositivos constitucionais que caracterizam nossas Forças Armadas como instrumento eminentemente nacional de defesa; estimulados pela consciência dos mais altos interesses de nossa Pátria; coerentes com a posição democrática desta REVISTA, somos contrários a qualquer renúncia que nos venha afastar de tais disposições constitucionais, interesses e tradições e que, por isso mesmo, equivaleria a um desvirtuamento das questões que dizem respeito ao brio nacional e à autonomia e dignidade de nossas Forças Armadas<sup>649</sup>.

Em um artigo publicado na revista do Clube do mês de abril, intitulado “Defendamos o Brasil”, o Coronel Av. Salvador Corrêa de Sá e Benevides afirmou que o Clube Militar, devido às suas posições nacionalistas, voltou a sofrer críticas por parte daqueles que defendiam outros interesses. Para o coronel, na reunião dos chanceleres nos Estados Unidos, seria colocada à prova a capacidade do Brasil em resistir às pressões dos Estados Unidos para que o Brasil enviasse tropas na guerra da Coreia, assim como a capacidade do Brasil em

---

<sup>648</sup> Idem, p. 11-12.

<sup>649</sup> Idem, p. 12.

defender suas riquezas naturais frente aos trustes norte-americanos. De acordo com o coronel, o Clube Militar estaria sofrendo uma campanha por parte da imprensa em geral, assim como de alguns setores militares. Isso porque “o Clube Militar representa, hoje, a fortaleza principal do sistema de defesa em que se apóiam os patriotas que lutam pela nossa emancipação econômica...<sup>650</sup>”. Segundo o coronel, tendo em vista os interesses dos Estados Unidos em obter as matérias-primas de países como o Brasil, “o interesse todo dos Estados Unidos, ou melhor, dos trustes internacionais que dominam a política interna e exterior da grande nação do norte, está em retardar o quanto for possível a industrialização do Brasil<sup>651</sup>”. Na visão do coronel, as Repúblicas latino-americanas eram apenas consideradas como fontes de matérias-primas para a indústria de nações privilegiadas e as referidas Repúblicas eram exploradas “num regime de colonização econômica<sup>652</sup>”. E assim os militares nacionalistas continuavam a usar seus argumentos como instrumentos de luta contra os antinacionalistas; uma luta contra o imperialismo. Este, na ótica dos nacionalistas, visava impedir a industrialização, a emancipação econômica e a soberania nacional.

Em uma conferência pronunciada no mês de abril de 1951, no Clube Militar, o tenente coronel Aristides Corrêa Leal fez uma homenagem à memória de Tiradentes. “Mas o culto dos heróis não se deve restringir ao formalismo das manifestações cívicas. Tiradentes deve viver nos nossos corações e pensamentos, presidindo a todos os atos dos patriotas sinceros<sup>653</sup>”. O tenente falou com eloquência ao rememorar o ato heróico de Tiradentes em defesa da liberdade e da pátria, procurando cativar e emocionar a platéia. “Glorifiquemos a memória de Tiradentes, defendendo as franquias constitucionais, que asseguram ao povo o direito de debater livre e amplamente os problemas básicos da nacionalidade<sup>654</sup>”. O autor fez uso da bravura e do exemplo de Tiradentes em seus argumentos em defesa das teses nacionalistas, em prol das defesas dos minérios brasileiros, de sua independência e de sua soberania. “Sejamos dignos de Tiradentes, lutando por nossa independência ainda em processo<sup>655</sup>”, afirmou o tenente em seu pronunciamento.

---

<sup>650</sup> BENEVIDES, Salvador Corrêa de Sá e. “Defendamos o Brasil”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 112, Abril, 1951, p. 61.

<sup>651</sup> Idem, p. 63.

<sup>652</sup> Idem, p. 65.

<sup>653</sup> LEAL, Aristides Corrêa. “Tiradentes – Herói Popular”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 113, Maio, 1951, p. 16.

<sup>654</sup> Idem, p. 16.

<sup>655</sup> Idem, p. 16.

José Murilo de Carvalho considera que “a luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime<sup>656</sup>”. De início eram vários os candidatos, dentre eles Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto, mas, de acordo com o autor, faltava-lhes profundidade histórica para o papel, que acabou sendo ocupado pela figura de Tiradentes. Segundo Carvalho, “heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos<sup>657</sup>”. No contexto que estamos analisando, Tiradentes já era tido como um grande herói nacional, que representava a República, a liberdade e a pátria. Assim, os militares nacionalistas e os militares antinacionalistas fizeram uso em seus argumentos da imagem mítica de Tiradentes, da simbologia representada por ele. Mas enquanto os nacionalistas buscavam na figura de Tiradentes um defensor da liberdade, os antinacionalistas procuravam redescrever o uso que os militares nacionalistas faziam de Tiradentes, afirmando que os mesmos o colocavam como um precursor da luta de classes no país.

No editorial da revista de junho/julho, o major Humberto voltou a defender os posicionamentos políticos que o Clube Militar vinha assumindo. Para ele, as raízes e a legitimidade do programa levado adiante pelo Clube Militar não se encontravam apenas no passado do Clube, mas também nas manifestações mais recentes, como, por exemplo, na luta empreendida contra os trustes na defesa da nacionalização do petróleo. Segundo o major Humberto, por trás dos militares que faziam oposição ao programa do Clube Militar, encontravam-se interessados ocultos, alheios aos meios militares. A apreciação feita pelo major era direcionada para a imprensa nacional, que estaria fazendo uma crítica articulada contra as posições do Clube e de sua revista. Conforme o major, caso a atual direção do Clube não tivesse sido eleita, “o glorioso Clube Militar<sup>658</sup>” teria se transformado “numa simples ‘boite’ recreativa<sup>659</sup>”. No mesmo editorial, o autor fez a seguinte afirmação:

Os ataques ao Clube Militar são facilmente compreensíveis à luz da História pátria, na qual não são eles inéditos. Sempre e sempre nas horas difíceis da Nação, os interesses do Brasil e do Clube se revelam confundidos. Porque o Clube, refletindo a preocupação patriótica dos bons cidadãos brasileiros,

---

<sup>656</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, p. 55.

<sup>657</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>658</sup> ANDRADE, Humberto. “Não Esqueceremos o Brasil!”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p.10.

<sup>659</sup> *Idem*, p. 10.

cidadãos de farda e cidadãos sem farda, se apressa a ocupar a trincheira, que lhe cabe, na defesa da Pátria ameaçada<sup>660</sup>.

Para o major, aqueles que eram contrários à soberania e à independência da pátria, faziam uso de uma bandeira já muito gasta, que era a bandeira do combate ao comunismo. No final do editorial, o major escreveu sobre o significado do amor à pátria: “Sentimento que adquirimos nos lares e nos bancos escolares, que proclamamos por ocasião do juramento à Bandeira, e que deixamos ratificados na oportunidade do compromisso prestado ao transpor o limiar do oficialato<sup>661</sup>”. Para reforçar a defesa do direito às manifestações de ordem política por parte dos militares, a diretoria do Clube Militar publicou na revista de junho/julho uma nota oficial, a qual teve origem numa reunião da diretoria no mês de junho. Na nota observou-se que, dentre os principais objetivos definidos pelo estatuto do Clube Militar, estava o de “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas, interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e a militar”. Conforme a nota, a diretoria do Clube “não se julga com o direito de coatar a opinião alheia e nem seria lícito fazê-lo, pois considera a Diretoria a liberdade de manifestação de pensamento como condição básica do progresso espiritual de qualquer classe, inclusive a militar, de acordo mesmo com o que estabelece o Estatuto<sup>662</sup>”. Neste nº 114 da revista do Clube Militar, o coronel aviador Salvador Corrêa de Sá e Benevides escreveu sobre o soldado cidadão e as suas responsabilidades e seu amor perante a Pátria.

O soldado será tanto mais útil e dedicado, quanto melhor conhecer e sentir os problemas da sua Pátria, quanto mais viver, enfim, a vida do seu povo. Ele deverá ser, e de fato é antes de tudo, um cidadão, e um cidadão de maiores responsabilidades que os demais, porque é o guardião das tradições e das instituições sobre as quais repousam a unidade nacional, a ordem e o progresso. Ao ingressar na vida militar ele faz um juramento de fidelidade à Pátria, um juramento de que defenderá, mesmo com o sacrifício da própria vida, a sua honra, a sua integridade e suas instituições republicanas. Como poderá bem cumprir tal juramento sem amar tudo quanto jurou defender e, como poderá amar tudo isso, sem conhecer o seu significado e sem sentir, a

---

<sup>660</sup> Idem, p. 11.

<sup>661</sup> Idem, p. 12.

<sup>662</sup> “A Diretoria do Clube Militar se Pronuncia”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p. 16. Esta nota foi assinada pelos generais Horta Barbosa (presidente em exercício) e Arthur Carnaúba (vice-presidente em exercício). Assinam também outros membros da diretoria: Capitão Paulo Pinto Guedes (secretário), capitão José de Jesus Lopes (diretor-tesoureiro), major Luiz Marques Barreto Viana (diretor do depto. de cooperativa), capitão Leonidas de Sales Freire (diretor do departamento desportivo), Coronel Luiz de França Albuquerque (diretor do depto. cultural), primeiro-tenente Lauro Garcia Carneiro (diretor do depto. recreativo), general Oscar de Araújo Fonseca (diretor do Montepio), general Leon de Campos Pacca (diretor da Mutuária), coronel Adalberto Diniz (diretor da Assistência).

cada momento, o seu valor? É pelo culto da Pátria em toda a sua plenitude – física, espiritual, política, social – que se desenvolve e consolida o amor que lhe votamos. Por isso não pode o militar abrir mão dos seus direitos e deveres de cidadão, e especialmente o de estudar e debater os problemas sociais, políticos e econômicos de sua Pátria<sup>663</sup>.

Na mesma revista saiu publicado um texto do major José Codeceira Lopes, em que ele expôs a sua visão de patriotismo. Para o major, naquele contexto, o mundo se encontrava dividido entre três grupos, que eram os comunistas, os democratas e um terceiro que ele denominou de incolor (aqueles que são indiferentes). Considerou que existia uma minoria de comunistas entre os brasileiros, mas que não seria possível admitir a inclusão dos brasileiros neste grupo, afirmando que isso se dava

porque nossa tendência é acompanhar a evolução pacífica para o socialismo, numa marcha sempre refreada pela grande corrente conservadora do país. Nosso lugar é, portanto, no grupo democrata, onde se enquadra, por imperativos de nossa situação geográfica e de nossa cultura, a totalidade dos interesses, das tradições e dos anseios nacionais<sup>664</sup>.

Desta forma, se o Brasil estava no grupo dos democratas, considerava o major Lopes, não se admitia que democratas fizessem oposição sistemática a tudo o que os norte-americanos faziam. Além disso, destacou: “É imperioso que dediquemos todos os meios a uma preparação capaz de construir uma vontade nacional inquebrantável e orientada francamente no sentido de cooperação ativa com os componentes do grupo democrata<sup>665</sup>”. Se a pátria brasileira se encontrava ao lado dos norte-americanos, no grupo dos democratas, era necessário atuar em harmonia com aquela nação.

O patriotismo não está nesses ataques sistemáticos e implacáveis ao nosso aliado, os quais enfraquecem e não conduzem à solução de nenhum de nossos problemas econômicos. O patriotismo está em mostrar-lhe ver que se não promove o incremento de nossas indústrias, não entende nossas necessidades, nem respeita inequivocamente a integridade de nosso patrimônio e os limites de nossa soberania, estará conduzindo-nos a todos para uma derrota inapelável, porque lançará decepção, desânimo e alheamento no grosso de nossas forças, e assim, as abandonará ao domínio da propaganda inimiga. Em última análise, o patriotismo está em atuarmos

---

<sup>663</sup> BENEVIDES, Salvador Corrêa de Sá e. “Os Trustes Estrangeiros e a Revista do Clube Militar”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p.51.

<sup>664</sup> LOPES, José Codeceira. “Onde Está o Patriotismo nesta Hora?”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p. 70.

<sup>665</sup> Idem, p. 70.

como amigos, de igual para igual, e não como inimigos, possuídos de complexo de inferioridade. E isso é obra do governo, que o povo escolheu<sup>666</sup>.

Observa-se nos proferimentos feitos pelo major José Codeceira um esforço por conceituar o patriotismo em contraposição à noção de patriotismo defendida pelos militares nacionalistas. Expressando idéias próximas das proferidas pelo capitão João de Abreu Pessoa que, como vimos, criticou a noção de nacionalismo e de patriotismo dos nacionalistas, o major Codeceira considerou que o Brasil deveria estar ao lado dos norte-americanos, pois estes, como os brasileiros, estariam ao lado da democracia. A tradição e a cultura brasileira colocariam o Brasil ao lado dos democratas. Portanto, de acordo com o major Codeceira, patriotismo não seria fazer uma crítica sistemática aos aliados do Brasil, como faziam os nacionalistas, mas sim colaborar com os norte-americanos, que defendiam a democracia e se colocavam contra os comunistas. Apesar disso, o major Codeceira reconhecia a necessidade de mostrar aos norte-americanos que eles deveriam ajudar na promoção da indústria brasileira, o que contribuiria para o progresso do país e afastaria a propaganda comunista. Tal demanda junto aos Estados Unidos seria uma demonstração de patriotismo. Esta era uma idéia que estava presente entre os militares antinacionalistas. Enquanto isso, os militares nacionalistas entendiam que ser patriota significava garantir a independência política do Brasil através da independência econômica, o que implicava empreender uma luta contra os trustes internacionais.

Em editorial da revista de setembro/outubro de 1951, o editor abordou a questão da independência do Brasil, e afirmou: "... fazemos do nacionalismo a idéia inspiradora da política que se impõe ao Brasil na fase histórica que atravessamos..."<sup>667</sup>. No mesmo editorial sobre a independência, declarou:

Para os patriotas de hoje a tarefa é, talvez, mais difícil: trata-se de efetivar a independência política assegurando-lhe a independência econômica. Trata-se de fazer com que os frutos do trabalho brasileiro sejam utilizados no Brasil, em benefício de um melhor padrão de vida para os brasileiros. Trata-se de impedir que o estrangeiro ponha mão no nosso petróleo (...). Trata-se de defender os aspectos fundamentais da nossa cultura assegurando as melhores condições para a expansão da música brasileira, do cinema brasileiro e da literatura brasileira<sup>668</sup>.

---

<sup>666</sup> Idem, p. 71.

<sup>667</sup> "O Mês da Independência". *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n° 116, Set./Out., 1951, p. 7.

<sup>668</sup> Idem, p. 8.

Ao abordar o processo histórico da República no Brasil, em conferência pronunciada no Clube Militar em novembro de 1951, o general Arthur Carnaúba ressaltou o fato de o Brasil ter alcançado sua independência política sem ter mudado sua condição de colônia econômica, sem ter alcançado a sua independência econômica, como fizeram os Estados Unidos da América. O autor enalteceu a figura de Benjamin Constant e o ambiente mental que ele ajudou a criar para que ocorresse a implantação da República. No final de sua conferência, o general Carnaúba afirmou “que o processo histórico da república não chegou ao seu término...<sup>669</sup>”. Na revista de nº 116, foi publicada uma moção dos membros do Conselho de Administração do Clube Militar, dirigida ao general Estillac Leal, por ocasião de seu retorno à presidência do Clube. Nesta moção, afirmou-se:

Reafirmamos com o pensamento nos mais altos sagrados interesses do nosso país, e iluminados pelo breviário cívico dos fundadores do Clube Militar, a orientação nacionalista dessa entidade definida nas páginas da sua Revista e nos temas das suas conferências. E repelimos, como uma traição à nossa Pátria e à nossa farda, toda tentativa do cerceamento da livre manifestação de um nacionalismo que é nosso patrimônio ao mesmo tempo que um direito inalienável, um dever precípua de todos nós como cidadãos e como soldados<sup>670</sup>.

Na revista de novembro/dezembro, foi publicado um texto do coronel Henrique Cunha, no qual o autor escreveu a respeito da República e do Clube Militar, por ocasião das comemorações da instituição da República no Brasil. O autor afirmou que, diante daqueles que ameaçavam o direito do Brasil à sua autodeterminação e à sua verdadeira soberania, os militares das Forças Armadas, “animados de intensa vibração patriótica, têm enfrentado campanhas cívicas memoráveis, dentro de um espírito de sadio nacionalismo...<sup>671</sup>”. O coronel Henrique Cunha usou expressões como vibração patriótica, campanha cívica e nacionalismo sadio, visando demonstrar que a luta nacionalista não era uma luta em prol de teses comunistas ou uma luta de militares comunistas. A retórica antinacionalista insistia em relacionar o patriotismo e o nacionalismo defendidos pelos nacionalistas com o comunismo. Portanto, na ótica dos antinacionalistas, o uso que os militares nacionalistas faziam dos

---

<sup>669</sup> CARNAÚBA, Arthur. “O Processo Histórico da República”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 117, Nov./Dez., 1951, p. 27.

<sup>670</sup> CARVALHO, Estevão Leitão de; CARNAÚBA, Arthur et al. “Documentos. Moção dos Membros do Conselho de Administração do Clube Militar ao Exmo. Sr. General Newton Estillac Leal”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 116, Set./Out., 1951, p. 59.

<sup>671</sup> CUNHA, Henrique. “A República e o Clube Militar”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 117, Nov./Dez., 1951, p. 16.

termos patriotismo e nacionalismo era falso. Mas para os militares nacionalistas, aquela era uma campanha cívica e democrática, que objetivava o bem comum da nação.

No editorial da revista de janeiro de 1952, abordou-se o tema da formação da nacionalidade brasileira. O diretor da revista passou a ser o coronel Henrique Cunha. O editorial<sup>672</sup> começou destacando: “Vista do ângulo que mais importa aos nossos sentimentos e às nossas convicções de patriotas, a história do Brasil é a luta incessante entre o espírito nacional em processo de fortalecimento e os fatores externos de caráter colonizador e desnacionalizante<sup>673</sup>”. Considerou-se que o bandeirante e o sertanejo, já no primeiro século de colonização, representavam manifestação de nacionalidade. Mas foi, segundo o editorial, com a resistência à invasão dos holandeses no nordeste “que se caldeou o vero e bom patriotismo brasileiro, feito de um ardente amor à terra e da convicção de que o Brasil era uma pátria a defender...<sup>674</sup>”. O editorial observou ainda a opressão que a Coroa portuguesa exerceu nas Minas Gerais, ferindo a consciência nacional em formação e criando “as condições para o aparecimento de sentimentos patrióticos mais puros, mais impetuosos e mais conseqüentes, sentimentos que Tiradentes encarnaria com fidelidade<sup>675</sup>”. Continuou o editorial em sua análise da formação da nacionalidade, mencionando que, após o Brasil ter se livrado do colonialismo português, novos fatores externos surgiram como impedimentos do progresso e da liberdade nacional. Uma nova forma de colonialismo passou a incidir sobre países de economia atrasada, impedindo a soberania nacional. Uma nova “ação colonizadora, que é exercida pela finança internacional, pelos trustes monopolizadores e seus poderosos advogados e agentes<sup>676</sup>”. Depois de fazer uma citação de Alberto Torres, “com sua reconhecida autoridade de patriota dos mais esclarecidos que já teve o Brasil<sup>677</sup>”, o editorial passou a analisar o contexto dos anos 1950.

Hoje, como ontem, nossos sentimentos de brasilidade se levantam contra forças externas de caráter opressor e desnacionalizante. Há, através da expressão alertadora do insigne brasileiro, um ‘imperialismo financeiro’ e um ‘imperialismo militar’, pretendendo levar à destruição, na pira de seus interesses de expansão mundial, os fundamentos do progresso e da soberania nacionais. Ideologia, estilo de vida, atividade econômica, concepções

---

<sup>672</sup> O editorial não leva a assinatura do diretor da revista, como vinha acontecendo quando o major Humberto de Andrade era o diretor.

<sup>673</sup> “Editorial: A Formação da Nacionalidade”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 118, Janeiro, 1952, p. 13.

<sup>674</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>675</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>676</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>677</sup> *Idem*, p. 14.

estratégicas, padrões militares, orientação diplomática, tudo se nos quer impor, dobrando e esmagando as características da vida nacional, destruindo tudo que signifique brasilidade, verde-amarelismo, sentimento nativista, concepções peculiares à nossa formação e à nossa índole. (...) O progresso do Brasil implica, (...) a liberdade de desenvolvermos intensiva e multiforme industrialização, de aproveitarmos, em ampla escala, nossas reservas de petróleo e de energia hidráulica, de realizarmos a reforma imperativa de nosso sistema agrário. (...) Reciprocamente, nosso progresso está intimamente vinculado a uma política militar autônoma, ao serviço exclusivo de uma efetiva defesa nacional, asseguradora de amplo surto progressista e estruturada na base do real problema estratégico da Nação, que vem a ser a sua própria defesa contra aqueles que se dispõem a ameaçar-lhe o patrimônio, a integridade territorial, a soberania e a independência. (...) Nesta luta nossa brasilidade se fortalecerá e se tornará invencível como um rio que vem correndo ao longo de quatro séculos de História e que, rico de experiência e fecundo em multiplicadas energias, aponta o caminho da liberdade e do progresso do Brasil<sup>678</sup>.

A revista de nº 120, referente a março, abril e maio, foi a última publicada sob a gestão de Estillac Leal e Horta Barbosa, pois houve eleição no Clube em maio, sendo que a chapa da Cruzada Democrática foi vitoriosa. No editorial de despedida, os nacionalistas afirmaram que, apesar das acusações da imprensa dirigidas à direção do Clube, imprensa que atendia aos interesses antinacionalistas, a orientação da direção do Clube Militar “foi invariavelmente ditada pelos mais puros sentimentos. O amor da Pátria, o amor da Classe e o amor da Democracia foram a luz singular que iluminou nosso caminho, nesta jornada que ficará na história do Clube Militar e na História do Brasil<sup>679</sup>”.

O major Humberto, um dos principais protagonistas na defesa das teses nacionalistas no período analisado, fez, como vimos, considerações a respeito de uma nova mentalidade que teria surgido no seio das Forças Armadas. Essa nova mentalidade estaria marcada pela negação da prática dos movimentos tenentistas e pela adoção de uma política militar nos planos mais altos da hierarquia em defesa dos interesses nacionais, que significava a defesa das teses nacionalistas. A nova mentalidade também estaria marcada por uma prática discursiva aguerrida, realizada no Clube Militar, em defesa daquelas teses. Uma nova mentalidade, revestida de uma postura patriótica na defesa dos interesses nacionais, de sua economia, de suas riquezas naturais, como o petróleo, por exemplo. Uma postura patriótica em defesa da soberania nacional. Essa nova mentalidade não teria ficado restrita a grupos dirigentes, mas se disseminado por uma importante parcela dos militares. Como o próprio major Humberto admitia em seus proferimentos, os militares que participaram daquela

---

<sup>678</sup> Idem, p. 14-15.

<sup>679</sup> “Editorial: Dever Cumprido”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 120, Mar/Abr/Maio, 1952, p. 15.

renovação e da constituição da nova mentalidade eram portadores de diferentes orientações políticas e participavam ou tinham simpatia por diferentes partidos políticos. No entanto, tinham em comum uma postura patriótica que os levava a defender os interesses nacionais a partir de um ponto de vista nacionalista. Ou seja, aqueles militares eram portadores de um projeto de nação, ainda que tenham recebido influências de fora das Forças Armadas. Não estavam dependentes de projetos e interesses da sociedade civil, embora estabelecessem um diálogo com a mesma. Tiveram autonomia para definir seus projetos e suas condutas e, assim, partilhar com outros setores da sociedade uma defesa das teses nacionalistas. Acreditavam inclusive que as Forças Armadas tinham um papel fundamental nesse processo de defesa dos interesses nacionais, na defesa das teses nacionalistas; na emancipação política e econômica do país.

Qual era o conceito de nacionalismo presente na retórica dos militares nacionalistas naquele contexto histórico? Podemos considerar que o conceito de nacionalismo para os militares em análise era constituído por diversos aspectos. Demonstrava que os brasileiros, apesar da condição de atraso econômico do país, não eram portadores de uma inferioridade em relação aos povos dos países desenvolvidos e que eram capazes de ser protagonistas na construção do seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Os brasileiros eram suficientemente capazes de superar a condição colonial na qual viviam, e de construir a sua emancipação econômica e política. Os militares nacionalistas, em sua retórica, se manifestaram claramente contra o imperialismo, visto que o consideravam ser a grande ameaça ao progresso econômico e à autonomia política do país. Na descrição retórica nacionalista, o imperialismo era percebido como sendo constituído por diferentes aspectos: imperialismo militar, econômico e político. O imperialismo era identificado com as grandes empresas estrangeiras, as quais visavam, segundo os militares nacionalistas, ter um domínio econômico no país e controlar as riquezas nacionais, assim como exercer forte influência política no cenário nacional. Entendiam que os trustes internacionais procuravam retardar e dificultar a industrialização nacional, principalmente uma industrialização com base em empresas estatais e que, por conseguinte, dificultavam a emancipação econômica e a soberania nacional. Os Estados Unidos e os trustes internacionais atuavam no Brasil e na América Latina exercendo uma ação colonizadora, procurando manter na região um regime de colonização econômica. Desta forma, o Brasil deveria se colocar contra a referida ação colonizadora visando a sua emancipação econômica e a sua soberania política. Entendiam que a pátria estava numa situação de risco diante da atuação do imperialismo econômico e político. Consideravam, em seus enunciados, que o espírito de nacionalidade passava por um

processo de fortalecimento, mas lutava contra forças colonizadoras e desnacionalizantes. Na retórica dos militares nacionalistas, esta era a perspectiva sobre o nacionalismo. Durante todo o período analisado, os militares nacionalistas procuraram argumentar de forma eloquente em favor dessas teses que configuravam a visão que tinham sobre o nacionalismo. Uma retórica conceitual em torno do nacionalismo, num processo de luta política contra seus opositores. Estes, por seu lado, procuraram conceituar o nacionalismo de maneira diversa dos militares nacionalistas, a fim de desqualificá-los moralmente. Procuraram mostrar que a descrição sobre o nacionalismo feita pelos seus oponentes era falsa. Na luta retórica contra os nacionalistas, procuraram mostrar que os mesmos se reportavam a um falso nacionalismo, pois este estava intrinsecamente ligado a idéias comunistas. Na retórica dos militares antinacionalistas, os seus oponentes eram apontados como comunistas ou como coniventes com os mesmos; e como propagandistas das idéias comunistas. Segundo os antinacionalistas, as críticas sistemáticas que os militares nacionalistas faziam aos norte-americanos, às empresas estrangeiras e à participação destas na economia nacional eram indicadores do falso nacionalismo apregoado por eles. Na retórica dos militares antinacionalistas, o verdadeiro nacionalismo seria aquele que estabeleceria uma relação de cordialidade e de cooperação com os norte-americanos. Afinal, estes resguardavam a civilização cristã, as liberdades e direitos individuais; respeitavam as manifestações de ordem espiritual e de ordem econômica. Os norte-americanos defendiam a democracia e, portanto, o Brasil, sendo democrático, deveria manter uma relação de lealdade com aquele país e combater o totalitarismo soviético. Esse seria o verdadeiro significado de nacionalismo, conforme a retórica dos militares antinacionalistas.

No editorial de despedida dos militares nacionalistas, como vimos, eles, de certa forma, sintetizaram as motivações que os levaram a defender vigorosamente as teses do nacionalismo, teses assinaladas no decorrer deste item. Entendiam que o sentimento de amor à pátria e à democracia era o que os motivava a participar de uma luta política em favor do nacionalismo. As referências ao amor pela pátria apareceram freqüentemente nos enunciados produzidos pelos militares nacionalistas no referido contexto. Amor pela pátria que se caracterizaria na luta empreendida pela emancipação econômica e política do país, visando sua soberania. Na retórica dos militares nacionalistas, patriotismo significava defender os interesses nacionais; a independência econômica do Brasil e assegurar a soberania nacional, a independência política do país. Patriotismo significava lutar para que os brasileiros pudessem usufruir de suas próprias riquezas e dos frutos do seu trabalho. Significava assegurar o desenvolvimento cultural do país através, por exemplo, de sua literatura, sua música e seu

cinema. Patriotismo significava defender o sentimento de brasilidade contra a opressão do imperialismo. O patriotismo, o amor à pátria e o amor à liberdade, inclusive o amor à liberdade da pátria, apareciam de forma inseparável. Mas na retórica dos militares antinacionalistas, o verdadeiro patriotismo seria atuar junto com os norte-americanos, cooperar com eles, já que assim estariam ao lado da democracia.

Os militares nacionalistas, em sua retórica, fizeram uso de enunciados proferidos por Rui Barbosa, para defender a soberania nacional e, além disso, estabelecer uma relação entre a soberania nacional e a liberdade do cidadão, indicando que ambas as condições estariam interligadas. Deste modo, o amor à liberdade da pátria é também um amor à liberdade do cidadão. Defenderam ainda a liberdade de pensamento, seja do militar, seja do cidadão civil. Consideravam que a liberdade de manifestação de pensamento era uma condição do progresso espiritual. Fizeram uso do pensamento de Rui Barbosa em seus proferimentos a respeito do sistema republicano. Entendiam, a partir da leitura de Rui Barbosa, que o direito e a liberdade eram condição essencial da República. Falaram claramente que, ao homenagear a memória de Rui Barbosa, visavam fazer a apologia da República e da democracia; a apologia da lei, do direito e das liberdades individuais, contra qualquer tipo de poder despótico. A partir de Rui Barbosa, entendiam a República como um conjunto de instituições, que teria como substrato o respeito às leis e a obediência à justiça. Como afirmou o general Estillac Leal, a essência da democracia estaria na soberania do povo.

Desta forma, quando os militares nacionalistas falavam em amor pela pátria e em defender a soberania nacional pelo amor à pátria, o faziam relacionando liberdade da pátria com a liberdade do cidadão. Nesse aspecto, sua retórica se aproxima da noção de patriotismo republicano de Maurizio Viroli. Apesar disso, não devemos deixar de observar que as teses fundamentais defendidas pelos militares nacionalistas, no contexto analisado, estavam relacionadas à defesa das riquezas nacionais; à defesa da exploração dessa riqueza pelos próprios brasileiros. Suas teses defendiam enfaticamente a independência econômica do país, assim como a soberania nacional. Portanto, contra uma possível forma de colonização econômica e política do país. Voltada prioritariamente para estes aspectos, a retórica dos militares nacionalistas chegou a ressaltar os aspectos relacionados à República, à democracia e à liberdade política. Mas tais aspectos não tiveram primazia na retórica dos militares nacionalistas. Não obstante, entendemos que os militares nacionalistas desse período analisado construíram uma retórica em torno do nacionalismo e do patriotismo que tem uma aproximação relativa com a noção de patriotismo republicano elaborada por Viroli.

No contexto histórico em análise, observa-se que os militares nacionalistas fizeram uso dos termos nacionalismo e patriotismo visando à independência econômica e à emancipação política do país. Embora o general Estillac Leal tenha falado em um de seus discursos sobre a necessidade de haver na nação uma unidade moral, uma fusão de todos os interesses em um único interesse, em outro proferimento o general defendeu as divergências de opinião como um aspecto importante da democracia. Assim, podemos considerar que o termo nacionalismo não foi usado pelos militares nacionalistas para defender uma unidade étnica e cultural do povo brasileiro. Portanto, embora usando o termo nacionalismo, os militares em questão não o fizeram no sentido dado ao termo por Viroli, ou seja, uma linguagem nacionalista que defende ou reforça uma unidade cultural, lingüística e étnica, bem como a homogeneidade de um povo.

E há ainda outro aspecto a ser levado em conta. Nos proferimentos feitos pelos militares nacionalistas, aparece uma questão relevante para esse debate a respeito do nacionalismo/patriotismo, que se refere ao papel do Exército em relação à democracia e à soberania nacional. Por exemplo, o major Humberto de Andrade e o major Nelson Werneck Sodré fizeram afirmações semelhantes a esse respeito. Embora reconhecesse que a nação estava em primeiro lugar, Sodré afirmou que sem o Exército, para defender o país e o seu patrimônio espiritual e material, não existiria a nação. O major Humberto afirmou que as Classes Armadas tinham a importante tarefa de defender a soberania e a independência, sem as quais não haveria a possibilidade de existir a democracia. Assim, a melhor forma de defender a democracia no Brasil seria lutar para que as Classes Armadas se mantivessem coesas e atentas às suas responsabilidades, inclusive defendendo a livre manifestação dos militares. Isto é, na retórica dos militares nacionalistas, as Forças Armadas teriam um papel fundamental e, mais do que isso, uma primazia no que concerne à preservação da soberania nacional e da democracia. Na retórica dos militares nacionalistas desse período analisado, não se ressaltou a participação política do cidadão; não se deu primazia às virtudes cívicas dos cidadãos na defesa da democracia e da soberania nacional. Embora na retórica dos referidos militares tenham aparecido considerações favoráveis à República, à democracia e à liberdade, não houve uma defesa da construção de uma esfera pública na qual a *vita activa* pudesse assegurar a liberdade, a democracia e a soberania nacional.

### 5.3 Nacionalismo e patriotismo no pensamento militar: os nacionalistas/legalistas

O general Segadas Vianna foi eleito para a presidência do Clube Militar em maio de 1956, derrotando o candidato da Cruzada Democrática. Segadas Vianna havia apoiado o general Lott no movimento de 11 de novembro de 1955, que garantiu que Juscelino Kubitschek tomasse posse na presidência da República em janeiro de 1956. Segadas Vianna recebeu o apoio do general Lott, que era o ministro da Guerra de Juscelino. O período de governo de Juscelino, que se estendeu até janeiro de 1961, não foi muito favorável aos militares antinacionalistas<sup>680</sup>. Como afirma Maria Victoria Benevides, embora tenham ocorrido crises militares no período, estas foram contidas na esfera hierárquica, “esvaziando-as de seu conteúdo político<sup>681</sup>”. Segundo a autora, o papel desempenhado pelo ministro Lott e a participação de militares na burocracia do Estado contribuíram para a estabilidade político-militar no decorrer do governo Kubitschek<sup>682</sup>. Mesmo assim, não se pode deixar de observar que o embate retórico entre militares nacionalistas e militares antinacionalistas permaneceu. Os militares antinacionalistas eram críticos à figura do presidente Juscelino e adversários do general Henrique Lott. Além disso, foram derrotados nas eleições do Clube Militar.

Os militares nacionalistas que estiveram à frente do Clube Militar e, portanto, da revista do Clube no período em questão, não tiveram o mesmo posicionamento político dos militares nacionalistas que estiveram no controle do Clube e da revista no início dos anos 1950. Em alguns aspectos, tinham posições semelhantes, mas, em outros, eram críticos dos nacionalistas daquele período. Já no discurso de posse do novo presidente, ficou clara a intenção de marcar uma posição política diferenciada em relação aos nacionalistas do período de 1950/1952. O orador teceu alguns comentários a respeito da orientação nacionalista que a nova direção do Clube pretendia seguir.

---

<sup>680</sup> Embora no interior do setor militar antinacionalista não houvesse unanimidade em torno da candidatura do general Juarez Távora, este acabou sendo apoiado pelos antinacionalistas, contra a candidatura de Kubitschek. Como observa Peixoto, o general Canrobert, então presidente do Clube Militar, buscou a desistência das candidaturas de Juarez e de Kubitschek, visando uma candidatura que não acirrasse ainda mais a divisão das Forças Armadas. Como Kubitschek seguiu com sua candidatura, militares antinacionalistas começaram a preparar uma intervenção. Daí a intervenção preventiva de Lott para assegurar a posse de Kubitschek. PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>681</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 149.

<sup>682</sup> Idem, 1979.

Tese por muitos desvirtuada para uma xenofobia, seja por um complexo de colonialismo sem cabimento para uma grande nação como o Brasil e por outros que dela se servem para esconder tendências contrárias ao regime democrático, deve, entretanto, ser defendida por todos aqueles que acreditam nas possibilidades de nosso povo, para explorar as riquezas indispensáveis ao progresso do Brasil. Não podemos viver isolados porque o homem faz parte da humanidade e a humanidade é uma só, mas, por outro lado, estamos na obrigação de conservar e explorar tudo aquilo que é indispensável à nossa vida de nação soberana. (...) Felizmente, essa tese já está incorporada à consciência nacional e vem sendo seguida e defendida pelo atual governo e pelos que o antecederam<sup>683</sup>.

Uma orientação nacionalista que não partilhava de um posicionamento político que negava a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico do país. Para os nacionalistas/legalistas, ao contrário dos nacionalistas de 50/52, aceitar a presença do capital estrangeiro na economia nacional não significava a perda de autonomia política. De qualquer forma, os nacionalistas/legalistas eram favoráveis à participação direta do Estado em atividades econômicas de base, como na produção de petróleo. Neste aspecto, se aproximavam dos nacionalistas de 50/52 e se afastavam dos antinacionalistas. Mas é importante assinalar o posicionamento nacionalista dos militares aqui denominados de nacionalistas/legalistas, assim como assinalar que os mesmos se relacionaram com outros setores ou grupos da sociedade que também tinham posturas consideradas nacionalistas, como o ISEB e o governo Juscelino. Desta forma, havia uma forte oposição entre os militares nacionalistas/legalistas e os militares antinacionalistas. Peixoto aponta alguns aspectos que determinaram uma nova orientação seguida pelos militares nacionalistas. Um aspecto se refere à legalidade constitucional, afinal, o golpe preventivo de Lott teve a finalidade de defender a normalidade constitucional. Deste modo, segundo Peixoto, os militares nacionalistas tiveram que “reorientar sua ação: de nacionalistas passaram a constitucionalistas, legalistas. A corrente nacionalista, durante todo o período de governo Kubitschek, se apresentará como defensora da Constituição; seu nacionalismo ficará mais prudente e mais moderado<sup>684</sup>”. Teria havido uma aliança entre os militares ligados a Lott e os militares nacionalistas, sendo que estes deveriam adotar uma postura de defesa da legalidade constitucional. “Lott torna-se o chefe natural dessa nova corrente que é, sem qualquer dúvida,

---

<sup>683</sup> VIANNA, João de Segadas. “Discurso de Posse do Exmo. Sr. Gen. João de Segadas Vianna”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 8.

<sup>684</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 104.

pelo menos de início, mais constitucionalista do que nacionalista<sup>685</sup>”. Outro aspecto da mudança de orientação vincula-se à política de abertura econômica do país ao capital estrangeiro<sup>686</sup>.

Atacar tal política teria significado a ruptura da aliança com a hierarquia militar constitucionalista e teria também provocado o enfraquecimento do governo no seio das Forças Armadas, o que iria favorecer um golpe de Estado contra Kubitschek. O dispositivo militar do governo repousava sobre uma estreita aliança entre nacionalistas e legalistas<sup>687</sup>.

Em seguida, Peixoto observa que, desde o momento em que o governo Kubitschek obteve uma estabilidade (a partir de 1958), os militares nacionalistas passaram a se expressar de forma mais vigorosa. “Esse recrudescimento de atividade do nacionalismo militar está intimamente ligado ao desenvolvimento de uma reflexão mais ampla e mais global cujo foco foi o ISEB<sup>688</sup>”. Apesar dessas considerações de Peixoto, o que observamos é que a retórica nacionalista foi eloqüentemente trabalhada desde o primeiro número da revista<sup>689</sup> (julho/setembro de 1956) publicado pelos militares nacionalistas/legalistas. Ou seja, poucos meses após a posse de Juscelino, quando os militares nacionalistas passam a editar a revista do Clube, eles argumentaram eloqüentemente em favor do nacionalismo, e não apenas quando Juscelino teria obtido uma maior estabilidade política, em 1958. Os editores defenderam nitidamente uma posição nacionalista, uma luta pelo desenvolvimento do país e pela independência econômica nacional. Isso deveria ocorrer num ambiente democrático e sem negar a contribuição de empresas estrangeiras no desenvolvimento. Além disso, no primeiro número, também foi publicado um texto do capitão Primo Nunes defendendo o nacionalismo e a democracia. Também foi publicado um texto de Alvaro Vieira Pinto, intitulado “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”. Os editores fizeram uma nota editorial para informar que na revista seriam publicados artigos de “figuras representativas do pensamento e da cultura brasileira<sup>690</sup>”; artigos que iriam abordar a questão do desenvolvimento nacional. No final da nota editorial, os editores afirmaram: “a Revista do Clube Militar se coloca decididamente na linha de frente da batalha do desenvolvimento nacional<sup>691</sup>”. Portanto, desde quando assumiram o Clube Militar, os militares nacionalistas/legalistas defenderam o nacionalismo

---

<sup>685</sup> Idem, p. 104.

<sup>686</sup> Idem, 1980.

<sup>687</sup> Idem, p. 105-106.

<sup>688</sup> Idem, p. 106.

<sup>689</sup> *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956.

<sup>690</sup> Idem, p. 21.

<sup>691</sup> Idem, p. 21.

de forma eloqüente. Os aspectos consoantes à nova orientação dos nacionalistas assinalados por Peixoto - legalismo constitucional e aceitação da abertura da economia nacional para capitais estrangeiros - devem ser considerados importantes na análise. Não obstante, não podemos descartar a hipótese de que a posição dos militares nacionalistas se deve às suas crenças em relação àqueles aspectos. Portanto, aqueles militares não seriam favoráveis ao legalismo constitucional e à abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, com limites, apenas devido a um imperativo das circunstâncias político-militares. Mas, possivelmente, por acreditarem que a democracia e o respeito à constituição, assim como a abertura da economia do país, fossem idéias plausíveis e relevantes para o desenvolvimento nacional. Essa consideração, diante das leituras dos textos publicados na revista, é substantivamente plausível, ao menos no que se refere aos militares que tinham primazia na revista e no Clube naquele contexto histórico.

O capitão Primo Nunes de Andrade, um dos editores da revista, manteve nela uma seção chamada “Desenvolvimento Nacional”. Primo Nunes teve uma atuação destacada na revista do Clube nesse período. O capitão, que lecionava na Escola Naval, mantinha uma importante relação com alguns membros do ISEB, o que contribuiu para que houvesse, naquele contexto, uma influência isebiana nas publicações da revista. No período em que os militares nacionalistas/legalistas estiveram à frente do Clube Militar, esta instituição manteve uma importante relação com o ISEB<sup>692</sup>. A revista do Clube publicou trabalhos de alguns membros daquela instituição, dentre eles, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e Hélio Jaguaribe. Membros do ISEB também proferiram conferências no Clube Militar. Ademais, militares do Clube foram convidados a fazer cursos no ISEB, bem como realizaram conferências naquela instituição.

Primo Nunes escreveu sobre o tema do desenvolvimento nacional<sup>693</sup>, estabelecendo uma relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento da consciência nacional. Segundo o capitão, a consciência nacional do povo brasileiro, que acompanhava o crescimento econômico, “vai progressivamente se consolidando e abrangendo massas cada vez maiores da população<sup>694</sup>”. Para o capitão, a consciência nacional teria assumido

---

<sup>692</sup> Lúcio Flávio de Almeida observou que, no período de governo de Juscelino, “os vínculos entre o ISEB e a facção hegemônica no Clube Militar foram se estreitando. In: ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Uma Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

<sup>693</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Os Militares na Empolgante Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 17-20.

<sup>694</sup> Idem, p. 18.

um caráter de integração majoritária de elementos das várias classes sociais, que se esforçam por se harmonizar em um sistema estruturado segundo as tradições cristãs da formação da nossa nacionalidade. Da intercorrência destes dois fluxos no panorama da evolução econômico-social do povo brasileiro, resulta esta contingência de nossa época, também comum a outros povos em fase idêntica de desenvolvimento: o nacionalismo<sup>695</sup>.

Primo Nunes tocou em um tema que era demasiadamente sensível para os militares e demais grupos antinacionalistas, que se refere a uma maior integração da população na vida política do país. Peixoto<sup>696</sup>, ao tecer considerações acerca da relação entre os militares e Vargas, afirma que os militares antinacionalistas eram particularmente contrários a uma maior mobilização e participação dos trabalhadores na política nacional. Carvalho<sup>697</sup> também assinalou que os militares não aceitaram uma aproximação de Vargas com os operários. Embora se referissem a Vargas, podemos considerar que, no contexto do governo Kubitschek<sup>698</sup>, particularmente no tocante aos militares antinacionalistas, estes não se mostravam favoráveis à participação popular na política nacional. No contexto dos anos 1950 e dos anos 1960, os militares antinacionalistas tinham uma perspectiva elitista. Para Primo Nunes, no contexto histórico dos anos 1950, estava ocorrendo uma maior conscientização da população em relação ao desenvolvimento do país, sendo que a referida consciência nacional vinculava-se diretamente à questão do nacionalismo.

O nacionalismo, fenômeno social dos nossos dias, deve ser interpretado como uma tomada de posição da consciência nacional dos povos em processo de desenvolvimento; é uma atitude natural das grandes coletividades que desejam gozar com justiça dos recursos materiais de que dispõem nos territórios em que vivem. Por outro lado, o desenvolvimento da consciência nacional exigindo uma participação cada vez mais ampla e positiva das grandes massas na vida política da nacionalidade, só pode se processar eficientemente com a integração efetiva destas massas no organismo social da nação por meio de um sistema em que os seus justos direitos lhes sejam reconhecidos, assim como os seus exatos deveres lhes sejam exigidos<sup>699</sup>.

---

<sup>695</sup> Idem, p. 18.

<sup>696</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>697</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>698</sup> Carvalho afirma: “A candidatura de Juscelino Kubitschek (...) reacendeu o udenismo militar. Os mesmos que combatiam Vargas passaram a combater Juscelino, que acusavam de continuador do varguismo...” Idem, 2005, p. 114.

<sup>699</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Os Militares na Empolgante Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 143 Julho/Set., 1956, p. 18-19.

Desta maneira, Primo Nunes entendia o nacionalismo como uma conscientização da população no que diz respeito ao processo de desenvolvimento do país, que implicava conhecer os seus direitos de usufruir dos benefícios que a exploração dos recursos naturais do país poderia propiciar. Além de uma conscientização, por parte da população, havia a necessidade de que a população participasse da vida política nacional. Seria um processo no qual a população, mediante uma consciência nacional, deliberasse em favor de um tipo de desenvolvimento econômico e social. Mas Primo Nunes também estabeleceu uma relação entre dois fenômenos: o nacionalismo e a democracia. O nacionalismo surgiria num ambiente democrático.

Eis por que o conceito de democracia assume a amplitude que podemos apreciar nos nossos dias, impondo-se como uma fatalidade histórica inelutável, pois as suas raízes estão na própria maneira de ser da evolução do gênero humano. Difícil é pois separar, atualmente, na vida dos povos em crescimento nacionalismo e democracia, sendo de se notar que o clima favorável para o florescimento de um nacionalismo sadio é a própria democracia; com efeito, somente no ambiente de liberdade que esta propicia, é que um povo pode reafirmar a sua consciência nacional e transformá-la em alavanca poderosa do seu desenvolvimento<sup>700</sup>.

Na revista seguinte, o capitão Primo Nunes de Andrade voltou a escrever na seção sob a sua responsabilidade, “Desenvolvimento Nacional”. O texto, publicado com o título de “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional<sup>701</sup>”, foi matéria de uma conferência que o autor havia proferido no ISEB. O autor afirmou que aproveitou as linhas gerais da interpretação da realidade brasileira realizada no ISEB, ajustando o trabalho “a uma concepção espiritualista do mundo dos seres e das coisas...<sup>702</sup>”. Procurou proceder desta forma, pois acreditava que “a fria e rigorosa autenticidade das pesquisas científicas nos complexos domínios das ciências sociais, por si só, não será capaz de inspirar as consciências individuais e coletivas, assim como de mobilizá-las dentro dos esquemas que forem ditados pelas decorrentes doutrinas de ação prática<sup>703</sup>”.

O que se percebe nas considerações do autor é que, embora o nacionalismo tivesse florescido num ambiente democrático, era necessário que as lideranças em prol do nacionalismo pudessem trabalhar com o intuito de inspirar e reforçar nas consciências

---

<sup>700</sup> Idem, p. 18-19.

<sup>701</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 10-28.

<sup>702</sup> Idem, p. 11.

<sup>703</sup> Idem, p. 11.

individuais e coletivas os princípios do nacionalismo. Mas para que isso ocorresse, não bastaria fazer uso do “frio” conhecimento alcançado pelas ciências sociais a respeito do desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro, sendo necessário recorrer a um argumento moral que pudesse levar as pessoas a se comprometerem com os princípios do nacionalismo. E o argumento moral de que o autor fez uso em sua retórica se refere à moral cristã. Para o autor, ao se elaborar uma ideologia tendo por finalidade “empolgar coletivamente a comunidade, uma autenticidade de fundo espiritual também deve ser desejada<sup>704</sup>”. Primo Nunes salientou não se inclinar por “pressupostos puramente materiais, nem por pressupostos puramente idealistas<sup>705</sup>”. Ou seja, na descrição feita pelo autor a respeito do desenvolvimento nacional (em seus diferentes aspectos), ele entendia ser essencial expandir o argumento em favor do nacionalismo fazendo uso de argumentos morais, particularmente dos princípios cristãos. Só assim conseguiriam motivar seus ouvintes a aceitarem a descrição nacionalista sobre o desenvolvimento nacional como uma descrição plausível e verdadeira, digna de confiança. A interpretação da realidade brasileira feita pelos nacionalistas do ISEB não era suficiente para motivar e empolgar o povo a defender os princípios do nacionalismo. Fazia-se necessário, portanto, ampliar a retórica isebiana baseada nas ciências sociais, redescrivendo-a a partir de pressupostos espiritualistas. A premissa em que se baseava Primo Nunes era a de “que o espírito humano, embora subordinado às contingências do determinismo próprio do mundo material e sensível, não abdica da sua essência divina e intervém, no encadeamento de causas e efeitos, inspirado pelos ideais imanentes que lhe indicam o caminho da evolução<sup>706</sup>”. De acordo com o autor, os fatores econômicos em si não poderiam ser considerados forças que gerassem a evolução, visto que “a própria estrutura econômica em que se fundamenta uma determinada comunidade tem de se submeter aos padrões morais aceitos e consagrados pela consciência coletiva que preside à sua formação<sup>707</sup>”. Não se pode, segundo o autor, “negar o primado do espírito na origem, na marcha e no desenvolvimento das civilizações<sup>708</sup>”. O autor destacou e valorizou os preceitos cristãos em suas análises. Ressaltou que a crise pela qual passava a civilização ocidental, tendo em vista a expansão das grandes potências e a atuação de poderosos grupos econômicos, só poderia ser superada pelo “despertar das energias espirituais das várias comunidades humanas e na sua orientação no sentido da objetivação daqueles ideais cristãos

---

<sup>704</sup> Idem, p. 11.

<sup>705</sup> Idem, p. 13.

<sup>706</sup> Idem, p. 13.

<sup>707</sup> Idem, p. 16.

<sup>708</sup> Idem, p. 18.

de justiça e de fraternidade humana<sup>709</sup>”. Para o autor, a verdadeira moral “é a moral cristã, a moral baseada no amor ao próximo e, portanto, a moral de ‘conteúdo social’<sup>710</sup>”. É, assim, a moral cristã que daria “cor e calor” ao nacionalismo propugnado pelo autor. Primo Nunes fez críticas à ideologia marxista, considerando que esta estava equivocada em seus fundamentos filosóficos, pois se baseava em uma interpretação materialista da existência. A ideologia marxista também estaria equivocada em seus fundamentos sociológicos, assim como em seus métodos de ação<sup>711</sup>. Primo Nunes considerava falsa a idéia de que os povos deveriam fazer uma opção entre o “imperialismo econômico” e o “imperialismo ideológico”. O primeiro seria “impiedoso e injusto para com os povos subdesenvolvidos e subnutridos, considerados como peças de um mecanismo de produção de lucros fabulosos de empresas de caráter internacional e monopolizador<sup>712</sup>”. Ao continuar sua crítica ao imperialismo econômico, o autor afirmou: “Uns que se apresentam enquanto paladinos da liberdade, mas que se esquecem que esta se torna ilusória e falaz se não estiver escudada na justiça social e na cooperação internacional<sup>713</sup>”. Quanto ao imperialismo ideológico, o mesmo seria “insensível aos anseios de liberdade dos povos oprimidos pelos tentáculos de um organismo totalitário, absorvente e aniquilador dos direitos fundamentais e inalienáveis da consciência individual<sup>714</sup>”. O autor prosseguiu em sua crítica aos valores expressos pela União Soviética:

Fazem alarde da sua luta em prol da justiça social e da cooperação internacional, mas se esquecem que, sem a mais ampla liberdade para os indivíduos e para as comunidades, a justiça se degrada e perde o seu valor, visto que a mesma só se torna apreciável e desejável no domínio material quando garantida no domínio espiritual<sup>715</sup>.

De acordo com Primo Nunes, a civilização ocidental vivia um período de crise ética, na qual predominava uma mentalidade utilitarista. Povos e nações ocidentais estariam entorpecidos diante dos prazeres que o progresso material estava proporcionando. O autor considerou que, diante da decadência da civilização ocidental, em que as forças espirituais estariam adormecidas, estava havendo um renascimento dos ideais que marcaram o início do

---

<sup>709</sup> Idem, p. 20.

<sup>710</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Ideologia e Demonologia”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 148, 1958, p. 17.

<sup>711</sup> Idem, p. 18.

<sup>712</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Brasil, Berço do Renascimento da Civilização Cristã”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 153, 1959, p.11.

<sup>713</sup> Idem, p. 11.

<sup>714</sup> Idem, p. 11.

<sup>715</sup> Idem, p. 11.

cristianismo. Ideais de liberdade, de justiça e de fraternidade humana, que ainda não tinham alcançado a sua plenitude. O autor considerava que o Brasil poderia dar uma significativa contribuição para o renascimento daqueles ideais; uma contribuição para que a civilização ocidental se organizasse a partir do primado dos valores espirituais<sup>716</sup>.

Ao comentar mais especificamente a respeito do desenvolvimento econômico nacional, Primo Nunes considerou que os antagonismos de classes no Brasil nunca tiveram um caráter radical, mas sim de cooperação, característica que estaria na tradição da nacionalidade brasileira. Conforme o capitão, as classes médias no Brasil possuiriam “reservas morais e intelectuais<sup>717</sup>” para contribuir na batalha do desenvolvimento nacional. As Forças Armadas também seriam uma das forças positivas que a consciência nacional poderia contar em prol daquele desenvolvimento. Uma tarefa relevante que o autor conferiu às classes armadas foi a da manutenção da democracia.

É mister que a classe militar possa aparecer diante da comunidade, não como uma casta privilegiada e usufrutuária do trabalho coletivo, porém como uma parcela responsável desta comunidade, destinada, não só a preservar externamente a sua segurança, como a garantir o funcionamento normal do sistema democrático de governo e a servir de esteio à política de desenvolvimento exigida pelo atual estágio da evolução nacional<sup>718</sup>.

Na ótica de Primo Nunes, “a base comum de compreensão e de união dos militares” deveria ser fundamentada na democracia e no nacionalismo<sup>719</sup>.

Ao falar na batalha pelo desenvolvimento nacional, o autor se referia a uma luta que se travava no cenário nacional, que teria, por um lado, a burguesia industrial e o proletariado urbano e, por outro, as burguesias latifundiária e mercantil, estas criticadas por ele. Disse haver uma falsa elite que estaria desvinculada “dos anseios e dos interesses coletivos<sup>720</sup>”, e que seria necessária a constituição de uma elite que estivesse voltada para os interesses da comunidade, que estivesse “impregnada do espírito de solidariedade humana e de amor à

---

<sup>716</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957.

ANDRADE, Primo Nunes de. “Brasil, Berço do Renascimento da Civilização Cristã”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 153, 1959.

<sup>717</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 26.

<sup>718</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Classe Militar na Conjuntura Histórico-Social da Atualidade Brasileira”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 145, 1957, p. 8.

<sup>719</sup> Idem, p. 8-9.

<sup>720</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 25.

coletividade<sup>721</sup>”. Esta elite, que seria autêntica, estaria “credenciada para propagar a ‘mística do desenvolvimento’, polarizando desta forma as consciências individuais e galvanizando a consciência coletiva da nacionalidade<sup>722</sup>”.

Na revista de nº 145, o capitão-de-fragata Primo Nunes de Andrade voltou a falar sobre a questão do nacionalismo, ao abordar o tema da classe militar naquela conjuntura<sup>723</sup>. O autor afirmou que o nacionalismo não seria “algo que tenha sido ou possa ser imposto ao povo por círculos militares jacobinistas ou extremados; assim o querem fazer crer os elementos de uma falsa elite divorciada da realidade nacional<sup>724</sup>”. Após apontar vários motivos dessa interpretação incorreta do que seria o nacionalismo, o autor afirmou. “Muito ao contrário, o nacionalismo é uma afirmação da consciência coletiva, da qual a classe militar não pode deixar de participar, a menos que esteja desvirtuada das suas funções e dos seus deveres<sup>725</sup>”. Na revista de nº 146, Primo Nunes voltou a tocar na questão do nacionalismo. O texto<sup>726</sup> publicado era resultado de uma conferência dada pelo autor em julho daquele ano (1957), na União Nacional dos Estudantes. A conferência fazia parte de um “Ciclo de Palestras Preparatórias da Grande Convenção da Frente Nacionalista Brasileira<sup>727</sup>”, organizado pela União Nacional dos Estudantes. O autor definiu o nacionalismo postulado pelo grupo que dirigia o Clube e a revista.

Eis por que o nacionalismo, que tomamos como bandeira para mobilizar o povo brasileiro na batalha pela sua emancipação cultural, social e econômica, não poderá ser estéril e inexpressivo, como o jacobinismo, forma arcaica e decadente do mesmo, mas haverá de ser fecundo e significativo, razão pela qual terá de ser um nacionalismo de base, cujas raízes deverão procurar a seiva vitalizadora nas fontes democráticas do poder nacional. Em outras palavras, o nosso nacionalismo não deverá ser formalista e de cúpula, porém autêntico e apoiado na consciência coletiva<sup>728</sup>.

O autor analisou a sociedade brasileira e fez uma distinção entre duas culturas: uma cultura litorânea e uma cultura mediterrânea. O Brasil estaria passando por uma fase de transição da cultura litorânea para a cultura mediterrânea. Segundo o autor, a cultura litorânea

---

<sup>721</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>722</sup> Idem, p. 28.

<sup>723</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Classe Militar na Conjuntura Histórico-Social da Atualidade Brasileira”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 145, 1957, p. 7-10.

<sup>724</sup> Idem, p. 9.

<sup>725</sup> Idem, p. 9.

<sup>726</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Nova Cultura Brasileira, Componente Histórica do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 146, 1957, p. 9-26.

<sup>727</sup> Idem, p. 9.

<sup>728</sup> Idem, p. 10.

esteve presente na vida política e social desde a independência do Brasil. Ela seria caracterizada pelos interesses dos latifundiários e das classes mercantis e financeiras; pela exploração do trabalho escravo e pela exploração intensiva do trabalho; pelo coronelismo; por uma ideologia importada para justificar o sistema semicolonial; pelo bacharelismo; pelos padrões de ensino copiados do exterior, etc. Por outro lado, a cultura mediterrânea “é a cultura da era do desenvolvimento, em que a comunidade brasileira se está libertando dos vínculos que a amarravam ao regímen semicolonial e está procurando dar expressão às verdadeiras tendências da sua formação histórica<sup>729</sup>”. A cultura mediterrânea seria caracterizada pelos seguintes aspectos: pela nacionalização; pela reforma da estrutura agrária; pela “ação disciplinadora do Estado nos investimentos de capitais e na aplicação das poupanças da comunidade em setores vitais para a economia nacional<sup>730</sup>”; pelo processo de industrialização; por um movimento municipalista, visando à melhoria de vida das populações do interior; o reconhecimento de direitos políticos e econômicos a toda a população; a manutenção do regime democrático; diretrizes educacionais voltadas para o desenvolvimento nacional; a interiorização da Capital nacional, a fim de evitar “que os poderes constitucionais da República continuem, como até agora, a sofrer as injunções de ordem econômica, social e política, oriundas dos grupos de pressão que os envolvem e que atuam geralmente como órgãos de reação e retrocesso da cultura litorânea<sup>731</sup>”. Segundo o autor, nos debates que se davam naquele contexto a respeito dos problemas nacionais, havia um “entrechoque das mentalidades representativas das duas culturas<sup>732</sup>”. Para Primo Nunes,

o movimento nacionalista (...) nada mais é que uma das manifestações da vitalidade da nova cultura, que está encontrando expressão em todos os setores que representam autenticamente a vida, o pensamento e a ação da comunidade brasileira. A nossa luta nada mais é que uma das facetas do conflito mais amplo entre as duas culturas. (...) A nova cultura, inspirada na ideologia do desenvolvimento é apoiada nas forças vivas da nacionalidade, que estão conjugando os seus esforços para desenvolver a consciência coletiva, que há de impor-se com suficiente vitalidade para conduzir o povo brasileiro a traçar o seu próprio destino nas páginas da História<sup>733</sup>.

---

<sup>729</sup> Idem, p. 10.

<sup>730</sup> Idem, p. 22.

<sup>731</sup> Idem, p. 23.

<sup>732</sup> Idem, p. 23.

<sup>733</sup> Idem, p. 11.

No texto<sup>734</sup> publicado na revista de n ° 147, que versou sobre a arte na era do desenvolvimento nacional, Primo Nunes afirmou existir no país um sistema de propaganda, que se utilizava dos meios de comunicação para difundir idéias que seriam contrárias ao crescimento da consciência nacional e contra o desenvolvimento. São “armas psicológicas a serviço da cultura decadente, utilizadas constantemente em sentido contrário às aspirações legítimas e autênticas da coletividade<sup>735</sup>”. De acordo com o autor, no contexto da vida moderna, “desloca-se o conceito fundamental de arte da categoria de criação da consciência individual para a categoria de expressão da consciência coletiva<sup>736</sup>”. Desta forma, as manifestações artísticas deveriam se realizar a partir do primado do social em relação ao individual. Diante deste pressuposto, e levando-se em conta a batalha contra aqueles que defendiam a cultura decadente, o autor fez algumas considerações sobre o uso da arte na sociedade brasileira.

Na época atual da História do Brasil, que corresponde à era do desenvolvimento, em que uma nova cultura está sendo elaborada, dando ao mesmo tempo expressão às tendências históricas da formação da nacionalidade, todos aqueles que usam da palavra como meio de persuasão e de difusão de idéias, devem compenetrar-se da função eminentemente social que terá de assumir a arte literária. (...) Aqueles que utilizam a arte da palavra em qualquer dos múltiplos setores em que a mesma tem aplicação, o façam visando despertar as forças espirituais capazes de dinamizar a consciência nacional do povo brasileiro, orientando-o no sentido da plena realização do seu destino histórico<sup>737</sup>.

No proferimento acima, o autor defendeu o uso da retórica em favor do desenvolvimento nacional propugnado pelos nacionalistas; defendeu o uso da retórica contra aqueles que se colocavam contra o desenvolvimento e contra aqueles que negavam o despertar da consciência coletiva, consciência voltada para o nacionalismo. Em seus proferimentos, Primo Nunes vinculou o nacionalismo à democracia e ao que ele denominou de cultura mediterrânea, caracterizada, dentre outros aspectos, por uma reforma social, pela industrialização, pelos direitos políticos e econômicos e pelo próprio regime democrático. Essa nova cultura nacional estaria dando expressão “às tendências históricas de formação da nacionalidade<sup>738</sup>”; tendências estas que levariam o país a alcançar a emancipação econômica e

---

<sup>734</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Arte Literária na Era do Desenvolvimento”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 147, 1957, p. 7-9.

<sup>735</sup> Idem, p. 9.

<sup>736</sup> Idem, p. 8.

<sup>737</sup> Idem, p. 8.

<sup>738</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Ética e a Economia no Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 152, 1959, p. 13-23.

política. Em sua retórica sobre o nacionalismo, também estariam presentes os ideais cristãos de justiça e de fraternidade humana, assim como as idéias de solidariedade e de amor ao próximo e à coletividade. Primo Nunes concebeu o nacionalismo articulado com a cultura nacional, com a tradição brasileira que, dentre outros aspectos, não estaria marcada pelos antagonismos de classes, mas sim pelo ideal de cooperação. Desta forma, como podemos compreender o conceito de nacionalismo elaborado por Primo Nunes diante da distinção entre nacionalismo e patriotismo feita por Viroli? Para este autor, o patriotismo estaria mais vinculado a uma linguagem que reforça o amor às instituições políticas e a formas de vida que sustentam a liberdade, enquanto que na linguagem do nacionalismo se reforçaria a unidade cultural e étnica de um povo. No patriotismo, o valor essencial estaria ligado à República e à liberdade, enquanto que no nacionalismo o valor essencial estaria relacionado à unidade étnica. O nacionalismo lutaria contra a impureza racial e a contaminação cultural. Por seu lado, o patriotismo se colocaria contra o despotismo, a opressão e a corrupção. E como observa Viroli, não se deve ver os dois termos de forma simplista; deve-se pensá-los na sua complexidade, apreendê-los em contextos históricos específicos<sup>739</sup>. Assim, compreendemos que o conceito de nacionalismo empregado por Primo Nunes não pode ter uma relação de correspondência com o conceito de patriotismo republicano de Viroli. Este está referenciado pela virtude cívica, ao passo que o nacionalismo propugnado por Primo Nunes está referenciado pelos ideais do cristianismo. Não tem correspondência com o patriotismo republicano, mas também não tem correspondência com a noção de nacionalismo empregada por Viroli. Afinal, o nacionalismo defendido por Primo Nunes não estava centrado na busca por uma unidade étnica ou uma pureza cultural, mas numa moral cristã; moral que visaria à justiça e à fraternidade entre os homens.

Se, como considera Viroli, às vezes o ideal de nação foi usado em lutas pela liberdade, esse parece ter sido o caso da retórica nacionalista de Primo Nunes. Este defendeu a cultura mediterrânea, que seria caracterizada por aspectos progressistas, como a defesa de reformas sociais, pelos direitos políticos estendidos a toda população, e pela democracia. Defendeu uma nova mentalidade contra uma cultura litorânea, caracterizada pelo coronelismo, pelo colonialismo. Defendeu a ruptura com uma organização social e política semicolonial e a constituição de uma organização social de caráter democrático. Em um texto publicado na

---

<sup>739</sup> VIROLI, Maurizio. *For Love Of Country: an essay on patriotism and nationalism*. Oxford: Clarendon/Oxford University, 1997.

revista em agosto/setembro de 1960<sup>740</sup>, o autor defendeu a modernização da sociedade brasileira, com a adoção de algumas políticas: disseminação do ensino público; extensão da legislação trabalhista no meio rural; e uma reforma da estrutura agrária. Colocou como uma obrigação do Estado cuidar das questões relativas ao abastecimento alimentar, à assistência médico-social e à educação<sup>741</sup>. Ao comentar sobre o relato da história feito pelo ISEB, Guita Debert afirma que “termos como amor à Pátria, nacionalismo, povo, etc.<sup>742</sup>” estavam intrinsecamente vinculados “a uma luta contra a espoliação da nação e das classes menos favorecidas<sup>743</sup>”. Segundo a autora, o nacionalismo pensado pelo ISEB teria um sentido transformador. Como o pensamento de Primo Nunes e dos editores da revista tinha importante influência do ISEB, as considerações de Guita Debert corroboram a compreensão de que o pensamento de Primo Nunes tinha um caráter progressista. Viroli fala a respeito da virtude cívica como uma condição para sustentar a liberdade política; em cidadãos comprometidos com o bem comum e com a liberdade<sup>744</sup>. Embora Primo Nunes não tenha focado suas análises na questão da virtude cívica<sup>745</sup>, observa-se, em sua retórica nacionalista, que ele argumentou em favor da solidariedade humana, do amor ao próximo e do amor à coletividade. Mas, embora ele tenha defendido a democracia, a justiça, a solidariedade, a busca do bem comum, o fez inspirado numa concepção espiritualista, numa concepção cristã do mundo. Para Viroli, uma boa República precisa de uma unidade política que seja sustentada por um ideal vinculado à República<sup>746</sup>. Primo Nunes argumentou em favor da República e da democracia; em favor do amor à República, mas de uma República inspirada pela moral cristã. De acordo com Viroli, uma boa República, capaz de gerar comprometimento e amor ao bem comum e à liberdade, não pode ter um caráter apenas político. Ela tem que ser particularista e estar

---

<sup>740</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Atual Conjuntura e o Processo de Desenvolvimento Econômico”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 156, 1960. O texto foi novamente publicado no número seguinte da revista, pois continha erros na primeira publicação.

<sup>741</sup> Para Primo Nunes, “a disseminação da escola primária, pública e universal, é a primeira medida que se impõe para que se possam alargar as bases culturais da estrutura social da nação”. Idem, 1960.

<sup>742</sup> DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986, p. 224.

<sup>743</sup> Idem, p. 224.

<sup>744</sup> VIROLI, Maurizio. *For Love Of Country: an essay on patriotism and nationalism*. Oxford: Clarendon/Oxford University, 1997.

<sup>745</sup> Em um editorial no qual abordaram a questão do desenvolvimento nacional, os editores escreveram sobre o papel das Forças Armadas “na formação da mentalidade dos construtores de nosso progresso e, sobretudo, na vigilância e defesa do patrimônio econômico...”. Consideraram que as Forças Armadas eram “escolas específicas por excelência, de virtudes cívicas, patriotismo e renúncia”. In: “Editorial: Para a Frente”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 151, 1958, p. 6.

<sup>746</sup> VIROLI, Maurizio. *For Love Of Country: an essay on patriotism and nationalism*. Oxford: Clarendon/Oxford University, 1997.

referenciada a uma cultura comum e a memórias compartilhadas<sup>747</sup>. É possível pensarmos na hipótese de que, na concepção de Primo Nunes, essa cultura comum e essas memórias compartilhadas, no caso brasileiro, seriam constituídas, em parte, pela crença religiosa, pela moral cristã. Primo Nunes deixou claro, em seus proferimentos, que “os ideais que dão conteúdo e sentido à civilização cristã” foram aqueles que presidiram a formação da nacionalidade brasileira<sup>748</sup>. Esses ideais do cristianismo seriam a liberdade, a justiça e a fraternidade. Em outro texto, o autor reforçou essa crença: “Os eternos ideais cristãos de justiça e de fraternidade humana, que dão sentido à nossa civilização e que, num plano alto, constituem o substrato espiritual das tendências da nossa formação histórica<sup>749</sup>”. Além de considerar que os ideais cristãos constituíram o substrato da nacionalidade brasileira, Primo Nunes apontou outras tendências históricas da formação nacional. A primeira tendência assinalada pelo autor foi “a integração no seu complexo social das várias raças que entraram em contacto no seu território<sup>750</sup>”. Segundo o autor, essa tendência, que já vinha se manifestando desde o período colonial, teria se transformado numa realidade no contexto dos anos 1950. Outra tendência era a da “unificação e da assimilação mútua de regiões territoriais afastadas entre si, de configurações geográficas e econômicas díspares<sup>751</sup>”. Conforme o autor, a classe militar teve um papel relevante no processo de constituição da unidade nacional. “A unidade nacional já é hoje um fato consumado na vida da comunidade brasileira<sup>752</sup>”. Mas ainda se fazia necessário superar outro aspecto da integração nacional, que seria o domínio da terra continental, a marcha para o Oeste. Primo Nunes afirmou:

Para o povo brasileiro, deve ser motivo de orgulho ter conseguido, com a maior diversidade de raças e em tão grande extensão territorial, este milagre da unidade nacional, representada pela identidade de língua, costumes, tradições e religião, base favorável para a criação e o desenvolvimento de uma cultura autenticamente brasileira<sup>753</sup>.

Para Primo Nunes, a Constituinte de 1891 teria dado um primeiro passo com vistas a um sistema político que tivesse uma correspondência mais autêntica com a nacionalidade.

---

<sup>747</sup> Idem, 1997.

<sup>748</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 11.

<sup>749</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “A Nova Cultura Brasileira, Componente Histórica do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 146, 1957, p. 24.

<sup>750</sup> Idem, p. 12.

<sup>751</sup> Idem, p. 12-13.

<sup>752</sup> Idem, p. 13.

<sup>753</sup> Idem, p. 13.

Considerou também que a primeira fase do regime republicano foi caracterizada pela hegemonia dos grandes Estados e o mesmo serviu à classe latifundiária, não correspondendo aos anseios da nação. O referido regime foi subvertido por uma revolução que, aparentemente, era fruto de rivalidades regionais, “mas que, de fato, traduzia aspirações incontidas do povo brasileiro por uma alteração substancial da estrutura política e social da nação<sup>754</sup>”. Deste modo, entendemos que todos esses aspectos da formação da nacionalidade brasileira seriam constituintes, na retórica nacionalista de Primo Nunes, da “cultura comum” e das “memórias compartilhadas”.

É oportuno fazermos aqui uma referência ao estudo realizado por Lúcia Lippi Oliveira<sup>755</sup>, uma vez que a autora abordou a questão nacional na Primeira República e mostrou que naquele contexto histórico houve movimentos nacionalistas que articularam nacionalismo e crença religiosa, particularmente nacionalismo e catolicismo. De acordo com a autora, os escritores Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno Vieira fundaram, em 1917, a revista nacionalista denominada de *Bazília*. Na revista, travou-se uma luta contra os portugueses (que tinham destacada participação no comércio e na imprensa, particularmente no Rio de Janeiro) e defendeu-se a mestiçagem como positiva na construção do povo brasileiro. Na campanha nacionalista da revista, a religião e a moral eram vistas “como os verdadeiros alicerces da pátria<sup>756</sup>”. Bomilcar foi um dos fundadores, em 1919, do movimento nacionalista “Propaganda Nativista”, que defendeu a emancipação econômica e as idéias republicanas e democráticas. Bomilcar e a “Propaganda Nativista” exerceram influência na fundação da Ação Social Nacionalista que ocorreu em 1920. O presidente deste movimento nacionalista foi Afonso Celso, que já era colaborador da revista *Bazília*. Enquanto a “Propaganda Nativista” estava mais focada nas idéias republicanas, a Ação Social Nacionalista estava mais comprometida com os governos de Epitácio Pessoa e de Artur Bernardes. Além disso, a Ação Social Nacionalista teria um “compromisso mais acentuado com os princípios do catolicismo<sup>757</sup>”. Outra revista de propaganda nacionalista, a “*Gil Blas*”, foi criada em 1919 e era dirigida por Alcebíades Delamare. Tal revista também foi crítica à dominação de portugueses no comércio e na imprensa. Delamare publicou um livro em 1924, intitulado “*As duas bandeiras: catolicismo e brasilidade*”; editado pelo Centro D. Vital, uma instituição católica. De acordo com Lúcia L. Oliveira, Delamare entendia que o nacionalismo

---

<sup>754</sup> Idem, p. 17.

<sup>755</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>756</sup> Idem, p. 149.

<sup>757</sup> Idem, p. 156.

era Deus e pátria e que sem catolicismo não poderia haver nacionalismo. Bomilcar já defendia em seus escritos a necessidade de se considerar o papel histórico do catolicismo na sociedade brasileira. Afonso Celso e Delamare também destacaram o papel da Igreja na formação da sociedade brasileira, sendo que este último representava uma vertente nacionalista influenciada pelo fascismo. Esses escritores estabeleceram uma relação entre nacionalismo e catolicismo. Lúcia L. Oliveira aponta a existência de uma linha de continuidade de um nacionalismo militante que parte de uma preocupação de caráter mais política, com Bomilcar e a “Propaganda Nativista”, passando por Afonso Celso, Delamare e chegando até o nacionalismo de Jackson de Figueiredo, de postura mais fortemente católica. Colaborador da revista *Brasílea*, Figueiredo teria sido, naquele contexto, o mais destacado escritor que teria feito uma ligação do nacionalismo de Bomilcar com o catolicismo oficial. Ao falar sobre a relação entre a Igreja e o Estado no período republicano, Lúcia L. Oliveira fez referência a um texto (Memória sobre a religião) de um intelectual católico, Júlio Maria, escrito em 1900. Segundo a autora, Júlio Maria teria conferido um destacado papel ao catolicismo na formação da nacionalidade brasileira. “O início e o desenvolvimento da nossa nacionalidade, a formação da pátria, as lutas coloniais, a educação do povo, os usos e costumes – tudo isso está identificado com as crenças religiosas dos nossos antepassados<sup>758</sup>”. Para Júlio Maria, a unidade religiosa é que teria produzido a unidade política. O referido escritor afirmou que o “ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico<sup>759</sup>”. Para o referido autor, a crença e a fé constituiriam a alma da nação<sup>760</sup>.

Nos textos escritos por Primo Nunes<sup>761</sup>, publicados na revista do Clube Militar, não encontramos referências aos nacionalistas da Primeira República. De qualquer forma, mesmo se considerarmos a hipótese de que o autor não tenha feito um uso específico das obras dos escritores referidos acima, fica claro que Primo Nunes mobilizou a tradição religiosa na construção de sua retórica nacionalista. E também mobilizou, como o próprio autor explicitou, as análises sociológicas dos isebianos.

---

<sup>758</sup> Apud OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 164.

<sup>759</sup> Apud OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 165.

<sup>760</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>761</sup> Primo Nunes foi um dos redatores da revista do Clube até o nº 158, de janeiro/março de 1961.

No editorial do primeiro número da revista<sup>762</sup> publicada em 1958, os editores teceram comentários a respeito dos deveres das Forças Armadas, assim como escreveram sobre o significado de pátria.

Defender a Pátria não representa somente o sacrifício da vida em holocausto à terra bendita que nos deu berço. Pátria não é somente o conglomerado humano que, em determinado território, se irmana constituindo a sociedade; não é só o patrimônio imenso das nossas riquezas no campo material, moral e intelectual. Pátria é mais que tudo isso. É o regime, dentro do qual vivemos, sob a hierarquia de poderes, que nos cumpre acatar; são os nossos costumes – fonte cristalina da lei; são, enfim, as nossas tradições, os nossos usos regulares e métodos asseguradores da ordem, da paz e do progresso nacionais<sup>763</sup>.

Na mesma revista, foi publicado um texto<sup>764</sup> do major Octavio Costa, no qual o autor escreveu sobre a questão da presença do Estado na economia e sobre a livre empresa. O major disse que vinha observando no cenário político-nacional uma exaustiva campanha realizada “pela imprensa mais ligada ao capitalismo internacional, em torno aos dilemas estatismo e livre empresa, nacionalismo e patriotismo<sup>765</sup>”. Conforme o autor, os jornais, através de editoriais e de outras matérias, insistiam em criticar o nacionalismo e a participação do Estado na economia. “É campanha cuidadosamente planejada e desencadeada com precisão infalível<sup>766</sup>”. Criticou os articulistas dos jornais que faziam aquela campanha, entendendo que eles “negaceiam a verdade, a soldo de interesses nem sempre muito puros<sup>767</sup>”. Para o major, os articulistas dos jornais repetiam os já conhecidos argumentos e sofismas, acusando de comunistas as pessoas que não concordavam com os seus propósitos e opiniões. O capitão Primo Nunes, em seu texto “Ideologia e Demonologia<sup>768</sup>”, também fez considerações semelhantes, mencionando que aqueles que defendiam a cultura decadente ameaçavam “com o anátema de ‘comunistas’<sup>769</sup>” as pessoas que estavam enfrentando os problemas concernentes ao desenvolvimento nacional e se apoiavam nos imperativos históricos daquele momento que, segundo o capitão, eram a democracia e o nacionalismo. Os setores antinacionalistas, sejam

---

<sup>762</sup> “Editorial: Os Deveres das Forças Armadas”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 148, 1958, p. 5-8.

<sup>763</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>764</sup> COSTA, Octavio. “Estatismo e Livre Empresa, Nacionalismo e Patriotismo”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 148, 1958, p. 9-13.

<sup>765</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>766</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>767</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>768</sup> ANDRADE, Primo Nunes de. “Ideologia e Demonologia”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 148, 1958, p. 14-18.

<sup>769</sup> *Idem*, p. 18.

militares ou civis, continuaram - como o faziam desde os embates retóricos com os nacionalistas dos anos 50/52 - a acusar os setores nacionalistas de comunistas. Embora os nacionalistas/legalistas tivessem algumas crenças que os afastavam dos nacionalistas dos anos 50/52, ainda eram acusados de comunistas pelos seus oponentes antinacionalistas. Estes, em seus argumentos retóricos, continuavam em sua persistente tarefa de atacar o caráter e a moral dos grupos nacionalistas, visando desqualificá-los perante a opinião pública. Por outro lado, os nacionalistas argumentavam, no embate retórico com seus adversários, que tal acusação não passava de uma campanha para neutralizar as idéias nacionalistas em favor do desenvolvimento nacional.

O major Octavio Costa fez uma observação interessante em relação ao nacionalismo e ao patriotismo: “Atentai para a desfaçatez com que subvertem o dicionário, criando novas definições e acepções para a palavra nacionalismo, chegando ao desplante de situá-la com antônimo de patriotismo. Quão distantes da alma popular estão esses artistas da palavra escrita!<sup>770</sup>”. No dicionário da língua portuguesa de 1944<sup>771</sup>, o termo nacionalismo significava: “Patriotismo; preferência determinada por tudo o que é próprio da *nação* a que se pertence; política de *nacionalização* de todas as atividades de um país - indústria, comércio, artes, etc.”. Em primeiro lugar, assinalava uma equivalência entre nacionalismo e patriotismo. Em segundo lugar, colocava o nacionalismo como uma preferência pelo que é nacional, e em terceiro lugar, apontava para políticas de nacionalização das atividades do país. Desta forma, encontramos no dicionário de 1944 três acepções para o termo nacionalismo, sendo que as três acepções poderiam dar margens de discussões. Os grupos nacionalistas, o que se percebe a partir do enunciado do major Octavio Costa, empregavam o termo nacionalismo como equivalente a patriotismo. Enquanto isso, os antinacionalistas empregavam o termo nacionalismo para se referir a crenças relativas a uma completa estatização das atividades do país, vinculando essa descrição retórica para associá-la com a acusação de comunistas impingida aos nacionalistas. Havia uma disputa retórica em torno do conceito de nacionalismo. No mesmo dicionário, o termo nacionalista tinha as seguintes acepções:

---

<sup>770</sup> COSTA, Octavio. “Estatismo e Livre Empresa, Nacionalismo e Patriotismo”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 148, 1958, p. 10.

<sup>771</sup> LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo (orgs.). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1944. Revisto por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz, 5ª Edição. No dicionário informa-se que a referida edição foi refundida, revista e aumentada por Antenor Nascentes (Vocábulo de Filologia e Gramática); Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (Brasileirismos e redação); C. Delgado de Carvalho (Geografia e História); Carlos Del Negro (Geologia e Mineralogia); Fernando de Azevedo (Sociologia, Antropologia e Educação); Herbert Baldus (Etnologia), dentre outros, p. 802.

“Relativo à independência e interesses nacionais; patriótico<sup>772</sup>”. Nesse sentido, as duas acepções do termo nacionalista estavam mais próximas dos argumentos retóricos dos setores nacionalistas. Vejamos, a título de comparação, os significados empregados para os referidos termos no mesmo dicionário em sua décima edição, de 1961. Na décima edição, o dicionário foi supervisionado por Aurélio Buarque de Hollanda. O termo nacionalismo aparece com as seguintes acepções:

Preferência determinada por tudo o que é próprio da *nação* a que se pertence; patriotismo; doutrina política baseada na aspiração do ressurgimento das tradições *nacionais*; reivindicações políticas das *nacionalidades* submetidas à opressão estrangeira; política de *nacionalização* de todas as atividades de um país – indústria, comércio, artes, etc.<sup>773</sup>

Quanto à edição de 1944, houve a manutenção das acepções anteriores e teve o acréscimo de duas acepções. Uma que se refere às tradições nacionais e outra que se refere às reivindicações políticas nacionalistas frente à opressão estrangeira. Esta acepção reforça o sentido empregado pelos grupos nacionalistas. No tocante ao termo nacionalista, as acepções são idênticas às do dicionário de 1944. “Relativo à independência e interesses *nacionais*; Patriótico; diz-se de pessoa que pratica o *nacionalismo*<sup>774</sup>”. Portanto, são favoráveis ao uso que os nacionalistas faziam do termo. No que concerne ao termo patriotismo, no dicionário de 1944, o significado é o seguinte: “Qualidade de *patriota*, amor da *pátria*<sup>775</sup>”. No dicionário de 1961, o significado de patriotismo é exatamente o mesmo. Desta forma, observa-se que havia uma nítida disputa retórica em torno do termo nacionalismo. O proferimento do major Octavio denunciando os antinacionalistas de subverterem o significado do termo nacionalismo e tratá-lo como antônimo de patriotismo expressava claramente a disputa em se legitimar um dado significado ao termo nacionalismo. O uso que os antinacionalistas estavam fazendo dos termos *nação*, *nacionalismo* e *nacionalista* era um uso que contestava o significado então vigente para o termo, conforme verificamos nas acepções dos dicionários. Vimos anteriormente que o general Estillac Leal foi acusado de usar, em um de seus

---

<sup>772</sup> Idem, p. 802.

<sup>773</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda (Supervisão). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 831. A edição contou com a participação de José Baptista da Luz como assistente de supervisão e inúmeros especialistas na revisão e acréscimo da mesma.

<sup>774</sup> Idem, p. 831.

<sup>775</sup> LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo (orgs.). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1944. Revisto por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz, 5ª Edição, p. 872.

proferimentos, o termo nação e não o termo pátria. Para os antinacionalistas, isso seria um indicador de que o general seria um comunista ou um aliado dos setores comunistas. Mas em muitas ocasiões, como observamos durante o trabalho, os nacionalistas usaram copiosamente os termos pátria e patriotismo. De qualquer forma, no contexto de disputa política entre nacionalistas e antinacionalistas, estes procuraram legitimar o uso que eles faziam do termo nacionalismo. E tal uso denotava um vício e não uma virtude. Portanto, procuraram persuadir os ouvintes/leitores a aceitarem a idéia de que o termo nacionalismo significava um vício, um vínculo com a idéia de comunismo. Se o termo nacionalismo pudesse significar uma virtude moral, os antinacionalistas procuravam colocar o termo sob uma nova perspectiva moral, que seria a vinculação entre nacionalismo e comunismo, entre nacionalismo e desordem, anarquia. E, por outro lado, como temos visto, os nacionalistas, nas disputas retóricas com seus opositores, procuravam significar o nacionalismo como uma virtude moral, como amor à pátria, e defesa dos interesses nacionais.

Para o major Octavio, o fato de se ter a “convicção de que somos um dos pilares da defesa do ocidente<sup>776</sup>” não deveria ser motivo para que o país tivesse postura dócil e passiva. Justamente por ter aquela convicção é que o país deveria ter uma postura independente, particularmente na área econômica. Segundo o autor, “ninguém de bom senso neste País está advogando a invasão do Estado nas atividades econômicas<sup>777</sup>”. O que eles defendiam, de acordo com o major, era o monopólio estatal de materiais estratégicos, até mesmo devido a uma necessidade de segurança nacional. O major afirmou que as empresas de capital privado fossem nacionais ou estrangeiras, tinham muitas áreas da economia nas quais poderiam investir seus capitais. Citou como exemplo a indústria automobilística, área em que os capitais estrangeiros estavam fazendo investimentos, ressaltando que até recebiam assistência do Estado para tais empreendimentos. Comentou, para exemplificar, a respeito de outras áreas nas quais a iniciativa privada poderia ou estava investindo, como no aproveitamento energético das quedas d’água e na construção naval. E disse que certas iniciativas privadas recebiam o auxílio do Estado, “tão desejado e tão mal agradecido<sup>778</sup>”. O major entendia que a campanha contra a participação do Estado na economia que a imprensa fazia visava particularmente a Petrobrás. Observou ainda que as empresas estrangeiras deveriam esquecer a Petrobrás.

---

<sup>776</sup> COSTA, Octavio. “Estatismo e Livre Empresa, Nacionalismo e Patriotismo”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 148, 1958, p. 11.

<sup>777</sup> Idem, p. 11.

<sup>778</sup> Idem, p. 11.

O Ministro da Guerra, Teixeira Lott, em visita a uma indústria automobilística, fez declarações à imprensa na qual falou a respeito do nacionalismo e da Petrobrás. Afirmou que “formou-se no Brasil uma mentalidade nacionalista de defesa intransigente da Petrobrás<sup>779</sup>”. Para o ministro, só seria possível mudar a política nacional sobre o petróleo, se fosse feito antes uma consulta ao povo. Após estas declarações do ministro, o presidente do Clube Militar enviou uma mensagem de apoio às suas declarações, mensagem que começou por dizer que a diretoria do Clube tinha sido “eleita à base de um programa nacionalista<sup>780</sup>”. Apoio ao pronunciamento do ministro “no sentido de que não deve haver qualquer modificação na política petrolífera brasileira, já concretizada na Petrobrás e tornada lei, depois do maior e mais profundo movimento de opinião já assistido em nosso país<sup>781</sup>”. O presidente do Clube, em companhia de alguns diretores da instituição, foi pessoalmente ao gabinete do ministro entregar a declaração de apoio ao seu pronunciamento. Na ocasião, o presidente do Clube fez um discurso reiterando a necessidade de que o próprio país fizesse o controle e a exploração de suas riquezas naturais, “principalmente dessas que, por sua importância fundamental nos dias presentes, estão intrinsecamente ligadas à independência da Pátria<sup>782</sup>”. Em um discurso durante uma cerimônia de aspirantes a oficial do CPOR de Belo Horizonte, o ministro Teixeira Lott voltou a destacar que o Brasil deveria explorar as suas próprias riquezas naturais. “Não poderemos admitir que outros o façam em nosso lugar, com o sacrifício do nosso progresso e risco, até, da nossa sobrevivência de povo livre e soberano<sup>783</sup>”. Em outro editorial denominado “Para a Frente!”, os editores fizeram a apologia da participação do Estado na economia.

A Petrobrás, a Siderurgia, a Indústria Nacional Automobilística e enorme gama de outras realizações, são fatos incontestes, muitos deles afirmando a necessária liderança do Estado na política do desenvolvimento, como imperativo desse mesmo desenvolvimento e incutindo fé, àqueles que, por ignorância, desacreditam de nossa capacidade<sup>784</sup>.

---

<sup>779</sup> LOTT, Henrique Teixeira. “Oportuna e Significativa Reafirmação da Política Nacional: declaração do Exmo. Sr. Ministro da Guerra em São Paulo”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 150, 1958, p. 25.

<sup>780</sup> BASTOS, Joaquim Justino Alves. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 150, 1958, p. 27.

<sup>781</sup> Idem, p. 27.

<sup>782</sup> BASTOS, Joaquim Justino Alves. “O Clube Militar Solidário com o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 151, 1958, p. 8.

<sup>783</sup> LOTT, Henrique Teixeira. “Discurso do Sr. Ministro da Guerra na Cerimônia de Declaração de Aspirantes do CPOR de Belo Horizonte”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 150, 1958, p. 97.

<sup>784</sup> “Editorial: Para a Frente”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 151, 1958, p. 6.

Na revista de número 154<sup>785</sup>, do segundo semestre de 1959, os editores escreveram sobre Brasília, a nova capital federal. Defenderam a construção de Brasília e a transferência da capital, pois entendiam que isso iria contribuir para a integração nacional. Brasília uniria todos os brasis, seria uma unificação cingida pela brasilidade.

E a integração como ato defensivo da coletividade cria por interligações um outro personalismo, amplificado e consciente da própria grandeza ambiental, e um objetivo de nacionalismo mais prático do que sentimental, mais imediato do que propriamente tradicional, justo e adequado com as nossas necessidades e coerentes com o nosso passado. (...) É uma das características da integração nacional a criação dessa consciência da própria realidade, sem ufanismos nem derrotismo, sem lirismos ou demagogias, com um único sentido de patriotismo<sup>786</sup>.

Defendendo Brasília e a necessidade da promoção da integração nacional, os editores afirmaram ser preciso seguir o que dizia a geopolítica: “Promovendo medidas para a realização da continentalidade brasileira em termos de efetiva comunidade política e integração nacional<sup>787</sup>”. No proferimento em defesa da integração nacional, os editores fizeram um comentário sobre a República, entendendo que ela fora fundada em 1889 por alguns idealistas e que foram aplicados “esquemas políticos inautênticos, relativamente às realidades brasileiras, se transformou até 1930 num elemento desintegrativo<sup>788</sup>”. Neste enunciado, assim como em muitos outros feitos pelos editores, se observa uma nítida correspondência entre a retórica dos editores e a retórica presente nos textos de Primo Nunes. Naquele processo de integração nacional, os editores acreditavam que era preciso aproximar o governo central com a mudança da capital. “Porque é principal componente do nosso processo histórico o poder do Estado antecipar-se à iniciativa privada<sup>789</sup>”. Para os editores, essa antecipação do poder público, visando “defender e criar condições de desenvolvimento, explica-se pela debilidade da economia privada nacional<sup>790</sup>”.

Na mesma revista de número 154, foi publicado um discurso<sup>791</sup> do vice-almirante Lúcio Martins Meira<sup>792</sup>, que ocupou o Ministério da Viação e Obras Públicas durante três

---

<sup>785</sup> “Editorial: Integração Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 154, 1959, p. 5-10.

<sup>786</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>787</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>788</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>789</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>790</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>791</sup> MEIRA, Lúcio. “A Nação como Sujeito e Objeto do Plano de Desenvolvimento”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 154, 1959, p. 99-102.

anos no governo Kubitschek e que, a partir de julho de 1959, passou a ser presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE, substituindo Roberto de Oliveira Campos. Foi publicado na revista o discurso de posse do vice-almirante no BNDE. Lúcio Meira enfatizou que a sua presidência no BNDE se realizaria a partir de outras concepções do que era melhor para o Brasil. Em seu discurso, procurou definir a idéia de nação. “Refiro-me à Nação como sujeito, capaz de ter uma vontade que é nosso dever de administradores, planejadores e simples servidores conhecer e velar para que se cumpra<sup>793</sup>”. Segundo o almirante, o plano de desenvolvimento deveria estar lastreado com o pressuposto de se cultivar “sentimento democrático e cristão da fraternidade, por que sem isso não haverá plano<sup>794</sup>”. Novamente definiu nação “como sujeito e objeto do plano de desenvolvimento. Desde que a estudemos e logremos conhecê-la como objeto, nós que a amamos e que somos de sua essência, podemos erguê-la à condição de sujeito consciente, capaz de vontade, visto como nos constituiremos em sua consciência<sup>795</sup>”. O almirante considerou que a subordinação que eles tinham à vontade da nação era um imperativo de racionalidade. Assinalou que eles eram cavaleiros da razão, e que pretendiam “conferir o mínimo de teleologia à ação do Estado, como expressão política da Nação<sup>796</sup>”.

Na revista de outubro/dezembro de 1960, os editores focaram o tema do nacionalismo, título do próprio editorial<sup>797</sup>. De acordo com os editores, “cada época histórica, cada conjuntura política tem, ambivalente, uma concepção política de comportamento e de filosofia de vida, fundadas no campo econômico e social<sup>798</sup>”. E, como consequência disso, tem também um método próprio de interpretação. Para os editores, seria um erro examinar uma nova situação, um novo contexto a partir de conceitos ultrapassados, afinal, de acordo com os editores, a primeira lei da vida seria a lei do movimento. Idéias que já foram adequadas em determinadas épocas, já não se adéquam a outro quadro social, a uma nova dinâmica social.

---

<sup>792</sup> Lúcio Meira foi subchefe do Gabinete Militar chefiado pelo general Ciro do Espírito Santo Cardoso, no segundo governo de Getúlio Vargas. Neste governo, também participou, como representante da Marinha, da Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI. No governo de Juscelino Kubitschek, como ministro da Viação e Obras Públicas, foi membro de um Grupo de Estudos da Indústria Automobilística, que sugeriu ao presidente a criação de um grupo executivo que centralizaria os estudos e decisões de implantação da indústria automobilística. Além disso, sugeriram que as indústrias do setor deveriam ser privadas e estrangeiras. In: KORNIS, Mônica. “Lúcio Meira”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 3699-3701.

<sup>793</sup> Idem, p. 101.

<sup>794</sup> Idem, p. 101.

<sup>795</sup> Idem, p. 101.

<sup>796</sup> Idem, p. 101.

<sup>797</sup> “Editorial: Nacionalismo”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 157, 1960, p. 2-3.

<sup>798</sup> Idem, p. 2.

Assim, cada época tem a sua formulação própria de problemas e soluções. A nossa, como princípio básico, tem o moderno conceito que manda estabelecer o primado da vontade social da maioria em busca de um padrão mais alto de vida. Este conceito, válido em economia, encontra no campo político e social o seu campo de batalha, lutando para impor-se socialmente, batalhando contra o conceito dos privilégios das minorias. No Brasil, assistimos à mesma luta. O País cresce, afirma-se, começa a querer industrializar-se e as massas a quererem participar mais ativamente da vida econômica e política do País. Criam-se doutrinas, movimentos, embates e surge, como bandeira das aspirações populares, o Nacionalismo. É o viático, o veículo político, a carga emocional para levar avante as aspirações do novo Brasil que surge. As idéias, no geral, são as pontas de lança das novas forças que se aproximam. (...) O Brasil tem o Nacionalismo. É a sua hora presente e é a sua maneira própria de realizar a sua revolução industrial. Nesse sentido, qualquer ação de retardo será remontada pela dinâmica social. Nenhuma força conseguirá contrariar a lei natural de nosso desenvolvimento econômico. No campo político e social não poderemos jamais voltar aos velhos quadros clássicos de relações, como se o homem econômico não existisse ou permanecesse estático. (...) A verdade é que o Brasil não pode parar. Terá que cumprir o seu destino histórico e, até o fim do século, tornar-se-á uma grande potência. Com ele – o Brasil – seu povo será, definitivamente, livre e respeitado<sup>799</sup>.

Como se constata no enunciado acima, e reiterando o que já tínhamos afirmado, a retórica nacionalista dos editoriais mantinha forte correspondência com os enunciados elaborados por Primo Nunes. No enunciado supracitado, os editores destacaram o campo de batalha político no qual estavam envolvidos; assinalaram o nacionalismo como um fenômeno econômico, político, social e histórico. O desenvolvimento econômico do Brasil tinha no nacionalismo a sua força motriz e emocional que definia os rumos do progresso econômico e social pelo qual o Brasil tinha que trilhar. Os editores entendiam que o nacionalismo era um conceito novo que abarcava o conjunto do país, um conceito que era próprio daquele contexto histórico brasileiro, marcado pela industrialização, pelo desenvolvimento social e cultural e pela ampliação da conscientização nacional. Eles tinham clareza do campo de batalha retórico no qual estavam envolvidos com seus opositores. Por isso, procuravam falar sobre o nacionalismo com muita eloquência, pois sabiam que a retórica em defesa do nacionalismo era um forte instrumento político para contestar as idéias dos antinacionalistas e ao mesmo tempo convencer os leitores/ouvintes de que as crenças em torno do nacionalismo significavam uma melhor estratégia para o Brasil. Procuravam, desta forma, moldar os horizontes das possibilidades políticas em torno dos princípios do nacionalismo. O Brasil, como disseram, tinha o nacionalismo, e não se podia negligenciá-lo, visto que isto significaria ir contra o destino histórico do país. Apesar de usar a expressão “destino histórico”, o que se

---

<sup>799</sup> Idem, p. 2-3.

observa é que os militares nacionalistas/legalistas tinham a clareza de que o referido “destino histórico<sup>800</sup>” não ocorreria naturalmente, mas dependia da ação política empreendida por aqueles que acreditavam no nacionalismo.

---

<sup>800</sup> Primo Nunes abordou esta questão em seus textos, pois fazia parte da luta retórica dos nacionalistas convencer a platéia de que era preciso agir em prol das políticas nacionalistas. Aqueles que defendiam a nova cultura deveriam atuar em todos os setores da nação com o intuito de propagar a ideologia do desenvolvimento. Fazia-se necessário mobilizar as vontades individuais e coletivas para a missão histórica daquele contexto, que era o desenvolvimento nacional. “Cumprir notar que o surto do desenvolvimento nacional não é uma mera fatalidade histórica, resultado inevitável de um determinismo infalível de fatores e circunstâncias, de que possamos nos tornar simples espectadores confiantes e esperançados; ao contrário, só poderá ocorrer como resultado do concurso de vontades individuais que se disponham a atuar como forças espirituais dinamizadoras da consciência coletiva da nossa comunidade...”. In: ANDRADE, Primo Nunes de. “Panorama da Batalha do Desenvolvimento Nacional”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 144, 1957, p. 24.

## 6 MILITARES “ANTINACIONALISTAS”

### 6.1 A retórica militar antinacionalista

Ao iniciarmos este capítulo, é oportuno lembrar uma observação feita na introdução desta tese, qual seja: a designação de militares antinacionalistas refere-se a uma descrição relativa da posição dos referidos militares que organizavam suas idéias políticas em oposição ao pensamento dos militares que naquele contexto se autodenominavam de nacionalistas.

Os grupos de militares antinacionalistas já vinham se formando desde o período do Estado Novo, contra o getulismo e suas políticas nacionalistas. De acordo com Antonio Carlos Peixoto<sup>801</sup>, os grupos de militares antinacionalistas não eram contrários à industrialização, mas sim às políticas adotadas por Getúlio Vargas. Eram contrários a uma participação e mobilização política dos trabalhadores, assim como à adoção de uma política externa que não estivesse centrada numa aliança com os norte-americanos. Para os militares antinacionalistas, “industrializar significava atrair o capital estrangeiro, reforçar os laços com os Estados Unidos, enquanto se mantinha a classe operária afastada do processo político<sup>802</sup>”. José Murilo de Carvalho<sup>803</sup> entende que, com a aproximação do fim da Segunda Guerra e com o processo que foi ocorrendo visando à redemocratização do país, passou-se a construir uma imagem de Getúlio Vargas como amigo dos operários; uma aproximação de Vargas com as classes trabalhadoras. E, conforme Carvalho, esse movimento tinha uma certa semelhança com o peronismo na Argentina. Segundo o autor, essa teria sido uma causa mais imediata que levou a uma separação entre Vargas e as Forças Armadas. Poderíamos dizer: uma separação entre Vargas e importantes setores das Forças Armadas, particularmente a grande maioria da alta hierarquia das Forças Armadas. Para Carvalho, as Forças Armadas, “tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a inclusão de novo ator político que lhes era política e ideologicamente antagônico<sup>804</sup>”. Carvalho considera que os dois grupos de militares que tinham feito uma união para tirar Vargas da presidência em 1945 “consolidaram sua aliança e começaram um combate sem tréguas contra a direção do Clube,

---

<sup>801</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

<sup>802</sup> Idem, p. 80.

<sup>803</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>804</sup> Idem, p. 111.

criando o movimento chamado Cruzada Democrática<sup>805</sup>”. Segundo Carvalho, em 1953, à medida que Vargas adotava uma política nacionalista, crescia a conspiração militar, aliada particularmente aos setores conservadores de civis ligados à UDN. De acordo com o general Murici, todos achavam que Vargas, ao voltar a governar o Brasil a partir de 1951, já não era mais o mesmo; Vargas era percebido pelos militares como politicamente fraco, e os antinacionalistas achavam que as esquerdas se aproveitaram da sua fraqueza política e foram se infiltrando no governo. Os antinacionalistas sentiram, de acordo com o general Murici, que deveriam “eliminar certos elementos, dentro do governo, que poderiam levar à socialização, à esquerdização do país<sup>806</sup>”. No início de 1954, os conflitos entre o governo Vargas e os setores militares antinacionalistas foram se acentuando. O Ministério do Trabalho era o mais visado, pois, desde junho de 1953, João Goulart era o titular da pasta, a qual era considerada fortemente infiltrada por grupos de esquerda, comunistas. O general Murici disse que, naquele contexto, bem como no período em que concedeu seu depoimento ao CPDOC, estava convencido de que o Ministério do Trabalho estava infiltrado. Em seu livro de memórias, o general Aurélio de Lyra Tavares<sup>807</sup> fez o seguinte comentário a respeito da infiltração de comunistas no governo Vargas.

O ponto de apoio da sua política era, desde o início, e continuaria a ser, o Ministério do Trabalho. O trabalhismo constituía o sustentáculo da sua ação e haveria de servir de base política de acolhimento aos comunistas, que, obedientes às normas da sua estratégia, não se contentariam em seguir o grande rebanho dos trabalhistas. O objetivo era ocupar posição para influenciá-lo e incitá-lo habilmente, mas com segurança e planejamento, patrocinando as suas próprias reivindicações. Como se tratava de uma organização partidária que atuava na clandestinidade, o comportamento ditado pelas instruções de Moscou, no caso do Brasil, não poderia ser outro<sup>808</sup>.

---

<sup>805</sup> *Idem*, p. 113.

<sup>806</sup> ENTREVISTA, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 276.

<sup>807</sup> Lyra Tavares cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército norte-americano em *Fort Leavenworth*. Foi subchefe da missão militar brasileira junto ao controle dos aliados que ocuparam aquele país no pós-guerra. Em 1955, tornou-se chefe do gabinete do Estado-Maior do Exército (EME), quando foi promovido a general-de-brigada. Em 1961, recebeu a patente de general-de-divisão. Em 1963, foi nomeado primeiro subchefe do EME, sob a chefia do general Castelo Branco. Em 1966, tornou-se comandante da ESG e, no ano seguinte, foi nomeado ministro do Exército do general Costa e Silva. In: COUTINHO, Amélia. “Lira Tavares”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 5661-5665.

<sup>808</sup> TAVARES, A. de Lyra. *O Brasil de Minha Geração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, 310.

No começo de 1954, já havia a notícia de que Goulart iria propor um aumento de 100% no salário mínimo. Essa proposta acirrou ainda mais a oposição ao governo Vargas nos meios militares, particularmente entre os antinacionalistas. No início de fevereiro daquele ano, coronéis e tenentes-coronéis<sup>809</sup> antinacionalistas encaminharam um memorial<sup>810</sup> ao ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, apontando o descontentamento presente entre os quadros do Exército, devido à “deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento<sup>811</sup>”. Afirmaram no documento que havia uma crise de autoridade a qual poderia levar a uma quebra da coesão da classe militar. “E, com o comunismo solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta<sup>812</sup>”. Destacaram a precariedade do aparelhamento do Exército, das instalações militares e do aperfeiçoamento profissional dos militares. Comentaram acerca dos baixos vencimentos dos militares e da alta inflacionária; assim como do aumento do salário mínimo, que poderia se aproximar dos vencimentos recebidos pelos graduados. Dentre outros pontos, falaram ainda na existência de negociatas e de mau uso das verbas públicas que estaria ocorrendo no país e até no Exército. De acordo com o general Murici<sup>813</sup>, o Memorial dos Coronéis foi articulado por um núcleo central que tinha sua base no Estado-Maior do Exército e na ESG. O coronel Ademar de Queirós era chefe de gabinete do general Fiúza de Castro, então chefe do Estado-Maior do Exército. O líder da articulação no EME era o coronel Ademar de Queirós.

Um belo dia, o Mamede veio do Estado-Maior com o Golberi. Tinham conversado lá com os companheiros e tomaram a decisão de fazer a redação do documento. Como sempre, o Golberi foi escolhido para a redação. Ele era o grande redator da doutrina de segurança, que fazíamos dia a dia<sup>814</sup>.

---

<sup>809</sup> Dentre os militares que assinaram o manifesto, estavam os coronéis Orlando Ramagem, Siseno Sarmento, Jurandir de Bizarria Mamede, Antonio Carlos Murici, Alfredo Souto Malan, Amauri Krueel, Ademar de Queirós, e os tenentes coronéis Golberi do Couto e Silva e Geraldo de Meneses Cortes. In: LAMARÃO, Sérgio. “Manifesto dos Coronéis”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 3537.

<sup>810</sup> O manifesto foi encaminhado ao ministro da Guerra, ao chefe do EME (general Álvaro Fiúza de Castro), ao chefe do Departamento Técnico e de Produção (general Canrobert Pereira da Costa), ao chefe do Departamento Geral de Administração (general Ângelo Mendes de Moraes) e também foi endereçado aos comandantes de zonas militares.

“Manifesto dos Coronéis”. Rio de Janeiro, fevereiro de 1954. In: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav/\\_gv/documentos/Modulo4/GV\\_54\\_02\\_20\\_5\\_manifesto\\_1.jpg](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/_gv/documentos/Modulo4/GV_54_02_20_5_manifesto_1.jpg)

<sup>811</sup> Idem, p. 1.

<sup>812</sup> Idem, p. 1.

<sup>813</sup> ENTREVISTA, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

<sup>814</sup> Idem, p. 279.

O Memorial, conforme Murici, foi redigido por Golbery na ESG e debatido por militares da ESG e do Estado-Maior do Exército. Ao justificar a elaboração do Memorial, o general Murici afirmou:

Uma das coisas graves da guerra revolucionária é o apoio que a sociedade dá aos elementos que a vão destruir, na presunção de que a democracia, por si só, se defende. Se não derem elementos para ela se defender, ela sucumbe: esse ponto fez com que muita gente não fosse sentindo a maré montante do comunismo. Então, Getúlio também foi deixando que a coisa fosse subindo. E, nesse momento, entram os coronéis. Os homens que estavam em contato mais direto com os chefes militares julgaram haver necessidade de dar um alerta aos generais. E o Memorial dos Coronéis teve estas finalidades: dizermos aos nossos chefes que estávamos preocupados com o problema e apresentarmos o quadro que víamos no Brasil<sup>815</sup>.

A luta dos militares anti-varguistas continuou mesmo após a morte do presidente Vargas. Os militares que combatiam Vargas consideravam que Juscelino era um continuador do varguismo. Com o movimento militar de 11 de novembro de 1955, liderado por Lott e por Odílio Denys, a divisão no interior das Forças Armadas ficou ainda mais acentuada. Ainda mais com as posições nacionalistas de Lott. O marechal Henrique Teixeira Lott, em entrevista ao CPDOC em 1978, confirmou que sempre foi favorável ao monopólio estatal do petróleo, pois, no seu entender, “o petróleo é um bem da coletividade e um bem perecível, que deve ser explorado levando em conta os interesses do país. Quando eu fui candidato, ‘O petróleo é nosso’ foi um *slogan* por mim apresentado: ‘A Petrobrás é intocável’<sup>816</sup>”. Reiterando sua posição em defesa do monopólio estatal do petróleo, ressaltou que o referido monopólio não tinha “nada a ver com comunismo, nem socialismo, nem centrismo, nem direito; é um problema de caráter e de interesse nacional<sup>817</sup>”.

Com estas considerações assinaladas acima, procuramos mostrar um aspecto importante dos grupos de militares antinacionalistas, que era sua forte oposição ao getulismo e às suas políticas nacionalistas, e ainda, uma oposição à aproximação de Vargas com a classe trabalhadora. Além disso, os militares antinacionalistas procuraram se organizar e lutar decididamente contra os grupos de militares nacionalistas, pois os viam como radicais. Os viam como grupos fortemente influenciados pelos comunistas, além do que, consideravam que existiam militares comunistas dentre os grupos de militares nacionalistas. O general

---

<sup>815</sup> Idem, p. 279.

<sup>816</sup> LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002, p. 66.

<sup>817</sup> Idem, p. 67.

Murici mencionou: “Mas nós mesmos fomos sentindo esse problema e procuramos reagir, trazendo o clube novamente para as mãos dos democratas, porque ele tinha sido apanhado pelos comunistas ou pára-comunistas. Voltamos, então, para criar – e criou-se – a Cruzada Democrática<sup>818</sup>”. O general continuou a justificar a retomada da direção do Clube Militar por parte daqueles que ele denominou democratas. Para o general, a conquista do Clube Militar era “uma condição que julgávamos indispensável para evitar a comunização dentro do Exército, a continuação da propaganda que vinha sendo feita através da Revista<sup>819</sup>”. Em 1954, por exemplo, foi realizado um trabalho<sup>820</sup> na ESG por um grupo constituído por militares e por civis, no qual se fez uma análise da infiltração comunista na sociedade brasileira, inclusive da infiltração dos comunistas nas Forças Armadas. Esse estudo se baseou em vários inquéritos e relatórios militares, assim como em estudos de militares e civis sobre o tema. O estudo comentou sobre a identificação de militares comunistas presentes nas três Armas e em outras organizações dos militares, como clubes militares e até nas Escolas Militares.

Como vimos anteriormente, o período que antecedeu as eleições de maio de 1952 para o Clube Militar foi marcado por uma forte repressão no interior das Forças Armadas; uma pressão visando acabar com a influência de comunistas na instituição, particularmente no Clube. Foram instalados inquéritos policiais-militares (IPM) nas Forças Armadas a fim de apurar possíveis participações de militares em atividades subversivas. Muitos militares foram presos e tiveram que responder a processos pela acusação de serem comunistas. Portanto, essa repressão ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas. Isso enfraqueceu a posição dos militares nacionalistas nas eleições do Clube em maio de 1952, as quais foram vencidas pela Cruzada Democrática. O novo presidente do Clube passou a ser o general Alcides Gonçalves Etchegoyen, tendo como primeiro vice-presidente o general Nelson de Mello. O primeiro diretor da revista foi o tenente coronel Muziel Moreira Lima, enquanto que o redator-chefe foi o major Adholpho João de Paula Couto. Em pouco tempo o diretor da revista foi substituído e em seu lugar ficou o tenente coronel Adolpho João de Paula Couto<sup>821</sup>. No período em que a

---

<sup>818</sup> ENTREVISTA, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 274.

<sup>819</sup> Idem, 275.

<sup>820</sup> OLIVEIRA, Ney Coe de; et al. “A Infiltração Comunista na Sociedade Brasileira”. Rio de Janeiro: *Escola Superior de Guerra*, Documento G-15-54, 1954. O dirigente do estudo foi o professor Ney Coe de Oliveira e o redator, o coronel Heitor de Paiva. Dentre outros integrantes do grupo, estavam o general João Batista Rangel e o coronel aviador João de Almeida.

<sup>821</sup> O coronel Adolpho João de Paula Couto ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1946. Ao terminar o curso, passou a ser instrutor daquela instituição, permanecendo na função até 1960. Deixou suas funções no ECEME entre 1955 e 1956, período no qual esteve nos Estados Unidos, onde fez o curso denominado de “*Command And General Staff College*”. Em 1966

Cruzada Democrática dirigiu o Clube Militar (1952-1956), o cargo de redator-chefe da revista foi ocupado por diferentes nomes, dentre eles o tenente coronel Samuel A.A. Correa, Marcello Augusto Romeiro da Roza, o major Jarbas Gonçalves Passarinho e o major Leopoldo Freire. Dentre os membros da redação, estiveram militares como o major Carlos de Meira Mattos, o major Jarbas Passarinho<sup>822</sup> e o capitão Mário Andreazza.

No primeiro manifesto da Cruzada Democrática, foram feitas críticas aos militares nacionalistas, considerados colaboradores dos comunistas. Este manifesto foi assinado, dentre outros, pelos seguintes militares: tenente coronel Sizen Sarmento, tenente coronel João Bina Machado, major Ovídio Neiva, major Edson Figueiredo e pelo capitão Mário Andreazza. Outros militares que aderiram à Cruzada Democrática foram: brigadeiro Eduardo Gomes; generais Góes Monteiro, Juarez Távora, Zenóbio da Costa, João Batista Mascarenhas de Moraes, Ângelo Mendes de Moraes, Álvaro Fiúza de Castro, Canrobert Pereira da Costa, Cordeiro de Farias, dentre outros<sup>823</sup>. A maioria destes militares era formada por anti-getulistas, sendo que alguns militares eram integrantes da ESG. Vários deles ocupavam postos importantes na hierarquia militar.

Num manifesto produzido pela Cruzada Democrática durante a campanha para a presidência do Clube, fez-se uma crítica direta aos militares nacionalistas: “Libertar a ordem civil das ameaças de um Grupo que, por meio da cortina de fumaça do nacionalismo, tenta encobrir seus verdadeiros propósitos antidisciplinares e subversivos da ordem social<sup>824</sup>”. O general Alcides Etchegoyen fez um pronunciamento quando assumiu a presidência do Clube Militar, em junho de 1952. Falou diretamente contra as posições dos nacionalistas: “Sejamos, pois, um exemplo de acatamento às leis e às instituições do País; jamais consentamos que nosso Clube fique à mercê de explorações políticas por parte de pseudo-democratas e falsos

---

foi promovido a general de brigada. Estudou por um longo tempo “a doutrina de emprego da guerra subversiva pelo comunismo internacional”. Publicou vários livros: “Quatro Perfis de Chefia”, “O Desafio da Subversão”, “Revolução de 1964; a Versão e o Fato”, “A Face Oculta da Estrela”, e “O PT em Pílulas”. In: MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). *1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

<sup>822</sup> Entre setembro de 1954 a agosto de 1955, o major Jarbas Passarinho foi o redator-chefe da Revista do Clube. Nos meses de setembro e de outubro de 1955, o major Jarbas Passarinho assumiu a direção da revista, pois o coronel Adolpho João de Paula Couto havia deixado a revista.

<sup>823</sup> LAMARÃO, Sérgio. “Cruzada Democrática”. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001, p. 1725-1726.

<sup>824</sup> “O Jornal”. 20 de maio de 1952. Apud PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confronto no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

nacionalistas<sup>825</sup>”. Considerando que deveriam ser um exemplo aos mais jovens, afirmou: “A juventude do nosso quadro social deverá encontrar no Clube um ambiente sadio de amor e respeito aos princípios cívicos, morais, sociais e intelectuais da civilização cristã e democrática a que pertencemos<sup>826</sup>”. No final de seu discurso, comentou sobre o aprendizado que tiveram com a gestão anterior no Clube.

Felizmente, os dramas por nós vividos no cenário nacional ensinaram-nos a descobrir os objetivos escusos contidos nas idéias aparentemente sãs. Nacionalismo e Democracia, quando mal compreendidos, fazem de seus mais ardorosos adeptos instrumento fácil de perigosas doutrinas e explorações políticas<sup>827</sup>.

No editorial da revista referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 1952, escreveu-se a respeito do dia da pátria. Os editores disseram que, com a proclamação de D. Pedro, “estava consumada nossa Independência política<sup>828</sup>”. Enfatizou-se em seguida que, “desde então temos lutado por manter esta Independência, e o Brasil se apresenta hoje unido e coeso, respeitado e ativo<sup>829</sup>”. No entanto, observou-se no editorial que “a Independência política será um mito se não tiver a complementação imprescindível da econômica”. E para que houvesse desenvolvimento econômico, os brasileiros deveriam orientar suas energias “no desbravamento e exploração racional das nossas riquezas, a fim de que as dificuldades sejam removidas e o progresso nos impulsione...<sup>830</sup>” Exploração racional das riquezas nacionais, para os antinacionalistas, significava contar com a participação das empresas estrangeiras, visto que o Brasil, sozinho, não teria condições de fazê-lo. Tal idéia aparece em várias falas de militares antinacionalistas. Desde o debate sobre o petróleo nos anos de 1947/1948 realizados no Clube, a necessidade da participação estrangeira no desenvolvimento do país já era considerada importante pelos militares antinacionalistas, como se podia verificar, por exemplo, nos proferimentos do general Juarez Távora.

Na revista de março/abril de 1953, os editores escreveram sobre os heróis nacionais, particularmente sobre os inconfidentes, e aproveitaram para fazer uma crítica aos militares nacionalistas que dirigiram a revista.

---

<sup>825</sup> ETCHEGOYEN, Alcides Gonçalves. “Palavras do Presidente”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 121, Jun/Jul/Ago., 1952, p. 72.

<sup>826</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>827</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>828</sup> “Editorial: Dia da Pátria”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 122, Set/Out/Nov., 1952, p. 4.

<sup>829</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>830</sup> *Idem*, p. 4.

No afã de prestigiar sua campanha e aliciar adeptos, alguns pregadores de ideologias exóticas, têm apresentado como seus heróis, precursores da luta de classes entre nós, vultos já consagrados da história pátria! Examinam-nos à luz do materialismo dialético, que considera os fatos de ordem econômica como a origem de todas as transformações sociais, que assim independem da consciência, dos sentimentos e da vontade dos homens. (...) Tal digressão é oportuna ao reverenciar a Revista do Clube Militar, com unção patriótica, a memória dos Inconfidentes, pois têm sido eles o alvo predileto dos que assim tentam falsear o significado dos fatos históricos<sup>831</sup>.

Segundo os editores, os ideais pelos quais os inconfidentes se sacrificaram ainda eram presentes, e estimulavam as novas gerações a lutarem “pela Independência da Pátria<sup>832</sup>”. Além da independência econômica e política, os editores acrescentaram a independência ideológica, e em seguida explicaram os motivos de se falar em independência ideológica.

Ideológica sim, pois não permitirão que doutrinas extravagantes, escravizadoras do espírito livre, vicejem em terras brasileiras! Não permitirão que a memória e o idealismo dos heróis nacionais sejam conspurcados pela interpretação unilateral ao materialismo histórico! Não permitirão que seus heróis, que construíram a Independência da Pátria, sejam atrelados à campanha da falsidade, da hipocrisia e do terror!<sup>833</sup>

Muitos dos enunciados produzidos pelos militares antinacionalistas estavam diretamente focados nas disputas retóricas com os militares nacionalistas. Militares nacionalistas e antinacionalistas procuravam se apresentar como portadores de um *ethos* adequado à situação, ou seja, como portadores de seriedade, responsabilidade e probidade. Como vimos no debate sobre retórica, o orador deve apresentar uma boa imagem de si mesmo, deve demonstrar firmeza de caráter. Ao mesmo tempo em que procura demonstrar que é possuidor de um bom *ethos*, o orador deve colocar em dúvida o caráter do adversário. É desta forma que os militares antinacionalistas estavam agindo naquele contexto. Acusavam seus adversários de promotores da indisciplina, de subversivos da ordem social, de pseudo-democratas e de falsos nacionalistas. Procuraram desqualificar enfaticamente os seus adversários, além de questionar e de desqualificar as idéias defendidas pelos nacionalistas. Como vimos, o argumento central dos militares antinacionalistas era o de considerar os seus oponentes como comunistas. A intenção era de mostrar que os militares nacionalistas estavam corrompendo o idealismo dos heróis nacionais que lutaram pela independência da pátria para defenderem suas crenças marxistas e, assim, fazer com que essas crenças aparecessem como

---

<sup>831</sup> “Editorial: Os Inconfidentes, Heróis Nacionais”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 124, Mar/Abr., 1953, p 3.

<sup>832</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>833</sup> *Idem*, p. 5.

verdades para os leitores. Os militares nacionalistas estariam, segundo os antinacionalistas, descrevendo a história dos heróis nacionais, tentando evidenciar que tais heróis participaram de uma luta de classes; como se eles tivessem sido precursores da luta de classes no país. Ou seja, seria uma descrição corrompida da história do Brasil, uma descrição baseada em significados históricos falsos, corrompidos, visando à defesa de idéias comunistas. Os militares nacionalistas, conforme seus oponentes, estavam fazendo uso dos feitos dos heróis nacionais para falar de um nacionalismo e de um patriotismo corrompidos, falsos. Nas citações que vimos anteriormente, os antinacionalistas fizeram uso de uma técnica retórica que é a da *loci communes*. São crenças e idéias geralmente aceitas por todos, isto é, fizeram uso dos feitos dos heróis nacionais, como Tiradentes. E isso apelando para as paixões dos leitores, acrescentando *pathos* aos seus proferimentos. Primeiro, questionaram o caráter dos seus opositores, em seguida, questionaram as suas idéias, ao mesmo tempo em que redescreveram a situação ao considerarem que os heróis da inconfidência lutaram pela independência da pátria, mas que não eram precursores da luta de classes. No caso, os antinacionalistas fizeram uma redescritção das idéias propugnadas pelos nacionalistas; uma redescritção feita para desqualificar as suas idéias.

O major Carlos de Meira Mattos, um dos redatores da revista, escrevia com freqüência sobre assuntos internacionais. Na revista de maio/junho de 1953<sup>834</sup>, ele comentou a respeito da crise de alguns impérios coloniais, como os da Inglaterra, da França e da Holanda e das lutas de independência de várias colônias. Para o major, que analisou particularmente o pós-Segunda Guerra, as lutas por emancipação política por parte de várias colônias tinham um caráter nacionalista; um nacionalismo natural, mas que por vezes extrapolava para situações de perigo.

Ao lado dos resultados favoráveis que os nacionalismos vêm proporcionando a certos povos jovens e bravos que alcançaram sua emancipação política, há que se considerar, também, as explorações perigosas desses sentimentos de grande força emocional. Os sentimentos nacionalistas, por serem legítimos e louváveis, por serem naturais e profundos, vêm sendo exageradamente usados por certos governos interessados [em] manter a alma nacional em estado de constante excitação. Mas, vem daí um sério perigo. É que as paixões coletivas podem se tornar incontroláveis e daí, a obra voltar-se contra o seu criador. É isto que, quer nos parecer, vem se passando atualmente no Irã, Egito e Argentina. Nem Mossadegh, nem Nagnib e nem Peron que abusaram do nacionalismo como argumento demagógico em benefício de seu prestígio pessoal, conseguem hoje controlar as paixões que

---

<sup>834</sup> MATTOS, Carlos de Meira. “Mosaico Internacional. Principais Acontecimentos Políticos e Militares do 2º Trimestre de 1953”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 125, Maio/Junho, 1953, p. 45-52.

suscitaram nas massas. Estão hoje agrilhoados aos sentimentos violentos que criaram<sup>835</sup>.

Na revista de setembro/outubro de 1953<sup>836</sup>, os editores da revista abordaram a questão do “Sentido da Independência”. Como já observaram em editorial anterior, os editores enalteciam o gesto de independência dado por D. Pedro. Para eles, o sete de setembro sempre será não apenas “o ‘Grito da Independência’, como também o símbolo da Liberdade, que é a condição primacial da soberania. Daí a sua importância extraordinária, daí a grandeza de sua significação!”<sup>837</sup> Para os editores, no passado “o anseio da Independência se confundia com a luta pela autonomia política<sup>838</sup>”. Para eles, o sentido de soberania, no contexto dos anos 1950, deveria ser complementado pela “redenção econômica<sup>839</sup>”. E explicaram o motivo dessa complementaridade.

Porque a existência ou não da independência econômica, é que marca, de modo brutal, a diferença entre o real e o quimérico, entre o concreto e o abstrato do conceito de autonomia política. Não basta, pois reverenciar a memória dos heróis que teceram a nossa história, dos homens que nos permitiram ver a luz do Sol numa terra livre e soberana. É preciso que os imitemos, que completemos sua obra de paladinos da nacionalidade, pelo aproveitamento intensivo e integral dos nossos recursos, de modo a tomarmos o nosso lugar entre os povos que lideram o mundo. (...) Mas não é justo confundir patriotismo com o ‘ódio tribal’ e primário de que falava Alberto Torres, ódio criador do xenofobismo. E muito menos justo confundilo com ‘patriotada’, e deixar passar irremediavelmente a oportunidade de alçar o país ao seu verdadeiro lugar no concerto das nações. Qualquer atraso, por falta de civismo, poderá ser fatal para a geração de amanhã. Qualquer vacilação, por tibieza, poderá ter o trágico sinal do irreparável<sup>840</sup>.

Constata-se nos proferimentos assinalados acima, que os antinacionalistas continuavam a fazer uso da redescrição, ao mesmo tempo em que continuavam a desqualificar as idéias de seus opositores. Procuraram redescrever a luta dos heróis nacionais pela independência, mostrando que o significado daquela luta representava a busca pela liberdade e que esta era essencial para que houvesse soberania nacional. Se fizermos uma comparação com os proferimentos dos nacionalistas sobre o mesmo tema, não veremos muita diferença.

---

<sup>835</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>836</sup> “Editorial: Sentido da Independência”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 127, Set./Out., 1953, p. 3-4.

<sup>837</sup> Idem, p. 3.

<sup>838</sup> Idem, p. 3.

<sup>839</sup> Idem, p. 3.

<sup>840</sup> Idem, p. 3-4.

Liberdade e soberania era uma relação necessária. No entanto, devemos ter claro que os militares nacionalistas e os antinacionalistas davam um significado diferente às idéias de liberdade e de soberania. Garantir a soberania nacional, para os antinacionalistas, significava garantir que o país tivesse um desenvolvimento econômico, pudesse explorar as suas riquezas naturais, mas sem negar a participação do capital estrangeiro, sem xenofobismo. Esta postura, imputada aos nacionalistas, seria falta de civismo e de um verdadeiro patriotismo, visto que a sua adoção levaria ao atraso econômico. Na citação abaixo, os editores da revista voltaram a discorrer sobre a noção de liberdade.

Basta um último esforço, no sentido de ordenar, de corrigir os desvios próprios de um movimento ascensional vertiginoso. E não transigir nunca, sob qualquer pretexto, com a mutilação da Liberdade. Na ordem interna, como na externa, a preservação deste atributo é a condição mesma da existência nacional. É o objetivo vital entregue à nossa defesa, da qual não desmereceremos. Não a deixaremos ser conspurcada e vilipendiada pelos intoxicados de materialismo histórico, porque acreditamos que só a Liberdade legaliza um regime. E lutaremos por que, no âmbito internacional, a voz do Brasil seja ouvida de igual para igual com qualquer nação do mundo, por que estamos certos de que soberania quer dizer equidade, igualdade de direitos que é a matéria-prima do bom entendimento entre os povos. Este é o sentido de 7 de Setembro, para os nossos corações de brasileiros e de militares!<sup>841</sup>

Neste proferimento observa-se que, na visão dos antinacionalistas, os seus oponentes seriam contrários à liberdade, pois eram considerados comunistas e, portanto, defensores de um regime que negava a liberdade. E se esta era tida como um atributo da condição da existência nacional, os nacionalistas seriam, em decorrência, contra a soberania nacional. Desta forma, na redescrição retórica feita pelos antinacionalistas, as noções de liberdade e de soberania nacional propugnadas pelos nacionalistas se converteriam em seus contrários. Ou seja, segundo os antinacionalistas, os seus oponentes seriam defensores de um regime totalitário, negando, assim, a liberdade e a soberania nacional. Como mostra Skinner<sup>842</sup>, a redescrição deve ser feita usando-se diferentes termos e colocando a ação do oponente (no caso, ação lingüística, proferimentos) sob uma perspectiva moral diferenciada. Os antinacionalistas trabalharam, nos proferimentos assinalados, as noções de virtude e vício e as noções de bem e de mal. Logo, os conceitos de liberdade e de soberania nacional, elaborados

---

<sup>841</sup> Idem, p. 4.

<sup>842</sup> SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002.

pelos militares nacionalistas, transformaram-se, a partir da redescritção dos antinacionalistas, em termos opostos. O que era virtude tornou-se um vício.

Na revista de março/abril de 1955, foi publicado um artigo do major Hilnor Canguçu T. de Mesquita, no qual o autor efetuou considerações a respeito da classificação de nacionalismo feita por San Tiago Dantas. Seriam três tipos de nacionalismos: o emocional, o doutrinário e o pragmático. Dentre os três tipos, o major mostrou-se favorável ao nacionalismo pragmático. “É ele que permite a aproximação do estrangeiro, a aceitação de sua ajuda, sempre que (...) ficar evidenciado que se trata da melhor linha de ação, tanto pela solução, em si, como, principalmente, por ser o caminho que melhor atende e resguarda os interesses nacionais<sup>843</sup>”. O major fez a mesma classificação para o entreguismo, termo que ele disse poder ser chamado de “desnacionalismo”. Para o major, seria possível ser pragmático tanto no que se refere ao nacionalismo, quanto ao entreguismo. Estes pragmáticos teriam “a disposição sincera de estudar os méritos reais de uma solução exclusivamente nacional ou de uma colaboração, mais ou menos íntima, com entidades estrangeiras, trate-se de governos ou empresas particulares<sup>844</sup>”.

O major Anacir Ferreira de Abreu, de posições nacionalistas e ligado ao general Estillac Leal, teve um texto publicado na revista de julho/agosto de 1955, em que teceu comentários sobre o general, que falecera em maio daquele ano. O major escreveu sobre o sentido do nacionalismo que o general Estillac Leal defendia.

Nacionalista no bom sentido – progressista – sua personalidade se engrandeceu e se projetou no panorama político nacional, pela capacidade de sentir e refletir os anseios populares de soberania no consenso internacional e de liberdade democrática no âmbito nacional. Seu nacionalismo era de conteúdo rigorosamente democrático, como visceralmente democráticas eram suas convicções. Ao passo que combatia com Bernardes a alienação da Hiléia e se batia pela nacionalização da energia e de outras riquezas, era também o defensor intemorato da Constituição, do funcionamento das instituições democráticas, das liberdades públicas para todos os cidadãos; era intransigente a obstaculizar os golpes militares ou políticos, contra quaisquer manifestações reacionárias prejudiciais ao desenvolvimento e exercício da Democracia<sup>845</sup>.

Para os militares nacionalistas, as idéias de liberdade e de soberania estavam vinculadas à independência econômica do país, que, por sua vez, significava a livre

---

<sup>843</sup> MESQUITA, Hilnor Canguçu T. de. “Entreguismo, um Assunto da Atualidade”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 136, Março/Abril, 1955, p. 17.

<sup>844</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>845</sup> ABREU, Anacir Ferreira de Abreu. “Estillac Leal”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 138, Julho/Agosto, 1955 p. 31-32.

exploração das riquezas nacionais, sem a interferência dos trustes internacionais, sem a interferência do imperialismo econômico e político das grandes nações, particularmente dos norte-americanos. Por outro lado, de acordo com os militares antinacionalistas, liberdade e soberania também dependiam da independência econômica, mas o significado que davam à noção de independência econômica era outro. Significava explorar intensivamente os recursos naturais que o país possuía, mas sem abrir mão do apoio e da ajuda das empresas estrangeiras, mesmo porque o Brasil não teria condições de explorar tais riquezas sem a referida ajuda. Explorando as riquezas naturais, mesmo com a ajuda das empresas estrangeiras, o Brasil estaria criando as condições para o seu desenvolvimento econômico e para a sua independência econômica. Desta forma, o Brasil, sem xenofobia, estaria em condições de se colocar entre as grandes nações. Os que pensavam assim, os que defendiam tais idéias estariam tendo uma postura verdadeiramente cívica, visto que assim permitiriam que houvesse o desenvolvimento do país, enquanto que aqueles que defendiam a exploração das riquezas nacionais sem a participação dos estrangeiros; que criticavam os norte-americanos e o alinhamento internacional do Brasil com aquele país, bem como criticavam o capital estrangeiro, eram anti-patriotas, pois estariam impedindo o desenvolvimento nacional.

Na revista de janeiro/março de 1956, os editores fizeram um alerta (título do próprio editorial<sup>846</sup>) contra a ação do líder comunista, Luiz Carlos Prestes, e do PCB, que estariam atuando com a finalidade de influenciar as massas. Fizeram críticas às elites nacionais, denominando-as de tímidas. Além disso, comentaram acerca de um informe apresentado por Prestes ao comitê central do PCB. A partir do documento escrito por Prestes, criticaram a burguesia nacional devido à sua transigência e possíveis acordos feitos com o partido comunista. Para os editores, as elites nacionais eram tímidas. E afirmaram que o clima construtivo provocado por parte dos comunistas não escapou

às próprias Classes Armadas que, em tempos ainda recentes, sentiram os influxos nefastos da ação vermelha, nos próprios quadros do Clube Militar. Comunistas e inocentes úteis de então, aproveitaram-se do justo espírito nacionalista dos militares, pondo-o a serviço de uma atividade agitadora, de natureza política e âmbito nacional<sup>847</sup>.

No proferimento acima, novamente se percebe uma crítica direta aos militares nacionalistas e a relação destes com o comunismo.

---

<sup>846</sup> “Editorial: Alerta!”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 141, Jan/Março, 1956 p. 3-4.

<sup>847</sup> *Idem*, p. 4.

A seguir, objetiva-se compreender o pensamento político produzido pelos militares no interior da ESG e se o mesmo manteve uma relação de correspondência com os enunciados produzidos pelos militares antinacionalistas que publicaram na revista do Clube Militar. Ao menos em linhas gerais, é bem provável que isso tenha ocorrido, já que membros da ESG também participaram dos trabalhos realizados no Clube e todos eram antinacionalistas e lutaram contra as posições dos militares nacionalistas.

## 6.2 O pensamento político dos militares da ESG

Vários trabalhos já abordaram a Doutrina de Segurança Nacional produzida na ESG<sup>848</sup>. O objetivo aqui é analisar, na referida doutrina, os aspectos concernentes às noções de soberania nacional, liberdade, igualdade, democracia, Estado e nação. Interessa-nos, ao analisar as referidas noções, a compreensão do pensamento político elaborado pelos militares da ESG, particularmente no que tange às questões do nacionalismo e do patriotismo. Como vimos anteriormente, a doutrina de segurança nacional produzida na ESG contou com a participação de vários militares antinacionalistas que foram membros permanentes da escola. A doutrina foi construída aos poucos, num processo que durou alguns anos<sup>849</sup>. Somente depois de decorridos vários anos é que a escola passou a ter um manual básico de sua

---

<sup>848</sup> Existem inúmeros trabalhos que abordam, direta ou indiretamente, a ESG. Abaixo estão listados alguns deles: ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. Brasília: GRD/MEC, 1983. ROCHA, Maria Selma de Moraes Rocha. *A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. FFLCH- Departamento de História, USP, 1996. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978. MIYAMOTO, Shiguenoli. "Escola Superior de Guerra: mito e realidade". São Paulo. *Política e Estratégia*, V. 5, n. 1, 1987. FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1994. ADERALDO, Vanda Maria. *ESG: um estudo de currículos e programa*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, 1978. DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de História, 1985. DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987. STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

<sup>849</sup> Na análise que se segue, foram usados os textos produzidos pelos militares da ESG nos anos 1950 e início dos anos 1960. A compreensão do significado histórico de um texto deve ocorrer no contexto histórico e lingüístico no qual o mesmo foi elaborado. Afinal, o texto elaborado deve ser compreendido como uma ação, uma atividade em que o autor estava engajado. Portanto, não se fez uso do manual básico da doutrina de segurança nacional da ESG. A partir de 1973 é que se fez a adoção do manual básico da escola, conforme afirmou Antônio de Arruda em seu livro sobre a história da doutrina da ESG.

doutrina. Por conseguinte, encontram-se muitos textos que foram produto de contribuições individuais ou de grupos; textos que foram produto dos debates realizados na ESG sobre diferentes temas e que aos poucos foram se constituindo em conceitos básicos da escola, os quais passaram a configurar a doutrina de segurança nacional. Esse processo ocorreu particularmente no decorrer dos anos 1950 e não se deu de forma harmoniosa, sem controvérsias. O general Murici<sup>850</sup> revelou que havia muitas divergências entre os membros permanentes que estavam debatendo e construindo a doutrina. Tais divergências, segundo o general, se davam em torno das questões doutrinárias da escola, mas que o mesmo não ocorria em termos de visão política. Neste caso, havia muito mais consenso. No depoimento do general Murici, surgiu, em alguns momentos, a idéia de como os temas e a própria doutrina foram sendo debatidos e construídos ao longo dos anos. Por exemplo, o general comentou sobre o modo como a noção de áreas estratégicas foi sendo elaborada: “Esse assunto foi sendo estudado em 1951, pelo Cordeiro; em 1952, pelo general Ribas; em 1953, pelo Golberi; em 1954, pelo Domingues e, em 1955, por mim. Cada um foi botando um tijolo<sup>851</sup>”. E em meio às contribuições de cada um, ocorriam os debates que enriqueciam a elaboração dos trabalhos, conforme afirmou Murici. Com o decorrer do tempo, e a partir dos debates e estudos, os conceitos passaram a fazer parte da doutrina; tornaram-se conceitos aceitos e incorporados na doutrina pela escola.

Numa palestra<sup>852</sup> realizada em março de 1953, o general Juarez Távora falou a respeito da segurança nacional, da política e da estratégia e da relação entre os referidos termos. Esta conferência é importante para o presente estudo, pois já abordava, em 1953, algumas idéias relevantes que estavam sendo discutidas na ESG. Por isso, apontaremos a seguir algumas definições que constam da palestra do general, noções que, modificadas ou melhoradas pelos debates posteriores, apareceriam nas definições da ESG sobre a doutrina de segurança nacional. O general definiu o Estado a partir do direito internacional, fazendo uma citação: o Estado é “uma comunidade humana, estabelecida de modo permanente sobre um território determinado e submetida a um Governo independente e soberano<sup>853</sup>”. Ao falar sobre a noção de soberania, o general afirmou que, no seu sentido lato, significaria o poder de ação do

---

<sup>850</sup> ENTREVISTA, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICI. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

<sup>851</sup> *Idem*, p. 269.

<sup>852</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituação e Inter-relações”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 1 Vol. I, Dez. 1983.

<sup>853</sup> *Idem*, p. 10.

Estado “na gestão dos interesses de sua comunidade nacional<sup>854</sup>”. Para o general, particularmente após a Primeira Guerra Mundial, estaria havendo “uma tendência à autolimitação desse poder arbitrário de soberania, já consagrada em Estatutos Internacionais...<sup>855</sup>”. A idéia era de que a soberania nacional deveria ser pensada na relação com o direito internacional; ser enquadrada numa justiça internacional. Sendo assim, o general estaria expressando a idéia de uma soberania nacional relativizada, tendo em vista um alinhamento político-militar com os norte-americanos? De qualquer forma, fica claro que essa noção de soberania nacional deveria respeitar uma justiça internacional.

Távora definiu a nação como “uma comunidade humana, tendo a mesma origem, as mesmas tradições, os mesmos costumes e as mesmas aspirações<sup>856</sup>”. Em seguida, o general fez uma distinção entre Estado e nação: “Enquanto aquele se corporifica através de laços jurídico-políticos, esta é uma resultante de laços puramente tradicionais e morais<sup>857</sup>”. Feitas estas definições, o general considerou que “toda nação tem aspirações e interesses próprios que se devem traduzir em Objetivos Nacionais, cabendo ao Estado promover a consecução desses objetivos<sup>858</sup>”. Os interesses vitais de uma nação se projetariam na mentalidade coletiva, passando, desta forma, a constituir-se nas aspirações nacionais. Citando San Thiago Dantas, o general, em uma conferência de 1954, afirmou: “Uma aspiração nacional nada mais é que a forma subjetiva que o interesse vital assume, quando se projeta na consciência das classes dirigentes e dirigidas<sup>859</sup>”. As elites deveriam identificar quais seriam os interesses vitais de uma nação e transportar os referidos interesses para o campo da conduta social, como mencionou o general<sup>860</sup>. Os objetivos nacionais se desdobrariam em duas categorias, as quais estariam articuladas entre si: objetivos nacionais que tinham um caráter permanente e objetivos nacionais que eram denominados de atuais, ou seja, que eram conjunturais. De acordo com os militares da ESG, os objetivos nacionais deveriam ser interpretados pelas elites. Na conferência de 1954, o general Juarez Távora definiu quais eram os objetivos nacionais permanentes:

---

<sup>854</sup> Idem, p. 10.

<sup>855</sup> Idem, p. 10.

<sup>856</sup> Idem, p. 10.

<sup>857</sup> Idem, p. 10.

<sup>858</sup> Idem, p. 10.

<sup>859</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “Objetivos Nacionais Permanentes”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, 1954, p. 6.

<sup>860</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “Interpretação das Aspirações e Interesses Nacionais do Povo Brasileiro – Análise Política”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 35, 1997.

a) manutenção da independência política, sob regime democrático, republicano e federativo, com base na autonomia local; b) consolidação da Unidade do Grupo Nacional, traduzida pela ocupação efetiva do território, e melhor integração política, econômica e psico-social, com base nos princípios de equidade social; c) robustecimento da estrutura econômica, assegurando, com base nos recursos naturais do país, um grau satisfatório de auto-suficiência, capaz de escudar o exercício efetivo da soberania nacional; d) fortalecimento do prestígio da Nação no âmbito externo – com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados, admitindo autolimitações, não essenciais, ao exercício de sua soberania, em benefício da cooperação e da paz internacionais<sup>861</sup>.

Segundo Arruda<sup>862</sup>, a partir de 1962, numa conjuntura de forte instabilidade política, foi criado outro objetivo nacional permanente, denominado de “paz social”. De um modo geral, pode-se afirmar que os militares da ESG visavam à preservação de uma sociedade capitalista, nos moldes da sociedade norte-americana. Defendiam uma sociedade democrática e cristã, contrapondo-se assim a uma organização social constituída na Rússia, líder do bloco comunista, que seria uma sociedade totalitária e materialista. Mas qual o sentido de democracia que os militares da ESG estariam empregando? Veremos isso um pouco mais à frente.

Voltando à conferência do general Juarez Távora de 1953, observa-se a busca por definir algumas noções, como as de Estado, nação, soberania e poder nacional. O general definiu o poder nacional como sendo “a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a

---

<sup>861</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “Objetivos Nacionais Permanentes”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, 1954, p. 10. Sublinhado no texto original.

<sup>862</sup> O objetivo nacional permanente que se referia ao prestígio da nação foi extinto a partir de 1969. O objetivo nacional denominado de “independência política” manteve a denominação até 1959, sendo que, nos anos de 1960 e 1961, passou a ser designado por “independência política e soberania”. Nos anos seguintes veio a ser denominado de “soberania”. Quanto ao objetivo nacional chamado de “consolidação da unidade do grupo nacional”, em 1960 foi denominado de “unidade nacional de integração psicossocial”, voltando em seguida à denominação original. A partir de 1969, passou a ser denominado de “integração nacional”. Se democracia e República estavam integradas no objetivo nacional denominado de “independência política”, a partir de 1958 criou-se o objetivo nacional denominado de “República Federativa e Representativa”. Em 1960 e 1961, aquele objetivo nacional passou a ser denominado de “sistema democrático representativo e o governo republicano federativo”. De 1962 a 1968, foi chamado de “democracia representativa”, e a partir de 1969, de “democracia”. ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. Brasília: GRD/MEC, 1983, p. 84-87.

despeito de antagonismos existentes<sup>863</sup>”. E salientou que o poder nacional estaria baseado nos recursos naturais do país. O poder nacional estaria sustentado por sua base geográfica. “As condições favoráveis de clima, de posição, de população, de reserva de matérias-primas e outros fatores geográficos condicionam o desenvolvimento adequado do poder nacional<sup>864</sup>”. No entanto, o general advertiu que, nas próximas conferências, seriam tratados outros aspectos sob os quais o poder nacional estaria fundamentado, ou seja, os fatores políticos, econômicos, militares e também os psicossociais. Trabalhadas estas questões, o general começou a falar sobre o conceito de segurança nacional. Considerou que, após a Segunda Guerra Mundial, a noção de guerra sofreu uma evolução, aplicando-se de forma intensiva a ciência e a técnica a todas as atividades de guerra. Esta se totalizou e passou a envolver toda a nação, observação já feita anteriormente pelo general Cordeiro de Farias. Diante de uma nova noção de guerra, houve também uma evolução no conceito de segurança nacional. Na conferência, o general Juarez Távora conceituou a segurança nacional da seguinte forma: “Maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra ação adversa de fatores internos e externos<sup>865</sup>”. O general ainda falou sobre noções de política. A política, num sentido mais geral, significando “a arte do Governo, em seu conjunto<sup>866</sup>”.

Após falar sobre diferentes noções de política, o general tratou da noção de estratégia. Esta, assim como as noções de guerra e de segurança nacional, teve uma evolução no pós-Segunda Guerra. Deixou de ser apenas uma estratégia militar para se tornar uma estratégia geral, uma estratégia nacional. Estratégia seria “a arte de aplicar os recursos de uma nação, ou de uma coligação de nações – inclusive suas forças armadas – com a finalidade de promover, efetivamente, a consecução dos objetivos vitais da nação...<sup>867</sup>”. Seria, de acordo com o conferencista, a mesma noção empregada pela Escola de Comando e Estado-Maior dos

---

<sup>863</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituação e Inter-relações”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 1 Vol. I, Dez. 1983, p. 10-11.

<sup>864</sup> Idem, p. 11.

<sup>865</sup> Idem, p. 14.

<sup>866</sup> No Brasil, segundo o general, usava-se a expressão política nacional. A política, tendo um caráter mais parcial, seria usada no Brasil com as expressões de “política educacional”, “política de transportes”, etc. Por fim, falou da política em sentido mais restrito, que estaria referenciada pela expressão “assuntos políticos”. Seriam os “assuntos concernentes ao mecanismo de relações internacionais; às relações entre os poderes do Estado; ao mecanismo representativo, (...) em geral, todos os assuntos ligados à existência e funcionamento do regime constitucional”. Idem, p. 14.

<sup>867</sup> Idem, p. 15.

Estados Unidos: “Emprego dos recursos da nação a fim de alcançar os objetivos nacionais<sup>868</sup>”. Tais recursos seriam de ordem política, econômica, militar e psicossocial. Para o general, a estratégia, considerada num sentido mais amplo, poderia ser “sinônimo de política de segurança nacional<sup>869</sup>”. Tendo em vista o contexto de guerra fria, e a divisão existente entre “o mundo ocidental democrático e o mundo oriental totalitário<sup>870</sup>”, o general comentou a respeito da relação entre estratégia e política:

Confundem-se, assim, de tal forma, os campos de ação da política – arte do governo e da estratégia – política de segurança nacional – que nenhum plano de desenvolvimento econômico, cultural ou social do país, pode ser traçado independentemente das múltiplas e, por vezes, rigorosas servidões impostas pelos imperativos da Segurança Nacional<sup>871</sup>.

Ou seja, aqui já fica claro que todas as políticas nacionais estariam sujeitas ao imperativo da segurança nacional. O general seguiu sua conferência articulando vários conceitos.

Em sua exposição, fez a seguinte afirmação: “A estratégia, em sua acepção mais elevada, combina o emprego dos poderes militar, econômico, político e psicossocial de uma nação, para a consecução de seus Objetivos Nacionais<sup>872</sup>”. Ressaltou que, para que um Estado estivesse em condições de definir com clareza quais seriam seus objetivos nacionais, era preciso estabelecer os fundamentos da doutrina de segurança nacional do país. O Estado deveria saber quais seriam a natureza e a potência dos possíveis obstáculos internos e externos que poderiam ser contrários aos objetivos nacionais; bem como deveria ter conhecimento de seu próprio poder. Conforme o general, a doutrina de segurança nacional condicionava a política de segurança nacional. Quase no final de sua palestra, ele comentou sobre os objetivos dos estudos que eram realizados na ESG.

---

<sup>868</sup> Idem, p. 16.

<sup>869</sup> Idem, p. 16.

<sup>870</sup> Idem, p. 16-17.

<sup>871</sup> Idem, p. 17.

<sup>872</sup> Idem, p. 17. Para cada poder haveria uma estratégia particular, subordinada à estratégia nacional. A estratégia militar, que faria uso do poder militar através do emprego das Forças Armadas, visaria “alcançar os objetivos estratégicos militares”. A estratégia econômica que, no campo do poder econômico, deveria fazer uma adequação da economia nacional à estratégia nacional e, se possível, prejudicar as economias de adversários. A estratégia política, no campo do poder político, deveria buscar a cooperação interna e externa. A estratégia psicossocial deveria agir no campo psicológico e no campo social, visando uma coesão interna, assim como quebrar a coesão de adversários. A estratégia geral “condiciona, orienta e coordena as ações dessas estratégias particulares...”. Idem, p. 17.

O fim último dos estudos que aqui fazemos é insuflar na consciência de nossa elite, sem distinção entre civis e militares, uma compreensão ampla e uniforme sobre os problemas da Segurança Nacional, capaz de se condensar, com o correr dos anos, numa adequada Doutrina de Segurança Nacional. Só assim garantiremos, através da necessária mutação periódica dos governos democráticos, a continuidade indispensável de uma sã política de Segurança Nacional<sup>873</sup>.

O general falou explicitamente no propósito da ESG em difundir junto à elite nacional – militar e civil – uma doutrina de segurança nacional. Como assinala Oliveira, enquanto os militares nacionalistas dirigiram sua ação política para mobilizar a opinião pública, os militares da ESG procuraram reforçar sua posição no aparelho de Estado e estavam voltados para uma mobilização das elites<sup>874</sup>. Guita Debert considera que o propósito da ESG era o de preparar a elite para a condução política do país, não apenas uma elite militar, mas também uma elite civil<sup>875</sup>. Peixoto<sup>876</sup> também destacou que a ESG visou mobilizar as elites, mesmo porque eram contrários à participação política de setores populares. A ESG pretendia formar uma elite militar e civil que estivesse habilitada a atuar de forma racional no aparelho de Estado. Desta forma, os conceitos elaborados pelos militares da ESG tinham um caráter nitidamente normativo. O Estado brasileiro deveria colocar em prática a doutrina de segurança nacional. O título de uma conferência proferida pelo general Juarez Távora em 1953 evidencia tal caráter normativo: “Apresentação de um conceito estratégico nacional para o Brasil<sup>877</sup>”. No ano anterior, em 1952, numa conferência feita na ESG pelo general Emílio Ribas, o mesmo abordou os temas da Geopolítica e das Áreas Estratégicas. Nessa conferência, o general considerou que as Forças Armadas pertenciam às classes dirigentes do país e que a ESG era o *locus* por excelência para estudar os temas da referida palestra. De acordo com o general, a ESG era um local onde se debatiam temas nacionais e internacionais, além de ser um local no qual, “anualmente, um grupo dos mais destacados homens públicos, a elite representativa de todas as atividades nacionais, se reúne não somente para estudar em

---

<sup>873</sup> Idem, p. 19.

<sup>874</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987, p. 21.

<sup>875</sup> DEBERT, Guita Grin. *A Política do Significado no Início dos Anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986, p. 213.

<sup>876</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 86.

<sup>877</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “Objetivos Nacionais Permanentes”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, 1954. Este texto é um excerto da referida palestra de 1953.

conjunto, os grandes problemas existentes, mas, também, para lhes propor uma solução<sup>878</sup>”. Este proferimento do general ratifica o papel das elites a que nos referimos anteriormente, assim como corrobora a idéia de que os estudos e propostas elaborados na ESG tinham um caráter normativo. Na conferência de março de 1953 feita pelo general Juarez Távora, mencionada anteriormente, ele explicitou que aqueles que passavam pela ESG eram, ou poderiam ser, “os formuladores e aplicadores da política de Segurança Nacional, que devemos ter, que teremos para a salvaguarda perene dos ideais, aspirações e interesses do povo brasileiro<sup>879</sup>”. Essas idéias apareciam com freqüência nas conferências dos militares da ESG.

Na retórica dos militares nacionalistas, seja daqueles dos anos 50/52, seja dos nacionalistas/legalistas, era recorrente o argumento em favor de uma mobilização dos trabalhadores; uma ampla mobilização dos setores populares. Visava-se a integração dos setores populares na vida política nacional. Embora tivessem tal propósito, os militares nacionalistas/legalistas não deixaram de fazer referência a uma elite nacional que, comprometida com a necessidade de promover o desenvolvimento nacional, se mobilizasse objetivando a conscientização dos setores populares em relação ao nacionalismo. De acordo com Peixoto, o nacionalismo, por não ser uma ideologia restrita aos setores militares, mas presente em todos os setores da sociedade, “comportava em sua aplicação uma direção civil capaz de mobilizar as camadas populares<sup>880</sup>”. Ao contrário, “a coligação antipopulista e antinacionalista dependia mais da máquina militar<sup>881</sup>”. Deste modo, “a questão da hegemonia militar tornava-se mais explícita para o grupo antinacionalista da ESG<sup>882</sup>”.

Os militares antinacionalistas da ESG tinham então o propósito de elaborar uma doutrina de segurança nacional e de difundi-la junto à elite militar e civil. De qualquer forma, na disputa retórica entre militares nacionalistas e antinacionalistas que ocorreu naquele contexto, observa-se que os militares antinacionalistas empregavam seus argumentos retóricos com o intuito de convencer os ouvintes/leitores a desacreditarem das descrições nacionalistas. E mais, pretendiam convencer a platéia a desconfiar do caráter moral daqueles que defendiam

---

<sup>878</sup> RIBAS JÚNIOR, Emílio Rodrigues. “Aspectos da Geopolítica e Noções Fundamentais de Áreas Estratégicas”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, Documento C-009-52, 1952, p. 27.

<sup>879</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituação e Inter-relações”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 1 Vol. I, Dez. 1983, p. 20.

<sup>880</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 87.

<sup>881</sup> Idem, p. 87.

<sup>882</sup> Idem, p. 87.

as teses nacionalistas. Ao mesmo tempo, pretendiam que suas teses fossem aceitas como plausíveis e condizentes com o contexto histórico nacional e internacional. Embora se possa entender que a retórica dos militares antinacionalistas da ESG estava direcionada sobretudo para as elites civis e militares, particularmente no que concerne às questões de segurança nacional, é plausível pensá-la como extensiva para o conjunto da população. Ao menos no que diz respeito aos enunciados voltados para o combate retórico com os militares e civis nacionalistas. Afinal, militares antinacionalistas da ESG também fizeram conferências, declarações, bem como escreveram a respeito das questões políticas e militares daquele contexto; matérias que foram publicadas na imprensa. Proferimentos daqueles militares reverberavam na imprensa, desde as disputas eleitorais pela presidência do Clube Militar, assim como nas diversas crises e disputas político-militares. Pode-se observar que as mesmas tiveram repercussão na imprensa, com depoimentos, declarações e manifestos de militares.

Voltando à palestra do general e então comandante da ESG, Juarez Távora, realizada em 23 de março de 1953, observa-se que esta foi fruto, em parte, dos esforços que integrantes do corpo permanente já vinham fazendo na escola para pensar sobre as questões de segurança nacional<sup>883</sup>. A palestra do general revela que a intenção de se elaborar uma doutrina de segurança nacional tinha como preocupação básica a questão do contexto internacional de “Guerra Fria”, e que ela não estava sendo pensada com o propósito de levar os militares a governar o país. Este poderia ser governado por um militar ou por um civil, o importante seria que tal governante adotasse a doutrina de segurança nacional. Ou seja, não se pretendia um governo militarista. Apesar disso, verifica-se nos proferimentos feitos pelo general, a idéia de uma relevante participação política dos militares, idéia que aparece inclusive no conjunto dos conceitos elaborados na palestra. Desde já podemos considerar que se construiu na ESG um projeto político para o país, no qual o Estado e o Exército tinham um papel preponderante. Pensar a doutrina de segurança nacional como um projeto político nacional já havia sido considerado por Oliveira. Este autor afirma:

---

<sup>883</sup> Nas referências bibliográficas do texto da palestra, encontram-se palestras feitas anteriormente na ESG sobre os temas de soberania, direito internacional, guerra total e estratégia. Além disso, havia uma literatura internacional sobre os temas abordados, por exemplo: “*Geographical Foundations of National Power*”; “*The Great Powers in World Politics*, de Frank H. Simonds e Brooks Emeny”; “*Makers of Modern Strategy*, de Edward Mead Earle”; e um trabalho do comandante Ralph E. Williams da marinha norte-americana, abordando a questão da segurança militar e da política militar. Ou seja, a palestra proferida pelo general Távora foi construída a partir de diversas fontes, podendo-se observar que a literatura internacional sobre temas concernentes à segurança nacional tinha grande importância. Na entrevista ao CPDOC (1993), o general Murici afirmou que na ESG havia muito material trazido pelos militares da comissão norte-americana; material que foi muito usado pelos membros da ESG. E quando estudavam determinados temas, costumavam ir às livrarias procurar material acerca dos temas que seriam debatidos.

A segurança nacional substitui a defesa nacional, propondo-se como política global de Estado. (...) A segurança nacional passa a ser vista como uma espécie de coeficiente de garantia estatal para a consecução dos objetivos nacionais. Toda a vida estatal e societária deve ser tutelada e protegida, para que se tornem idênticos os interesses do Estado e da Nação<sup>884</sup>.

Rocha também aponta para este aspecto da doutrina. Segundo a autora, os conceitos que conformam a doutrina de segurança nacional

encerram proposições de ação política, de caráter normativo, para a vida societária. Por isso, sua elaboração deveria obedecer a um método que permitisse interpretar a totalidade dos aspectos da realidade, tanto de caráter individual como social. Além disso, o conceito deveria conter uma dimensão pedagógica: a difusão de um *Projeto Nacional*<sup>885</sup>.

Entendemos que tanto os militares nacionalistas quanto os militares antinacionalistas desenvolveram, no decorrer dos anos 1950, traços de um projeto político para o Brasil. Isso se deu de forma mais acentuada com os militares antinacionalistas, visto que eles realizaram na ESG estudos mais sistematizados.

A seguir, faremos algumas considerações consoantes ao pensamento político produzido pelos militares da ESG. Os aspectos de tal pensamento político a serem discutidos são: 1-pensamento político caracterizado por um elitismo, com uma clara distinção entre elites e massas. Ainda neste aspecto os esguianos demonstram uma crítica às elites nacionais; 2- Um pensamento político que dá primazia ao âmbito da política; 3- Destaque ao Estado no estabelecimento da política de segurança nacional, que envolve toda a nação; 4- Defesa de um papel interventor na economia, com um planejamento governamental objetivando o desenvolvimento econômico do país. Portanto, restrições ao liberalismo econômico; 5- Pensamento político marcado por um dilema entre liberdade/bem-estar e segurança nacional. Neste dilema, a primazia foi dada à segurança nacional; 6- A idéia de que a democracia e liberdade política poderiam sofrer limitações diante da necessidade de segurança nacional. Democracia e liberdade política atreladas aos objetivos nacionais. Restrições ao liberalismo político.

---

<sup>884</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987, p. 67.

<sup>885</sup> ROCHA, Maria Selma de Moraes Rocha. *A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. FFLCH- Departamento de História, USP, 1996, p. 52.

Desta forma, o primeiro aspecto a se observar é que todos os proferimentos feitos pelos militares antinacionalistas da ESG tinham um caráter elitista. Desde os princípios fundamentais da ESG, elaborados por Sardenberg no período inicial da escola, já aparecia a idéia de que a escola deveria formar uma elite civil e militar para resolver os problemas do país. Parte importante desta elite deveria particularmente ocupar postos de relevância no aparelho de Estado. E a idéia de que a sociedade estaria dividida entre elites e massas, estava fortemente presente nos discursos dos militares antinacionalistas da ESG. Em fins de 1953, numa conferência proferida pelo general Juarez Távora, ele afirmou que a elite – diante dos problemas da conjuntura nacional – deveria enfrentá-los de forma corajosa, “sob pena de desacreditar-nos, como elite, perante o povo por cujos destinos somos responsáveis...”<sup>886</sup>. Numa outra conferência<sup>887</sup>, esta realizada em 1959, o general Juarez Távora destacou que o “povo-massa” das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento não tinha maturidade intelectual para analisar a democracia e o totalitarismo e de escolher entre elas. No que tange ao tema elite-massas, o historiador inglês Arnold Toynbee foi uma das influências intelectuais para os militares da ESG. Referências a Toynbee aparecem em algumas conferências de militares da ESG, bem como em alguns textos de Golbery.

Contudo, devemos observar que nos discursos proferidos pelos militares antinacionalistas da ESG existia uma crítica constante às elites nacionais, ao despreparo das elites brasileiras na condução do país. A partir deste pressuposto, percebe-se, do ponto de vista dos militares da ESG, o papel relevante que a escola deveria ter no preparo e na formação de uma elite militar e civil que fosse capaz de dirigir o país. De acordo com Eliézer Oliveira<sup>888</sup>, existem pontos de contato entre a elaboração da doutrina de segurança nacional pelos militares da ESG e a elaboração teórica produzida por Alberto Torres e Oliveira Vianna, teóricos do “pensamento autoritário”. Conforme Oliveira, Juarez Távora, por exemplo, se apoiou naqueles autores para falar a respeito do despreparo das elites nacionais. Ricardo Silva também observa que houve uma sobrevivência do pensamento autoritário brasileiro (particularmente Alberto Torres e Oliveira Vianna) na obra dos militares da ESG<sup>889</sup>.

---

<sup>886</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “Discurso Proferido por Ocasão do Encerramento do Curso Superior de Guerra (1953)”. Rio de Janeiro. *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº 41, 2002, p. 338.

<sup>887</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “A Segurança Nacional: Sua Conceituação e seu Estudo na Escola Superior de Guerra”. Rio de Janeiro. *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº 12, 1989.

<sup>888</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>889</sup> SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004, p. 160.

Numa conferência de 1954, na qual abordou o tema do municipalismo no Brasil, o general Juarez Távora considerou ser o povo brasileiro intrinsecamente bom. Em seguida, apontou algumas condições adversas vividas pelos brasileiros, por exemplo, a dispersão da população numa vasta área, e afirmou que

nada há que justifique o relativo atraso econômico-social em que nos encontramos, senão uma atuação inadequada de nossa elite dirigente, no aparelhar e orientar o homem brasileiro para enfrentar o meio em que habita (...). Essa atuação inadequada da elite brasileira sobre a atividade do povo, por cuja condução é responsável, resulta, sem dúvida, de crônicas deficiências de organização nacional, caracterizadas, a nosso ver, no setor político-administrativo<sup>890</sup>.

Em editorial<sup>891</sup> da revista do Clube Militar de maio/junho de 1955, os antinacionalistas, ao abordarem o tema da participação das Forças Armadas na Política, fizeram duras críticas às elites nacionais, considerando-as fracassadas, omissas e falidas, incapazes de elevar o nível cultural da nação. Desta forma, nota-se que os proferimentos feitos pelos militares antinacionalistas, seja por esguianos ou por membros do Clube Militar, partilhavam das mesmas idéias no que concerne à elite nacional. Ou seja, eram duramente críticos em relação às elites nacionais, particularmente às elites políticas.

Apesar das “guerras semânticas<sup>892</sup>” que estavam presentes nos debates realizados na ESG - disputas semânticas, sobretudo em relação aos termos Política, Estratégia, Segurança Nacional e Poder Nacional - foram sendo formulados alguns conceitos que passaram a ser considerados conceitos básicos da escola, como já abordados anteriormente. Vários conferencistas, dentre eles Mamede, Murici, Juarez Távora e Golbery, defendiam a idéia da preponderância da política em relação às outras “instâncias” da sociedade. Numa conferência de 1955, o então coronel Murici afirmou que a estrutura política era dominante “porque ela pode imprimir diretrizes novas às outras estruturas, especialmente à econômica...<sup>893</sup>”. Em seguida, completou a sua idéia, dizendo que “nenhuma estrutura política pode sobreviver em

---

<sup>890</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “Teses à Margem do Municipalismo no Brasil”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, 1954, p. 12.

<sup>891</sup> “Editorial: A Omissão das Elites”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 137, Maio/Junho, 1955, p. 3-4.

<sup>892</sup> Mamede e Murici falaram explicitamente dessas disputas semânticas que ocorriam nos debates na ESG. Em Mamede ver: MAMEDE, Jurandy de Bizarria “Introdução ao Planejamento da Segurança Nacional”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, Documento A-14-53, 1953, p. 2.

<sup>893</sup> MURICY, Antônio Carlos da Silva. “Poder Nacional – Tipos de Estrutura”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, Documento C-20-55, 1955, p. 7.

sua forma pura se não encontrar na estrutura social uma base sólida e homogênea<sup>894</sup>”. No mesmo texto, Murici afirmou que, na “ausência de elites políticas responsáveis pela direção dos órgãos políticos do governo, justifica-se<sup>895</sup>” a supremacia do poder militar. Ou seja, se a elite política responsável pelo governo não estivesse sendo “responsável”, estaria aberta a possibilidade de um golpe militar? Nota-se que esta conferência era de 1955.

Para Golbery, a política poderia ser caracterizada “como a arte suprema de realizar adequação satisfatória entre os fins e os meios<sup>896</sup>”. Isto é, entre os objetivos nacionais permanentes e as estratégias para alcançá-los. Golbery entendia que, em países subdesenvolvidos, como o Brasil, o campo dominante que deveria ser considerado no planejamento do fortalecimento do poder nacional era o campo econômico. Todavia, seria no âmbito da política que seriam definidos e assegurados os objetivos nacionais. A política de segurança nacional, que abarcaria todos os campos, quais sejam, o econômico, o psicossocial, o político e o militar, seria estabelecida no âmbito político, que teria um significado mais amplo do que aquele atribuído ao campo político. Como afirmou o general Juarez Távora, os objetivos nacionais deveriam ser fixados pela política. Aqui o general usou o termo política “em sua acepção genérica global: é sinônimo de ‘arte do estadista’, ou ‘arte de governar os povos’ – envolvendo princípios gerais e permanentes aplicáveis ao governo de todas as nações<sup>897</sup>”. O pressuposto que considerava a preponderância da política vincula-se a uma concepção de segurança nacional que conferia um papel de destaque ao Estado no estabelecimento da política de segurança nacional. Caberia ao Estado definir quais eram os objetivos nacionais, bem como analisar, sustentar e reforçar o poder nacional, garantindo, assim, que os referidos objetivos nacionais fossem alcançados. O Estado deveria conhecer os obstáculos internos e externos, que poderiam impedir que se atingissem os objetivos nacionais. Conhecendo-os, o Estado poderia fazer uso do poder nacional para superar os

---

<sup>894</sup> Idem, p. 7.

<sup>895</sup> Idem, p. 6.

<sup>896</sup> COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento Estratégico*. Brasília: UnB, 1981, p. 263.

<sup>897</sup> De acordo com o general, o termo política poderia ser conceituado a partir de três acepções: a primeira tem um sentido mais global (“arte do estadista aplicada ao governo do Estado”); a segunda acepção seria “genérica, mas parcial: é sinônimo de ‘Normas de ação governamental adotadas periodicamente para o equipamento e solução de problemas político-administrativos, econômico-financeiros e psicossociais, variáveis com o tempo e a nação a que se aplicam’”. Conforme afirmou o general, é este sentido de política o mais usado na ESG. A terceira acepção de política tem um sentido mais restrito. “É aplicável à designação daquelas atividades de natureza peculiar, distintas das econômico-financeiras, administrativas e psicossociais – tais como as ligadas ao jogo interno ou externo das relações de poderes e à constituição democrática dos órgãos de representação do povo no governo”. In: TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional: Sua conceituação e seu estudo na Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 12, 1989, p. 54.

possíveis obstáculos. Desta forma, os militares da ESG, desde a primeira metade dos anos 1950, pensavam num Estado forte, com capacidade para definir a política de segurança nacional, como também de assegurar a sua consecução. Evidente que no interior deste Estado forte estaria presente, de maneira destacada, as Forças Armadas.

A partir das leituras dos documentos, particularmente das conferências feitas pelos militares, entendemos que os obstáculos nacionais estavam relacionados a algumas questões, que seriam as seguintes. Primeiro, a questão do “caráter nacional”, pois entendiam que os brasileiros, dentre outros traços, eram individualistas, empiristas e tinham a prática da improvisação. Esses traços estavam presentes nas elites que eram responsáveis pela direção do país, elites econômicas e políticas. Além disso, as elites brasileiras, especialmente as elites políticas, não faziam uso de processos de racionalização na administração do Estado, no planejamento governamental, para usar uma expressão de uma conferência do coronel Murici. Numa outra conferência,<sup>898</sup> o referido coronel abordou o tema do poder nacional, oportunidade em que analisou os tipos de poder, baseando-se nas tipologias weberianas. Dentre as formas de poder, que eram a tradicional, a carismática e a burocrática, o coronel fez a defesa da burocrática. Para ele, a forma de poder burocrática era a que poderia ser encontrada nas sociedades democráticas. Em sua análise, o termo burocrático usado por Weber não deveria ser visto de forma depreciativa. Burocratização seria o mesmo que institucionalização.

Um segundo obstáculo nacional que deveria ser superado estava relacionado com a questão da “coesão” das Forças Armadas, termo usado pelos próprios militares. Ou seja, seria preciso superar os conflitos políticos existentes entre os próprios militares. Para que isso ocorresse, era preciso derrotar e até mesmo expurgar das Forças Armadas os militares que: defendiam o falso nacionalismo; que tinham posições consideradas de esquerda; e que fossem contra o alinhamento político-militar com os Estados Unidos. Um terceiro aspecto diz respeito a questões político-partidárias e do exercício político no executivo federal, no parlamento e nas demais instâncias governamentais. Fazia-se necessário combater governos, partidos e políticos que tivessem posições nacionalistas radicais ou que recebessem tais influências. Um quarto obstáculo que podemos apontar estaria relacionado ao desenvolvimento econômico do país. O desenvolvimento econômico era considerado um fundamento necessário para que o país pudesse alcançar seus objetivos nacionais.

---

<sup>898</sup> Idem, 1955.

Outro aspecto presente no pensamento político dos militares da ESG refere-se à idéia de que o Estado deveria ter um papel interventor na economia. Eram defensores de uma sociedade capitalista, democrática e cristã, e tomavam os Estados Unidos como modelo de nação. Tais militares defendiam, em suas conferências, embora com limites, a intervenção do Estado na economia. O general Murici, numa conferência sobre planejamento governamental, apontou a existência de algumas idéias extremas sobre a questão da intervenção do Estado na economia e também em outras áreas, como saúde, educação, etc. Falou de um liberalismo extremado defendido por Adam Smith, “com sua fórmula mágica do *laissez-faire*<sup>899</sup>”, assim como mencionou Hayek, que negava o planejamento estatal, entendido como o “caminho da servidão”. No extremo oposto, apontou a idéia de um planejamento total. Em sua conferência, realizada em 1956, o coronel Murici disse que havia autores renomados e elites dirigentes que estavam “formando uma consciência sobre a necessidade de um planejamento governamental<sup>900</sup>”. Tal consciência estaria se formando com base em algumas idéias ou experiências históricas. Dentre as que o conferencista destacou, estavam:

No sucesso econômico dos planos quinquenais soviéticos; na experiência vitoriosa dos governos democráticos quando tiveram que intervir para minorar os efeitos da crise de 1929; na eficiência adquirida pelas potências ocidentais no decorrer do último conflito quando puderam mobilizar todas as forças produtivas sob uma direção central; nos métodos adotados para reconstrução dos países europeus devastados pela guerra; na convicção, hoje existente, de que não há outro caminho para o aceleração da expansão econômica dos países pouco desenvolvidos; no fato de que não basta proteger a concorrência livre do abuso do poder econômico mas que também é necessário prevenir as crises cíclicas ou minorá-las e mesmo, conforme o caso, intervir no circuito econômico para dirigir, orientar e regular o desenvolvimento econômico do país; a necessidade de segurança, numa época de guerra total e global que exige que a Nação possa se apoiar em todas as suas forças e recursos, preparando-os para emprego em caso de conflito armado, o que é, evidentemente, uma obrigação do Estado<sup>901</sup>.

Numa conferência realizada em 1953, o coronel Mamede já havia exposto alguns aspectos históricos e algumas idéias que para ele justificavam a intervenção do Estado, particularmente nos países em que a economia estava em expansão. Muitas destas razões foram assinaladas posteriormente por Murici, que utilizou a conferência de Mamede, dentre outras obras, na elaboração de sua conferência de 1956. Assim como Murici e Mamede, Golbery e outros militares da ESG eram favoráveis à intervenção do Estado na economia. Em

---

<sup>899</sup> MURICY, Antônio Carlos da Silva. “Planejamento Governamental”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, Documento C-29-56, 1956, p. 2.

<sup>900</sup> Idem, p. 3.

<sup>901</sup> Idem, p. 3-4.

sua conferência, o coronel Mamede apontou três condições que possibilitariam que o planejamento governamental tivesse êxito:

A primeira condição de êxito é a adequação do Estado, estrutural e funcionalmente, para preencher os seus fins. O Estado deve assegurar o equilíbrio social e o livre desenvolvimento das forças sociais, impedindo a predominância de grupos não voltados inteiramente para o interesse público. (...) A segunda condição: administração racionalmente estruturada, flexível, servida por homens probos e competentes, capazes de resistir a toda sorte de pressões tendentes a comprometer a honestidade de suas ações, e convictos da legitimidade dos sacrifícios que lhe são impostos, em benefício da causa pública. E finalmente uma terceira: elite colaboradora, animada de espírito social e público, e dotada de alto valor intelectual e moral, qualidades sem as quais não se tomará por legítima sua eminente função de liderança. Só assim, a técnica de planejamento que em si só não é boa nem má, tornando-se uma ou outra, segundo o uso que dela fazemos, só assim dizemos, será ela, não um instrumento de opressão ou dominação, mas um método de tratamento racional das coisas humanas, e um verdadeiro instrumento de progresso social<sup>902</sup>.

Golbery, ao pensar sobre a questão da segurança nacional, considerava imprescindível que houvesse um planejamento governamental. E entendia que, em países subdesenvolvidos, dentre os quais incluía o Brasil, era preciso realizar um planejamento econômico racional, tendo em vista a fragilidade da economia nacional. Para os militares da ESG, incluindo Golbery, a economia de uma nação seria parte constituinte de seu poder. Deste pressuposto resultaria a necessidade de um planejamento econômico racional que pudesse incrementar o desenvolvimento econômico do país. E para Golbery, assim como para os demais militares da ESG, esse planejamento deveria ser estatal. Segundo Golbery, o planejamento da segurança nacional deveria “concentrar-se na aceleração desse ritmo de crescimento econômico<sup>903</sup>”, sem se descuidar das outras instâncias que, para o conferencista, fundamentavam o poder nacional. Entendia que no Brasil a segurança nacional exigia de forma mais premente “a ampliação de nossa infra-estrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia...<sup>904</sup>”. A idéia de uma racionalização administrativa era usada reiteradamente nos proferimentos de Golbery e dos demais militares aqui considerados. Procurando argumentar em favor do planejamento econômico e persuadir aqueles que tinham desconfiança do planejamento estatal, Golbery enfatizou que o planejamento do desenvolvimento econômico,

---

<sup>902</sup> MAMEDE, Jurandy de Bizarria “Introdução ao Planejamento da Segurança Nacional”. Rio de Janeiro. Estado-Maior das Forças Armadas. *Escola Superior de Guerra*, Documento A-14-53, 1953, p. 23-24.

<sup>903</sup> COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento Estratégico*. Brasília: UnB, 1981, p. 24.

<sup>904</sup> Idem, p. 25.

assim com a racionalização administrativa, dentre outras ações, poderiam ocorrer a partir do campo da segurança nacional.

num campo em que a intervenção estatal plenamente se justifica, que o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação, o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas e muitas vezes desonestas, o meio seguro de coordenar vontades e congregar esforços na consecução de elevados propósitos comuns<sup>905</sup>.

Desta forma, Golbery e os demais militares da ESG, estavam pensando na existência de um Estado forte. Mas Golbery não era favorável nem a um Estado caracterizado pelo “liberalismo otimista, a do Estado mero guarda-civil”, e nem a um “Estado-guarnição do totalitarismo impenitente, implantando a ditadura e o terror<sup>906</sup>”. Golbery deixou claro qual deveria ser o agente do planejamento: “Só um poderia ser o agente no planejamento da Segurança Nacional, como na condução das ações estratégicas – o Estado, representado por um governo que se vale, para tanto, de todo o Poder Estatal<sup>907</sup>”. O instrumento de que o Estado deveria fazer uso era o “Poder Nacional”. Segundo o autor, na análise o “Poder Nacional” se dividiria em poder político, econômico, psicossocial e militar. No entanto, essa divisão não reduziria “o indestrutível caráter integrado e unitário<sup>908</sup>” do “Poder Nacional”. Castelo Branco, em conferência de 1962, também destacou que o poder nacional, embora constituído por diferentes formas ou campos de ação, não deixaria de ser “uno e indivisível<sup>909</sup>”. Castelo Branco também assinalou a preponderância da política no que concerne à definição dos objetivos nacionais, à organização e consecução do poder nacional. O general afirmou em sua conferência:

O Poder Político Nacional faz sobretudo política, a magna política, a arte de dirigir o Estado, de conduzir a nação e realizar os seus objetivos nacionais. Para condensar essas tarefas, o corpo governante da nação, sob a responsabilidade de seu chefe, formula o Conceito Estratégico Nacional, a mais elevada expressão da política de um povo<sup>910</sup>.

---

<sup>905</sup> Idem, p. 25.

<sup>906</sup> Idem, p. 19.

<sup>907</sup> Idem, p. 325.

<sup>908</sup> Idem, 326.

<sup>909</sup> CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. “O Poder Nacional e a Segurança Nacional”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 3, Vol. II, Agosto, 1984.

<sup>910</sup> Idem, p. 20.

De acordo com o autor, seria necessário haver “um Poder Político colocado acima dos agentes dos quatro Poderes formadores do Poder Nacional, superiormente nacional, capaz de concepção política geral e de organizar, ou reorganizar, fortalecer e aplicar os meios integrados, voltado para o campo interno e projetado no campo internacional<sup>911</sup>”. Para Castelo Branco, somente um poder político nacional poderia desempenhar uma missão tão relevante. Este poder político nacional seria integrado pelos “altos órgãos do Estado. Destaca-se entre eles um corpo de governantes e legisladores, temporários e renovados<sup>912</sup>”. Ao destacar a relevância do papel do poder político nacional, o autor mencionou que o referido poder político não poderia estar destituído de uma legitimidade. Esta estaria assentada em fatos.

Sua origem está na proveniência da escolha, mediante um consenso vitorioso expresso por todos os capacitados para escolher seus delegados no Poder. Identifica o indivíduo com o Poder. É também legítimo o Poder oriundo de uma revolução vitoriosa, desde que, num prazo que não implique usurpação, garanta a legitimidade de sua continuação pelo voto<sup>913</sup>.

Em seguida, Castelo Branco falou sobre a legalidade do poder. Conforme o autor, deveria haver uma “atuação legal, em que a lei é obrigatoriamente observada pelos membros do Poder e pelos cidadãos. No regime legal, o indivíduo está em comunhão com o Poder<sup>914</sup>”. Castelo Branco apontou algumas “anormalidades políticas” que desvirtuariam o poder político nacional. Seriam as ditaduras e os movimentos de salvação nacional. Essa anormalidade poderia ocorrer também numa situação em que os agentes de um dos poderes nacionais passassem a ameaçar e controlar os demais poderes nacionais, tutelando, desta forma, o poder político nacional. Em todas essas anormalidades políticas, o poder seria uma finalidade em si, em benefício de grupos e não um meio visando ao bem público. E em sua conferência, Castelo Branco afirmou que o poder político nacional deveria ser “considerado e utilizado como uma entidade institucional destinada ao bem público. Com essa característica fundamental, poderá empregar, com finalidades legais e sábias, o Poder Nacional<sup>915</sup>”.

Em 1959, o general Juarez Távora fez uma conferência na qual procurou sintetizar alguns conceitos básicos que constituíam a idéia de segurança nacional produzida na ESG. Afirmou, na conferência, que a noção de segurança nacional “envolve, direta ou

---

<sup>911</sup> Idem, p. 17.

<sup>912</sup> Idem, p. 17.

<sup>913</sup> Idem, p. 18.

<sup>914</sup> Idem, p. 18.

<sup>915</sup> Idem, p. 21.

indiretamente, todas as atividades do Estado-Nação<sup>916</sup>”. Envolveria o campo político-administrativo (incluindo aí a política externa e as Forças Armadas); o campo econômico; e o campo psicossocial (educação, cultura, saúde, relações de trabalho, etc.). Como afirma Oliveira, “nada pode existir fora do quadro global da segurança nacional, tudo é condicionado por ela que passa a ser o centro e o objetivo máximo do poder estatal<sup>917</sup>”. De acordo com o general Juarez Távora, a política de segurança nacional derivaria do “Conceito Estratégico Nacional”. Era a seguinte, segundo o general, a definição de conceito estratégico nacional, aceita pela ESG:

É a enunciação sintética dos objetivos nacionais ao alcance do poder nacional, para a satisfação progressiva dos interesses permanentes da Nação, nos campos interno e externo, e dos rumos a imprimir à política nacional para alcançá-los (a despeito dos antagonismos existentes). O Conceito Estratégico Nacional é formulado mediante uma análise objetiva das aspirações e interesses nacionais, e de uma avaliação estratégica da conjuntura, em confronto com os antagonismos opostos à satisfação daquelas aspirações ou interesses que se possam incluir entre os objetivos nacionais<sup>918</sup>.

Como vimos, era função do Estado definir os objetivos nacionais e se responsabilizar pelo poder nacional (em seus diversos aspectos), visando alcançar tais objetivos. Mas quando os militares da ESG falavam no Estado, estavam pensando numa elite política que estaria no interior do aparelho de Estado, pois aquela elite deveria ter a capacidade de compreender quais seriam as aspirações nacionais e, assim, definir os objetivos nacionais, tanto os conjunturais quanto os permanentes. Afinal, o “povo-massa” não teria condições de fazê-lo. O general Juarez Távora afirmou claramente que o planejamento para a segurança nacional fazia parte de “um planejamento global das atividades governamentais<sup>919</sup>”, e que o referido planejamento deveria estar vinculado aos objetivos do “desenvolvimento do Poder Nacional<sup>920</sup>”.

---

<sup>916</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional: Sua conceituação e seu estudo na Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 12, 1989, p. 52.

<sup>917</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987, p. 69.

<sup>918</sup> TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional: Sua conceituação e seu estudo na Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 12, 1989, p. 56-57.

<sup>919</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>920</sup> De acordo com o general, o planejamento governamental deveria atuar sobre três campos de atividades governamentais, sendo que esse planejamento deveria seguir uma hierarquia. Primeiro, o planejamento governamental deveria ocorrer no campo político-administrativo, que seria o campo “em que se inscrevem os instrumentos de ação e de ideação do Estado – concepção, normação,

Para o general Távora, o que diferenciava o planejamento democrático do planejamento totalitário residia no seguinte: “Não se justifica, democraticamente, que, para fortalecer a estrutura do Estado, dando-lhe potência militar, ou mesmo enriquecimento econômico, se sacrifique, além do razoável, o bem-estar social dos cidadãos<sup>921</sup>”. Embora, segundo Juarez Távora, os referidos campos devessem ser tratados dentro de uma ordem de prioridade, considerava que havia uma articulação entre os três campos, e entendia que o planejamento governamental deveria visar ao desenvolvimento econômico como um meio para “realizar o bem-comum da Nação (aí incluída a Segurança Nacional) e o bem-estar dos cidadãos<sup>922</sup>”. O general salientou que o modo mais plausível para corrigir “desajustamentos e contradições” no interior das nações, seria seguir três linhas de equilíbrio: “conciliar, no campo político, a liberdade com a ordem; harmonizar, no campo econômico, a iniciativa privada com o bem comum; conciliar, no campo social, as crescentes concessões feitas ao trabalho, com as exigências, também crescentes, da produtividade geral<sup>923</sup>”. O general procurou vincular o campo político, o econômico e o social com a doutrina social do cristianismo<sup>924</sup>. Ao contrapor o “socialismo marxista” com uma sociedade democrática, ele fez uma defesa da liberdade política e da liberdade econômica. Considerou que a democracia deveria ter a capacidade de construir um equilíbrio, por meio de um planejamento, entre progresso econômico, liberdade política e paz social<sup>925</sup>. Pode-se observar algumas contradições nos enunciados elaborados pelo general Juarez Távora ao abordar os conceitos da doutrina de segurança nacional. O general falou em liberdade política e liberdade do indivíduo para desenvolver suas potencialidades (físicas, intelectuais e morais), ao mesmo

---

interpretação, planejamento, coordenação, controle e correção de todas as suas atividades”. Este campo permitiria ao Estado influir de forma eficaz em três áreas, as quais se referiam ao desenvolvimento econômico, à melhoria do bem-estar social e à realização da segurança nacional. Em seguida, viria o planejamento no campo econômico-financeiro, que “inclui os meios materiais indispensáveis à movimentação dos instrumentos de ação do Estado para a realização dos fins que lhe são específicos”. Em terceiro lugar, o planejamento governamental deveria se voltar para o campo psicossocial, campo no qual “se inscrevem as atividades finais do Estado como entidade responsável pela realização do bem comum”, incluída aí a segurança nacional. *Idem*, p. 60.

<sup>921</sup> *Idem*, p. 60.

<sup>922</sup> *Idem*, p. 61.

<sup>923</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>924</sup> De acordo com o general, os referidos princípios seriam: 1) A sociedade deve ser organizada para servir o indivíduo, permitindo que este desenvolva suas potencialidades; 2) O Estado, como instrumento jurídico-político, deve ser organizado para servir a sociedade; e 3) A organização político-administrativa do Estado, assim como o desenvolvimento econômico-financeiro, devem ser instrumentos para a realização do bem comum da sociedade e dos indivíduos. In: TÁVORA, Juarez do Nascimento F. “A Segurança Nacional: Sua conceituação e seu estudo na Escola Superior de Guerra”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 12, 1989, p. 62.

<sup>925</sup> *Idem*, p. 63.

tempo em que falou da incapacidade do “povo-massa” de pensar e decidir sobre os destinos da sociedade. Talvez estivesse presente no pensamento do general, um dilema em torno da idéia de liberdade política e liberdade do indivíduo; dilema provocado por uma contradição entre a doutrina de segurança nacional e a doutrina social católica. O general Juarez Távora buscou mobilizar a tradição da doutrina social cristã ao pensar a política, a sociedade e a doutrina de segurança nacional<sup>926</sup>. Entendemos que isso acabou criando um dilema<sup>927</sup> nas crenças de Juarez Távora, pois os princípios da doutrina social católica entravam em contradição com a doutrina de segurança nacional<sup>928</sup>. Mas, ao que parece, a doutrina de segurança nacional acabou tendo um papel preponderante no pensamento político do general.

Golbery fez referência ao dilema que estaria presente no “Leviatã” de Hobbes, que seria o da relação entre a segurança e a liberdade individual. Para Golbery, governos tiranos buscavam no Leviatã uma justificativa para seus governos totalitários. De qualquer forma, o autor enfatizava que, no contexto da Guerra Fria, a insegurança do homem talvez fosse ainda maior do que no tempo de Hobbes e, por isso, o dilema entre segurança e liberdade. O autor fez uma defesa da liberdade do homem como um valor eterno (expressão por ele usada), mas não deixou de assinalar algumas restrições. Golbery afirmou: “Não há como fugir à

---

<sup>926</sup> José Murilo de Carvalho observa que Juarez Távora, nos anos 1930, foi um dos líderes de um movimento de catolização dos oficiais, contra a tradição positivista. In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 28.

<sup>927</sup> Dilema no sentido empregado por Bevir. BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

<sup>928</sup> O general Juarez Távora, na conferência de 1959, ao falar sobre totalitarismo, democracia e segurança nacional, fez uma defesa da participação do Estado no planejamento e na promoção do desenvolvimento econômico. Até considerou positivo o avanço que o Estado soviético estava realizando no tocante ao desenvolvimento econômico, “através da disciplina do trabalho, da amplitude e orientação dos investimentos e de notáveis progressos técnico-científicos”. Mas disse que o Estado soviético era totalitário, pois era contrário à liberdade política e contra a iniciativa privada no campo econômico. O general fez a seguinte indagação: “Poderá a simples satisfação de nossas necessidades materiais e, mesmo, intelectuais, saciar a natureza humana, com a privação dos atributos da liberdade política e da liberdade econômica? Do meu ponto de vista pessoal e cristão, a resposta a essa pergunta deve ser negativa”. O general Juarez Távora considerava que a democracia deveria buscar conciliar “a realização do progresso econômico, com a liberdade política e paz social”. Defendeu a necessidade de se buscar uma “justiça distributiva que reparta equitativamente, entre o trabalho e o capital, os lucros da empresa”, neutralizando-se assim o “egoísmo capitalista”. Além disso, fez críticas à “cobiça imperialista, que envenena as relações econômicas entre Estados desenvolvidos e nações subdesenvolvidas”. Segundo o general, o egoísmo capitalista e o imperialismo de certas atividades econômicas internacionais acabavam contribuindo para que nações se deixassem entrar na esfera de influência soviética. Ratificando sua defesa em prol da participação do Estado no planejamento do desenvolvimento econômico, afirmou: “Impõe-se, portanto, que as democracias planejem corajosamente o seu desenvolvimento econômico, fazendo dele, através da ação normadora e ordenadora do Estado, um meio eficiente de realização do bem-estar social do povo-massa”. TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. “A Segurança Nacional: Sua Conceituação e seu Estudo na Escola Superior de Guerra”. Rio de Janeiro. *Revista da Escola Superior de Guerra*, nº 12, 1989, p. 63-65.

necessidade de sacrificar o Bem-estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo, aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida<sup>929</sup>”. Desta forma, na visão do autor, quando a segurança estivesse ameaçada, seria possível sacrificar o bem-estar social. Após falar especificamente em bem-estar social, Golbery se referiu à questão da Liberdade. “Não se acredite, pois, que o sacrifício da Liberdade possa conduzir sempre a um aumento de Segurança. Além de certos limites, a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança<sup>930</sup>”. O autor defendia a idéia de que a liberdade individual e o bem-estar social eram bases importantes para a segurança nacional. No entanto, considerava que, se a segurança nacional estivesse sendo ameaçada, seria possível colocar limites a ambos, à liberdade e ao bem-estar. Estas limitações à democracia estariam no campo da estratégia de segurança; as limitações seriam um meio, um “objetivo nacional atual”, pois o fim, um dos objetivos nacionais permanentes, seria a preservação da sociedade capitalista, democrática e cristã.

Golbery apontou a diferença entre política e estratégia: “À Política – correspondem os chamados Objetivos Nacionais Permanentes; à Estratégia – os Objetivos Nacionais Atuais, simples transformações dos primeiros à luz dos antagonismos que se considerem<sup>931</sup>”. Haveria, segundo o autor, uma relação hierárquica entre a política e a estratégia: “à Política cabe orientar a Estratégia<sup>932</sup>”. No pensamento de Golbery, a política era sempre vista como superior. De um modo geral, na sua visão, o contexto histórico era marcado pelos seguintes aspectos: Guerra-Fria e suas conseqüências, inclusive com possibilidade de uma guerra de fato; a sociedade brasileira vivenciava uma destacada demanda por parte dos trabalhadores por melhorias nas condições sociais, sendo que a necessidade do país em acelerar o desenvolvimento econômico seria um limite às possíveis concessões feitas aos trabalhadores; na sociedade brasileira havia uma importante presença do populismo e de uma destacada participação dos comunistas no meio social e político. Estes aspectos, conforme o autor, poderiam justificar uma limitação provisória das liberdades individuais e do bem-estar, visando-se aos objetivos nacionais permanentes. De acordo com Birkner, “para Golbery, a suspensão temporária de garantias individuais seria justificável na medida em que se constatasse o estado de anomia social<sup>933</sup>”. Castelo Branco não chegou a se colocar esse dilema

---

<sup>929</sup> COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento Estratégico*. Brasília: UnB, 1981, p. 370.

<sup>930</sup> *Idem*, p. 371.

<sup>931</sup> *Idem*, p. 321.

<sup>932</sup> *Idem*, p. 321.

<sup>933</sup> BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. *O Realismo de Golbery: segurança nacional e desenvolvimento global no pensamento de Golbery do Couto e Silva*. Itajaí: Univali, 2002, p. 75.

entre segurança nacional e liberdade, como o fez Golbery. Castelo Branco estabeleceu uma relação entre a segurança nacional e a prática democrática, na qual,

sob uma autoridade legítima e legal, haja liberdade para o homem em que o Poder Político se exerça como função pública, o Psicossocial exista para esclarecer, o Poder Econômico tenha como finalidade primacial a autonomia mínima da pessoa humana e o Poder Militar compreenda Forças instruídas, disciplinadas e coesas, submetidas ao poder civil, inerente ao alto Poder Político Nacional<sup>934</sup>.

Castelo Branco, apesar de não discutir o referido dilema, ou seja, de problematizar a relação entre segurança nacional e liberdades civis e/ou bem-estar, não deixou de fazer observações relevantes, particularmente no contexto em que realizou a palestra na ESG, em abril de 1962. Castelo Branco que era considerado por seus colegas de farda um militar discreto e que não procurava se envolver em questões de ordem política, também defendia, em seus proferimentos, uma posição de “mudez” das Forças Armadas em relação às questões de ordem política. Para Castelo, a mudez não deveria ser vista nem com insensibilidade e nem como alheamento por parte dos militares. Mas sim “uma atitude de respeito e subordinação a um Poder legal<sup>935</sup>”. Porém, observou Castelo Branco em sua conferência:

Quando, porém, o Poder admite grupos de pressões de militares, quando procura transformar as Forças em milícia partidária ou em guarda pretoriana, desviando-as de sua condição de obediência hierárquica para a faculdade de apoio e aplausos a atitudes de membros do Poder, o mudo, que ouve tudo e tudo vê, e sente o rebaixamento de sua profissão pelo facciosismo, pode remover o mutismo e, forçado de maneira deplorável, falar, através de seus chefes, para dizer que não pode acumpliciar-se com a ilegalidade constantemente configurada<sup>936</sup>.

Essa posição de Castelo Branco corrobora seu proferimento apontado anteriormente, que admitia a possibilidade de uma revolução quando esta se fizesse necessária. Castelo Branco, de acordo com militares mais próximos, como o general Murici, demorou a entrar no processo de conspiração contra o governo Goulart. Mas antes mesmo de entrar no processo de conspiração, no contexto de forte crise política nacional, fez declarações na imprensa contra a infiltração de comunistas no Aparelho de Estado. Ainda no comando do IV Exército, sediado em Recife, Castelo Branco foi criticado pelo então ministro da Guerra de João Goulart,

---

<sup>934</sup> CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. “O Poder Nacional e a Segurança Nacional”. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, nº 3, Vol. II, Agosto, 1984, p. 21.

<sup>935</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>936</sup> *Idem*, p. 19.

general Amaury Kruel, por suas declarações. Castelo redigiu um ofício respondendo ao ministro da Guerra<sup>937</sup>. Neste ofício, ele confirmou as suas declarações e ainda seguiu argumentando sobre a infiltração comunista no aparelho de Estado.

Está claro que não imputava aos que ganham postos por eleição ou concurso. Mas aos de nomeação, àqueles que são nomeados por um sistema, inaugurado há algum tempo, que parece subestimar a disputa comunista de postos para liquidar, pouco a pouco, a democracia. E assim falei para a defesa do Brasil e da democracia e para colaborar com o Governo, sem a preocupação mórbida de um anti-comunismo tacanho e inócuo<sup>938</sup>.

Ainda em 1963, Castelo Branco retornou ao Rio de Janeiro e assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército. De acordo com os generais Murici e Cordeiro de Farias, só aos poucos Castelo Branco foi efetivamente entrando para o processo conspiratório, tornando-se uma das mais importantes lideranças militares naquele processo. Antes da intervenção de 1964, os militares que estavam conspirando já demonstravam interesse em revestir a intervenção militar com um véu de legalidade. O general Murici considerou que dois pronunciamentos feitos pelo general Castelo Branco na Escola de Estado-Maior tinham uma conotação legalista.

A idéia do Castelo naquele documento foi libertar os militares do compromisso de defender, como guarda pretoriana, um presidente. O presidente deve ser defendido e respeitado como presidente. Na hora em que ele ultrapasse esse limite, o que se tem que olhar é a pátria, é a instituição. Esse é o espírito do documento do Castelo<sup>939</sup>.

Em 20 de março de 1964, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, encaminhou uma circular aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações Subordinadas. No documento, ele começou a falar a respeito do comício do dia 13 e da intranquilidade que o mesmo causou nas Forças Armadas. Considerou duas ameaças: A possibilidade de uma Constituinte com o propósito de se fazer as reformas de base, e as constantes agitações feitas pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. Considerou ainda que as Forças Armadas haviam sido chamadas para apoiar aqueles propósitos. Castelo Branco disse que, para que fosse possível entender tais questões, eram necessárias algumas considerações preliminares, as quais ele passou a tecer:

---

<sup>937</sup> Apud, NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

<sup>938</sup> Apud, NETO, Lira, 2004, p. 205.

<sup>939</sup> ENTREVISTA, Antônio Carlos Murici I (*depoimento, 1981*). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 520.

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou aquele poder. (...) Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência. A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não. Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria anti-pátria, anti-nação e anti-povo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas. O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão. Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação. Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar. Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão face a dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiel à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus Chefes e à autoridade do Presidente da República. É preciso aí perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas<sup>940</sup>.

Os proferimentos de Castelo Branco sempre mostraram que era preciso manter uma certa legalidade constitucional, mesmo diante da necessidade, na visão de Castelo e dos demais militares antinacionalistas, de um processo revolucionário. Este processo teria por finalidade a manutenção da legalidade constitucional, que para os antinacionalistas estava em vias de ser violada.

---

<sup>940</sup> CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. “Ofício-Circular. Aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações Subordinadas”. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 20/Março, 1964. Documento pertencente ao acervo do Marechal Castello Branco. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

De acordo com Oliveira, na doutrina de segurança nacional elaborada pela ESG, “a segurança nacional pode exigir tudo da nação, até mesmo o bem-estar e a liberdade. Não há o que não possa ser sacrificado no altar da segurança nacional<sup>941</sup>”. Por isso, segundo Oliveira, a democracia não fazia parte dos objetivos nacionais atuais. Oliveira destaca que a idéia da possibilidade de se limitar a liberdade e o bem-estar, resultaria numa condição na qual a democracia e as liberdades deveriam ser outorgadas pelo Estado<sup>942</sup>.

Embora defendessem eloqüentemente uma sociedade capitalista e democrática, os militares da ESG assinalaram a necessidade de limites em relação ao liberalismo econômico, posição evidenciada pelos enunciados produzidos pelos militares, particularmente Mamede, Golbery, Murici e Juarez Távora. Os proferimentos feitos por estes militares na defesa de um Estado forte demonstram uma posição clara de contraposição ao liberalismo econômico. Propugnaram por um Estado que deveria definir quais eram os objetivos nacionais e que atuasse de forma racional objetivando o fortalecimento do poder nacional. O Estado também deveria, dentre outras funções, planejar e conduzir o desenvolvimento econômico do país. No que se refere ao liberalismo político, observa-se, a partir dos proferimentos dos militares, que seriam colocados limites à democracia e às liberdades políticas, tendo em vista o dilema entre segurança nacional e liberdade política. Democracia e liberdade política ficariam limitadas e atreladas à segurança nacional. Apesar de existir algumas diferenças nas concepções que alguns militares tinham a respeito do dilema entre segurança e liberdade, considera-se que, em geral, os militares da ESG deram um peso maior à questão da segurança nacional em detrimento da liberdade. Além disso, o “povo-massa” não era visto como sujeito de seus próprios destinos e sujeito dos destinos da sociedade em que viviam, pois eram considerados incapazes de fazê-lo e, portanto, deveriam ser tutelados pelo Estado e pelas elites. Estado e elites deveriam compreender quais eram as aspirações e os objetivos nacionais. Portanto, caberia às elites e ao Estado definir os destinos da sociedade.

Eliézer Oliveira<sup>943</sup>, ao analisar o governo de Castelo Branco (04/1964-03/1967), fez também uma análise de seus discursos. Segundo o autor, no discurso de Castelo Branco, o Estado aparece “como representante e promovedor dos objetivos nacionais<sup>944</sup>”, encontrando aí a sua legitimidade. Assim, o nacionalismo poderia assumir um aspecto positivo: “Na medida

---

<sup>941</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987, p. 69.

<sup>942</sup> Idem, p. 69.

<sup>943</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>944</sup> Idem, p. 79.

em que seja usado como elemento de mobilização do esforço nacional, de aceitação dos sacrifícios que o desenvolvimento exige, de atenuação de conflito de classes<sup>945</sup>”. No entanto, Castelo Branco, de acordo com as suas crenças, ressaltou muito mais os aspectos negativos do nacionalismo.

Na medida em que é manipulado por certos grupos para evitar a concorrência e manter posições de mercado, em que é usado para dificultar a importação de tecnologia externa, em que se mantêm aprisionados no solo recursos minerais enquanto não se tem capital para explorar, em que é manipulado pela esquerda alienada para impedir o fortalecimento do sistema econômico capitalista e as instituições democráticas do Ocidente – o nacionalismo viciado passa a ser altamente negativo, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico senão também do de segurança nacional<sup>946</sup>.

Eliézer Oliveira cita outra fala de Castelo Branco, em que o general abordou a questão do nacionalismo. Para Castelo Branco, o conceito de nacionalismo,

manuseado por extremistas de direita e esquerda (passou) a assumir dois aspectos negativos, quer para o desenvolvimento, quer para a segurança: o primeiro é a irracionalidade do comportamento, pelo qual se substituiria a capacidade de análise pelo poder da invectiva; o segundo, o divisionismo, pois que o pseudo nacionalista passou a se arrogar o monopólio do patriotismo, imputando motivações escusas a todos os que dele discordam, não hesitando em usar jargões injuriosos contra autênticos patriotas ...<sup>947</sup>

Os proferimentos de Castelo Branco supracitados tinham a intenção de desqualificar a concepção de nacionalismo e de patriotismo defendida pelos nacionalistas, mostrando que tais concepções estariam baseadas em falsos pressupostos. Procurou assinalar que as referidas concepções de nacionalismo e de patriotismo eram falsas, pois eram irracionais e se colocavam contra o desenvolvimento capitalista do país, contra o desenvolvimento econômico nacional, assim como criavam obstáculos ao desenvolvimento das instituições democráticas. Em sua redefinição retórica sobre qual o significado de nacionalismo/patriotismo que os

---

<sup>945</sup> CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. “Discurso de Castelo Branco na Diplomação dos Estagiários da ESG (17 dez. 1966)”. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos 1966*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, p.80 (s.d.). Apud OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 79.

<sup>946</sup> *Idem*, p. 79.

<sup>947</sup> CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. “Aula Inaugural na ESG (13 mar. 1967)”. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos 1967*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, p.63 (s.d.). Apud OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 79.

nacionalistas estariam empregando, Castelo Branco vinculava a referida concepção a um regime comunista, contrário à legalidade constitucional e à democracia.

Em 1966, o coronel Joffre Sampaio<sup>948</sup> foi designado pelo Estado-Maior do Exército para conferir uma palestra<sup>949</sup> na ESG a respeito do tema nacionalismo. Ele havia sido membro permanente da ESG no período entre 1958 e 1962. Em sua palestra, o coronel fez considerações acerca da noção de nacionalismo e analisou a questão do nacionalismo no Brasil. Para o coronel, o nacionalismo adquiria legitimidade e autenticidade quando ele estava ancorado nos objetivos nacionais permanentes. De acordo com o coronel, “o Nacionalismo é uma tomada de posição política para a defesa dos interesses da Nação, em acordo com os Objetivos Nacionais, aos quais deve guardar inalterável fidelidade<sup>950</sup>”. Entendia que as bases do nacionalismo estariam “no patriotismo e no civismo, o primeiro caracterizando a moral, a afeição e a emoção do indivíduo para a Pátria e o civismo consubstanciando os deveres da justiça social do cidadão em face da coletividade<sup>951</sup>”. Este proferimento do coronel é importante, já que estabelece claramente a relação do nacionalismo/patriotismo - do ponto de vista dos antinacionalistas - com os objetivos nacionais permanentes estabelecidos pela ESG. Além disso, apontou a necessidade de haver uma relação de correspondência entre os interesses da nação e os objetivos nacionais.

Para os militares esguianos, ser nacionalista e patriótico significava defender os interesses da nação. No entanto, tendo a clareza de que os interesses da nação estavam diretamente vinculados aos objetivos nacionais permanentes, os quais deveriam ser interpretados e definidos pelo Estado, pelas elites políticas e militares presentes no aparelho de Estado. Na concepção dos militares da ESG, a nação teria aspirações e interesses próprios, que deveriam ser interpretados pelo Estado, instituição que (por meio das elites) também teria a tarefa de efetivar os objetivos nacionais permanentes. Desta forma, não se admitiria divergências no interior da nação. Para Burgess e Wolf, a nação, na concepção dos militares

---

<sup>948</sup> O militar Joffre Sampaio fez estágio no *Fort Belvoir* nos Estados Unidos; fez o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; fez dois cursos na ESG e foi membro permanente desta instituição. Dentre outras funções exercidas nas Forças Armadas, foi instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Quando proferiu a palestra na ESG, exercia funções no Estado-Maior do Exército. Mais tarde Joffre Sampaio tornou-se general.

<sup>949</sup> SAMPAIO, Joffre. *O Nacionalismo no Brasil em seus Vários Aspectos*. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Documento C4-54-66, 1966.

<sup>950</sup> Idem, p. 5.

<sup>951</sup> Idem, p. 5.

esguianos, teria um caráter de homogeneidade, uma indiferenciação no tocante às desigualdades econômicas e sociais<sup>952</sup>. Guita Deber entende que, ao contrário,

a forma como a ‘nação’ é trabalhada pelo discurso não nos permite dizer que o termo se confunde com população. Não nos permite também deduzir que população é pensada como um todo homogêneo. (...) O programa narrativo é antes o de mostrar a importância de definir, apesar dessa diferença [desigualdades], os pontos em comum que poderiam constituir essa população em uma nação<sup>953</sup>.

É correto afirmar que para os teóricos da ESG a população não era pensada como um todo homogêneo, pois o próprio general Juarez Távora, dentre outros, fez referência às desigualdades existentes na sociedade brasileira. Entretanto, as desigualdades sociais não tinham centralidade no pensamento político dos militares da ESG ou na doutrina de segurança nacional. Quando os militares da ESG conceituaram a nação, afirmaram que esta deveria ter, além dos mesmos costumes e tradições, as mesmas aspirações. A questão central está na relação que estabeleceram entre nação, Estado e objetivos nacionais permanentes. E, nesse sentido, como ressalta Eliézer Oliveira<sup>954</sup>, há correspondência entre os interesses/aspirações da nação e o Estado. Afinal, as referidas aspirações deveriam ser interpretadas pelas elites militares e civis que estariam no interior do aparelho do Estado. Deste modo, as divergências políticas, entendidas como obstáculos para a consecução dos objetivos nacionais, precisariam ser extintas para que a correspondência entre os interesses da nação, do Estado e os objetivos nacionais não fosse interrompida. O Estado deveria atuar em todos os setores da vida social e usar todo o poder nacional para garantir a consecução e a manutenção dos objetivos nacionais. Quando Golbery falou sobre o dilema entre segurança e liberdade e/ou bem-estar, denotou enfaticamente a necessidade de se manter aquela correspondência. A necessidade de segurança estaria acima da liberdade e do bem-estar; estaria acima da democracia. As liberdades individuais, o bem-estar e a democracia seriam tutelados pelo Estado. Portanto, esta compreensão de nacionalismo e de patriotismo não tem qualquer aproximação com o conceito de patriotismo republicano de Viroli. Ou seja, o patriotismo, na concepção dos militares da ESG, não remetia ao amor do indivíduo às instituições políticas ou a formas de

---

<sup>952</sup> BURGUESS, Mike; WOLF, Daniel. “Brasil: o conceito de poder na Escola Superior de Guerra”. *Revista de Cultura Vozes*. Rio de Janeiro, nº 5, jun/jul, 1975.

<sup>953</sup> DEBERT, Guita Grin. *A Política do Significado no Início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986, p. 196.

<sup>954</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978

vida que sustentassem a liberdade das pessoas; não remetia ao amor à República e à busca do bem-comum. A centralidade não estaria voltada para uma vida republicana; para uma virtude cívica entendida como amor à liberdade e às instituições que sustentam a democracia e a liberdade. A centralidade não estaria na defesa dos direitos civis e políticos dos cidadãos, mas na subordinação do indivíduo e da nação aos objetivos nacionais definidos pelo Estado.

Entende-se que os propósitos dos militares que estiveram em atividade no Clube Militar e daqueles que estiveram na ESG (os que contribuíram na elaboração da doutrina de segurança nacional) eram distintos, mas não deixaram de ser complementares no contexto estudado. A ESG teve como propósito a formação de uma elite militar e civil que estivesse capacitada a atuar racionalmente no aparelho de Estado. Outro propósito fundamental da ESG, ligado ao primeiro, se refere à elaboração da doutrina de segurança nacional. Nesse sentido, os trabalhos e as reflexões elaborados na ESG foram mais complexos e substantivos tendo em vista os próprios objetivos a serem alcançados. Mas o trabalho feito pelos grupos antinacionalistas no Clube Militar, que também contou com a participação de militares da ESG, foi igualmente substantivo, pelos propósitos que queriam atingir. As matérias publicadas na revista do Clube Militar pelos militares antinacionalistas tinham uma finalidade relevante naquele contexto, que era a de defender as idéias políticas e militares do grupo como um todo, assim como desqualificar moralmente os militares nacionalistas e as idéias defendidas por eles. Os enunciados e proferimentos publicados na revista do Clube, oriundos de editoriais, de artigos ou de conferências feitas na instituição, estavam diretamente envolvidos nas disputas políticas com os militares nacionalistas. Desta forma, nas matérias publicadas na revista, não apareceram, por exemplo, dilemas relativos à liberdade e à segurança nacional. Não apareceram idéias de restrições à liberdade, ao bem-estar-social e à democracia; idéias discutidas no âmbito da ESG. O que apareceu na revista é a defesa da liberdade, liberdade como condição primordial da soberania e da existência nacional; liberdade como garantia de legitimidade do regime político. Na revista, os antinacionalistas defenderam a democracia, a independência política e a soberania nacional. Defenderam um nacionalismo e um patriotismo denominado de sadio, visto não estar contaminado com idéias comunistas e posições de xenofobia. Pode-se dizer que os militares da ESG compartilhavam com os militares do Clube Militar a idéia de que a soberania nacional estava vinculada ao desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento econômico associado ao capital estrangeiro, associado aos norte-americanos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui realizado buscou compreender os conceitos de nacionalismo e de patriotismo elaborados pelos militares nacionalistas e pelos militares antinacionalistas no período entre 1950 e início dos anos 1960. A análise focou-se particularmente nos textos publicados pelos militares na revista do Clube Militar no contexto histórico referido, bem como nos textos produzidos por militares que eram membros permanentes da ESG. No período analisado, o Clube Militar foi um relevante espaço de debate entre os diferentes grupos de militares, tratados aqui de modo mais geral de militares nacionalistas e de militares antinacionalistas. A atuação política dos militares, assim como os conflitos e cisões entre eles; a questão institucional e a política nacional como um todo, são um substrato importante deste estudo, pois constituem o contexto histórico do qual tratamos. Porém, o foco da análise direcionou-se para as disputas retóricas entre os militares nacionalistas e antinacionalistas em torno do conceito de nacionalismo e de patriotismo. Diante do tipo de análise empreendida no presente trabalho, queremos ressaltar aqui a abordagem teórico-metodológica usada neste estudo, uma vez que tal abordagem nos propiciou compreender a luta política e as disputas retóricas entre diferentes grupos de militares pela definição do significado de nacionalismo e de patriotismo. Aqueles militares tinham plena consciência de que o embate retórico que travavam era de suma importância, tendo em vista o intuito de cada grupo militar fazer prevalecer a sua própria concepção de nacionalismo. Afinal, conforme observou Skinner<sup>955</sup>, conceitos podem servir como instrumento estratégico para ações políticas. “Eles moldam o horizonte das possibilidades políticas em determinada situação<sup>956</sup>”. Desta forma, a luta retórica entre os militares visava moldar o horizonte político, que naquele contexto significava definir as características do desenvolvimento nacional de acordo com os interesses e as crenças de cada grupo em disputa. Ao estabelecer uma relação entre retórica e mudança conceitual, Skinner vincula questões de ordem conceitual com disputas políticas e intelectuais contingenciais. Assim, Skinner considera que o estudioso deve centrar-se nos usos que os agentes fazem dos conceitos em argumentos. Os agentes, quando envolvidos em disputas políticas e/ou intelectuais, visam legitimar, junto a leitores/ouvintes, o uso que fazem de

---

<sup>955</sup> SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002.

<sup>956</sup> PALONEN, Kari. “Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck”. *Redescriptions. Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 3, 1999, p. 47-48.

determinados conceitos. No decorrer do trabalho, tivemos como intuito mostrar como os militares nacionalistas, bem como os seus opositores, empenharam-se em descrever o nacionalismo e o patriotismo mais plausível e o mais condizente com o contexto histórico em que viviam, tentando argumentar que a sua descrição era mais legítima. Ao mesmo tempo, ambos procuraram deslegitimar a descrição feita pelos seus oponentes, bem como desqualificá-los moralmente. Não visamos fazer uma sociologia dos grupos de militares ou de agentes destes grupos, visto que o foco de análise centrou-se nas disputas retóricas entre os militares, conforme já observado.

Tais disputas retóricas entre os militares, em torno dos referidos conceitos, mostram a importância que os grupos militares em disputa deram à questão do nacionalismo no período analisado. Desta forma, compreende-se que os militares participaram de modo destacado no cenário político nacional daquele contexto histórico marcado pelo nacionalismo. O nacionalismo foi mobilizado por vários setores sociais e políticos, sendo que o aspecto nacionalista pode confundir mais do que explicar os diferentes projetos políticos. Assim, este estudo contribui para a compreensão, no interior da caserna, do significado que diferentes grupos de militares deram ao conceito de nacionalismo.

No estudo aqui realizado, observa-se claramente que na retórica dos militares nacionalistas e antinacionalistas, estava fortemente presente a ideia de que as Forças Armadas deveriam exercer um papel fundamental no cenário político nacional, promovendo o desenvolvimento econômico e social do país, assegurando o regime democrático e a soberania nacional. É certo que militares nacionalistas e antinacionalistas, como se viu aqui, davam diferentes significados à soberania nacional, à democracia e ao nacionalismo. Mas os dois grupos, em seus enunciados, apontaram a relevância das Forças Armadas no que tange às questões assinaladas. Portanto, elas não deveriam ter, na concepção dos militares, um papel secundário na definição dos destinos da pátria. Mas, ao contrário, entendiam que o papel das Forças Armadas era imprescindível para garantir o desenvolvimento nacional, a democracia e a soberania nacional. Os militares se viam como protagonistas nas questões relativas à política nacional. Como assinalado anteriormente, os militares, através das disputas retóricas em torno do conceito de nacionalismo, procuraram moldar o horizonte da política nacional, de acordo com os interesses e crenças de cada grupo analisado.

Um desdobramento desta questão se refere à visão que os grupos de militares analisados tinham a respeito do Estado. Podemos considerar que os grupos estudados eram favoráveis a um Estado forte, capaz de promover o desenvolvimento nacional, embora esta ideia de um Estado forte deva ser nuançada de acordo com as redes de crenças e de acordo

com os interesses de cada grupo de militares. Mesmo entre os militares nacionalistas havia concepções diferentes em torno desta questão. O Estado forte dos nacionalistas dos anos 1950/52 não é o mesmo Estado forte dos nacionalistas/legalistas, e muito menos se parece com a idéia de um Estado forte concebido pelos militares esguianos. Como observa Mark Bevir<sup>957</sup>, as tradições e as redes de crenças influenciam as idéias e as ações individuais. No entanto, elas não determinam tais ações e idéias; os indivíduos fazem uso das tradições, trazem as tradições à vida e arranjam-nas de acordo com as circunstâncias. Desta forma, não se pode pensar que havia um pensamento homogêneo, por exemplo, entre o grupo que esteve à frente do Clube Militar e da revista no período de 1950/1952. Militares como os generais Estillac Leal, Horta Barbosa, o major Nelson Werneck Sodré, o capitão Humberto Freire de Andrade e o almirante Francisco Teixeira, embora tivessem muitas idéias em comum, apresentavam idéias discordantes. Embora todos fossem fortemente nacionalistas, os três últimos poderiam ser considerados como militares nacionalistas de esquerda.

Quando consideramos que as tradições e as redes de crenças influenciam as idéias e as ações dos indivíduos e que estes fazem uso de determinadas tradições, podemos pensar na hipótese de que indivíduos e grupos deram significados diferentes à noção de esquerda política ou de esquerda militar no contexto aqui analisado. Desta forma, tomando particularmente os militares nacionalistas dos anos 1950/1952 como exemplo histórico, entendemos que os militares Estillac Leal, Horta Barbosa, Nelson Werneck Sodré, Humberto Freire de Andrade e Francisco Teixeira tinham um posicionamento favorável a uma maior igualdade social no país. Mas isso implica em afirmar que todos esses militares se consideravam pertencentes a uma esquerda militar? Não. O almirante Francisco Teixeira, por exemplo, deixou claro que ele e outros militares eram da esquerda militar, mas não considerava que Estillac Leal, Horta Barbosa, José Pessoa e Salvador César Obino pertencessem à esquerda militar, apesar de acreditar que eles tinham um bom posicionamento político.

Apontaremos, a seguir, alguns aspectos da concepção de nacionalismo e de patriotismo elaboradas pelos diferentes grupos de militares no contexto analisado, para deixar claro, nesta conclusão, como os conceitos de nacionalismo e de patriotismo foram foco de disputas retóricas entre tais grupos; e como tais conceitos foram por eles fortemente contestados. No que concerne aos militares nacionalistas dos anos 1950/52, não podemos esquecer que Humberto Freire teve um papel destacado na elaboração dos editoriais da revista

---

<sup>957</sup> BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

naquele período. Para esse grupo de militares nacionalistas, o Brasil ainda vivia numa condição colonial. O termo recorrentemente usado para designar o impedimento do desenvolvimento nacional era o imperialismo. Este constituía uma ameaça ao progresso econômico e à autonomia política do país. Identificavam o imperialismo com os trustes internacionais, mas também não deixavam de considerar os norte-americanos como parte integrante do imperialismo. Tais forças colonizadoras eram desnacionalizantes. Diante deste quadro, os militares nacionalistas entendiam que era necessário lutar contra essa ação colonizadora, visto que isso impedia que o país alcançasse a sua emancipação econômica e a sua soberania política. Mas como proceder para mudar esta situação vivida pelo país? Defendiam que as riquezas nacionais deveriam ser exploradas pelo próprio país, como era o caso do petróleo. Além disso, defendiam que os brasileiros devessem usufruir de suas próprias riquezas. Ou seja, propugnavam que o Estado deveria promover o desenvolvimento nacional, bem como explorar as riquezas nacionais em benefício dos brasileiros. Eram, portanto, contrários à participação do capital estrangeiro na exploração das riquezas nacionais. O nacionalismo deste grupo de militares era fortemente marcado pela luta contra o imperialismo. Consideravam que o sentimento de amor à pátria e à democracia era o que os estimulava a lutar pelo nacionalismo. Na retórica destes militares nacionalistas, o significado de patriotismo estava ligado à idéia de defesa dos interesses nacionais contra a opressão do imperialismo; associava-se à idéia de garantir a independência econômica do Brasil e, deste modo, assegurar a soberania nacional e a independência política do país. Patriotismo também significava agir em defesa do sentimento de brasilidade que era oprimida pelo imperialismo. Chegaram a estabelecer uma relação entre o patriotismo e a liberdade individual e a liberdade da nação. Patriotismo e amor à liberdade seriam inseparáveis. Amar a pátria é também e necessariamente amar a liberdade individual, a liberdade de pensamento. Argumentaram em favor da lei, do direito e da liberdade individual; em favor da República e da democracia e posicionaram-se contra qualquer tipo de poder despótico. Levando em conta esse conjunto de idéias sobre nacionalismo e patriotismo, entende-se que a retórica dos militares nacionalistas mantém uma relação de proximidade com o conceito de patriotismo republicano de Maurizio Viroli<sup>958</sup>. No entanto, observa-se que, nos enunciados proferidos pelos militares nacionalistas – não obstante as referências a uma sociedade democrática e republicana – havia uma primazia da defesa da exploração das riquezas nacionais pelo próprio país e uma defesa da independência econômica e da soberania nacional. A retórica dos militares nacionalistas

---

<sup>958</sup> VIROLI, Maurizio. *For Love Of Country: an essay on patriotism and nationalism*. Oxford: Clarendon/Oxford University, 1997.

centrou-se numa luta política contra o imperialismo. Os militares nacionalistas defenderam, em vários enunciados, que os militares, o “cidadão fardado”, deveria ter liberdade para manifestar seus pensamentos. Essa foi uma posição clara, que constava inclusive do manifesto da campanha de Estillac Leal para a presidência do Clube. Postura radicalmente contrária àquela dos militares antinacionalistas. Devemos ressaltar que, para estes militares nacionalistas, as Forças Armadas tinham um papel de destaque na defesa do nacionalismo, na emancipação política e econômica do país. Como afirmou o coronel aviador Salvador Corrêa de Sá Benevides, os militares “têm o dever de defender, na primeira linha, as instituições republicanas, a honra e a integridade da Pátria<sup>959</sup>”. Na retórica nacionalista produzida por estes militares, as Forças Armadas não apenas tinham um importante papel na defesa da democracia e da soberania nacional, mas tinham a primazia nessa tarefa. Ou seja, a primazia na defesa da liberdade, da lei, das instituições republicanas, enfim, de uma sociedade democrática e republicana, cabia às Forças Armadas e não às virtudes cívicas dos cidadãos<sup>960</sup>. Ou seja, mesmo os militares nacionalistas e inclusive os militares nacionalistas de esquerda, propugnaram um Estado forte, capaz de promover o desenvolvimento econômico nacional; bem como defenderam a idéia de uma primazia das Forças Armadas na defesa da democracia e da república. Desta forma, essas idéias defendidas pelos militares nacionalistas, mantêm uma correspondência com a constatação de José Murilo de Carvalho<sup>961</sup>, de que no período posterior a 1930, as Forças Armadas passaram a estar mais presentes no centro do poder nacional.

Os militares nacionalistas/legalistas, em seus enunciados, deixaram claro que não tinham uma posição de negação da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional. Além do mais, entendiam que esta participação não significava a perda de autonomia política do país. Apesar disso, defenderam a posição de que o Estado deveria participar diretamente de algumas atividades econômicas estratégicas, como a da produção do petróleo. A postura política favorável à abertura da economia nacional a empresas estrangeiras, assim como a postura legalista, eram fruto do contexto histórico, visto que o Brasil já vivia sob a presidência de Juscelino Kubitschek e este governo abriu a economia do

---

<sup>959</sup> BENEVIDES, Salvador Corrêa de Sá e. “Os Trustes Estrangeiros e a Revista do Clube Militar”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, nº 114, junho/julho, 1951, p. 51.

<sup>960</sup> Faz-se necessário observar que para os militares nacionalistas a participação das Forças Armadas na política implicava a idéia de um povo fardado, ou seja, que essa participação não seria restrita à alta oficialidade; já para os militares antinacionalistas a referida participação deveria ocorrer através de uma elite militar.

<sup>961</sup> CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

país ao capital estrangeiro. Isto é fruto também da influência do ISEB no pensamento político dos militares nacionalistas/legalistas. Podemos considerar a hipótese de que eram diversas as influências que levaram os militares nacionalistas a adotarem tais posturas, inclusive suas crenças sobre desenvolvimento e nacionalismo. Porém, entendemos que a referida postura não era uma determinação oriunda do governo Kubitschek ou uma determinação oriunda da aliança com os militares ligados a Lott. É possível considerar alguma influência dos aspectos apontados, mas se os militares nacionalistas adotaram essas idéias frente ao capital estrangeiro, é porque era plausível com a sua rede de crenças. Ela era plausível com a sua noção de nacionalismo. Ao menos daqueles militares que de fato tinham o controle e decidiam sobre o programa que o Clube e a revista deveriam adotar. Essa era a posição dos militares que escreveram na revista do Clube no período analisado. Os textos escritos pelos militares nacionalistas na revista e os argumentos em favor da democracia, da legalidade e da abertura econômica com restrições foram substantivos e reveladores de que essas idéias faziam parte de sua rede de crenças. Ademais, é nítido que, desde quando assumiram o Clube e a revista, os militares nacionalistas defenderam eloqüentemente o nacionalismo e o desenvolvimento nacional, assim como desde o início já tinham relações com o ISEB. Esta constatação diverge da idéia de Peixoto<sup>962</sup> de que os militares nacionalistas passaram a expressar o nacionalismo de forma mais vigorosa apenas a partir de 1958, momento em que o governo Juscelino teria alcançado uma maior estabilidade política.

Primo Nunes, um dos editores da revista e um dos mais destacados militares que escreveram sobre o nacionalismo no contexto analisado, estabeleceu uma relação entre o nacionalismo e a democracia, enfatizando que o nacionalismo só poderia florescer num ambiente democrático. Para Primo Nunes, era a moral cristã que daria cor e calor ao nacionalismo; moral cristã caracterizada pelos ideais de justiça e de fraternidade humana. Uma moral de amor ao próximo, bem como portadora de um conteúdo social. Anticomunista, Primo Nunes deixou claro que o nacionalismo não era algo vinculado a grupos extremistas, a jacobinistas, mas atrelado à consciência nacional. O nacionalismo estaria vinculado à democracia e a uma nova cultura e mentalidade que se formava na sociedade brasileira; uma cultura que propugnava por reformas sociais, pela industrialização nacional e pela garantia de direitos políticos e econômicos; uma cultura que defendia a liberdade individual e o bem comum. Na retórica de Primo Nunes, a nacionalidade brasileira teve como substrato os ideais da civilização cristã; ideais de liberdade, de justiça e de fraternidade. A retórica nacionalista

---

<sup>962</sup> PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

de Primo Nunes mantinha forte correspondência com a retórica nacionalista dos demais militares que escreveram na revista no período, inclusive e particularmente uma forte correspondência com o conteúdo dos editoriais escritos naquele período. Ao se comparar os enunciados presentes na retórica nacionalista de Primo Nunes com os enunciados presentes nos editoriais, destaca-se de forma mais veemente o argumento moral cristão na sua retórica. Os militares nacionalistas, no contexto de disputa retórica em torno do conceito de nacionalismo, acusavam seus opositores de fazer uma contraposição entre patriotismo e nacionalismo. Os militares antinacionalistas, davam ao termo nacionalismo um significado negativo, considerando-o um vício, algo ligado ao comunismo e à desordem. Entende-se que o conceito de nacionalismo empregado pelos militares nacionalistas/legalistas não correspondia à noção de nacionalismo empregado por Maurizio Viroli<sup>963</sup>. Não era um nacionalismo que buscava uma unidade étnica ou uma pureza cultural. Os militares nacionalistas/legalistas empregaram o termo nacionalismo em uma luta política pela liberdade, pelas reformas sociais, pelos direitos políticos extensivos a toda sociedade; enfim, empregaram o termo nacionalismo numa luta política pelo desenvolvimento nacional, pela liberdade e pela democracia.

Para os militares antinacionalistas, os seus opositores eram falsos democratas, falsos nacionalistas e promoviam a indisciplina, além de serem considerados subversivos. Ou seja, em primeiro lugar, procuravam desqualificar moralmente os seus adversários para, em seguida, desqualificar as suas idéias. Em seus proferimentos, em meio às disputas retóricas, buscavam redescrever as idéias nacionalistas de seus adversários como desprovidas de verdade histórica; idéias corrompidas com noções de luta de classes, enfim, com teses comunistas. Os militares antinacionalistas procuravam redescrever o nacionalismo propugnado pelos seus oponentes, colocando-o sob uma perspectiva moral diferente daquela descrita pelos nacionalistas. O argumento central usado pelos militares antinacionalistas era vincular as idéias de seus adversários com o comunismo. Era o de vincular os nacionalistas e as suas idéias ao comunismo. Desta forma, na disputa retórica, os antinacionalistas acusavam seus adversários de negarem a liberdade e a democracia, pois eram defensores de um regime totalitário. Para os militares antinacionalistas, o seu nacionalismo e o seu patriotismo eram verdadeiros, já que de fato defendiam a liberdade e a democracia. Num contexto de “guerra fria”, se colocavam ao lado dos norte-americanos, defensores da liberdade de expressão, da liberdade religiosa e da democracia. Ao contrário dos nacionalistas, defendiam o

---

<sup>963</sup> VIROLI, 1997.

desenvolvimento nacional associado com os norte-americanos e com o apoio das empresas estrangeiras, uma vez que o Brasil não tinha condições de explorar, sozinho, as suas riquezas naturais. Para os antinacionalistas, aqueles que criticavam a aproximação do Brasil com os norte-americanos, que criticavam a participação de empresas estrangeiras no desenvolvimento econômico do país, tinham posturas antipatrióticas.

Para os militares esguianos, o nacionalismo seria legítimo e autêntico quando atrelado aos objetivos nacionais permanentes. O nacionalismo sadio estaria vinculado aos interesses e às aspirações da nação, os quais eram interpretados e definidos pelo Estado, pelas elites. E tais interesses e aspirações deveriam estar diretamente relacionados com os objetivos nacionais. Na ESG assinalou-se claramente o dilema entre liberdade e segurança nacional. No entanto, na revista do Clube, esse tipo de dilema não apareceu em qualquer proferimento durante todo o período em que os militares antinacionalistas estiveram à frente da revista e do Clube. Idéias que apontassem para possíveis restrições à liberdade, ao bem-estar e à democracia não foram discutidas na revista, a não ser quando procuravam argumentar sobre o tipo de nacionalismo propugnado pelos militares nacionalistas. Apontar tais restrições, diante da necessidade de segurança nacional, só foi feito nos debates no interior da ESG, mesmo porque essas idéias desqualificariam os próprios argumentos usados pelos militares antinacionalistas em favor da democracia, da liberdade e da soberania nacional. Na retórica dos militares da ESG, o nacionalismo e o patriotismo não estavam relacionados com o amor à República, com a busca do bem-comum e nem com a virtude cívica. Estava vinculado aos objetivos nacionais definidos pelas elites e pelo Estado.

Enfim, após as considerações assinaladas, compreendemos que a análise realizada neste trabalho, centrada nas disputas retóricas entre os militares nacionalistas e antinacionalistas em torno do conceito de nacionalismo, mostrou que tal conceito é contestado (polissêmico) no âmbito da corporação militar no Brasil na década de 1950 e início dos anos 1960.

## 8 FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 8.1 Arquivos

Arquivo da Escola Superior de Guerra

Arquivo do Clube Militar

Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

### 8.2 Revistas

Revista da Escola Superior de Guerra;

Revista do Clube Militar.

Revista A Defesa Nacional

### 8.3 Documentos

Documentos da Escola Superior de Guerra.

“Manifesto dos Coronéis”. Rio de Janeiro, fevereiro de 1954. In: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav/\\_gv/documentos/Modulo4/GV\\_54\\_02\\_20\\_5\\_manifesto\\_1.jpg](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/_gv/documentos/Modulo4/GV_54_02_20_5_manifesto_1.jpg)

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. “Ofício-Circular. Aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações Subordinadas”. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 20/Março, 1964. Documento pertencente ao acervo do Marechal Castello Branco. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

### 8.4 Entrevistas

ALMEIDA, Ângelo Nolasco De. *Ângelo Nolasco de Almeida (depoimento, 1986)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 585 p.

LIMA FILHO, Osvaldo. *Osvaldo Lima Filho (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). *1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

MURICI, Antônio Carlos (*depoimento, 1981*). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

SILVA, Edmundo Macedo Soares E. *Edmundo Macedo Soares (depoimento, 1986/1987)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 812 p.

SKINNER, Quentin; PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *O anjo e a historia: entrevista concedida a Maria Lucia Pallares-Burke*. Publicada na Folha de São Paulo, Caderno Mais, em 16/08/98. Disponível em:

<http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=celsosfurtado#MARIAL%DACIAPALLARESBUURKE>.

TEIXEIRA, Francisco. *Francisco Teixeira (depoimento, 1983/1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 351 p.

## 8.5 Memórias, depoimentos e biografias

CAMARGO, Aspásia; Góes, Walder de. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *A Renúncia de Jânio – Um Depoimento*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro: memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

TAVARES, Lyra. *O Brasil de Minha Geração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

TAVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas. Memórias. - A Caminhada no Altiplano*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vol. 2, 1977.

TAVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas. Memórias. - Voltando à Planície*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vol. 3, 1977.

WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

## 8.6 Obras Gerais

ABREU, Alzira Alves et al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

ADERALDO, Vanda Maria. *ESG: um estudo de currículos e programa*. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, 1978.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de Almeida. *Uma Ilusão de Desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina*. Brasília: GRD/MEC, 1983.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1988.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEVIR, Mark & Rhodes, Rod. “An interpretive agenda”. In: Bevir, Mark & Rhodes, Rod. *Interpreting British Governance*. London: Routledge, 2003.

BEVIR, Mark & Rhodes, Rod. “Disaggregating structures: An agenda for critical realism?” *British Politics*, vol. 1, n. 2, 2006.

BEVIR, Mark. *The Logic of the History of Ideas*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

BEVIR, Mark. “Objectivity in history”. *History and Theory*, vol. 33, 1994.

BEVIR, Mark. “How to be an intentionalist”. *History and Theory*, vol. 41, 2002.

BEVIR, Mark. “Mind and Method in the History of Ideas”. *History and Theory*, v. 36, Studies in the Philosophy of History, Wesleyan University, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BIGNOTTO, Newton. Problemas Atuais da Teoria Republicana. In: CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte, UFMG, 2004.

- BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. *O Realismo de Golbery: segurança nacional e desenvolvimento global no pensamento de Golbery do Couto e Silva*. Itajaí: Univali, 2002
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BREUILLY, John. “Abordagens do Nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BURGUESS, Mike; WOLF, Daniel. “Brasil: o conceito de poder na Escola Superior de Guerra”. *Revista de Cultura Vozes*. Rio de Janeiro, nº 5, jun/jul, 1975.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CARDOSO, Sérgio. “Por que República? Notas Sobre o Ideário Democrático e Republicano”. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal. II evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CASTRO, Paulo Cesar de. “ECEME: 96 anos de altos estudos militares”. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, vol. 139, 1º quadrimestre, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: O exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1976.

COSTA, Milene Ribas. *A Implosão da Ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2006.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Planejamento Estratégico*. Brasília: UnB, 1981.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986.

DELACAMPAGNE, Christian. *História da Filosofia no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “Nacionalismo como Projeto de Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2007.

DOMINGOS NETO, Manuel. “Influência Estrangeira e Luta Interna no Exército (1889-1930)”. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980  
DREIFFUS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 1986.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de Mestrado. Unesp, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda (Supervisão). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Oliveiros S. *Forças Armadas: Para quê?* São Paulo: GRD, 1988.

FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: SENAC, 2000.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *A Escola Superior de Guerra e o Jornal "O Estado de São Paulo" na Passagem do Regime Democrático para o Regime Militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2001.

FINLAYSON, Alan. et. al. The interpretive approach in political science: Symposium. *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 6, 2004.

FORNAZIERI, Aldo. *Brasil: A República sem Republicanismo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2000.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de História, 1985.

FREITAS, Manuel da Costa. *LAMENNAIS*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo. LOGOS – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2ª edição, 2004.

GARCIA, Eugênio Vargas. O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 40 (1), pp. 18-40, 1997.

GASPARI, Hélio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GELLNER, Ernest. "O Advento do Nacionalismo e Sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe". In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco M. de Mello (editores). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva, 2001.

IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JAIME, Jorge. *História da Filosofia no Brasil*. São Paulo/Petrópolis: Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Vozes, vol. 3, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares". São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, Vol. 20 nº 57 fevereiro/2005.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (org.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. “Benjamin Constant: biografia e explicação histórica”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

LIMA, Hildebrando de; BARROSO, Gustavo (orgs.). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1944.

McANULLA, Stuart. Challenging the new interpretivist approach: towards a critical realist alternative. *British Politics*, vol. 1, n. 1, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna. A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Carlos, UFSCar, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf>

MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV/Edur, 2007.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O Demolidor de Presidentes. A Trajetória Política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. “Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil”. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 5 Universidad de Aarhus, 2002, pp. 40-56.

MIYAMOTO, Shiguenoli. “Escola Superior de Guerra: mito e realidade”. São Paulo. *Política e Estratégia*, V. 5, n. 1, 1987.

MORAES, João Quartim. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp, 2001.

MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil. Volume I: Da Conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: 34, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 15 vol., 2003.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico”. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PALONEN, Kari. “Rhetorical and Temporal Perspectives on Conceptual Change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck”. *Redescriptions. Finnish Yearbook of Political Thought*, vol. 3, 1999.

PEIXOTO, Antonio Carlos. “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. “Organização, Estrutura e Trajetória do ISEB”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

PETTIT, Philip. *Teoria da Liberdade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

PINZANI, Alessandro. “Republicanismo(s), Democracia, Poder”. Porto Alegre. *Veritas*, v. 52, n. 1, Março 2007, pp. 5-14.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias de Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Do Romantismo ao Empiriocriticismo*. São Paulo: Paulus, v. 4, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Do Humanismo a Descartes*. São Paulo: Paulus, v. 3, 2004.

- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- RICHTER, Melvin. *The History of Political and Social Concepts: a critical introduction*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995.
- ROCHA, Maria Selma de Moraes Rocha. *A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. FFLCH- Departamento de História, USP, 1996.
- ROHDEN, Luiz. *Hermenêutica Filosófica: entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- ROUQUIÉ, Alain. “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- SANTOS, Andrea Paula dos. *À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 1998.
- SANTOS, Everton Rodrigo. “Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense”. Canoas, *Opinio*, n. 13 jul./dez. 2004, pp. 33-53.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. *Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SEIDL, Ernesto. “Elites Militares, Trajetórias e Redefinições Político-Institucionais (1850-1930)”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, nº 30, junho, 2008, pp. 199-220.
- SILVA, Angelissa Azevedo e. “A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SILVA, Ricardo. *Convenções, Intenções e Ação Lingüística na História da Teoria Política: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo*. 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006.
- SILVA, Ricardo. *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.
- SILVA, Ricardo. “Retórica e Contingência na Teoria Política”. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, nº 9, out. 2006, pp. 195-200.
- SILVA, Ricardo Virgilino da. *Participação como Contestação: a idéia de democracia no neo-republicanismo de Philip Pettit*. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007.

SINTONI, Evaldo. *Em Busca do Inimigo Perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. Araraquara/São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 1999.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002.

SKINNER, Quentin. “Significado y Comprensión en la Historia de las ideas”. Buenos Aires: *Prismas, Revista de Historia Intelectual*, nº 4, 2000, pp. 149-191.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP/Cambridge University Press, 1999.

SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: UNESP/Cambridge, 1999.

SMITH, Anthony D. “O Nacionalismo e os Historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SUANO, Marcelo José Ferraz. *A Doutrina Góes Monteiro e o Pensamento Político Brasileiro nos anos 30 (O intelectual do Partido Fardado e a dinâmica das intervenções militares)*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2002.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

TAYLOR, Charles. Interpretation and the sciences of the man. In: Rabinow, Paul and Sullivan, William (eds.). *Interpretive Social Science: a Reader*. Berkeley: University of California Press, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro de. “ISEB: Ideologia e Política na Conjuntura do Golpe de 1964”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

TREVISAN, Leonardo N. *As Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP.

TULLY, James. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

VERDERY, Katherine. “Para Onde vão a ‘Nação’ e o ‘Nacionalismo?’”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VIANNA, Marly de Almeida G. “O PCB, a ANL e as Insurreições de Novembro de 1935”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIROLI, Maurizio. *For Love Of Country: an essay on patriotism and nationalism*. Oxford: Clarendon/Oxford University, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.